
**RELATÓRIO DAS LINHAS DE
ACÇÃO GOVERNATIVA
PARA O ANO FINANCEIRO DE 2012**

**PROMOVER A DIVERSIFICAÇÃO ADEQUADA
DA ECONOMIA E ELEVAR A QUALIDADE
DE VIDA DA POPULAÇÃO**

Índice

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2012

Introdução	7
Primeira Parte Balanço das acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau realizadas no ano 2011	9
Segunda Parte Prioridades das acções governativas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2012 — Promover a diversificação adequada da economia e elevar a qualidade de vida da população	13
1. Partilha do fruto do desenvolvimento e promoção da sociedade harmoniosa.....	14
2. Maximização das vantagens próprias e implementação do grande plano de desenvolvimento.....	21
3. Implementação da governação científica e impulsionamento do desenvolvimento do sistema político.....	28
Conclusão	33
Apêndice 1: Propostas de Lei do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2012.....	37
Apêndice 2: Calendário sobre as principais acções das diferentes áreas governativas do ano 2012.....	39
Apêndice 3: Informações sobre o conteúdo do projecto de Centro Mundial de Turismo e Lazer.....	151
Apêndice 4: Súmula do Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde.....	155
Apêndice 5: Planeamento para os Próximos Dez anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011 a 2020).....	163

Índice

Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2012 do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

—— Síntese ——

Área da Administração e Justiça	179
Área da Economia e Finanças	211
Área da Segurança	227
Área dos Assuntos Sociais e Cultura	243
Área de Transportes e Obras Públicas	263
Comissariado contra a Corrupção	281
Comissariado da Auditoria	285

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2012

—— Síntese ——

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2012 (Síntese)	293
--	-----

**Governo da Região
Administrativa Especial de Macau
da República Popular da China
Linhas de Acção Governativa
Ano Financeiro de 2012**

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2012

**Chefe do Executivo CHUI SAI ON
15 de Novembro de 2011**

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Senhoras e Senhores Deputados,

Venho hoje, em nome do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e em cumprimento da Lei Básica, apresentar a esta nobre Assembleia, reunida em plenário, as Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2012.

Durante o segundo ano do presente mandato, o Governo da RAEM tem cumprido, escrupulosamente, os princípios orientadores “um País, dois sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia, e promovido, de forma pragmática, o desenvolvimento pleno e vigoroso da RAEM, assente nas bases sólidas alicerçadas ao longo dos anos, desde o retorno de Macau à Pátria. Com o forte apoio do Governo Central e os esforços conjuntos do Governo e de toda a população, a economia registou um crescimento estável, as finanças públicas e o sector financeiro mantiveram as bases firmes e o posicionamento de Macau como um Centro Mundial de Turismo e Lazer tornou-se claro. Temos dado grande importância à coordenação entre o crescimento económico e a partilha dos frutos, ao aprofundamento da cooperação regional, abrimos novos espaços para o desenvolvimento, ajustámos a estrutura da economia e implementámos uma governação assente nos valores científicos e em observância da Lei promovendo um clima estável e tranquilo na sociedade de Macau. Encarámos tanto os desafios como as oportunidades, com determinação e confiança, caminhando sempre em passos firmes rumo ao futuro.

No próximo ano, e na prossecução do lema “ter por base a população”, continuaremos a acompanhar de perto os interesses e as necessidades da população. Iremos aperfeiçoar,

constantemente, as nossas políticas e medidas, e otimizar, activamente, o modelo do desenvolvimento económico, no sentido de elevar o nível da qualidade de vida da população. Daremos particular atenção ao desenvolvimento coordenado entre a pessoa e o ambiente, e entre as necessidades do presente e os interesses de longo prazo da população. Empenhar-nos-emos no reforço da cooperação regional, procurando conseguir a complementariedade em múltiplos domínios e ganhos mútuos nos diversos sectores, com vista à criação de melhores condições para a concretização do desenvolvimento sustentável da sociedade e da economia de Macau. Continuaremos a promover uma governação pautada por valores científicos, a intensificar os valores da integridade e a solidificar o sistema jurídico, a fim de elevar o nível da nossa governação. Iremos reforçar a educação cívica, focando na formação de um ambiente social de valores humanistas, a fim de criarmos juntos um belo lar onde todos vivem e trabalham com tranquilidade e alegria.

Primeira Parte

Balanço das acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau realizadas no ano 2011

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Apresento, de seguida, uma breve retrospectiva dos trabalhos realizados no ano 2011.

No ano passado, prosseguindo o objectivo de “implementar a governação científica e projectar o plano de desenvolvimento”, e centrando-se nas prioridades de acção nomeadamente, a optimização da qualidade de vida urbana, o impulsionamento dos valores humanísticos, a concretização de um governo transparente e a consolidação dos sistemas, o Governo da RAEM, partindo das necessidades da população em geral e dos interesses de longo prazo da sociedade, foi gradualmente concretizando os compromissos assumidos nas linhas de acção governativa.

Para promover a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população, é necessário ter uma determinação política firme e, também, bases económicas sólidas, dando ênfase à promoção do desenvolvimento a longo prazo. Apesar da complexidade e das constantes mutações verificadas na conjuntura económica no exterior, a macro-economia de Macau tem continuado a registar um desenvolvimento estável. No primeiro semestre do ano, o nosso PIB registou um crescimento real de 22,9%, comparativamente ao período homólogo do ano passado, e prevê-se que a economia local conseguirá manter um crescimento de dois dígitos ao longo do ano. A taxa de desemprego manteve-se, basicamente, num nível baixo durante todo o ano passado, situando-se em 2,6% no terceiro trimestre do ano corrente.

Entretanto, em virtude de razões várias, tais como o aumento da procura, os factores importados e a subida dos preços dos produtos, Macau apresentou uma taxa de inflação anual acumulada de 5,11% no terceiro trimestre do ano corrente. Face à constante pressão inflacionista, o Governo a par de efectuar o ajustamento das políticas de assistência já existentes, lançou um pacote de medidas de apoio às camadas vulneráveis e à população em geral na melhoria da qualidade de vida, orçado em mais de dez mil milhões de patacas, permitindo que mais residentes com necessidades sejam beneficiados pelo sistema de segurança social, o que demonstra o carinho do Governo às diferentes camadas sociais. Estimulámos, ainda, as empresas com capacidade a aumentarem os salários, a fim de reduzir o impacto na vida da população causado pela inflação.

Foi alargado o âmbito de várias medidas de redução e isenção de taxas e impostos à população, nomeadamente, a Contribuição Predial Urbana e o Imposto de Selo, e a eliminação da Taxa de Utilização das Estruturas de Embarque e Desembarque Marítimo.

Relativamente à política de habitação, neste momento, estão já em curso as obras de construção das 19 mil habitações públicas, esperando o Governo ter este projecto concluído até o final do ano 2012. Além disso, relativamente à transmissão de fracções autónomas residenciais dentro de curto prazo, o Governo implementou o Imposto de Selo Especial sobre a Transmissão de Bens Imóveis destinados a Habitação, tendo igualmente imposto maior restrição quanto ao limite máximo de crédito para a aquisição de fracções autónomas

de edifícios em construção e lançado as directivas destinadas a regulamentar a compra e venda de fracções autónomas de edifícios em construção. Na sequência destas medidas, o volume de transacções do terceiro trimestre desceu 76,4% em comparação com o segundo trimestre deste ano.

A Lei de Habitação Económica, já em vigor, alterou o limite máximo e mínimo dos rendimentos dos candidatos à aquisição de habitações económicas, permitindo que cerca de 80% dos agregados familiares de Macau passem a poder ficar abrangidos para efeitos de candidatura. Além disso, regulamentou-se o regime da atribuição de habitação económica, a fixação do preço, a lista de espera e pré-venda, o regime de revenda e o tratamento da lista de espera de habitação económica anteriormente existente, etc.

O Governo promoveu igualmente a revisão do método de determinação do montante do Prémio de Concessão, tendo actualizado a sua fórmula de cálculo de acordo com a situação concreta do mercado.

O ensino desempenha um papel fundamental na formação de recursos humanos altamente qualificados. O Governo da RAEM tem atribuído, desde sempre, grande importância ao ensino, aumentando, continuamente, a aposta de recursos nesta área, com vista a assegurar a sua qualidade. Ao mesmo tempo, temos empenhado grandes esforços na promoção dos trabalhos legislativos do Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino Não Superior, com vista a estabelecer as bases jurídicas sólidas para formar um corpo docente estável e de alta qualidade. O Governo lançou, ainda, o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, com a duração de três anos, criando maiores oportunidades de acesso ao ensino pelos residentes.

Na sequência do acelerado desenvolvimento ao nível sócio-económico, o Governo da RAEM lançou a política de "primazia dos transportes públicos", e o novo modelo de serviços de autocarros, implementado neste ano, que constitui um novo passo no processo do aperfeiçoamento do sistema e dos serviços dos transportes públicos.

A fim de responder eficazmente às exigências sociais de longa data, o Governo reforçou as obras de reordenamento das redes de esgotos por forma a aperfeiçoar o sistema de drenagem a fim de resolver, gradualmente, o problema das inundações. O Governo continuará a manter boa interacção e diálogo com os residentes, com vista a melhor responder às necessidades que o desenvolvimento sustentável de toda a sociedade requer.

Relativamente à reconstrução da Província de Sichuan, o Governo da RAEM finalizou já a transferência do apoio financeiro referente ao último ano do acordo assinado, tendo financiado, no total, cerca de 5.500 milhões de patacas. Neste momento, cento e cinco projectos estão sendo concluídos sucessivamente, atingindo os objectivos previstos até o final deste ano, sendo os restantes concluídos no próximo ano.

Neste ano, que marca o início da implementação do 12.º Plano Quinquenal, a RAEM acelerou os passos da diversificação adequada da economia, e tendo em vista a

concretização das Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas e o Plano de Desenvolvimento Geral da Ilha de Hengqin, os Governos de Guangdong e de Macau, conceberam e assinaram o Acordo-Quadro de Cooperação entre Guangdong-Macau, no sentido de promover, entre outras, a cooperação nas áreas económica, social, vida da população, e intensificar a articulação das suas infra-estruturas. O Governo da RAEM já instituiu um grupo de trabalho especializado para o acompanhamento do referido Acordo-Quadro, e deu já início aos trabalhos preparatórios do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa.

Este ano, o Governo anunciou, pela primeira vez, um programa legislativo anual e fortaleceu a comunicação com a Assembleia Legislativa, preocupando-se com a elevação da qualidade legislativa.

A fim de consolidar e melhorar as bases jurídicas do regime de responsabilização dos altos cargos públicos, o Governo promoveu o aperfeiçoamento do respectivo regime jurídico, tendo sido criada a Comissão de Ética para a Administração Pública e publicadas as limitações para o exercício de actividades privadas impostas aos titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos após a cessação de funções.

Durante o ano passado, em observância e escrupulosa execução da Lei Básica, das legislações em vigor e das convenções internacionais aplicadas em Macau, a equipa de governação do Governo desenvolveu os trabalhos de forma activa e ordenada, tendo as várias áreas governativas atingido, basicamente, os objectivos desejados. Todavia, todos sabemos que existe, ainda, espaço para melhoria no processo da governação. Iremos manter a convicção, ouvir as necessidades da sociedade e reforçar as bases científicas que sustentam a nossa governação, de modo a desenvolver da melhor maneira todos os nossos trabalhos no sentido da edificação duma sociedade harmoniosa e saudável.

Segunda Parte

Prioridades das acções governativas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2012 —
Promover a diversificação adequada da economia e elevar a qualidade de vida da população

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Passo agora à apresentação da acção governativa para o ano 2012.

A dinamização da diversificação adequada da economia e o aperfeiçoamento dos benefícios prestados à população são o primado da acção governativa do Governo da RAEM. Iremos concretizar e melhorar as diversas garantias da população, criando medidas para aumentar as oportunidades de emprego, habitação, educação, serviços médicos e pensão para idosos, envidando esforços na melhoria da qualidade de vida da população, impulsionando de forma pragmática o progresso adequado da sociedade e da economia, através de métodos científicos e da promoção do desenvolvimento. Estamos confiantes de que insistindo no princípio da governação de “ter por base a população”, e o esforço comungado com a população, iremos concretizar a estabilidade e a prosperidade e o desenvolvimento sustentável da RAEM, no longo prazo.

1. Partilha do fruto do desenvolvimento e promoção da sociedade harmoniosa

Iremos proceder ao estudo amplo e à análise integrada dos dados dos Censos 2011, para além da realização de estudos sobre políticas demográficas, com vista a aperfeiçoarmos de forma mais científica e mais objectiva, as diversas políticas que dizem respeito à população, e criar medidas de curta, média e longa duração, envidando esforços na promoção do auto-aperfeiçoamento da população e no equilíbrio entre a partilha adequada do fruto do desenvolvimento, a felicidade presente e o bem-estar duradouro.

(1) Respeito pelos idosos, apoio aos mais fragilizados, e cuidados à vida da população

Olhando de forma abrangente para o desenvolvimento económico de Macau, no presente ano, e avaliada a situação da capacidade financeira, o Governo da RAEM vai dar continuidade ao conjunto de medidas de subvenção, comparticipação do fruto do desenvolvimento e redução ou isenção fiscais, com vista a melhorar a vida dos residentes.

O bem estar e a garantia da qualidade de vida dos idosos têm sido uma das prioridades do Governo da RAEM. Temos dado especial atenção ao facto da proporção da população idosa que, em 2009 representava 8%, passar em 2012 para 12% e em 2031 para 19%, face ao total da população. Para garantirmos mais apoio à terceira idade, por parte das suas famílias e da sociedade, estamos fortemente empenhados na consulta pública sobre a Lei de Bases dos Direitos e Garantias dos Idosos. O respeito pelos idosos é uma tradição milenar na cultura chinesa, pelo que, propomos elevar o montante do Subsídio para Idosos para 6.000 patacas. O Governo já efectuou um estudo integrado sobre várias medidas de apoio

à terceira idade, designadamente sobre assistência médica, habitação e aposentação, no sentido do estabelecimento faseado de um mecanismo sistemático de protecção aos idosos, em resposta ao envelhecimento tendencial da população e em prol do bem-estar dos idosos na sua velhice.

O Governo tem dedicado particular atenção às comunidades mais fragilizadas, e atento aos impactos inflacionários na vida dos cidadãos, irá lançar uma série de medidas de resposta à subida da inflação, designadamente o alargamento de fontes de aquisição de produtos e o aumento de transparência dos preços.

Após estudos específicos sobre o risco social, o Governo irá propôr, para o próximo ano, um aumento do valor do risco social, para 3.200 patacas, com o intuito de garantir a qualidade de vida das comunidades mais fragilizadas. Em relação ao Plano de Apoio Alimentar de Curto Prazo, prevê-se a possibilidade de aumento do limite máximo de rendimentos para 1,7 vezes do risco social, com vista ao alargamento do âmbito de beneficiários, a fim de prestar apoio aos indivíduos de baixo rendimento que não estejam abrangidos pela rede de apoios do Instituto de Acção Social.

O Governo irá continuar a reforçar as medidas de apoio aos agregados familiares e comunidades mais fragilizadas, atribuindo apoios financeiros às famílias com dificuldades. Para isso, às famílias que neste momento já são beneficiárias do apoio financeiro, iremos atribuir, por uma única vez, mais uma prestação. Iremos conceder abonos e subsídios especiais aos três tipos de famílias em situação vulnerável, isentar as famílias arrendatárias de habitações sociais do pagamento da renda de um ano e manter o plano provisório de atribuição de abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos à habitação social que preencham os requisitos, sendo atribuído o montante mensal de 1.250 patacas para agregados familiares compostos por uma a duas pessoas, e de 1.900 patacas aos agregados familiares compostos por três ou mais pessoas.

Iremos dar continuidade à medida de subvenção aos trabalhadores por conta de outrem, a tempo inteiro, com baixo rendimento. Assim, os trabalhadores a tempo inteiro, residentes permanentes de Macau, que reúnam os requisitos podem requerer a subvenção de rendimentos, no montante até 4.400 patacas por mês.

Daremos continuidade às iniciativas que visam a promoção de oportunidades de emprego, solidificando e reforçando as formações de iniciação profissional e de aperfeiçoamento profissional com objectivos claros e sentido realista; continuaremos a dinamizar o Projecto de Serviço sobre Vida Positiva e o Plano de Apoio Comunitário ao Emprego.

Nos termos da legislação em vigor, os residentes permanentes da RAEM que no ano civil em questão tenham permanecido na RAEM, pelo menos, 183 dias, e que tenham completado 22 anos de idade, são considerados automaticamente participantes no Regime de Poupança Central, e têm direito à verba de activação de uma só vez, no montante de

10.000 patacas. Assim, tendo em vista a situação financeira do Governo em 2011, propomos injectar, no próximo ano, 6.000 patacas em cada conta do Regime de Poupança Central cujo titular reúna os requisitos, no sentido de reforçar a implementação do Regime de Segurança Social de Dois Níveis. Propomos ainda continuar com o Plano de Participação Pecuniária do próximo ano, atribuindo o montante de 7.000 patacas a cada residente permanente e o montante de 4.200 patacas a cada residente não permanente.

Com vista a demonstrar a atenção e o carinho aos residentes de Macau que estejam a frequentar cursos do ensino superior, aliviando os seus encargos com a aquisição de livros, materiais de referência e de aprendizagem, o Governo irá conceder um subsídio ao abrigo do Programa de Subsídio de Aquisição de Material Escolar, no montante de 2.000 patacas, aos estudantes que estejam a frequentar cursos de ensino superior ou de pós-graduação, dentro ou fora de Macau.

Iremos dar continuidade ao regime de subvenção para aquisição de livros, os estudantes do ensino primário e secundário podem obter, em cada ano lectivo, um subsídio de 1.700 patacas, e os do ensino infantil um subsídio de 1.500 patacas, como forma de atenuar os encargos dos pais na aquisição de material didáctico. Para incentivar a aprendizagem contínua junto dos residentes, continuaremos a implementar o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, com a duração de três anos, atribuindo a cada residente de Macau, que tenha completado 15 anos de idade, um subsídio máximo de 5.000 patacas.

Prendemos, também, manter o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde, no valor de 500 patacas para cada residente de Macau, e a subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais, no montante de 180 patacas por mês para cada unidade habitacional.

Com a aplicação das subvenções e das participações, o Governo prevê despesas na ordem dos 8.570 milhões de patacas.

Para o próximo ano, iremos continuar a implementar medidas de redução e isenção fiscais, que incluem a redução de 25% do imposto profissional da população activa, com o limite de isenção em 144.000 patacas; a isenção do pagamento da contribuição industrial, da taxa de licença de exploração dos vendilhões, da renda das bancas dos mercados, da taxa de inspecção sanitária dos produtos frescos e animais vivos, do imposto de selo sobre as apólices de seguros, incluindo o seguro de vida, e o imposto de selo sobre operações bancárias; a isenção da taxa da licença de reclames e tabuletas das unidades comerciais e do imposto de turismo dos estabelecimentos de restauração; a isenção da contribuição predial urbana até 3.500 patacas, manter o valor de 200.000 patacas de matéria colectável a beneficiar de isenção do imposto complementar sobre rendimentos (que anteriormente era de 32.000 patacas) e a isenção do pagamento do imposto de selo sobre os bilhetes de entrada e de assistência a pessoal a espectáculos, exposições e diversões. Os residentes permanentes de Macau que não possuam imóveis e que venham a adquirir a primeira habitação continuarão a beneficiar da isenção do pagamento do imposto de selo sobre a

transmissão do imóvel (aplicada apenas a unidades habitacionais) até 3 milhões de patacas do valor da propriedade. Com a manutenção destas medidas de redução e de isenção fiscal, o Governo deixará de receber receitas fiscais no valor aproximado de 1.470 milhões de patacas.

Os serviços do Fundo de Segurança Social abrangem já toda a população de Macau, pelo que as despesas têm vindo a aumentar, trazendo grandes pressões financeiras no seu funcionamento. Assim, após análise do relatório do estudo actuarial do Fundo de Segurança Social, iremos estudar, no próximo ano, a possibilidade de injeção de capital no Fundo, por forma a garantir a sua sustentabilidade. O Governo da RAEM irá também, através de auscultação e de estudos, aperfeiçoar gradualmente o Regime da Segurança Social, apresentando de forma mais transparente os direitos e deveres de todas as partes envolvidas, de modo a manter o funcionamento sustentável do Fundo de Segurança Social.

O Governo da RAEM tem dado particular atenção à situação da oferta de produtos alimentares. Com a mudança de instalações do Mercado Abastecedor para a Zona de Macau do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau, o Governo irá aumentar a fiscalização e a expansão do referido Mercado, otimizando as condições para o seu melhor funcionamento. Pretendemos introduzir maior competitividade, aumentando, significativamente, o número de lojas para 250, destinadas ao comércio por grosso de vegetais, frutas, ovos e aves.

O nível de saúde é parte integrante da qualidade de vida da população. O Governo irá promover activamente o princípio da “prevenção prioritária e tratamento adequado”, continuar a aumentar os recursos na área da saúde, e concretizar o Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde. Irá, ainda, melhorar e alargar continuamente a rede dos serviços de saúde e elevar a qualidade dos mesmos; aperfeiçoar os serviços da rede de cuidados de saúde primários, melhorar o mecanismo de triagem na primeira consulta especializada para reduzir o tempo de espera das consultas.

Iremos dar continuidade e reforçar os serviços prestados aos idosos na área da saúde, intensificar a cooperação com as instituições médicas não governamentais, e aperfeiçoar a rede comunitária de prestação de serviços médicos. O Regime de Prevenção e Controlo do Tabagismo vai entrar em vigor no próximo ano, realizando-se uma série de acções de divulgação e implementação da lei. Iremos ainda, em cooperação com a Organização Mundial de Saúde e as entidades regionais, reforçar os trabalhos de prevenção e controlo no domínio da saúde pública.

Com o alargamento da rede de cuidados de saúde pública, o Governo irá aperfeiçoar o serviço especializado para a formação de médicos, aumentar o número de vagas nas duas escolas de enfermagem e elevar a qualidade de formação de profissionais de saúde. Prevemos que o Centro de Formação da Medicina Tradicional, em Macau, criado entre o Governo da RAEM e a Organização Mundial de Saúde, entrará em funcionamento no próximo ano, melhorando desta forma o nível da medicina chinesa local.

Para responder às necessidades do desenvolvimento social, as instalações das creches vão ser alargadas, fornecendo serviços mais diversificados; iremos melhorar os resultados do sistema de apoio às comunidades mais fragilizadas e continuaremos a aperfeiçoar os serviços de cuidados de longa duração, principalmente os serviços de apoio aos portadores de deficiência física e aos indivíduos com doenças mentais e respectivos familiares. Iremos, também, sensibilizar a população sobre os perigos da droga, através de cooperação com escolas, pais e associações sociais, de modo a melhorar os resultados de reabilitação na sociedade. Iremos, também, incentivar a população para uma maior participação em trabalhos de voluntariado e promover o espírito de apoio mútuo, aperfeiçoar os respectivos diplomas legais, combater e prevenir a violência doméstica, protegendo as mulheres e crianças.

O desenvolvimento do desporto tem por objectivo o melhoramento físico e o aumento do estado de saúde da população. Assente em bases sólidas, após a organização de 3 eventos internacionais de grande envergadura, Macau possui recursos humanos qualificados na área desportiva e uma série de instalações desportivas modernas. O Governo irá aproveitar este património valioso e melhorar o modelo de funcionamento da actual gestão desportiva, concretizando a estratégia de desenvolvimento em duas vertentes, a do desporto de rendimento e a do desporto para todos. Por um lado, vão ser melhorados as instalações e os recursos humanos na formação de atletas, vão ser formados talentos do desporto, e vai ser elevado o nível de competição do desporto de rendimento; e, por outro lado, a generalização do desporto para todos, favorece uma utilização facilitada das diversas instalações desportivas pelos residentes, e vai criar um modo de vida saudável através da prática vitalícia do desporto.

(2) Firmeza no princípio de “habitação para todos, bem estar para todos”

Surgiram nos últimos tempos grandes mudanças no mercado imobiliário de Macau devido à tendência económica do Interior da China. Por um lado, o desenvolvimento social e o aumento populacional originaram maior procura de habitações, e por outro, o ambiente mundial de baixos rendimentos e a entrada abundante de capital, complexaram os factores decisivos de aquisição de habitação dos residentes. Neste novo contexto, em constante mudança, o Governo da RAEM tem vindo a melhorar as políticas de habitação, apoiando a população na satisfação das necessidades básicas de alojamento.

“Habitação para todos, bem estar para todos”, é o princípio orientador das políticas de habitação de Macau. Através da avaliação científica sobre a necessidade real de recursos de habitação pública no futuro, as habitações públicas serão atribuídas segundo os princípios de igualdade, justiça e transparência. O Governo da RAEM está empenhado na garantia do direito fundamental à habitação dos cidadãos, e na promoção contínua do funcionamento saudável do mercado, em prol do desenvolvimento estável da sociedade. Os recursos de solos são escassos, pelo que o Governo irá continuar com a política da prevalência das habitações sociais sobre habitações económicas, cuidando em primeiro lugar das famílias com baixo rendimento e das comunidades mais fragilizadas. A Lei da Habitação Económica,

já implementada, criou as normas jurídicas e respectivas orientações para a concretização do regime das habitações económicas. No próximo ano, o Governo irá concretizar a promessa das 19 000 habitações públicas, e fazer uma distribuição ordenada das mesmas, satisfazendo primeiro as necessidades daqueles que se encontrem na lista de espera há vários anos. Assente nestas bases, irá desenvolver os trabalhos para o projecto de 6 300 habitações públicas de reserva. Ao mesmo tempo, atendendo ao desenvolvimento urbano e demográfico a longo prazo, o Governo criou também uma reserva de terrenos destinados à construção de habitações públicas no futuro, através da delimitação de parte dos terrenos disponíveis e dos terrenos dos Novos Aterros Urbanos.

(3) Importância atribuída aos valores humanistas e elevação da qualidade da população

O ensino é o factor decisivo para elevar a qualidade da população e consolidar os valores humanistas. Desde o retorno de Macau à Pátria, o Governo da RAEM tem-se empenhado em aperfeiçoar a política do ensino em todas as suas vertentes, aumentando gradualmente em cada ano a aposta de recursos na área de ensino, nomeadamente através da implementação do regime de quinze anos de escolaridade gratuita, do aumento programado de subsídios e da alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior e seus diplomas complementares. Tudo isto constitui uma base sólida para o sistema educativo da RAEM. Os esforços dispensados pelos profissionais da área de ensino determinam a elevação permanente da qualidade do ensino. Esperamos assegurar, em termos de regime, de profissionalismo e de recursos, uma garantia para as condições de trabalho do pessoal docente, reforçando o corpo docente, e promovendo, junto da sociedade, o espírito de “respeito para com os professores”.

Com o Planeamento para os Próximos Dez anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011 a 2020) pretendemos melhorar o planeamento do ensino científico, elevar a qualidade global do ensino e formar recursos humanos excelentes para o desenvolvimento sustentável da RAEM.

O processo de cooperação regional implica também uma relação de competição entre partes, sendo, portanto, importante promover a formação de quadros qualificados vocacionada para a internacionalização e a optimização da qualidade. O Governo da RAEM dará continuidade ao reforço do investimento na área de ensino superior, de adequação do sistema educativo ao desenvolvimento dos estabelecimentos de ensino superior e de apoio a estes na melhoria de condições para o ensino e a investigação. A conclusão das obras de construção do novo campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin, que está prevista para finais do próximo ano, representará um novo marco para o desenvolvimento do ensino superior de Macau.

Para fazer face às exigências do processo de diversificação adequada da economia de Macau, o Governo da RAEM pretende promover a coordenação de vários estabelecimentos de ensino superior na organização de cursos mais diversificados e flexíveis, vocacionados

para satisfazer as necessidades de aperfeiçoamento contínuo sentidas pela população. A par disso, o Governo irá ajustar e aperfeiçoar o Plano das bolsas de estudo para o ensino superior, alargando, no novo ano lectivo, o limite dos rendimentos do agregado familiar dos candidatos às bolsas-empréstimo, esperando que a oportunidade de acesso ao ensino superior dos jovens de Macau não seja afectada pela situação económica da família, e que sejam formados quadros qualificados em diversas áreas, necessários ao desenvolvimento social.

Além disso, o Governo da RAEM procura criar uma base de dados de recursos humanos, com vista a conhecer a situação actual e planear o futuro. Na primeira fase, serão recolhidas informações sobre os estudantes locais de ensino superior, com vista a adquirir informações sobre quadros qualificados de Macau. Para tal, foi já solicitada às instituições académicas a análise sobre a necessidade dos recursos humanos para o futuro, de modo a definir a linha de rumo para a organização de cursos junto dos estabelecimentos de ensino superior de Macau e a formação dos recursos humanos, proporcionando, assim, bases científicas para a elaboração de políticas de recursos humanos da RAEM.

O Governo da RAEM, empenhado na criação de condições para a formação duma nova geração mais competitiva, promoverá, conjuntamente com associações sociais, actividades de voluntariado para os estudantes do ensino superior, de modo a promover a solidariedade e o humanismo. Serão organizados cursos sobre o desenvolvimento da Pátria e a aprendizagem linguística para estudantes universitários de Macau, com vista a melhorar o conhecimento da história e cultura chinesas e aprofundar a sensibilidade patriótica e afectiva em relação à Pátria e a Macau.

A formação de uma geração de recursos humanos leva muitos anos e o ensino é um processo muito importante para inspirar aos estudantes, valores como os da moralidade, inteligência, saúde, associativismo e estética, sendo necessária uma diversidade de meios, nomeadamente, a família, a escola e a sociedade, tendo em conta também o exemplo dado pelos pais e professores, para que os nossos estudantes, desde pequenos, sejam virtuosos, disciplinados e cumpridores da lei. O desenvolvimento galopante da sociedade e a utilização generalizada das tecnologias de informação determinam uma grande alteração no ambiente de crescimento dos jovens e da sua vida quotidiana, sendo necessários, por isso, cuidados e solidariedade para com este grupo de população. Iremos envidar esforços para a criação de um melhor ambiente de crescimento, preconizar os valores correctos e regras morais, encorajar os jovens para tomar a iniciativa de aprender e reflectir mais, orientar a juventude para uma vida saudável e dinâmica e sensibilizá-la sobre a importância de elevação da competitividade própria, com vista a ser cidadãos bem desenvolvidos e excelentes.

Com vista à implementação do conceito “governança científica”, o Governo da RAEM já colocou a política demográfica como uma das prioridades da acção governativa. O Governo pretende, por isso, dar início aos trabalhos de consulta sobre o Enquadramento de Política Demográfica da RAEM, efectuando o estudo e análise da política demográfica, de modo que a população local seja capaz de contribuir para o desenvolvimento dos projectos

de Centro Mundial de Turismo e Lazer e de diversificação adequada da economia, ganhando competitividade suficiente para participar em projectos de Nova Zona Metropolitana de Nível Mundial de Guangdong, Hong Kong e Macau e Área de Qualidade de Vida, apoiando efectivamente o desenvolvimento sustentável de Macau.

O reforço do estudo sobre a classe média também está inserido na agenda de acção governativa. No processo de estudo e elaboração de políticas, o Governo dará continuidade à consulta de opiniões dos representantes dos diversos sectores, incluindo as da classe média, empenhando-se no estabelecimento de um ambiente de vida de qualidade, onde os residentes são apoiados no desenvolvimento das suas capacidades no sentido da elevação do seu estatuto social.

Macau, umas das importantes escalas na antiga rota marítima da seda, é actualmente uma cidade moderna. O Centro Histórico de Macau conserva a essência da história da convivência e do intercâmbio cultural entre o Oriente e o Ocidente ao longo de mais de 400 anos, demonstrando o precioso valor universal da Humanidade. A protecção do património mundial merece sempre a atenção do Governo e a Lei de Protecção do Património Cultural já se encontra no processo legislativo. Continuamos a promover a protecção do património cultural intangível, e a desenvolver os trabalhos preparatórios do “fundo de indústrias culturais e criativas” no sentido de investir maiores esforços na promoção do estabelecimento destas indústrias em Macau. A par de construir mais infra-estruturas culturais, o Governo irá identificar e estudar a cultura local, com vista à criação do ambiente cultural de Macau e à melhoria da vida cultural dos residentes.

Como um dos elementos constituintes da comunidade de Macau, os macaenses e os portugueses aqui residentes têm contribuído para a nossa sociedade. Continuaremos a promover esta excelente tradição de harmonia entre diferentes comunidades, com vista a abrir conjuntamente um novo capítulo para o desenvolvimento de Macau.

2. Maximização das vantagens próprias e implementação do grande plano de desenvolvimento

No futuro, o Governo da RAEM firmado na sua convicção e em comunhão com a população, desenvolverá ao máximo as próprias vantagens, tirando proveito das oportunidades sem precedentes, para implementar o grande plano de construir Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer.

(1) Prosseguimento da diversificação adequada da economia e concertação do desenvolvimento estável das indústrias

O Governo da RAEM tem como prioridade das suas acções manter estável o desenvolvimento económico de Macau, implementando políticas fiscal e financeira equilibradas. O Governo deve, ainda, manter um alto sentido de alerta perante a conjuntura externa inconstante e complexa, e acompanhar de perto a evolução da situação no

futuro, a fim de continuar a manter o crescimento estável da economia. Tendo em conta a performance da economia local durante este ano, estamos cautelosamente optimistas quanto à economia geral de Macau no próximo ano.

O Governo da RAEM está firmado na concretização do posicionamento de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer, reforçando as suas funções como plataforma regional de serviços comerciais. Ao consolidar e aprofundar o desenvolvimento estável da indústria do turismo e jogo, irá controlar devidamente a dimensão e a rapidez do crescimento do sector do jogo, e reforçar a sua fiscalização, procurando promover o crescimento e a valorização das indústrias associadas ao sector do turismo integrado, para impulsionar a diversificação adequada da economia. O Governo tem como acções prioritárias impulsionar o crescimento das indústrias de convenções e exposições, culturais e criativas, da medicina tradicional chinesa e de serviços comerciais, continuar a dar apoio à reconversão e valorização das indústrias tradicionais, no sentido de formar uma estrutura económica correspondente à diversificação adequada da economia de Macau. Serão dados maior apoio e estímulo a todas as indústrias para inovarem as suas técnicas e elevarem o nível de gestão, com vista ao aumento da sua competitividade.

O Governo da RAEM tem implementado várias medidas de apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas, designadamente o aperfeiçoamento contínuo de medidas de apoio financeiro, e o apoio na realização de visitas ao exterior para explorar mais oportunidades comerciais. Para além da continuidade na implementação das medidas já existentes, nomeadamente o Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas, o Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas destinadas a Projectos Específicos, a Bonificação de Juros de Créditos para Financiamento Empresarial, o Projecto de Apoio à Preservação das Características dos Estabelecimentos de Comida de Macau e o Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, o Governo, atento às novas tendências do desenvolvimento económico, decidiu rever, novamente, o Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas, elevando o limite máximo da verba de apoio de 500 mil patacas para 600 mil patacas, de forma a ajudá-las a elevar a sua competitividade, através da redução de custos de exploração da empresa e do aumento do fundo de maneiio.

A promoção de qualificação profissional é essencial para a elevação de competitividade dos cidadãos. No processo de desenvolvimento social, há muitas oportunidades a surgir, tornando-se, portanto, pertinente para todos os cidadãos tomarem a iniciativa de prosseguir a elevação das suas capacidades profissionais no sentido do pleno aproveitamento das mais diversificadas oportunidades de emprego. O Governo pretende prosseguir no incentivo ao aperfeiçoamento gradual do regime de qualificação profissional junto dos diversos sectores, empenhado-se na melhoria contínua da qualidade dos vários cursos de formação profissional. Assim, com estas medidas, será criado um ambiente de emprego regulamentado e articulado com a região onde Macau se insere e a comunidade internacional, facultando aos cidadãos uma melhor garantia no desenvolvimento profissional.

O Governo da RAEM dará continuidade ao reforço do combate ao trabalho ilegal, no sentido de proteger os direitos e interesses laborais dos trabalhadores locais. Além da revisão da Lei das Relações de Trabalho e dos diplomas e regulamentos relacionados, o Governo irá, mediante a audição da população e dos diferentes sectores e com base no consenso social, avançar os trabalhos sobre o salário mínimo.

O Governo da RAEM, de acordo com a situação do desenvolvimento social e económico, irá melhorar o Regime de Administração Financeira Pública. Para criar um modelo mais regulado para a administração financeira pública, vamos executar o Regime de Reserva Financeira que entrará em vigor no próximo ano, continuando a acompanhar e a rever a situação de execução da Lei de Enquadramento Orçamental e legislações conexas, introduzindo constantemente melhorias.

(2) Aprofundamento da cooperação regional e procura de ganhos e benefícios mútuos

Com as grandes oportunidades resultantes do 12.º Plano Quinquenal do País e das Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas, bem como de acordo com as reais necessidades associadas ao desenvolvimento de Macau, iremos consolidar e desenvolver mais as nossas vantagens, edificar empenhadamente o centro mundial de turismo e de lazer e a plataforma de serviços de cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, participar por iniciativa própria na cooperação regional, acelerar os passos para a diversificação adequada da economia e promover o desenvolvimento conjunto da Região do Delta do Rio das Pérolas e da RAEM.

A assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau representa uma nova fase caracterizada pela cooperação entre as duas partes em todas as vertentes. No próximo ano, o Governo da RAEM irá tirar o máximo proveito das funções do mecanismo de acompanhamento e investir mais esforços na concretização de projectos. Para acompanhar a implementação das políticas inovadoras para a Ilha de Hengqin, o Governo da RAEM irá intensificar a sua participação na exploração desta Ilha, em particular na implantação do parque industrial de cooperação Guangdong-Macau. Com o apoio do País e da Organização Mundial de Saúde, iremos investir todo o empenho na preparação da instalação do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, a par de promover o desenvolvimento ordenado dos outros sectores no mesmo parque. Na perspectiva da cooperação entre Macau e a Cidade de Cantão, iremos tirar o máximo proveito da plataforma no âmbito do CEPA, ou seja, a zona piloto de experimentação em Nansha de Cantão. Além disso, vamos aproveitar também a inovação em projectos prioritários para reforçar a cooperação estreita com Shenzheng e outras cidades da Região do Delta do Rio das Pérolas.

Com o grande apoio do País, Macau está a desenvolver empenhadamente as suas funções como plataforma de serviços de cooperação económica e comercial entre a China

e os países de língua portuguesa. Através de um conjunto de actividades, nomeadamente a melhor realização local de convenções e exposições de referência, participação nas principais actividades comerciais a realizar nas regiões leste, central e oeste do Interior da China, organização de visitas de estudo a países de língua portuguesa para empresas de Macau e do Interior da China, iremos melhorar os resultados e a eficácia da política de “Boas vindas ao investimento estrangeiro e a expansão nos mercados exteriores”. Continuaremos a explorar, conjuntamente com as províncias da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas e outras províncias do Interior da China, mercados em países de língua portuguesa, na União Europeia e até em países de língua latina.

No processo de participação na cooperação regional, o Governo empenhar-se-á na criação de condições, prestando apoio às pequenas e médias empresas para que possam aproveitar as oportunidades decorrentes da cooperação regional. Quanto à participação na exploração da Ilha de Hengqin, o Instituto de Promoção do Investimento continuará a ajudar, de forma activa, as empresas de Macau a tomarem conhecimento das políticas e regulamentos mais actualizados para investimento na Ilha de Hengqin, e por isso, será criada uma comissão para apreciação dos projectos de desenvolvimento da Ilha de Hengqin, que estará vocacionada para formular padrões de apreciação justos. Serão lançados grandes projectos no sentido de dinamizar a participação das empresas de Macau na exploração da Ilha de Hengqin, dando apoio às empresas de Macau para se estabelecerem no Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau.

Em Agosto corrente, o País lançou 36 novas medidas benéficas para o desenvolvimento da RAEHK. Analisadas estas medidas, verifica-se que muitas delas podem ser, directamente ou mediante adaptações necessárias, aplicadas a Macau. O Governo da RAEM já submeteu ao Governo Central o pedido formal de lançamento destas medidas no próximo ano, incluindo medidas de reforço da abertura do comércio de prestação de serviços, e da abertura do mercado às instituições financeiras de Macau, em termos de diversificação e de qualidade, incentivo na inovação e desenvolvimento de produtos financeiros em Renminbi, apoio ao desenvolvimento estável e conversão das empresas transformadoras que investem no Interior da China, garantia de fornecimento de materiais, reforço de cooperação na indústria de ciência e tecnologia, elevação de qualidade de cooperação turística, e implementação reforçada de projectos previstos no Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau. Todas estas medidas, intervenientes em vários domínios, designadamente o comércio, área financeira, qualidade de vida da população e assuntos sociais, e turismo, irão dar apoio a Macau no desenvolvimento de vantagens próprias e elevação de competitividade.

Após o estudo aprofundado sobre a situação geral de emprego em Macau, e considerando a necessidade de incentivo na prestação domiciliária de cuidados aos idosos e o apoio ao emprego das mulheres, o Governo da RAEM já submeteu ao Governo Central o pedido formal de fornecimento de trabalhadores domésticos do Interior da China a Macau, e pretende aperfeiçoar as legislações sobre a gestão dos trabalhadores domésticos, esperando iniciar os trabalhos sobre esta matéria no próximo ano.

Com o funcionamento formal da Delegação Económica e Cultural de Macau em Taiwan, que está previsto para final deste ano, o desenvolvimento das relações entre Macau e Taiwan entrará numa nova fase. Para além de prestar serviços e apoio aos residentes de Macau quando se encontram a trabalhar, estudar, viajar e viver em Taiwan, bem como em casos de emergência, a Delegação Económica e Cultural de Macau na cidade de Taipé promoverá a cooperação e o intercâmbio entre Macau e Taiwan, nomeadamente nos âmbitos da economia, do comércio e do turismo.

(3) Construção de um centro de turismo e de lazer e optimização das condições do ambiente habitacional

A promoção do desenvolvimento da indústria do turismo tem sido uma das prioridades da acção governativa. Macau já se tornou numa cidade dotada de instalações complementares turísticas modernas. O País tem apoiado ao longo do tempo o desenvolvimento do turismo de Macau, tendo vindo a intensificar nestes últimos anos o apoio a Macau para que este, no pressuposto da manutenção de um desenvolvimento próspero e estável a longo prazo, se torne num Centro Mundial de Turismo e Lazer e promova a diversificação adequada do desenvolvimento económico.

O Governo da RAEM empenhar-se-á no aproveitamento da cultura do Sul da Europa e dum legado cultural de séculos, singularidades essas que possuímos, para moldar a imagem de Macau como cidade de turismo e de lazer. Para além disso, também pretendemos fazer valorizar o lazer na vida quotidiana da população em geral com vista a elevar a sua qualidade de vida.

Para a implementação do projecto de Centro Mundial de Turismo e Lazer, iremos consolidar as actuais fontes de turistas e atrair mais turistas doutros países e regiões, incentivar a construção de estabelecimentos hoteleiros económicos, e promover empenhadamente excursões de qualidade, actividades de convenções e exposições e turismo integrado. Através da cooperação regional, serão desenvolvidos itinerários turísticos multi-destinos, com vista ao impulsionamento da diversificação dos produtos turísticos.

Com vista a promover o desenvolvimento saudável do sector turístico, o Governo da RAEM, para além de executar estritamente os “Pontos fundamentais para os contratos entre as agências de turismo organizadoras e receptoras do grupo dos cidadãos do Interior da China com destino a Macau” acordados com a Administração Nacional do Turismo, irá regulamentar melhor o mercado e emitir instruções a fim de garantir os direitos e interesses dos visitantes e estabelecer um turismo de credibilidade e de qualidade. Continuaremos a aperfeiçoar a legislação reguladora do sector do turismo e intensificar a formação dos trabalhadores do sector; iremos adoptar medidas adequadas para assegurar que a Lei de Proibição da Prestação Ilegal de Alojamento seja aplicada com eficácia.

A elevação da segurança alimentar reveste-se de significativa importância para a optimização das condições do ambiente habitacional em Macau. O Governo, para além de continuar a reforçar a inspecção da segurança alimentar, irá promover a consulta sobre o

projecto de lei relativo a essa matéria, prevendo poder entrar em processo legislativo no próximo ano. A par disso, em articulação com a criação do Centro de Segurança Alimentar, proceder-se-à à revisão dos respectivos diplomas legais e à formação do pessoal. Além disso, o Governo irá reforçar também a fiscalização das instalações de depósito de combustíveis e dos estabelecimentos comerciais como os de restauração e de bebidas, de modo a assegurar, com todo o empenho, a segurança pública.

No novo ano que vem, continuaremos a aperfeiçoar os diplomas legais que possam contribuir para o desenvolvimento da nossa cidade e concretizar os diversos projectos de infra-estruturas, no sentido de construir uma cidade verde com baixas emissões de dióxido de carbono. Iremos iniciar, de forma ordenada, os trabalhos de consulta sobre a Lei do Planeamento Urbano que se prevê entre em processo legislativo no próximo ano.

O Governo da RAEM, no cumprimento do princípio “planeamento científico, distribuição razoável e uso intensivo”, irá efectuar estudos sobre a articulação do planeamento dos Novos Aterros com o posicionamento de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer. Dedicaremos esforços para elevar a qualidade de vida da população, promover o desenvolvimento coordenado a nível regional, e proporcionar reservas de terrenos em prol do desenvolvimento de Macau para 20 ou 30 anos. Iremos planear a construção de edifícios para funcionamento dos órgãos judiciais nos Novos Aterros, bem como o complexo para funcionamento de “serviços integrados do Governo”, de forma a prestar serviços expeditos aos cidadãos e resolver o problema de localização dispersa de serviços públicos. Após o processo de auscultação de opiniões dos diversos sectores sociais sobre o Texto para Recolha de Opiniões dos Anteprojectos do Plano Director dos Novos Aterros Urbanos, iremos reforçar o conteúdo técnico, promovendo a discussão entre especialistas, elaborando no próximo ano o projecto do Plano e iniciando a próxima fase de auscultação pública. Iremos auscultar amplamente a opinião pública dando maior consideração à distribuição das grandes infra-estruturas, no sentido de, em comunhão de esforços, delinear o futuro desenvolvimento de Macau.

Está previsto que a Lei de Terras e o Regulamento Geral da Construção Urbana, com base nas amplas consultas realizadas, entrem em fase do processo legislativo em 2012. O Governo dará continuidade ao aperfeiçoamento dos diplomas legais conexos e ao reforço de fiscalização da concessão e aproveitamento dos terrenos com vista a uma gestão rigorosa e sistemática dos recursos de solos da RAEM.

O Governo irá, face às necessidades de transporte cada vez maiores, prosseguir a linha orientadora da “primazia dos transportes públicos”, intensificando o ordenamento do ambiente do trânsito de Macau, e optimizando os serviços de transporte público. A construção do sistema de metro ligeiro entrará num novo patamar em 2012 e o novo modelo de serviço de autocarros será reajustado para uma maior racionalização, assim como os serviços de táxis serão aperfeiçoados. O Governo planeia, ainda, para o próximo ano, a concessão por concurso público de cerca de 200 licenças de táxis.

Para um território que funciona como centro de turismo e de lazer e serve de plataforma de comércio e de negócios, é indispensável que disponha de serviços de transportes externos mais cómodos e expeditos à disposição de turistas e da sua população. Assim, o Governo da RAEM continuará a otimizar a gestão do transporte marítimo de passageiros e das respectivas instalações, bem como reforçar a segurança da aviação e melhorar a qualidade dos serviços prestados nesta área, tratando do problema das dívidas do Aeroporto Internacional de Macau e definindo um plano de desenvolvimento no futuro, com vista a criar maior espaço para o desenvolvimento da indústria da aviação de Macau.

Estando firme na execução do Protocolo de Quioto aplicável a Macau desde 2008, o Governo da RAEM empenha-se no impulsionamento dos trabalhos de protecção ambiental em Macau, através da implementação de iniciativas legislativas e projectos ambientais, em articulação com as metas de redução de emissões de dióxido de carbono definidas pelo País. Iremos tomar medidas para prevenir impactos da poluição ambiental e destruição ecológica, prejudiciais ao desenvolvimento sócio-económico de Macau. No próximo ano, pretendemos estudar a definição de padrões de emissões de dióxido de carbono dos veículos, o aperfeiçoamento de medidas de monitorização das fontes de poluição sonora, e a definição de padrões de emissão de fumos gordurosos.

Será dada continuidade à implementação ordenada do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010 – 2020), de forma a garantir o desenvolvimento sustentável da economia, sociedade e ambiente. O Governo irá elaborar o Texto Exploratório para a Criação de um Regime de Avaliação do Impacto Ambiental, estabelecer critérios técnicos para impulsionar os trabalhos reguladores da avaliação do impacto ambiental. Paralelamente à definição de medidas que visem introduzir e promover automóveis ecológicos, planeamos já a sua implementação, a título pioneiro, nos serviços públicos que deverão dar prioridade ao uso dos produtos com melhores padrões ecológicos. Também planeamos o uso, a título experimental, de autocarros eléctricos, e iremos impulsionar as empresas concessionárias de transporte colectivo a adaptar os seus autocarros aos padrões de emissões de dióxido de carbono definidos pela União Europeia para o 4.º período de compromisso, de modo a reduzir a poluição do ar. A par disso, pretendemos promover a função do Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética, para a melhoria de qualidade ambiental, o impulsionamento de poupança energética e redução de emissões de dióxido de carbono, e o apoio ao desenvolvimento da indústria de protecção ambiental.

Conforme definido no Programa de Poupança de Água de Macau, o Governo irá promover ordenadamente o aproveitamento da água reciclada, cujos critérios técnicos e diplomas legais estão a ser revistos e a par disso, acelerará a realização do “estudo sobre o planeamento geral de utilização de água reciclada em Macau”. Actualmente, encontram-se em curso a construção das redes de canalização de água reciclada no novo Campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqi e na nova zona urbana em Seac Pai Van e os trabalhos preparativos para a construção de uma estação de água reciclada na Estação de Tratamento de Águas Residuais de Coloane que está prevista para ser concluída e entrar em funcionamento no princípio do ano de 2014.

O Governo da RAEM tem impulsionado empenhadamente o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e sua generalização, tendo intensificado, por um lado, o apoio aos dois laboratórios de referência nacional de microelectrónica e de medicina chinesa a serem construídos em Macau, e por outro lado, dado continuidade à realização da Semana de Ciência e Tecnologia, organizando visitas de estudo destinadas ao pessoal docente e campos de férias de Verão para estudantes no âmbito da generalização da ciência.

O mercado de telecomunicações estará completamente liberalizado no próximo ano e proceder-se-ão, em primeiro lugar, aos trabalhos de licenciamento das redes públicas fixas de telecomunicações, procurando proporcionar à população em geral serviços de telecomunicações mais diversificados e de melhor qualidade.

Actualmente, o ambiente de segurança em Macau é relativamente estável. Atento o desenvolvimento acelerado da sociedade e para fazer face à necessidade da concretização do projecto de Centro Mundial de Turismo e Lazer, o Governo irá reforçar os recursos humanos na área da segurança e recorrer à tecnologia para apoio das actividades policiais, bem como intensificar o policiamento comunitário, por forma a combater as novas modalidades de crimes e dar resposta aos novos desafios.

3. Implementação da governação científica e impulsionamento do desenvolvimento do sistema político

A formação de uma equipa de funcionários públicos eficiente e profissional, íntegra e leal é uma garantia essencial para a concretização de uma governação pautada por valores científicos e para a promoção da transparência governativa. Ao longo dos anos, os trabalhadores da função pública têm trabalhado de forma dedicada e leal, ao serviço da RAEM e seus residentes, contribuindo com esforços incansáveis e empenho para o desenvolvimento da RAEM. Com a implementação dum conjunto de leis e diplomas legais que visam estabelecer o regime de responsabilização, o Governo da RAEM pretende incrementar a consciência dos titulares dos cargos públicos sobre as suas responsabilidades.

Iremos reforçar os trabalhos de reforma da administração pública, concentrando esforços na gestão centralizada dos processos de recrutamento e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos. No próximo ano, iremos estudar a criação duma comissão para apreciação das remunerações dos Trabalhadores da Administração Pública, no sentido do aperfeiçoamento do regime de vencimento da função pública e do estabelecimento dum mecanismo justo, científico e independente, sobre o ajustamento do vencimento dos funcionários públicos.

Para consolidar e melhorar o sistema de administração pública, no sentido da elevação das capacidades gerais do Governo, o Gabinete de Estudo das Políticas e demais serviços conexos já iniciaram um estudo sobre o ajustamento da estrutura governamental, visando racionalizar a questão da sobreposição de competências, a alocação racional de recursos e a optimização dos serviços públicos.

Para a implementação do mecanismo de consulta sobre políticas, serão prosseguidas de forma plena as Normas para a Consulta de Políticas Públicas, com vista a tornar mais eficaz a recolha das opiniões da sociedade, aumentando a qualidade das consultas e valorizando a análise sintetizada de resultados de consulta.

O sistema de Porta-voz do Governo será alvo de constante aperfeiçoamento. Continuaremos a empenhar os maiores esforços para que a divulgação de informações públicas seja atempada e precisa. O Governo, empenhado na garantia da liberdade de imprensa e de edição e no reforço de intercâmbio com a comunicação social, irá auscultar opiniões dos diversos sectores sociais sobre a revisão da Lei de Imprensa e da Lei de Radiodifusão.

De modo a responder eficazmente às situações de emergências no domínio público e elevar a capacidade de resposta às contingências, para além dos quatro mecanismos de gestão de crises já existentes nos âmbitos da cooperação em situações de emergência a nível regional e internacional, da saúde pública, da protecção civil e do turismo, o Governo da RAEM irá criar um novo mecanismo de coordenação da gestão de crises, de comando unificado e para coordenar os trabalhos, a ser dirigido pelo Chefe do Executivo. Caberá a este mecanismo adoptar medidas de emergência necessárias para responder às crises, assegurar o conhecimento da situação de emergência, desde o primeiro momento, definir as formas de divulgação e recolha de informações, mobilizar os recursos humanos e materiais necessários e coordenar a distribuição de tarefas e a cooperação entre os serviços competentes, a fim de estabilizar a situação e de assegurar a segurança da vida e dos bens dos residentes e dos visitantes.

O Governo da RAEM irá desenvolver com todo o empenho as acções de divulgação e formação sobre a Lei Básica, reforçar as acções de generalização do Direito, incrementando o seu conhecimento, observância e respeito. Iremos reforçar os trabalhos de construção do sistema jurídico, e de acordo com o programa legislativo, iremos promover o impulso às acções de recensão e adaptação legislativa, dando prioridade aos trabalhos de produção e revisão dos grandes códigos e principais diplomas legais relacionados com o desenvolvimento económico e com a vida da população. O Governo irá reforçar a coordenação e organização dos trabalhos relacionados com o programa legislativo, mantendo a plena cooperação com a Assembleia Legislativa nos seus trabalhos de apreciação de projectos de lei.

O Governo irá realizar a auscultação de opiniões sobre a revisão da Lei de Bases da Organização Judiciária, empenhando-se na melhoria da qualidade dos recursos humanos, meios e instrumentos dos órgãos judiciais e na formação de quadros qualificados para a área judiciária, no sentido do aperfeiçoamento do funcionamento destes órgãos.

O Comissariado Contra a Corrupção reforçará a fiscalização sobre os sectores público e privado, empenhando-se na promoção de sistema comunitário de integridade. Será dada continuidade à melhoria de qualidade dos trabalhadores deste Comissariado, no sentido

da elevação de eficiência da sua acção. O Governo pretende a intensificação de acções de sensibilização sobre a importância da conduta íntegra junto dos trabalhadores da função pública, consciencializando-os da imperatividade do cumprimento e do respeito pela lei e da integridade. O Governo pretende também reforçar, em cooperação com os diversos sectores sociais, a divulgação dos valores de integridade e do cumprimento da lei, promovendo, assim, a construção duma sociedade íntegra.

O Comissariado da Auditoria pretende o reforço dos trabalhos básicos da informatização de auditoria, do intercâmbio e cooperação regional e internacional, e da formação do pessoal de auditoria, empenhando-se no estabelecimento duma equipa especializada de elevada eficiência. Investirá maiores esforços na divulgação da cultura de auditoria, em consonância com amplas acções de sensibilização sobre o aproveitamento adequado do dinheiro público e dos demais recursos.

A estrutura política da RAEM está consagrada na Lei Básica. A RAEM tem registado progressos notáveis desde o seu estabelecimento, o que demonstra que o estipulado da Lei Básica está de acordo com a situação concreta do desenvolvimento social de Macau. No tratamento da questão com o desenvolvimento do sistema político da RAEM, o Governo, em observância da Lei Básica e numa atitude positiva e cautelosa, irá prosseguir plenamente os princípios orientadores “um País, dois sistemas”, “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia.

Com o aproximar das eleições da 5ª Assembleia Legislativa em 2013 e do 4º mandato do Chefe do Executivo em 2014, o Governo decidiu considerar como prioridade da acção governativa, para o próximo ano, o tratamento da questão relacionada com a revisão ou não do Anexo I sobre a Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo da RAEM e do Anexo II sobre a Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa da RAEM da Lei Básica.

A necessidade da revisão das metodologias constantes dos Anexos I e II da Lei Básica, e, em caso afirmativo, a forma como devem ser alteradas, tem sido, desde há muito tempo, preocupação dos vários sectores sociais. O Governo da RAEM tem auscultado e dado particular atenção às diversas opiniões da sociedade. Os sectores sociais entendem, na generalidade, que a estabilidade do sistema político da RAEM é uma condição fundamental para garantir a prosperidade, estabilidade e desenvolvimento de Macau a longo prazo, e que há, de facto, necessidade de introduzir alterações às duas metodologias, a fim de melhor se adaptarem com a evolução e progresso da sociedade.

Assim, em escrupuloso cumprimento com a Lei Básica e em consonância com a realidade de Macau, mantendo em auscultação permanente com os diversos sectores e assente nos trabalhos já desenvolvidos, o Governo irá apresentar propostas sobre a necessidade e a eventual forma de alteração das metodologias para a constituição da 5ª Assembleia Legislativa da RAEM em 2013 e para a escolha do 4º Chefe do Executivo da RAEM em 2014, realizando consultas sempre que as necessidades reais exigirem. Ao mesmo

tempo, irá rever e melhorar a Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo e a Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa. O Governo espera através do aperfeiçoamento destes regimes promover uma cultura de eleições justas e impulsionar, de forma ordenada e estável, um desenvolvimento do sistema político da Região Administrativa Especial de Macau.

Conclusão

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Na presente fase de desenvolvimento, Macau prossegue o caminho do crescimento económico, privilegiando-se a elevação constante da qualidade de vida da população e a garantia de estabilidade social. Os êxitos de desenvolvimento são sinais evidentes da implementação plena da política “um País, dois sistemas”, do apoio empenhado do Governo Central, e da solidariedade, tolerância e empenho contínuo da população em geral. Estamos completamente de acordo com o reforço de sensibilização sobre o conceito “trabalhar em conjunto, partilhar juntos” e promoção do espírito de auto-aperfeiçoamento, com vista ao desenvolvimento sustentável de Macau.

O lema “ter por base e servir melhor os cidadãos” é bandeira da nossa acção governativa. O ambiente económico para o próximo ano será mais complexo, e portanto, o Governo da RAEM decidiu, como prioridade da acção governativa, a continuidade na promoção de medidas para a elevação de qualidade de vida da população, lançando, de forma atempada e ordenada, um série de medidas de resposta. O Governo está ciente das influências causadas pela inflação à vida da população e das suas aspirações sobre a elevação gradual da qualidade de vida. É por isso que o Governo e a sociedade devem, como meta comum, trabalhar em conjunto para consolidar as bases económicas de Macau, no sentido do aperfeiçoamento de regalias sociais, atendendo aos interesses globais a longo prazo da sociedade. Para o próximo ano, pretendemos dedicar todos os esforços para o impulsionamento do desenvolvimento económico e a concretização da política de diversificação adequada da economia. Só assim é que poderemos assegurar a implementação de várias medidas de apoio social.

O País tem dado apoio na construção de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer e na promoção da diversificação adequada da economia de Macau. Em contrapartida, devemos prestar contributos na implementação das estratégias gerais de desenvolvimento do País, acelerando o processo de cooperação com o Interior da China, em particular com a Província de Guangdong e a Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas. Devemos continuar a elevar a eficácia de cooperação com ganhos para todas as partes.

Ao longo deste ano, com o apoio empenhado do Governo Central, Macau tem registado progressos notáveis no processo de aprofundamento da integração e cooperação regionais. A celebração do Acordo Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, demonstra que no processo de cooperação regional, impulsionado por Macau e pelo Interior da China sob a égide da política “um País, dois sistemas”, os projectos pioneiros, designadamente a criação de novos regimes, trarão oportunidades mais diversificadas aos residentes de Macau. Além da consolidação das actuais vantagens de Macau, temos que fomentar o crescimento económico em novas áreas, dando continuidade ao intercâmbio económico e cultural com o Interior da China e outros países e regiões, por forma a conquistar mais espaços de desenvolvimento.

Conclusão

As perspectivas de desenvolvimento para a RAEM são animadoras, existindo, porém, desafios para além das oportunidades. Temos que prestar atenção às questões profundas de longo prazo, empenhando-nos na resolução de litígios relacionados com os recursos humanos no processo de diversificação adequada da economia, de modo que Macau avance, de forma equilibrada, no rumo do desenvolvimento sócio-económico.

O Governo da RAEM, empenhado na consolidação do conceito “governança científica” e no reforço de estudo de políticas, pretende dar continuidade ao aperfeiçoamento de vários mecanismos, no sentido da construção dum ambiente administrativo regulamentado, transparente e justo. Será dada atenção à promoção contínua de valores de integridade e espírito de responsabilização, bem como à elevação consistente da qualidade da acção governativa. O Governo irá auscultar amplamente opiniões da população em geral, agregando saberes e experiências de todos para concretizar os objectivos das acções governativas.

O Governo da RAEM dará continuidade à melhoria permanente da qualidade de vida da população e à optimização do ambiente urbano. Além disso, o Governo tem também a responsabilidade de promoção de modelo de vida saudável, da prestação de apoio às camadas mais carenciadas, da promoção de ensino para a redução do fenómeno de pobreza transgeracional e do fosso entre ricos e pobres, da consolidação contínua de valores humanistas, da promoção de virtudes tradicionais, nomeadamente o respeito pelos idosos, a solidariedade e a convivência harmoniosa entre comunidades, e do reforço de sensibilização sobre o amor pela Pátria e por Macau. Os cidadãos devem ser encorajados a alargar os seus horizontes sobre o mundo, e atendendo aos interesses globais da sociedade, a participar juntos nos assuntos sociais, servindo a comunidade. Devemos continuar a trabalhar com afinco, agregando saberes e experiências para a concretização do projecto de Centro Mundial de Turismo e Lazer, estabelecendo, em comunhão de esforços, um futuro mais brilhante.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Sob a égide da política “um País, dois sistemas”, demonstrativa da forte vitalidade, entramos numa época magnífica, incumbidos de grande responsabilidade histórica. Temos toda a confiança no ano que vem, mas para evidenciar a vitalidade desta política e em prol da prosperidade e estabilidade a longo prazo da RAEM, é importante aproveitar as oportunidades que nos são oferecidas, e ultrapassar os diversos desafios em comunhão de esforços, com coragem, espírito pioneiro e empreendedor, no estrito cumprimento da Lei Básica.

Finalmente, gostaria de dirigir os meus sinceros agradecimentos à Assembleia Legislativa, a todos os cidadãos e à equipa de trabalhadores da Administração Pública pelo tanto que contribuíram, no ano que passou, para a execução da acção governativa, e ao

Governo Central e respectivas instituições estabelecidas em Macau pelo grande apoio que têm vindo a proporcionar ao desenvolvimento da RAEM.

Dou por terminada a minha intervenção.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Os meus agradecimentos.

Apêndice 1:

Propostas de lei do Governo da RAEM para o ano de 2012

Propostas de lei do Governo da RAEM para o ano de 2012

N.º	Designação de diploma	Data prevista de envio à AL em 2012
1	Lei da segurança alimentar	1.º semestre
2	Regime jurídico do exercício da actividade de administração de condomínios e da profissão de porteiro	
3	Remunerações suplementares nas Forças e Serviços de Segurança	
4	Lei de combate ao crime de violência doméstica	
5	Lei da investigação de acidentes e incidentes aeronáuticos e da protecção da in- formação de segurança aérea	
6	Leis eleitorais	2.º semestre
7	Alteração à Lei n.º 7/2003 (Lei do Comércio Externo)	
8	Diploma regulador da actividade de agências de viagens e da profissão de guia turístico	
9	Regulamento de Segurança contra Incêndio	
10	Alteração ao Estatuto do pessoal docente da Direcção dos Serviços de Educa- ção e Juventude	
11	Lei do Erro Médico	
12	Lei de Terras	
13	Lei do Planeamento Urbanístico	

Apêndice 2:

Calendário das principais acções governativas das diversas áreas para o ano de 2012

Principais acções governativas da área da Administração e Justiça para o ano de 2012 (Domínio da Administração Pública)

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
I Padronização das acções de consulta das políticas públicas e reforço dos estudos sobre a administração pública				
1.	Normas para a Consulta de Políticas Públicas	Acompanhar a implementação das Normas, recolher opiniões e providenciar assistência aos serviços. Avaliação da eficácia dos trabalhos em 2013.	2011	Acção permanente
2.	Estudos sobre a administração pública	Definir o planeamento de estudos sobre o rumo de reformas da Administração Pública e dos regimes dos trabalhadores da função pública.	2012	Acção permanente
II Concretização da gestão centralizada do pessoal e aperfeiçoamento dos regimes jurídicos da função pública				
3.	Recrutamento centralizado e formação para efeitos de acesso	1. Preencher as vagas e concluir os processos de provimento de acordo com os planos de recrutamento e carreiras. 2. Organizar cursos de formação para efeitos de acesso.	2011	Acção permanente
4.	Sistema centralizado de gestão de pessoal	Desenvolver um novo sistema, promover a partilha de informações entre os serviços, elevar a eficiência dos trabalhos de gestão de pessoal e reforçar a automatização.	2012	Acção permanente
5.	Actualização das remunerações	Estudo sobre a criação de uma comissão para apreciação das remunerações.	2012	Acção permanente
6.	Dimensão do número de pessoal	Proceder à análise e ao aperfeiçoamento da gestão da dimensão do número de trabalhadores.	2012	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
7.	Centro de Formação para os Trabalhadores dos Serviços Públicos e planeamento das acções de formação	<p>1. Reforço das competências pedagógicas e técnico-profissionais do Centro e negociações com organismos vocacionados para a formação locais, do Interior da China e estrangeiros para efeitos de assinatura de protocolos de cooperação.</p> <p>2. Concretização dos planos de formação a médio e longo prazo.</p>	2011	Acção permanente
8.	Programa de Aprendizagem de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa (Primeiro Curso)	<p>1.ª parte: Aprendizagem em contexto real de trabalho, aprendizagem teórica, aprendizagem teórico-técnica de interpretação (2012/02 - 2013/02)</p> <p>2.ª parte: Formação prática em contexto real de trabalho (2013/02 - 2014/02)</p>	2012	2014/02
9.	Regime de contrato	Proceder à elaboração do texto de consulta sobre a revisão do regime de contrato para a recolha de opiniões e apresentar uma proposta de revisão após a organização e análise das opiniões e sugestões recolhidas.	2010	Acção permanente
10.	Mecanismo central de conciliação e queixa	<p>1. Elaborar o documento de enquadramento da consulta sobre o regime central de conciliação, definir a metodologia de funcionamento, recursos humanos, equipamentos e sistemas de apoio.</p> <p>2. Acompanhar e concretizar mecanismo de queixa dos trabalhadores da função pública.</p>	2012	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
III Reforço da gestão humanizada e promoção do espírito de equipa				
11.	Apoio psicológico e acções de solidariedade aos funcionários	Proporcionar o serviço e proceder à sua divulgação.	2012	Acção permanente
IV Regime da responsabilização dos titulares de cargos públicos				
12.	Administrar em cumprimento rigoroso da lei e elevar o sentido de responsabilidade	Realização de colóquio sobre a ética administrativa, a responsabilidade administrativa na aplicação da lei e a gestão por resultados do Governo, no sentido de aumentar o conhecimento dos dirigentes sobre as regras de conduta.	Acção permanente	Acção permanente
V Promoção da integridade e aplicação racional dos recursos públicos				
13.	Aperfeiçoar as medidas institucionais de gestão administrativa	<ol style="list-style-type: none"> Definir medidas e concretizar acções no âmbito dos relatórios, directrizes, sugestões e recomendações apresentadas pelo Comissariado contra a Corrupção e pelo Comissariado da Auditoria. Recolher opiniões sobre o regime de deslocação ao exterior em missão oficial de serviço dos trabalhadores da Administração Pública, com vista ao seu aperfeiçoamento. 	Acção permanente	Acção permanente
14.	Consciencialização dos valores de honestidade, interesse público e aplicação racional dos recursos públicos	<ol style="list-style-type: none"> Colaborar com o Comissariado contra a Corrupção e o Comissariado da Auditoria que irão destacar representantes para falar sobre os valores de honestidade, interesse público e as actividades de auditoria. Continuar a organizar com o Comissariado da Auditoria colóquios sobre a cultura de auditoria. 	Acção permanente	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
VI Optimização da estrutura da Administração e reorganização das funções				
15.	Estrutura e funções da Administração	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação global da estrutura orgânica da Administração e distribuição das respectivas funções. 2. Continuar a apresentar uma proposta clara sobre a definição das funções do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e de outros serviços. 	Acção permanente 2012	Acção permanente Acção permanente
VII Aperfeiçoamento da rede de serviços públicos e avaliação da qualidade				
16.	Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concretização da 3.ª fase dos trabalhos de instalação, conclusão da estrutura básica e aumentar o número dos serviços a instalar. 2. Proceder à revisão e avaliação da gestão e funcionamento do Centro, para aumentar a sua eficácia e elevar a qualidade dos serviços prestados. 	2008	Acção permanente
17.	Regime de certificação no âmbito do Programa "Carta de Qualidade"/ Prémio de Serviço de Alta Qualidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover o programa "Carta de Qualidade" inter-serviços, no sentido de permitir que mais serviços relacionados com a qualidade de vida da população e projectos inter-serviços possam aderir à "Carta de Qualidade". 2. Proporcionar o serviço de instrução aos organismos públicos e efectuar a reavaliação. 3. Anunciar os resultados do primeiro concurso do Prémio de Serviço de Alta Qualidade de 2011. 	2012	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
VIII Reforço dos serviços de atendimento ao público e prestação de esclarecimentos, elevação da eficiência e aumento da transparência				
18.	Sistema electrónico de distribuição de senhas e Base de Dados das Informações Governamentais do Centro de Informações ao Público	Desenvolvimento de novas aplicações do sistema e experimentação.	2012	Ao longo do ano
19.	Serviço de consulta do andamento dos processos <i>online</i> ou por via de telemóvel	1. Alargar o âmbito de consulta e aumentar os tipos de processos. 2. Estudar a viabilidade de averiguar o andamento de processos por via de telemóvel.	2012	Ação permanente
IX Generalização da Certificação Internacional de Gestão da Qualidade e aperfeiçoamento do funcionamento e gestão				
20.	Aumento de mais 3 sistemas de gestão certificados do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	1. Os Serviços de Zonas Verdes e Jardins e as 4 divisões a eles subordinadas irão candidatar-se à certificação do sistema de gestão de qualidade ISO9001. 2. A Divisão de Informática irá candidatar-se à certificação do sistema de gestão da segurança informática ISO27001:2005. 3. A Divisão de Saneamento Básico irá candidatar-se à certificação do sistema de gestão de saúde e segurança profissionais OHSAS18001.	2012	Ao longo do ano
21.	Lançamento da 2.ª fase do plano de acções específicas sobre os serviços de qualidade e melhoramento dos serviços	Optimizar mais os serviços de retaguarda, melhorar os circuitos administrativos e a comunicação interna, aperfeiçoar a gestão e o funcionamento do organismo, e elevar o nível de trabalho em termos de eficiência e resultados.	2012	Ao longo do ano

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
X Aprofundamento do projecto "Governo Electrónico"				
22.	"Governo Electrónico"	<p>Aprofundamento do projecto "Governo Electrónico" em 4 vertentes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Definição do planeamento global. 2. Aperfeiçoamento das infra-estruturas informáticas. 3. Aplicação de meios electrónicos na gestão interna. 4. Aplicação de meios electrónicos na prestação de serviços públicos. 	Acção permanente	Acção permanente

Principais acções governativas da área da Administração e Justiça para o ano de 2012 (Domínio da Justiça)

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
I Implementação do plano de iniciativas legislativas e impulso do desenvolvimento do regime de certificação profissional				
1.	Concretização do plano de iniciativas legislativas para 2012	<p>1. Estreitar as relações de diálogo com a Assembleia Legislativa e apresentar os projectos legislativos de acordo com o plano de prioridades, proporcionar o <i>feedback</i> das consultas e os dados suficientes para análise e consulta, incrementar a interacção e cooperação entre os órgãos administrativo e legislativo e colaborar com a Assembleia Legislativa na apre- ciação dos diplomas.</p> <p>2. Definir claramente as matérias cuja normação é feita através de lei de acordo com o Regime jurídico de enquadramento das fontes normativas internas e proceder à organização sistemática e à análise das sugestões recolhidas nas consultas de acordo com as exigências das Normas para a Consulta de Políticas Públicas, de forma a garantir que as propostas de lei venham ao encontro das necessidades reais.</p> <p>3. Proceder à coordenação, por parte dos organismos da área jurídica, dos projectos de diplomas legislativos apresentados pelos organismos competentes</p>	2012	Ao longo do ano

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		<p>em diferentes fases desde a sua criação, uniformizando as exigências técnicas jurídicas, bem como articular com as acções de formação de aprofundamento do Direito, elevando o nível do pessoal da área de Direito no âmbito da produção e análise jurídica, de forma a garantir a qualidade dos projectos de diplomas legislativos.</p> <p>4. Lançar o Sistema de Coordenação Central da Reforma Jurídica, vocacionado para acompanhar o andamento dos projectos constantes do plano de iniciativas legislativas e obter informações oportunas sobre o estado da situação dos projectos em curso, resolvendo atempadamente os problemas que enquanto surgirem.</p> <p>5. Aperfeiçoar continuamente os trabalhos tendentes a impulsionar o plano de iniciativas legislativas, nomeadamente nas vertentes de articulação inter-serviços, fiscalização das diferentes fases do processo legislativo, elaboração do plano de iniciativas legislativas e a produção de relatórios sobre cada etapa do processo.</p>		
2.	Certificação profissional	Impulsionar a elaboração dos diplomas legais relativos ao regime profissional nas diversas áreas e aperfeiçoar gradualmente o sistema de certificação profissional em Macau.	2012	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
II Aprofundamento das acções de recensão e adaptação legislativa e apresentação de propostas sobre a produção legislativa				
3.	Recensão e adaptação legislativa	<p>1. Adaptação de todas as leis e decretos-lei anteriormente vigentes, após a qual serão enviados aos serviços competentes para efeitos de confirmação e apresentação de soluções viáveis no âmbito de iniciativa legislativa.</p> <p>2. Averiguação da correcção das versões traduzidas para chinês de importantes leis e decretos-lei vigentes, apresentando soluções para a sua rectificação.</p>	Primeiro trimestre de 2010	Conclusão de todos os trabalhos em 2013
III Acompanhamento dos trabalhos de redacção e revisão dos Grandes Códigos e diplomas fundamentais				
4.	Código de Processo Penal	Proseguir com o acompanhamento dos trabalhos legislativos neste âmbito, com base nas acções desenvolvidas.	2009	2012
5.	Lei da Segurança Alimentar	Agendamento para entrada em processo legislativo.	Terceiro trimestre de 2011	2012
IV Reforço das acções de sensibilização e divulgação jurídica e promoção da noção de Estado de Direito junto da sociedade				
6.	Fortalecimento das redes de co- operação e aprofundamento do conhecimento da Lei Básica	1. Identificar factores favoráveis na sociedade, integrar as redes de recursos do Governo e da sociedade civil e organizar um conjunto de actividades de generalização do Direito de nível mais aprofundado.	2012	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		<p>2. Desenvolver trabalhos para efeitos da construção do Museu da Lei Básica, aperfeiçoar e enriquecer o seu espólio, no sentido de divulgar a Lei Básica junto de cidadãos de diferentes camadas sociais.</p> <p>3. Promover uma exposição aprofundada sobre informações e conteúdo principal da Lei Básica através de formas variadas, tendo em conta a natureza de trabalho e as necessidades específicas dos organismos funcionais.</p> <p>4. Proceder, gradualmente, à tradução para português de obras relativas ao estudo da Lei Básica.</p> <p>5. Produzir uma colectânea de textos pedagógicos de referência sobre a Lei Básica para pessoas de diferentes faixas etárias, no sentido de apoiar as escolas na divulgação da Lei Básica.</p>		
7.	Aprofundamento das redes de divulgação jurídica escolares	<p>1. Incrementar a criação das redes escolares de divulgação jurídica, no sentido de formar estudantes para serem bons cidadãos conhecedores e cumpridores da lei.</p> <p>2. Criar o Centro de Generalização do Direito e aperfeiçoar as facilidades complementares, com vista a criar condições favoráveis para a divulgação jurídica.</p> <p>3. Continuar a organizar os jovens para compor as Forças de Divulgação Jurídica, com vista a divulgar as leis à juventude através de meios diversificados.</p>	2012	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
8.	Desenvolvimento integrado de redes diversificadas de divulgação jurídica para actividades quotidianas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Continuar a reforçar as redes de divulgação jurídica através da utilização de meios de comunicação social, potenciando os seus efeitos de difusão em larga escala e construir uma rede de divulgação de informações jurídicas mais aperfeiçoadas. 2. Dar início à construção de redes de divulgação jurídica nos bairros comunitários. 	2012	Ação permanente
V Aprofundamento da formação jurídica e garantia de administração segundo a lei				
9.	Formação jurídica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prioridade na organização do Curso de Aprofundamento de Direito e Prática Jurídica na Administração Pública, formação aprofundada destinada a quadros jurídicos. 2. Desenvolver acções de formação mais profundas sobre o Código do Procedimento Administrativo para consolidar a administração de acordo com a lei e proceder à organização de cursos de diferente natureza que contribuam para elevar o nível de aplicação da lei do pessoal da administração pública. 3. Continuar a organizar acções de formação favoráveis aos trabalhos no âmbito da reforma jurídica, divulgar o conteúdo de novas leis, designadamente com vista a garantir que os agentes responsáveis por aplicar a lei estejam familiarizados com legislação recém-aprovada. 	2012	Ação permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		<p>4. Continuar a executar os programas de cooperação jurídica com a União Europeia.</p> <p>5. Continuar a cooperar com a Associação dos Advogados de Macau para organizar cursos sobre disciplinas específicas destinados aos advogados estrangeiros, incluindo o Direito Processual Penal, Direito Processual Civil e Direito Administrativo.</p>		
VI Articulação com os órgãos judiciais				
10.	Formação de magistrados e de funcionários de justiça	<p>1. 12 formandos do 4.º Curso de Formação de Magistrados irão concluir a parte lectiva da formação em Julho de 2012 para entrarem logo na fase de estágio com a duração de 1 ano, terminando toda a formação em Julho de 2013.</p> <p>2. Concluir os procedimentos no âmbito do concurso para o 3.º Curso de Habilitação para Funcionários de Justiça, com vista a preencher 110 vagas de funcionários de justiça nos órgãos judiciais. O Curso, com a duração de um ano, terá início em Abril de 2012.</p> <p>3. Continuar a lançar, em tempo oportuno, acções de formação para ingresso nas carreiras de magistrados e de funcionários de justiça, bem como acções de formação para acesso na carreira de funcionários de justiça, em resposta às necessidades do desenvolvimento dos órgãos judiciais.</p>	<p>Primeiro trimestre de 2011</p> <p>Segundo trimestre de 2012</p> <p>2012</p>	<p>Terceiro trimestre de 2013</p> <p>Segundo trimestre de 2013</p> <p>Acção permanente</p>

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
11.	Promoção da revisão da legislação processual e introdução dos mecanismos de arbitragem e reconciliação	Promover os trabalhos de revisão da legislação processual, no sentido de simplificar os trâmites processuais e elevar a eficiência judicial, assim como promover os mecanismos de arbitragem e reconciliação e desjudicializar a resolução de litígio, com vista a reduzir o volume de casos pendentes nos tribunais.	2012	Acção permanente
VII Articulação com a Assembleia Legislativa				
12.	Articulação com a Assembleia Legislativa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Incrementar as relações de diálogo com a Assembleia Legislativa e estar presente nas acções relacionadas com a apreciação das propostas de lei. 2. Colaborar plenamente com a Assembleia Legislativa, no sentido de encontrar soluções viáveis de iniciativa legislativa no âmbito da renensão e adaptação legislativa, com vista a modernizar o sistema jurídico de Macau. 3. Balanço oportuno da experiência de preparar respostas para as interpelações escritas dos deputados e rever o mecanismo, colaborando com a Assembleia Legislativa no exercício da sua fiscalização das políticas governamentais. 4. Submeter-se às interpelações orais dos deputados, providenciar informações e dados solicitados pela Assembleia Legislativa e acompanhar as petições dos cidadãos. 	2012	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
VIII Desenvolvimento das acções no âmbito do Direito Internacional e promoção de relações de cooperação com o exterior				
13.	Cooperação bilateral no âmbito do Direito Regional e da Justiça	Continuar a acompanhar os trabalhos relacionados com o Protocolo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal com o Interior da China e as negociações sobre o Acordo de Cooperação no âmbito de Processos Penais com Hong Kong.	2002	Ação permanente
14.	Cooperação bilateral no âmbito do Direito Internacional e da Justiça	<p>1. No exercício dos poderes delegados pelo Governo Central e contando com o seu apoio, efectuar negociações com a Coreia para efeitos de celebração do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal e Acordo sobre a Entrega de Infractores em Fuga.</p> <p>2. Iniciar negociações com outros países para efeitos de celebração de acordos de cooperação judiciária.</p>	2009	Ação permanente

Principais acções governativas na área da Administração e Justiça para o ano de 2012 (Domínio dos Assuntos Cívicos e Municipais)

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
I Elaboração da Lei da Segurança Alimentar e instalação do Centro de Segurança Alimentar				
1.	Segurança alimentar	<p>1. Submeter a Lei da Segurança Alimentar à Assembleia Legislativa e proceder à instalação do Centro de Segurança Alimentar nos termos dessa lei após a sua aprovação e, em seguida, o Centro de Segurança Alimentar entrará em funcionamento.</p> <p>2. Incrementar as acções de fiscalização no âmbito da segurança alimentar e elevar os padrões de segurança alimentar de Macau através da participação conjunta do Governo, dos sectores envolvidos e dos cidadãos.</p> <p>3. Reforçar as relações de intercâmbio e colaboração com regiões vizinhas, no quadro de cooperação regional, assegurando uma ampla troca de informações e desenvolvendo medidas de apoio técnico e formação especializada, no sentido de otimizar a fiscalização dos alimentos em Macau.</p> <p>4. Aperfeiçoar os meios técnicos com vista a reforçar as capacidades de inspecção sanitária e de análise laboratorial, melhorar as medidas de combate de epidemias e desenvolver acções de avaliação de risco, nomeadamente, a recolha de dados, a difusão de</p>	Terceiro trimestre de 2011	Ação permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		<p>situações de risco, a recolha de amostras nos mercados, a coordenação de esforços em caso de ocorrência de incidentes de emergência, a despistagem de casos, a sinalização de alerta e a divulgação de informações.</p> <p>5. Continuar a aprofundar a cooperação entre Macau e a Província de Guangdong.</p>		
<p>II Optimização do modelo de funcionamento do Mercado Abastecedor e aperfeiçoamento das medidas destinadas a melhorar a qualidade de vida da população</p>				
2.	Mercado Abastecedor	<p>1. Em resposta às necessidades de desenvolvimento futuro, instalar um novo Mercado Abastecedor no Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau.</p> <p>2. Integrar as funções de controlo da segurança alimentar, controlo da higiene, inspecção sanitária e análise no Mercado Abastecedor, garantindo deste modo a segurança alimentar.</p> <p>3. Proceder ao aperfeiçoamento global das condições de funcionamento do novo Mercado Abastecedor, aumentando os espaços físicos para as suas operações e instalando mais lugares para as bancas, procurando novas fontes de abastecimento de produtos alimentares, bem como proporcionando mais escolhas aos consumidores e um maior equilíbrio na manutenção dos preços.</p>	2012	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
III Reforço da gestão e edificação municipal e elevação da qualidade de vida				
3.	Gestão e edificação municipal	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tendo em atenção a evolução dos hábitos de compras da população, instalar nas zonas novas mercados com centros de compras de modelo inovador. 2. Melhorar as facilidades e o ambiente dos mercados municipais e a zona dos vendilhões de forma ordenada; proceder gradualmente à concretização e conclusão das obras de remodelação e construção do Mercado Tamagnini Barbosa, Mercado S. Domingos, Mercado lao Hon e Mercado da Ribeira do Patane. 	2011	Acção permanente
		<ol style="list-style-type: none"> 3. Elaborar legislação reguladora de depósitos privados de cinzas. 	2011	Ao longo do ano
		<ol style="list-style-type: none"> 4. Continuar a otimizar as instalações e equipamentos dos centros de actividades comunitárias e melhorar a prestação de serviço; inaugurar o Centro de Actividades de Fai Chi Kei. 5. Realizar obras de beneficiação em várias bibliotecas, com vista a proporcionar espaços de leitura em melhores condições à população. 6. Concretizar o projecto de transformação da antiga estação de electricidade de Coloane em museu de ramos de actividades. 	2012	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
		7. Concretizar o projecto de complexo turístico na Praça do Lago Sai Van de forma ordenada e realizar o respectivo concurso público em 2012.	Segundo trimestre de 2011	Conclusão do processo do concurso público em 2012
IV Resolução compreensiva do problema das inundações				
4.	Resolução compreensiva das inundações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Substituir a comporta de escoamento de águas pluviais já antiga da zona da Barra, reforçando deste modo a capacidade para impedir o refluxo das águas do mar. 2. Construir na zona do Porto Interior um sistema de canais e uma estação de bombas de águas pluviais, para acelerar o escoamento das águas e aliviar o problema das inundações. 3. Continuar as obras de construção da estação de bombas de águas pluviais da zona de Fai Chi Kei e iniciar as obras de renovação das canalizações antigas das ruas da zona da Rua da Barca. 4. Concretização das obras de construção da nova estação de bombas de águas pluviais no lote de Ta-magnini Barbosa – Ilha Verde. 5. Elevar as capacidades de escoamento das canalizações na baixa da Taipa. 	2011	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
V Continuação das acções de educação cívica e construção em conjunto de uma sociedade harmoniosa				
5.	Educação cívica	<p>1. Criar uma plataforma de diálogo, articular as acções dos serviços públicos com competências na promoção da educação cívica e através de contactos regulares e coordenação abrangente, incrementar a interacção entre o governo e a sociedade civil, reunindo o contributo de todos para a definição de políticas e linhas de orientação no âmbito da educação cívica.</p> <p>2. Desenvolver as actividades de divulgação no âmbito da educação cívica de acordo com o lema "Construiremos em conjunto uma sociedade harmoniosa"; incentivar as pessoas a terem presente este ideal nas acções do seu comportamento quotidiano e procurar assumir sempre as responsabilidades de um bom cidadão; elevar a consciência cívica da população, dos trabalhadores não-residentes e dos turistas, para efeitos de construção de uma cidade harmoniosa, saudável, limpa e bela.</p> <p>3. Na sequência da entrada em funcionamento da Galeria de Informações sobre a Formação Cívica, inaugurar o novo Centro de Recursos da Formação Cívica em 2012, constituindo importantes plataformas de educação cívica nos bairros comunitários e potenciando os seus efeitos junto dos moradores.</p>	2012	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
VI Introdução de animais ornamentais e implementação de medidas de conservação				
6.	Medidas de conservação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Continuar a otimizar os cuidados médicos, o tratamento e observação de animais raros e elevar as capacidades do pessoal técnico através do desenvolvimento de relações de intercâmbio e aprendizagem com entidades congéneres de regiões vizinhas. 2. Criar um plano de apoio financeiro para realizar as metas de conservação dos pandas. 3. Aperfeiçoar e ampliar as instalações do mini-jardim zoológico do Parque de Seak Pai Van para atrair mais o interesse do público através da introdução de aves atraentes, melhoramento das condições de habitação dos animais e aumento das espécies de animais. 	2011	Acção permanente
VII Ocupação dos tempos livres e enriquecimento da vida cultural com múltiplas actividades				
7.	Actividades recreativas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Continuar a promover a organização de actividades típicas das quadras festivas. 2. Organizar actividades que tiram partido das características de recintos temáticos. 3. Continuar a organizar cursos, colóquios, <i>workshops</i> e actividades recreativas e desportivas e acções de difusão de leitura ao longo do ano através das bibliotecas dos bairros comunitários, com vista a enriquecer a vida cultural dos cidadãos. 	2012	Acção permanente

Principais acções governativas da área da Administração e Justiça para o ano de 2012 (Outros domínios)

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
I Assuntos eleitorais				
1.	Assuntos eleitorais	<p>1. Realizar consulta de forma ampla, através de todas as formas e meios, promovendo a participação activa da população e a auscultação de todos os sectores da sociedade, e com base nos trabalhos feitos, proceder à análise sistemática e estudos profundos das opiniões recolhidas, no sentido de procurar e alcançar, com prudência, o consenso da sociedade. Em simultâneo, preparar-se para a alteração legislativa devida.</p> <p>2. Prosseguir, de forma ordenada, os respectivos trabalhos no estrito cumprimento da Lei Básica de Macau e de acordo com os regimes eleitorais locais, assegurando uma cultura eleitoral justa, imparcial e honesta.</p>	2012	Ao longo do ano
2.	Serviço de recenseamento eleitoral	<p>1. Instalar no átrio da entrada do Edifício da Administração Pública um sistema de recenseamento automático a 24 horas.</p> <p>2. Reforçar as acções de promoção e divulgação para incentivar mais cidadãos qualificados a inscreverem-se no recenseamento eleitoral.</p>	Acção permanente	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
II Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente e documento de viagem				
3.	Preparação do lançamento do Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente com chip sem contacto	Concluir a terceira fase do <i>upgrading</i> do sistema.	2005	2013
III Acções de reinserção social e do Instituto de Menores				
4.	Serviços de reabilitação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Colaborar com entidades da sociedade civil, para reforçar as acções de divulgação do serviço de reabilitação nos bairros comunitários, apelando aos diferentes sectores sociais para dar apoio às pessoas a reabilitadas, oferecendo-lhes uma oportunidade para recomeçar a vida. 2. Alterar o modelo de serviço no sentido de incentivar uma postura pró-activa, procurando identificar as pessoas que necessitam de auxílio nos bairros comunitários, com vista à prevenção do crime. 3. Aperfeiçoar um conjunto de medidas complementares, incluindo o reforço das funções da equipa de apoio aos reclusos libertados e a ampliação dos albergues temporários, no sentido de prestar uma assistência mais adequada aos reabilitados. 	2012	Acção permanente
5.	Acções de reeducação social de jovens infractores	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lançar um conjunto de projectos educativos destinados a jovens infractores, com vista a aumentar 	2012	Acção permanente

N.º de ordem	Planos de acção e projectos	Conteúdo	Previsão de início	Data de conclusão prevista
6.	Acções de reabilitação de menores	<p>os seus conhecimentos jurídicos, procurando, deste modo, produzir um efeito preventivo de reincidência.</p> <p>2. Implementar um novo modelo de orientação e assistência, incluindo a criação de equipas específicas e grupos que integram pais e crianças, esperando que esta nova abordagem sirva para ajudar a corrigir desvios comportamentais dos jovens e melhorar as suas relações familiares.</p>	2012	Acção permanente

Calendário das principais acções governativas da área da Economia e Finanças para o ano de 2012

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
Concretização do posicionamento de desenvolvimento: Promoção do desenvolvimento do sector de convenções e exposições				
1	Valorização plena do papel de entidade responsável pelo sector de convenções e exposições.	Coordenar com a Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições e os seus grupos subordinados no desenvolvimento de trabalhos, facultando-lhes apoios técnicos e administrativos. Em simultâneo, o Departamento de Desenvolvimento de Convenções e Exposições e das Actividades Económicas da Direcção dos Serviços de Economia irá reforçar os seus trabalhos de estudo e aperfeiçoar os serviços administrativos, no sentido de desempenhar efectivamente as suas funções de promoção, de encaminhamento e de prestação de apoio, em prol do desenvolvimento do referido sector.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
2	Implementação eficaz do "Plano de Estímulo ao Turismo de Negócios"	Optimizar as actuais medidas de apoio e incentivos ao sector de convenções e exposições e elaborar planos de apoio mais abrangentes e direccionados, no sentido da elevação da eficácia dos apoios diversificados prestados ao sector para a realização em Macau, de actividades de convenções e exposições.	Janeiro de 2012	Trabalhos com continuidade

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
3	Formação activa de pessoal qualificado do sector de convenções e exposições	Reforçar o apoio na organização de cursos de formação no âmbito de convenções e exposições, prestando assistência aos operadores do sector na realização de diversos cursos de formação (como EMD e CEM) e de visitas de estudo e intercâmbio no exterior. Continuar a organizar cursos com certificação de qualificação profissional do mesmo sector, a par de estudar, como forma de suporte, outros programas de formação pertinentes a essas actividades, conforme as suas necessidades.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
4	Impulsioneamento da cooperação regional do sector de convenções e exposições	Impulsionar o intercâmbio e a cooperação com o sector de convenções e exposições do Interior da China, incluindo intercâmbio com entidades homólogas governamentais e colaboração não governamental do sector, apoiando-se mutuamente na organização de exposições, incentivando a participação recíproca em eventos da mesma natureza, procedendo acções promocionais conjuntas, e envidando esforços para elevar a influência internacional das marcas de exposições regionais. Simultaneamente, continuar a prestar apoio aos operadores locais do sector para organização de visitas de estudo aos países e cidades estrangeiros de renome na área da realização de convenções e exposições. Incentivar o sector de convenções e exposições de Macau na organização de exposições em Guangdong, sob a forma de prestação de serviços transfronteiriços, dando apoio na abertura, em Guangdong, de contas bancárias em moedas estrangeiras.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
5	Concretização da realização de exposições de marcas do Interior da China em Macau	<p>Apoiar, mediante a realização de exposições em Macau, as empresas do Interior da China na exploração de mercados nos Países de Língua Portuguesa e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento do sector de convenções e exposições de Macau.</p> <p>Privilegiar a realização da "3.ª Feira de Restauração da China" a organizar conjuntamente pelo Ministério do Comércio do Estado e pela Secretaria para a Economia e Finanças da RAEM, e da "Cimeira Internacional de Investimento e Construção de Infra-estruturas" a organizar pela <i>China International Contractors Association</i> (entidade organizadora provisória).</p>	Primeiro semestre deste ano	2012
6	Esforço na intensificação da cooperação do sector de convenções e exposições, no âmbito da facilitação do comércio e investimento do CEPA	Continuar a esforçar-se, através de consultas sobre novos suplementos ao CEPA, no alargamento de conteúdos sobre a cooperação do sector de convenções e exposições, no âmbito da facilitação do comércio e investimento, incluindo criação de bases de dados sobre convenções e exposições, exames de qualificação profissional e formação de pessoal.	Segundo semestre de 2011	Trabalhos com continuidade
7	Estabelecimento do modelo de cooperação para a realização de convenções e feiras famosas do Interior da China em Macau	Definir, através de consultas com o Ministério do Comércio, modelo de cooperação quanto à introdução contínua, em Macau, das convenções e feiras continentais de grande dimensão e relevância, determinando as medidas de incentivo concretas, por forma a promover o desenvolvimento sustentado do sector de convenções e exposições de Macau.	Segundo semestre de 2011	Trabalhos com continuidade

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
8	Captação de feiras e exposições de marca do exterior para o território	Captação de mais feiras de marca estrangeira, estimulando a realização parcial de eventos de conferências e feiras de marca estrangeira em Macau, prestando ainda apoio a entidades de diferentes regiões na realização de feiras de produtos de marca em Macau.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
9	Incentivos às entidades organizadoras de convenções e feiras de marca realizadas em Macau, para procedem ao registo das suas marcas comerciais	Incentivar entidades organizadoras de convenções e feiras para registarem as suas marcas comerciais, e, através das vantagens conferidas ao abrigo da protecção da propriedade intelectual no âmbito da realização de eventos de marca desta natureza, captar a vinda de organizadores de feiras e exposições estrangeiras de grande dimensão e relevância, para realizarem actividades em Macau.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
10	Incubação do sector de convenções e exposições de marca de Macau	Privilegiar a realização da MIF, da MIECF, da Feira de Produtos de Marca de Guangdong e Macau e da MFE, entre outros eventos, procurando transformá-las em feiras e exposições de marca no contexto regional. Continuar a apoiar os operadores do sector na organização da "Feira Internacional de Automóveis China (Macau)", da "Feira Internacional de Importação e Exportação de lates China (Macau)", entre outras.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
Concretização do posicionamento de desenvolvimento: Promoção da reconversão industrial				
11	Apoio à indústria do vestuário para a transferência em direcção à produção de produtos de alto valor acrescentado e para o desenvolvimento de marcas próprias	Facultar serviços de apoio técnico e serviços de apoio em design, realizar o "Festival de Fashion de Macau", incentivar a participação de designs e marcas locais em exposições e actividades de intercâmbio na China e no exterior, etc.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
12	Elevação da competitividade dos produtos industriais	Apoiar as empresas na utilização de métodos adequados de concepção (<i>design</i>), de produção, tecnológicos e logísticos para a realização da resposta rápida, incentivando e promovendo as empresas para a elevação da qualidade dos seus produtos.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
13	Incentivo às entidades industriais e empresariais para a reforma do seu sistema de gestão	Elevar os conhecimentos das empresas quanto à gestão de fornecimento em cadeia, gestão de marcas, sistemas de gestão e as normas sobre técnicas de produção.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
Concretização do posicionamento de desenvolvimento: Coordenação na promoção do desenvolvimento do sector logístico moderno e das indústrias cultural e criativa e de medicina tradicional chinesa				
14	Coordenação na promoção do desenvolvimento do sector logístico moderno	Participar nos trabalhos da Comissão para o Desenvolvimento do Sector Logístico, dando apoio ao desenvolvimento de novas actividades. Incentivar os operadores locais para estreitar a cooperação com os seus congéneres das regiões vizinhas, por forma a alargar o seu horizonte de expansão. Organizar cursos de formação sobre gestão e operação logística como forma de apoio aos empregados do sector no aprofundamento dos seus conhecimentos relativos a esta matéria.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
15	Coordenação na promoção do desenvolvimento da indústria cultural e criativa	Instalar na MIF o "Pavilhão de Criação de Macau", delineando uma zona de exposições dedicada exclusivamente à indústria cultural e criativa e organizando actividades temáticas relacionadas com este sector. Valorizar o papel do "Centro de Exibição de Produtos de Macau" (Macao Ideas), reforçando as acções de conjugação empresarial e apoiando os operadores	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
16	Promoção do desenvolvimento da indústria de medicina tradicional chinesa	do campo cultural e criativa locais na industrialização das suas actividades e na identificação de espaço de expansão. Facultar cursos de formação de <i>design</i> criativo mais diversificados e os relacionados com essa indústria, a fim de formar profissionais qualificados para esta área de actividades. Acelerar os trabalhos preparativos desencadeados com a parte de Zhuhai com vista à constituição, em conjunto, de uma sociedade em regime de joint venture, procurando, através desta sociedade, participar, de forma pragmática na construção e desenvolvimento do Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa, incentivando o investimento das empresas locais no Parque e proporcionando apoio às que queiram apostar naquela zona.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
Concretização do posicionamento de desenvolvimento: Criação da plataforma de serviços de cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa				
17	Execução com eficácia, pelo Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, dos trabalhos de apoio ao funcionamento do Secretariado Permanente	Privilegiar os trabalhos de prestação de assistência coordenada ao Secretariado Permanente para o lançamento dos diversos trabalhos definidos para o ano de 2012.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
18	Promoção do intercâmbio e cooperação comercial e económica entre o Interior da China, Macau e os Países de Língua Portuguesa	Valorizar as vantagens de Macau como plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, continuando a promover a cooperação e intercâmbio económico e comercial entre a China e os países lusófonos. Organizar delegações empresariais de Macau e do Interior da China para se deslocarem a esses países para visitas de estudo e encontros de negócios destinadas particularmente para a captação de investimentos no âmbito do projecto da Ilha da Montanha. Continuar a organizar delegações empresariais locais e do Interior da China para participarem no Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa-2012 a realizar em Países de Língua Portuguesa. Continuar a organizar delegações sectoriais para participarem em actividades comerciais realizadas em Países de Língua Portuguesa, a fim de as ajudar a explorarem os mercados desses países, descobrindo oportunidades de negócio. Continuar a organizar delegações dos Países de Língua Portuguesa para participarem em grandes actividades económicas e comerciais realizadas em Macau.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
19	Acompanhamento dos projectos de investimento e de cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa	Prestar serviços de informação às empresas do Interior da China, de Macau e dos Países de Língua Portuguesa, estimulando a criação de relações de cooperação e contactos entre empresas.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
Concretização do posicionamento de desenvolvimento: Políticas e medidas de suporte				
20	Estudo no reforço da função da promoção da diversificação adequada da economia desempenhada pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC)	Introduzir alterações às atribuições conferidas a esse organismo em resposta à mudança das condições conjunturais internas e externas de Macau, no sentido de reforçar as suas funções e aumentar a respectiva flexibilidade para lançamento oportuno de planos de apoio.	Já iniciado	2012
21	Apoio na elevação técnico-profissional e no aumento da capacidade operacional dos profissionais de empresas	Para articular-se com a construção do centro mundial de turismo e lazer, efectuar estudos sobre lançamento de planos de apoio financeiro aplicáveis aos sectores de restauração, de venda a retalho e a outros sectores relacionados com a indústria de turismo e de lazer, escolhendo profissionais desses sectores para frequentarem cursos de aprendizagem nos territórios vizinhos. Incentivar, mediante apoio financeiro concedido pelo Governo para pagamento de propinas e despesas com deslocação e alojamento, etc., os profissionais do sector de restauração na participação da formação culinária realizada em Cantão ou conceder apoio financeiro aos profissionais do sector de venda a retalho, para aprenderem técnicas de venda em Hong Kong.	2012	Trabalhos com continuidade
22	Aperfeiçoamento do serviço de apoio ao investidor para efeitos de promoção da diversificação adequada das indústrias locais	Melhorar continuamente os serviços de apoio a investidores "one-stop", nomeadamente de <i>offshore</i> e de fixação de residência por investimento, bem como apoiar as empresas do exterior na implementação de projectos de investimento em Macau, para a promoção da diversificação adequada da	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
23	Apoio contínuo na organização da "Semana Dinâmica de Macau"	<p>economia de Macau. Prosseguir os trabalhos de elevação do nível de serviço electrónico, nomeadamente a introdução do serviço <i>online</i> de marcação prévia para a apresentação de requerimentos para a fixação de residência, a actualização do sistema de marcação prévia das filas do balcão de atendimento, e o aumento de qualidade e eficiência do serviço prestado. Proceder melhoramento aos trabalhos de apreciação dos respectivos pedidos.</p> <p>Apoiar na organização da "Semana Dinâmica de Macau" realizada alternadamente em diversas cidades da China Continental, promovendo a imagem económica e comercial e demonstrando as marcas de Macau. Construir, através da realização destes eventos, uma plataforma de intercâmbio e cooperação entre empresas de Macau e da China Continental, ajudando as PMEs na exploração de mercados do Interior da China.</p>	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
24	Apoio no desenvolvimento de produtos de Macau e Marcas de Macau	<p>Reforçar a publicidade no exterior dos serviços e produtos "Fabricados em Macau" e "Marcas de Macau", apoiando as empresas com marcas locais na exploração de mercados quer no Interior da China quer no exterior. Reforçar a promoção do "Macao Ideas", elevando o reconhecimento dos produtos característicos locais, prosseguindo apoio e organização da comunidade empresarial local para a realização de exposições de venda ou feiras e exposições no Interior da China ou no exterior para promover os produtos "Fabricados em Macau", "Marcas de Macau" e "Concepção de Macau", apoiando as empresas na identificação de novos mercados.</p>	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
25	Definição de políticas de recursos humanos vocacionadas para os sectores propícios à promoção do desenvolvimento da diversificação adequada das indústrias locais	Privilegiar apoio específico ao desenvolvimento das actividades económicas consideradas relevantes, quer no domínio de formação de recursos humanos quer no de contratação de trabalhadores estrangeiros.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
Estreitamento da cooperação regional				
26	Concretização eficaz do CEPA	Fazer um balanço e uma avaliação sobre a implementação do CEPA, a fim de enriquecer, otimizar e concretizar o conteúdo deste Acordo para obtenção de resultados mais significativos. Proceder à abordagem com o Interior da China sobre o conteúdo que será liberalizado e consolidado na próxima fase do CEPA, cooperando, em conjunto, no melhoramento dos diversos mecanismos para a implementação do CEPA, desenvolvendo em pleno o papel do motor impulsor desempenhado pela cidade-modelo (zona) no âmbito do CEPA. Convidar agentes de entidades competentes do Interior da China a virem a Macau, para fazer apresentação sobre a implementação do CEPA, os novos sectores de serviços liberalizados e dos respectivos diplomas legais, no sentido de prestar apoio aos operadores dos diversos sectores no aprofundamento de conhecimentos a respeito do CEPA e no aproveitamento pleno das medidas preferenciais para a exploração do mercado do Interior da China. Impulsionar a cooperação em diferentes áreas no âmbito de facilitação do comércio e investimento do CEPA.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
27	Participação no desenvolvimento da Ilha de Hengqin (Ilha da Montanha)	Promover a participação no desenvolvimento da Ilha de Hengqin através da "Macau Investimento e Desenvolvimento S.A.", particularmente a participação na construção do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa e da Zona dos Parques Industriais de Cooperação Guangdong-Macau. Apoiar as empresas de Macau no aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento da Ilha de Hengqin, prestando, através do grupo de trabalho especializado para o efeito criado, assistência às empresas interessadas em participar no desenvolvimento da Ilha e aproveitar as oportunidades de desenvolvimento conjuntas com Zhuhai, para a captação de investimentos e negócios para a promoção do desenvolvimento da Ilha de Hengqin, a par de proceder ao estudo aprofundado de políticas e medidas a favor de Macau quanto à sua participação no desenvolvimento dessa zona estratégica.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
28	Fortalecimento da cooperação Guangdong-Macau no sector de convenções e exposições	Promover o planeamento integrado do sector, procurando a complementaridade de vantagens, realização simultânea de diferentes projectos e desenvolvimento conjunto de ambas as regiões. As duas partes, sob o enquadramento de determinados projectos e temas de convenções e feiras, irão realizar	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		<p>conjuntamente eventos e eventos itinerários da mesma natureza, promovendo o desenvolvimento do modelo de “realização simultânea em duas localidades de uma mesma exposição de marca”, com o fim de criar, em conjunto, as conferências e feiras de marca do Delta do Rio das Pérolas;</p> <p>Incentivar os operadores de convenções e exposições de ambas as partes para intensificarem as acções de intercâmbio e cooperação entre si, procurando melhorar a aliança estratégica entre as associações comerciais desse sector industrial.</p> <p>De mãos dadas, as duas partes irão procurar organizar feiras e exposições internacionais de grande envergadura;</p> <p>Criar uma plataforma de partilha de informações para os sectores de convenções e exposições de ambas as regiões, incentivando a prestação de informação sobre políticas e medidas, actividades de conferências e feiras, sessões de apresentação sobre os mercados de ambas as regiões e informações do mercado internacional através da rede internet, com ventilação periódica de informações, promovendo, deste modo, a troca e a partilha de recursos disponíveis;</p> <p>Apoiar as empresas do sector de convenções e exposições de Macau para o estabelecimento de representações em Guangdong, a fim de organizarem actividades e eventos, em regime de prestação de serviços transfronteiriços, proporcionando assistência aos prestadores de serviços de Macau na abertura em Guangdong de contas bancárias em divisas para incentivar a utilização de RMB para pagamentos de serviços de convenções e exposições nas transacções transfronteiriças;</p>		

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
29	Promoção da cooperação Guangdong-Macau no sector financeiro e das PMEs.	<p>Continuar a apoiar a comunidade empresarial de ambas as partes, para a participação recíproca de eventos de convenções e exposições realizados, especialmente os de grande escala.</p> <p>Promover o fortalecimento de cooperação na área financeira e entre as PMEs das duas regiões através do recurso à política de projectos pilotos de carácter experimental em Guangdong no âmbito do CEPA, promovendo a reconversão e valorização das empresas de Macau estabelecidas na Província de Guangdong, em conformidade com as orientações do seu Governo Provincial.</p>	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
30	Aprofundamento da cooperação económica e comercial Cantão-Macau	<p>Implementar o "Acordo de cooperação Cantão/Macau sobre o impulsionamento da concretização do projecto-piloto do CEPA no âmbito de construção de uma área de demonstração global em Nansha", com ênfase na promoção do intercâmbio e cooperação nas áreas económica e comercial, de convenções e exposições, do turismo, da educação e da cultura entre as duas regiões. O IPIM e os Serviços do Comércio e Cooperação Económica com o Exterior do Município de Cantão planeiam organizar, em conjunto, em Janeiro de 2012, a Feira de Produtos Afamados Macau-Cantão 2012, na cidade de Cantão;</p> <p>Organizar delegações empresariais para visitas de estudo ao Distrito de Nansha, de modo a aumentar o seu conhecimento sobre Nansha, alargar o espaço de cooperação bilateral e promover o desenvolvimento mútuo das empresas de ambas as regiões.</p>	Já iniciado	<p>Trabalhos com continuidade</p> <p>Entre os quais, a Feira de Produtos Afamados Macau-Cantão 2012 vai finalizar-se em Janeiro do próximo ano.</p>

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
31	Exploração conjunta, por Guangdong e Macau, de mercados dos Países de Língua Portuguesa e de outros mercados ultramarinos.	Dar continuidade às actividades de promoção comercial externa nos Países Lusófonos em colaboração com os Serviços de Economia e Comércio da Província de Guangdong, prestando assistência às empresas de Guangdong no desenvolvimento dos mercados externos, designadamente os da Lusofonia e da União Europeia, por via da plataforma de serviços comerciais de Macau.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
32	Promoção do intercâmbio e cooperação entre Guangdong e Macau nos trabalhos relacionados com critérios	Coordenar, entre Guangdong e Macau, os trabalhos de definição, monitorização e implementação dos critérios técnicos, procurando, com a criação do grupo de trabalho de critérios, desenvolver a respectiva cooperação nas áreas de calibragem e de inspeção e teste de alimentos, produtos têxteis, joalheria, artigos eléctricos e electrónicos. Prestar apoio ao Centro de Inspeção e Teste Nacional da Província de Guangdong para o estabelecimento de entidades filiais em Macau, ou a instalação de uma entidade que sirva de plataforma de serviços pública de inspeção e teste, em regime de parceria, tomando como modelo de funcionamento de referência os casos do CPTM e da Companhia Limitada de Macau do Grupo de Inspeção e Certificação da China (CCIC).	2012	Trabalhos com continuidade
33	Reforço da cooperação e intercâmbio em matéria de recursos humanos qualificados entre Guangdong e Macau	Aprofundar a cooperação entre Guangdong e Macau na exploração de recursos humanos, introduzindo mais tipos de trabalho para testes de técnicas profissionais sob o modelo "1 teste, 2 certificados", promovendo ainda a sua passagem gradual para o modelo "1 teste, 3 certificados".	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
34	Participação activa na cooperação económica com a Região do Grande Delta do Rio das Pérolas	Organizar delegações de Macau para participar na "Feira de Cooperação Económica e Comercial da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas" e respectivas actividades de natureza económica e comercial, prestando apoio a todas as partes da Região no desenvolvimento das suas relações económicas e comerciais com os Países da Língua Portuguesa e da União Europeia. Continuar a promover o intercâmbio e a cooperação entre Macau, a Região do Grande Delta do Rio das Pérolas e as regiões ultramarinas, no domínio de protecção ambiental, através da plataforma do MIECF 2012.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
35	Avanço da cooperação Fujian-Macau	Dar continuidade à organização de delegações empresariais de Macau para participarem em grandes eventos de promoção económica e comercial em Fujian, prestando, ao mesmo tempo, apoio a Fujian na organização de empresas para participarem em feiras e exposições em Macau ou efectuarem visitas de estudo aos Países de Língua Portuguesa. Com a instalação do Gabinete de Ligação em Fuzhou prevista para 2012, pretende-se desenvolver e fortalecer as relações de cooperação entre Macau e Fujian. Facultar apoio aos empresários macaenses nas visitas de estudo às zonas de desenvolvimento chave em Fujian, nomeadamente a Zona de Experimentação Integrada de Pingtan e o Novo Distrito de Wuyi, impulsionando a participação das empresas macaenses no desenvolvimento e construção da Zona Económica da Costa Oeste do Estreito de Taiwan.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade O Gabinete de Ligação do IPIM em Fuzhou irá ser estabelecido em 2012.

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
36	Avanço da cooperação económica e comercial entre Macau e Taiwan	Organizar, por parte do IPIM, delegações empresariais locais para participarem em actividades de promoção económica e comercial em Taiwan, tendo em conta o protocolo de cooperação económica Taiwan-Macau celebrado com o "Taipei World Trade Centre" em 2009, pretendendo, em articulação com o Gabinete Económico e Cultural de Macau, estabelecer em Taipé desencadear-se trabalhos para que seja fortalecida a cooperação em matérias comercial e do investimento entre Macau e Taiwan, bem como entre Taiwan e Macau, e outras regiões (designadamente os Países de Língua Portuguesa) do mundo.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
Prestação de apoio às pequenas e médias empresas				
37	Implementação dos vários planos de apoio e de garantia de créditos a pequenas e médias empresas	Implementar, com eficácia, o "Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas", o "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas", o "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas Destinados a Projecto Específico", a "Bonificação de Juros de Créditos para Financiamento Empresarial" e os "Incentivos Fiscais no âmbito da Política Industrial", dando continuidade à aplicação do programa "Carta da Qualidade" alusivo a esses planos, otimizando os procedimentos administrativos internos e aperfeiçoando os processos de apreciação e de serviços, no sentido de beneficiar mais empresas.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
38	Empenho na atenuação efectiva das dificuldades de falta de recursos humanos sentidas pelas PMEs	Acelerar os processos de apreciação e aprovação dos pedidos das PMEs quanto à contratação de trabalhadores estrangeiros, esforçando-se por finalizar todos os referidos trabalhos no prazo de dois meses como forma de apoio ao desenvolvimento dessas mesmas empresas.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
39	Intensificação das acções de sensibilização sobre a propriedade intelectual junto ao sector empresarial local	Prestar serviços de consultadoria estratégica e direccionada na área de propriedade intelectual a favor do sector empresarial, dando-lhe a conhecer que a propriedade intelectual pode ser um dos importantes meios para a concretização do seu financiamento.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
40	Apoio a PME's para a participação nos projectos de desenvolvimento da Ilha de Hengqin	Fomentar e apoiar activamente as empresas na participação da exploração da Ilha de Hengqin, através da Comissão para a Apreciação dos Projectos de Investimentos de Macau na Ilha de Hengqin, da "Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A." e do respectivo grupo de trabalho especializado. Assim, através da comissão atrás citada, irão ser seleccionados, entre outros, projectos de investimento de grande envergadura que, para além de satisfazerem os requisitos consagrados no Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, no âmbito do desenvolvimento sectorial, dispõem ainda de tais potencialidades e escalas que poderão impulsionar a participação das PME's, pretendendo-se que, recorrendo ao modelo de "grandes investimentos promovem pequenos investimentos", lhes seja dado apoio para que possam tomar parte nas acções do desenvolvimento da Ilha.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
41	Apoio a PME's no desenvolvimento de novos mercados	Organizar delegações empresariais para visitas de intercâmbio e estudo e participação em feiras e exposições no exterior, no sentido de explorar mercados da China Continental e do ultramar.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
42	Apoio a PMEs no desenvolvimento de marcas próprias	Realizar actividades a favor de investidores e empresas locais e do exterior através da plataforma do "Macao Ideas", exibindo produtos e serviços de marca de Macau.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
43	Promoção da modernização da gestão empresarial	Proporcionar apoio a empresas para criar sistemas de contabilidade e aperfeiçoar a gestão financeira, apresentando-lhes o sistema "Contabilidade Fácil para Pequenas Empresas". Dar prosseguimento ao "Programa de Incentivos para a Certificação de Sistemas Internacionais de Gestão" e aperfeiçoar o "Curso de Formação sobre Gestão e Operação Empresarial", facultando às empresas cursos de formação específica por encomenda, além de promover a aplicação de tecnologias de informação por forma a aumentar a sua produtividade.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
44	Pleno desempenho do papel do Centro de Apoio Empresarial (MBSC) e do Núcleo de Serviço às PMEs (SMEC)	Continuar a melhorar os equipamentos e instalações do MBSC para que os serviços prestados sejam mais adequados e abrangentes. Reforçar a publicidade desse centro, aperfeiçoando o processo de requerimento via internet no intuito de facilitar os pedidos dos investidores externos para a utilização dos escritórios do mesmo.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
Concertação entre a oferta e a procura de recursos humanos				
45	Promoção activa do emprego	Continuar a otimizar o serviço de colocação profissional, implementando medidas electrónicas e aperfeiçoando procedimentos de trabalho sobre a conjugação de emprego; Reforçar a comunicação e cooperação entre as partes laboral e patronal, promovendo activamente a concertação entre a oferta e a procura de recursos humanos;	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		<p>Exortar às empresas para a contratação e a promoção prioritária de TR's, e o envio de esforços máximos na manutenção da equipa de TR's ao seu serviço;</p> <p>Reforçar o trabalho de aconselhamento profissional, apoiando os indivíduos de meia-idade com baixa escolaridade na procura de emprego;</p> <p>Colaborar com instituições de ensino e associações relacionadas, prestando aos jovens o serviço de planeamento da sua carreira profissional ou o de aconselhamento profissional;</p> <p>Reforçar o serviço de aconselhamento e de colocação profissionais dos indivíduos com deficiência, encorajando os empregadores para a sua contratação;</p> <p>Implementar atempadamente cursos de formação para diminuir as dificuldades dos trabalhadores de diversos sectores, de acordo com a sua situação no emprego;</p> <p>Assegurar os direitos e interesses de emprego dos TR's nos termos da lei, colaborando com os serviços competentes na realização das acções de combate ao trabalho ilegal;</p> <p>Verificar o número de TR's que o empregador deve ter contratado a contratar, conforme o estipulado na autorização para a contratação de TNR's.</p>		
46	Manutenção da situação harmoniosa das relações laborais	Efectuar conciliação de conflitos laborais, sob o princípio de equidade, justiça e legalidade, de modo a garantir legitimamente os direitos e interesses das partes laboral e patronal.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
47	Ajustamento atempado do número de TNR's	<p>Promover, tendo em conta o desenvolvimento social, o consenso entre as partes patronal e laboral quanto ao estabelecimento do salário mínimo, podendo-se começar por efectuar um estudo e consulta vastos e profundos na profissão dos trabalhadores de serviços de limpeza e administradores do sector de administração de propriedades, o qual poderá servir de referência para o Governo da RAEM na definição do regime do salário mínimo.</p> <p>Implementar rigorosamente as políticas e medidas de importação de mão-de-obra definidas pelo Governo da RAEM, cumprindo, com firmeza, o princípio de que a contratação de TNR's visa somente suprir, por igual custo e eficácia, a inexistência ou insuficiência de TR's adequados, e fazendo ajustamentos ao número de TNR's consoante a evolução da procura e oferta do mercado local.</p>	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
48	Reforço da formação profissional	<p>Organizar cursos de formação profissional direccionados e com previdência, tendo em conta as necessidades de recursos humanos e a diversificação adequada da economia;</p> <p>Continuar as "Acções de Formação da 2ª Aptidão Profissional", em resposta à mudança de necessidades da formação profissional para o mercado de emprego;</p> <p>Dar continuidade ao "Plano de formação de apoio ao emprego destinado a indivíduos de meia-idade", e ao programa de "Training Series for The Middle-Aged";</p> <p>Continuar a organizar cursos de aperfeiçoamento especializado</p>	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		<p>e implementar eficazmente os diversos planos específicos para incentivar o aperfeiçoamento contínuo, designadamente o "Award Scheme for Upgrading", "Community Training Program" e o "Office Software Application Upgrade Program", no sentido de sensibilizar as empresas para a importância da formação dos seus trabalhadores;</p> <p>Encorajar os residentes para a obtenção do certificado nacional de qualificação profissional e do certificado de aproveitamento de curso profissional ou especializado;</p> <p>Intensificar as acções de formação profissional destinadas às classes mais carenciadas da sociedade local, efectuando estudos para a organização ou co-organização com empresas sociais de cursos de formação profissional especializada dirigidos aos indivíduos com deficiência;</p> <p>Co-organizar, com o sector empresarial local, cursos de formação para técnicos estagiários, fomentando a participação de um maior número de empresas em cursos teórico-práticos de formação;</p> <p>Continuar a promoção do planeamento de carreiras profissionais, elevando a capacidade de resposta dos trabalhadores activos.</p>		
Reforço da governação científica				
49	Reforço da fiscalização das actividades de jogo	<p>Promover o desenvolvimento ordenado e adequado do sector do jogo, com rigoroso controlo do aumento dos números de casinos e de bancas, com vista a dar cumprimento à política anunciada em 2010, pelo Governo, em manter o total de bancas em 5.500 nos três anos seguintes;</p>	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		<p>Implementar com eficácia as normas legais sobre as comissões pagos aos promotores de jogo não superiores a 1,25% em relação ao montante total de apostas efectuadas;</p> <p>Proceder ao reforço contínuo da supervisão dos casinos através de sistema de vigilância visual;</p> <p>Intensificar a fiscalização sobre o cumprimento contratual pelas operadoras de jogo, nomeadamente no que diz respeito aos pagamentos previstos nos respectivos contratos;</p> <p>Dar continuidade às acções para a criação e o aperfeiçoamento da base de dados sobre os promotores de jogo e seus colaboradores, assegurando a eficiência dos procedimentos de registo dos respectivos profissionais;</p> <p>Prosseguir a auditoria prevista nos Requisitos Mínimos de Controlo Interno (RMCI), promovendo estudos para a revisão atempada de critérios consagrados nos RMCI, em resposta à nova forma de gestão e ao desenvolvimento da indústria do jogo;</p> <p>Continuar a estudar aprofundadamente sobre a liberalização do regime de exploração exclusiva das lotarias desportivas, criando, para o efeito, um grupo de trabalho especializado para a elaboração da(s) respectiva(s) proposta(s) de solução, com vista à introdução de novos elementos ao sector do jogo local;</p> <p>Participar activamente nos trabalhos de promoção do jogo responsável para prevenir os problemas do jogo patológico e do jogo problemático.</p>		

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
50	Aperfeiçoamento da administração das finanças públicas	<p>Reforçar a administração e a fiscalização das finanças públicas, aperfeiçoando as respectivas regulamentações legais relativamente a serviços públicos e a organismos autónomos, tendo por objectivo criar um regime orçamental adequado à realidade da RAEM;</p> <p>Optimizar o processo de tratamento do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA), procedendo à revisão geral do respectivo regime;</p> <p>Proceder à uniformização do número de contribuinte e à integração das respectivas informações;</p> <p>Proceder à gestão dos investimentos da reserva financeira nos termos legais.</p>	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
51	Aperfeiçoamento da supervisão financeira	Continuar a efectuar a supervisão contínua às instituições autorizadas, mediante inspecções "on-site", "off-site" e outros métodos, implementando, por etapas, o "Novo Acordo de Capital" determinado pelo Comité de Basileia para a Supervisão Bancária (CBSB).	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
52	Melhoria do processo de apreciação dos pedidos de importação de TNRs	Continuar a rever e melhorar os procedimentos administrativos respeitantes ao pedido de importação de TNRs, procurando reduzir o tempo de apreciação e elevar a eficiência do trabalho, a fim de dar resposta ao desenvolvimento e mudança sócio-económico do território. Melhorar incessantemente o conteúdo das informações de TNRs divulgadas.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
53	Revisão e aperfeiçoamento de diplomas e regulamentos legais relacionados	Diplomas e regulamentos legais sobre o sector do jogo: Continuar a participar nos trabalhos legislativos sobre as diversas áreas da indústria do jogo, nomeadamente nos da	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		<p>elaboração do texto legal dos diplomas que regulam "A localização, as características, as regras de permanência e o funcionamento das zonas de jogos" e "As fichas dos jogos de fortuna ou azar ou outros jogos em casino", executando ainda trabalhos subsequentes após a sua promulgação.</p> <p>Desenvolver estudos para a revisão do "Regime Jurídico da Propriedade Industrial" para efeitos de produção legislativa em matéria de propriedade intelectual, com visão estratégica, operacionalidade e especificidade única.</p> <p>Diplomas e regulamentos legais sobre o comércio externo: Concluir os trabalhos de revisão das legislações, nomeadamente a "Lei do Comércio Externo", o "Regulamento das Operações de Comércio Externo" e o "Regulamento de Certificação de Origem", no sentido de fomentar o desenvolvimento do comércio externo, das convenções e exposições e das actividades conexas.</p> <p>Diplomas e regulamentos legais sobre o sector financeiro: Proceder à avaliação do Regime Jurídico do Sistema Financeiro e respectivos diplomas legais, dando início aos trabalhos de estudo para a elaboração do novo quadro legal das actividades financeiras.</p>	<p>Já iniciado</p> <p>Já iniciado</p> <p>Já iniciado</p>	<p>Trabalhos com continuidade</p> <p>Trabalhos com continuidade</p> <p>Terceiro trimestre de 2012</p> <p>Trabalhos com continuidade</p> <p>Está prevista a conclusão da definição da solução técnica preliminar para finais de 2012</p>

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		Diplomas e regulamentos legais sobre o trabalho: Proceder aos trabalhos de elaboração da lei sobre a garantia de créditos emergentes das relações laborais e do regulamento administrativo sobre o fundo de garantia salarial. Dar prosseguimento ao estudo da legislação da matéria relativa ao trabalho a tempo parcial, em resposta à evolução da sociedade e da conjuntura económica locais.	Já iniciado	Terceiro trimestre
Acompanhamento e garantia da qualidade de vida da população				
54	Exploração de canais de abastecimento de produtos alimentares	Reforçar a comunicação e a ligação com o Ministério do Comércio do Estado Chinês, procurando explorar mais canais de abastecimento de produtos alimentares adequados. Continuar a organizar delegações dos operadores do sector locais para efectuarem compras em zonas do Interior da China, adequadas para o abastecimento de produtos alimentares a Macau, no sentido de ampliar as fontes de importação dos produtos em causa, apoiando ainda o sector na realização de visitas e intercâmbio às principais zonas de abastecimento de produtos alimentares para eventual introdução de produtos de diferentes regiões, alargando as fontes de abastecimento e dando, assim, resposta às necessidades do mercado local.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
55	Reforço da inspeção da segurança de produtos	Enviar esforços para intensificar as acções de rotina, por amostragem no âmbito da inspeção da segurança de produtos introduzidos no mercado local, para garantir a sua segurança, particularmente a alimentar, protegendo assim a	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

N.º de Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data prevista para a sua conclusão
		<p>saúde da população. Estreitar a ligação com a Administração Geral de Supervisão, Inspeção e Quarentena da RPC e trocar atempadamente informações sobre produtos inseguros, cooperando com a mesma instituição no estudo sobre os critérios de segurança de diferentes tipos de produtos, os quais serão reconhecidos ordenada e gradualmente. Convidar a vinda a Macau de peritos do Interior da China para realizarem seminários no domínio de segurança dos produtos, com o intuito de sensibilizar o sector em relação à mesma matéria, e providenciar formação específica aos inspectores, elevando a sua capacidade de execução da lei.</p>		
56	Manutenção da estabilidade da oferta e procura de produtos no mercado local	Prevenir o açambarcamento de produtos para especulação, inspecionando e acompanhando a evolução dos preços de produtos combustíveis e alimentares, para que sejam tomadas atempadamente medidas de contingência, assegurando, assim, a estabilidade da procura e oferta de produtos no mercado local.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
57	Acompanhamento dos efeitos da inflação sobre as condições de vida da população	Prestar um maior acompanhamento dos efeitos da inflação sobre as condições de vida da população, para que sejam estudadas e implementadas atempadamente e com eficácia as medidas que visam aliviar as pressões sobre a vida da população local, dando, para o efeito, continuidade às políticas de subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais, bem como às medidas do subsídio complementar aos trabalhadores a tempo inteiro mas com baixos rendimentos, minimizando os supracitados efeitos, procurando, desta forma, garantir a estabilidade das condições de vida da população em geral.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Calendário dos trabalhos principais a desenvolver na área de segurança para o ano 2012

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
Serviços de Polícia Unitários				
1.	Gestão dos recursos humanos	Gerir e aperfeiçoar o banco de dados dos recursos humanos	Ano inteiro	Ano inteiro
2.	Modernização da administração	Rever e otimizar o sistema de gestão interna, informatizando o trabalho de administração, elaborando e divulgando as regras específicas	Ano inteiro	Ano inteiro
3.	As actividades de planeamento e controle	Elaborar e publicar o plano de acção anual, o relatório do plano de acção anual, bem como relatórios de informações, de operações, e de técnica; analisar técnica e teoria actuais	Ano inteiro	Ano inteiro
4.	Formação e treinamento policiais profissional do pessoal	Elaborar e publicar o plano de formação interna e externa	1.º semestre	1.º semestre
		Organizar cursos de análise de informações, de anti-terrorismo e de treino policial	Ano inteiro	Ano inteiro
5.	Processamento de informações	Processar as informações policíacas operacionais, as estratégicas, elaborar o estudo/relatório de situação de informações, estabelecer e manter o sistema de informações	Ano inteiro	Ano inteiro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
6.	Investigação criminal	Gerir o sistema de integração de informações, coordenar e cooperar com o órgão judicial, elaborar o estudo/relatório sobre o crime e infracções	Ano inteiro	Ano inteiro
7.	Medidas sobre a seguranças	Coordenar operações policiais, elaborar directivas e propostas, definir regras de execução permanente	Ano inteiro	Ano inteiro
8.	Intercâmbio de informações e cooperação	Manter a comunicação com as autoridades e órgão judiciais, com o Interpol, e a cooperação inter-departamental com os serviços públicos, ligar com os órgãos policiais por cada duas semanas, com a companhia de segurança privada, elaborar relatório de informações, organizar e participar em encontro periódico	Ano inteiro	Ano inteiro
9.	Participação no grupo de trabalho e comissão especializada	Coordenar o encontro periódico inter-regional, continuar a acompanhar o plano de construção do edifício de comando do complexo dos SPU, continuar a implementar o plano de vigilância electrónica	Ano inteiro	Ano inteiro
10.	Controle de planos de emergência, contingência e de operações	Rever e actualizar os planos de protecção civil, segurança do aeroporto, segurança de instalações importantes, elaborar o projecto de segurança de actividades em grande envergadura	Ano inteiro	Ano inteiro
11.	Controle e coordenação de operações policiais	Coordenar as operações de inspecção policiais, elaborar o estudo de operação e relatório, redigir os dados estatísticos	Ano inteiro	Ano inteiro

Nume- ração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
12.	Realização de exercícios e ins- pecção	Estudar e organizar exercícios sectoriais/conjuntas, partici- par nos exercícios locais e internacionais, controlar e avaliar os órgãos policiais(PJ e CPSP)	Ano inteiro	Ano inteiro
13.	Planeamento e coordenação de segurança	Planeamento de segurança em geral, planear as matérias anti-terroristas e semelhantes, planeamento de segurança de actividades de grande envergadura, o plano de constru- ção do edifício de comando complexo dos SPU e seguran- ça rodoviária	Ano inteiro	Ano inteiro
14.	Desenvolvimento e programa- ção de informática	Actualizar a rede interna, participar nos projectos de infor- mática e comunicação de construção do edifício de coman- do do complexo dos SPU	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
15.	Divulgação de documento de informações	Criar, melhorar e manter a imagem dos SPU, divulgar pan- fletos temáticos e técnico	Ano inteiro	Ano inteiro
Serviços de Alfândega		Publicar revista anual	3.º semestre	3.º semestre
16.	Cancelamento de certificado de descarga de aguardente	Negociar com Hong Kong o cancelamento de certificado de descarga entregue pelos importadores de Macau à Al- fândega de Hong Kong	1.ª metade do ano	1.ª metade do ano
17.	Alteração à Lei do Comércio Ex- terno	Apoiar a Direcção dos Serviços de Economia na alteração da Lei do Comércio Externo	1.ª metade do ano	2.ª metade do ano

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
18.	Unificar o documento de declaração alfandegária	Negociar com a Direcção dos Serviços de Economia o uso comum do documento de declaração alfandegária pelos serviços alfandegários de Guangdong e Macau	Ano inteiro	Ano inteiro
19.	Combate ao contrabando pelo veículos com matrículas da China e de Macau	Com a aquisição de equipamento informático profissional e avaliação de risco, analisar de forma integrada os veículos de alto risco	Ano inteiro	Ano inteiro
20.	Combate ao tráfico de droga transfronteiriço	Manter a troca de informações e cooperação de investigação com os serviços policiais e alfandegários de Macau e das regiões vizinhas	Ano inteiro	Ano inteiro
21.	Combate à violação de direitos de propriedade intelectual online	Adquirir equipamentos informáticos, reforçar a formação de técnica de produção de provas com a Alfândega de Hong Kong	1.ª metade do ano	2.ª metade do ano
22.	Trabalho de segurança no campus da Universidade de Macau em Hengqin	Negociar e cooperar com o Serviço de Defesa Fronteira de Guangdong	Ano inteiro	Ano inteiro
23.	Novo edifício dos SA	Negociar com o Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-Estruturas sobre o projecto de design da planta.	Ano inteiro	Ano inteiro
24.	Reconstrução do posto de patrulha alfandegária da Taipá	Negociar com os serviços de obras públicas sobre o projecto de design da planta.	Ano inteiro	Ano inteiro
25.	Melhoria das instalações do posto de alfândega no COTAI.	Tendo em conta o desenvolvimento futuro, os SA estudam e analisam internamente instalações	Ano inteiro	Ano inteiro
26.	Alargamento do quadro dos agentes dos SA	Negociar e completar o projecto de lei que será submetido à apreciação do Conselho Executivo	1.ª metade do ano	1.ª metade do ano

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
27.	Aquisição de equipamentos de inspecção alfandegária	Os SA estudam, analisam e desenvolvem internamente o procedimento de aquisição	Ano inteiro	Ano inteiro
28.	Aquisição de grandes e pequenas embarcações de patrulha	Negociar com a Capitania dos Portos sobre o procedimento de aquisição	Ano inteiro	Ano inteiro
Corpo de Polícia de Segurança Pública				
29.	Serviços policiais	Assegurar a ordem e segurança públicas; prevenir, investigar e combater a criminalidade, proteger bens públicos e privados	Ano inteiro	Ano inteiro
		Conter a entrada ilegal em Macau, manter o serviço de migração, responsável pela entrada e saída, permanência e fixação de residência, tratar de documentos emitidos pelo CPSP	Ano inteiro	Ano inteiro
		Contolar as visturas e peões, fazer fluir o trânsito	Ano inteiro	Ano inteiro
30.	Promoção do pessoal e acções formativas	Treino anual de Atiro	Ano inteiro	Ano inteiro
		Competições desportivas internas	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Workshop de alívio de pressão	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Exame físico anual	Março, Setembro	Dezembro
		Curso de Aperfeiçoamento para os agentes policiais	Junho	Agosto

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Curso de Formação para Oficiais	Setembro	Outubro
		Coordenação de jogos desportivos tripartidos das polícias de Província Guangdong, de Hong Kong e de Macau	2.ª metade do ano	2.ª metade do ano
		Organizar 12.º, 13.º e 14.º Cursos de Intervenção policial para choque	Ano inteiro	Ano inteiro
31.	Sensibilização e trabalho do policiamento comunitário	Participar na organização a actividade "Novo ambiente no bairro comunitário"	Antes do ano novo chinês	Antes do ano novo chinês
		Uma série de actividades de Cerimónia comemorativa do 321.º aniversário do CPSP	Março	Março
		"Apresentação da Banda da PSP nas escolas", "Apresentação da Banda da PSP ao ar livre" e Palestra sobre a "Prevenção da Delinquência Juvenil"	Ano inteiro	Ano inteiro
		Produzir o material para a sensibilização de prevenção e combate à criminalidade (cartazes e panfletos)	Ano inteiro	Ano inteiro
		Participar na organização a actividade "Segurança Rodoviária"	2.ª metade do ano	2.ª metade do ano
32.	Operações policiais de grande envergadura	Organizar segundo o trabalho policial em concreto	Ano inteiro	Ano inteiro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
33.	Infra-estruturas e equipamentos	<p>O projecto de reconstrução das obras do edifício do Comissariado Policial de Coloane, da Escola de Polícia e do Departamento Policial das Ilhas, do edifício de Pelotão de Cinotecnia e do Grupo de Operações Especiais</p> <p>As obras de ampliação do Departamento de Trânsito</p> <p>Planear a instalação, no aterro da Avenida do Aeroporto, do parque de estacionamento permanente para as viaturas apreendidas</p> <p>Em coordenação com a DSAT serão transmitidas as situações reais rodoviárias dos cruzamentos de ruas ao CPSP a fim de controlar a situação rodoviária, incrementar o sistema de exame de velocidade fixo em Macau e Taipa.</p>	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
34.	Medidas para facilitar os cidadãos	<p>Para além de serviço de consulta online do andamento de pedido do Bilhete de Identificação de trabalhador não residente, continuará a incrementar o serviço de consulta online do andamento de aprovação de diversos pedidos do Serviço de Migração, a fim de requerentes poderem consultar a qualquer momento e tomar conhecimento cedo da situação de aprovação (instalar em primeiro lugar o sistema de consulta online de autorização especial de permanência destinada aos estudantes estrangeiros)</p>	Foram iniciadas	2014
			A confirmar	Trabalho contínuo
			Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
			2.ª metade do ano 2011	1.ª metade do ano 2012

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Planear gradualmente oferecer o serviço de marcação online para diversos serviços de migração. (Oferecer em primeiro lugar o serviço de reserva para o pedido ou renovação de autorização de residência bem como para audiência e entregue suplementar dos dados sobre pedido ou renovação de autorização de residência)	2.ª metade do ano 2011	Dezembro de 2012
		Enriquecer e aperfeiçoar a divulgação online de mensagens sobre diversos pedidos/formalidades do Serviço de Migração.	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Tirar fotografia presencial por via electrónica para os requerentes no Serviço de Migração, no sentido de dispensar a entrega de fotografia.	2.ª metade do ano 2011	Dezembro de 2012
		Estudar a apresentação de pedido do Bilhete de Identificação de trabalhador não residente por via electrónica online	2.ª metade do ano 2012	1.ª metade do ano 2013
35.	Sistema informático interno	Actualizar o sistema informático de gestão de dados de trabalhadores não residentes e de emissão de documento de identificação e o sistema informático de gestão de dados de titulares de certificado de residência	Junho do ano 2011	No fim do ano 2012
Polícia Judiciária				
36.	Técnica criminalística	Segundo as necessidades de investigação criminal, desenvolver iniciar o estudo e exploração de análise do sangue, de teste de medicamentos e de scan.	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Criar uma base de dados sobre vestígios de balas criminais	Janeiro	2.ª metade do ano

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Criar o ficheiro de armas de fogo de uso policial	Janeiro	2.ª metade do ano
37.	Informações criminais	Recolher informações junto de diversos sectores sociais, incluindo as informações sobre crime, defesa de segurança nacional e regional	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Aprofundar e explorar a troca de informações e mecanismos mútuos com os departamentos de informações estrangeiros	Ano inteiro	Trabalho contínuo
38.	Crime na Internet	Monitoramento de internet, sobretudo, reforçar o combate ao crime de burla on-line	Ano inteiro	Trabalho contínuo
39.	Policimento comunitário	Sensibilização para a prevenção criminal na época de Inverno	Janeiro, Novembro, Dezembro	No mesmo mês para iniciar o trabalho
		Prevenir o crime informático, encontrar-se periodicamente com associações e organizações, estudar as medidas de facilitação, realizar sensibilização anti-criminal junto das escolas e associações; através dos média, proceder-se à sensibilização para participação	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Sensibilização sobre a anti-droga, prevenção de artimanha na procura de emprego e prevenção de fraude junto de população escolar	Maior, Junho	No mesmo mês para iniciar o trabalho

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
40.	Intercâmbio policial	<p>Publicar a revista trimestral "Investigação Criminal e Sistema Jurídico", o Relatório Annual, a revista mensal "A Mensagem da PJ</p> <p>Participar nas conferências anuais e de trabalho a realizar pela Interpol, destacar o pessoal para assistir às reuniões regionais e internacionais, às diversas acções formativas, organizar o representante policial da China Continental, de outros países e regiões para fazer intercâmbio ou produzir provas em Macau, actualizar o sistema de comunicação, sendo estendido o respectivo sistema</p>	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
41.	As obras de design e e decorações do novo edifício	Acompanhar a concepção e construção de obras de instalações e demais instalações relevantes	Ano inteiro	No fim do ano 2012
42.	Prevenir e combater o crime grave	<p>Incrementar o pessoal para patrulhar na véspera do ano novo chinês, especialmente nos locais/lojas com grande aglomeração de pessoal, reforçar a prevenção e combate aos diversos crimes no período do ano novo chinês</p> <p>Prevenir e combater o crime de tráfico de pessoas, reforçar a patrulha nas habitações privadas a título de massagem, e combater a prostituição nos hotéis de grande envergadura</p> <p>No feriado longo de 1 de Maio, incrementar o pessoal nos locais com grande aglomeração de pessoal para tomar medidas preventivas, patrulhando e vigiando consoante a situação real da sociedade</p>	Janeiro	No mesmo mês para iniciar o trabalho
			Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
			Abril	Maio

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Em relação ao crime de fogo posto, fazer intercâmbio periódico com as empresas de gestão para implementar o espírito de auxílio mútuo, elevar a consciência e eficiência do sector e do público em termos de prevenção do crime de fogo posto	Ano inteiro	Trabalho contínuo
43.	Prevenir e combater o crime económico	Para o crime de furto, proceder à patrulha no local de alta ocorrência de crime no período do ano novo chinês	Janeiro	No mesmo mês para iniciar o trabalho
		Patrulhar durante meia-noite e madrugada no local de alta ocorrência de crime de furto em habitação	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Em relação à fraude na rua, reforçar a patrulha na rua. Sobre o crime de fraude transfronteiriça, trocar informações com a polícia da China Continental e de Hong Kong. Relativamente ao penhor de objectos falsos e à fraude como produto falsificado, sensibilizar a consciência de prevenção do sector de penhor e de jóia	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Em relação ao crime de falso ou abuso do cartão de crédito, reforçar o contacto com organism ou organização financeira	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Em relação ao crime de documento falsificado, comunicar com responsáveis pela empresa e casino para elevar a consciência na prevenção do documento falsificado, realizar encontro periódico com a Direcção dos Serviços de Inspeção e Coordenação de Jogos e serviços de segurança do casino	Ano inteiro	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Relativamente ao crime de fraude com cartão de levantamento de dinheiro, reforçar a sensibilização no bairro comunitário, chamar atenção para prevenção	Véspera do feriado longo	Trabalho contínuo
		Para casamentos fictícios e pedido da quota de trabalhador não residente com informações falsas, contactar activamente com os serviços responsáveis pela autorização para tomar conhecimento de anomalia de pedidos	Em semestre	Trabalho contínuo
44.	Prevenir e combater o crime relacionado com o jogo	Recolher os dados e analisar as informações sobre o crime relacionado com o jogo	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Destacar o Grupo anti-criminal para patrulha	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
		Operações de prevenção e combate nos feriados e eventos relevantes	Logo em mês	Logo em mês
45.	Prevenir e combater o crime de branqueamento de capitais	Apoio o trabalho de inspeção da Autoridade Monetária de Macau	Não regular	sem data fixa
		Fornecer o número de casos recebidos ao Gabinete de Informação Financeira, intensificar o mecanismo de comunicação com os SA, estabelecer o mecanismo de contacto com os serviços de sistema financeiro	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Cursos de formação periódicos local e no exterior e palestras	Ano inteiro	Trabalho contínuo
		Encontro anual da Organização Anti-Branqueamento de Capitais(APG)	No meado de Julho	No meado de Julho

Nume- ração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
46.	Prevenir e combater o crime de droga	<p>Elevar a cooperação regional, otimizar o mecanismo de troca de informações</p> <p>Reforçar o controle do postos fronteiriço para impedir a entrada de drogas</p> <p>Proceder à patrulha para combater o crime de droga</p>	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
47.	Prevenir e combater a delinquência juvenil	<p>Reforçar a sensibilização anti-droga. Continuar a sensibilização de prevenção de delinquência juvenil, reforçar a patrulha, sobretudo a patrulha no local de alta ocorrência de crime ao redor de escolas</p> <p>Criar, com assistente social na escola, "rede de acompanhamento de segurança dos jovens"</p>	Ano inteiro	Trabalho contínuo
48.	Sistema e equipamento de informática e telecomunicação	<p>Otimizar o sistema de registo de entrada e saída de expedientes, disponibilizar o boletim de pedido de versão electrónica para deixar ao cidadão download, automatizar o registo de dados pessoais</p> <p>Design e construir o centro dos dados da Divisão de Informática, o centro dos dados da Divisão de Informática Forense, a sala de Informática Forense na nova sede. Adquirir o equipamento de informática forense</p>	Abril	Junho
			Janeiro	Dezembro
Corpo de Bombeiros				
49.	Rever o plano de contingência	Rever o plano de contingência e de segurança de metro ligeiro para articulação com as obras de metro ligeiro	Janeiro	Novembro
			Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
50.	Exercícios para combater incêndio ou exercícios de emergência	Exercícios para salvamento e evacuação no tabuleiro inferior da Ponte Sai Van, nos tanques de combustíveis do aeroporto, de Ka-O, na central térmica de Coloane, articular-se com exercícios a realizar por outros serviços, por exemplo, exercício perante a chuva forte, protecção civil	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
51.	Planeamento de operações	Estudar estrategicamente e avaliando a operação de salvamento nas grandes construções do Cotai e na construção do Hospital de Coloane, fazendo o planeamento operacional na construção de um Terminal Marítimo permanente de Pac On, na criação do serviço de emergência na Universidade de Ciência e Tecnologia	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
52.	Trabalho de segurança	Destacar o pessoal para apoiar a inspeção de hotel ilegal, despejo de terrenos, e assegurar o trabalho de segurança nos eventos relevantes	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
53.	Acompanhar e avaliar a situação de doenças infecciosas	Realizar em tempo oportuno reuniões com serviços de saúde, fazendo avaliação mensalmente	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
54.	Prevenção do fogo na construção de Hengqin	Em relação à construção de "Campus da Universidade de Macau em Hengqin", o CB irá acompanhar e articular-se com todos os esforços, reforçando a comunicação com o Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-Estruturas. Preceder bem à vistoria transfronteiriça de prevenção do fogo	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

Área da Segurança

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
55.	Articulação e acompanhamento de obras de construção de metro ligeiro	Articular-se com a política de transporte público do Governo, para assegurar a segurança contra incêndio no design de metro ligeiro e na aprovação de materiais	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
56.	Seminário profissional sobre os serviços de bombeiro	Realizar em Macau seminário/palestra profissional sobre os serviços de bombeiro	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
57.	Sensibilização de prevenção do fogo	Fortalecer a educação de prevenção de incêndios junto de público, estudante e associação, especialmente para a prevenção de incêndios na situação das rotas de fuga bloqueadas, a fim de elevar a consciência pública de segurança contra incêndio	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
58.	Infra-estruturas	Acompanhar o andamento de obras de construção do Posto Operacional do campus da Universidade de Macau em Hengqin; Implementar a planta de novo Posto Operacional de Colóane e Centro de treinamento de ambulância;	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
59.	Melhoria de equipamentos de serviços de bombeiros	Acompanhar o projecto da remodelação dos postos operacionais existentes para articular-se com os trabalhos, por exemplo, o projecto de remodelação do Posto Operacional de Areia, e o projecto de melhoria do Posto Operacional do Lago Sai Van	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
60.	Relações públicas	Aperfeiçoar o trabalho do porta-voz da comunicação social, fortalecer as relações públicas e uma boa comunicação entre o coordenador e os média	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
61.	Serviços de ambulância	Reforçar a equipa profissional no curso de formação de ambulância, especialmente a implementação de padrões internacionais de CPR de primeiros socorros, cuidados de emergência pré-hospitalar, a fim de otimizar a tecnologia	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
62.	Formação interna	Curso de combate ao fogo/salvamento; curso de operações de busca em gaiola de fogo	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
63.	Formação no exterior	Destacar o pessoal para fazer intercâmbio no exterior no sentido de aprender novos conhecimentos sobre serviços de bombeiros	Trabalho contínuo	Trabalho contínuo
Escola Superior das Forças de Segurança de Macau				
64.	Ensino superior	10.º Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros 11.º a 13.º Cursos de Formação de Oficiais e de Oficiais do Corpo de Bombeiros	Agosto de 2011	2012
65.	Curso de promoção	Curso de Promoção para a categoria de Chefe e de Chefe de Bombeiros Curso de Promoção para a categoria de Subchefe/Subchefe de Bombeiros Curso de Promoção para a categoria de guarda principal/bombeiro principal	Ano lectivo 2011/2012 Março Julho Novembro	Ano lectivo 2012/2013 Junho Agosto Dezembro

Nume- ração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
66.	Curso de Formação de Instruendos	16.º Curso de Formação de Instruendos	Janeiro	Março
67.	Curso de Conhecimentos e Técnicas	17.º Curso de Formação de Instruendos Os cursos que serão organizados Segundo o plano de estudo e a disposição dos trabalhos dos serviços são os seguintes: cursos de formação para condutores, de Man- darim, de aplicação de software destinado ao escritório, de chinês funcional e ingles funcional; de inglês para o CB e o CPSP, de técnica de atendimento e tratamento de queixas, de técnica de atendimento ao público e à chamada tele- fónica, de gestão de stress e emoção, de prática de direito processual, de procedimento administrativo, de direito, de instrução de processo disciplinar	Maio	Julho
68.	Colaboração dos organismos exteriores na formação	A parte de disciplinas do Curso de formação para oficiais do CPSP e do CB Curso Formação para formadores sobre táticas de inter- venção com o recurso ao uso da força Cursos de formação profissional: trânsito, segurança contra incêndios, investigação criminal, Protecção de Altas Entidades e Policiamento Comunitário Curso de Formação dos Oficiais Superiores das FSM e dos serviços de segurança	Janeiro Julho	Fevereiro Julho Janeiro, Maio e Agosto Setembro Abril

Nume- ração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Curso de formação de oficiais da Universidade de Segurança Pública de Beijing	Setembro	Setembro
69.	Seminário/palestra	Curso de Formação de Agentes Policiais do CPSP Os seminários/palestras que serão organizadas Segundo o plano de estudo e a disposição dos trabalhos dos serviços são os seguintes: Palestras de gestão emocional, de relação pessoal, de auditoria, de alívio de stress psicológica, de direitos humanos, de integridade, de Lei Básica e de lei de segurança nacional, de transfusão de sangue, de saúde, de assuntos policiais	Setembro	Setembro
70.	Intercâmbio e visita de estudo no exterior	Encontro policial entre a Província Guangdong e Macau Intercâmbio e visita de estudo policiais na Província Guangdong Visita do pessoal da direcção da ESFSM à China Continental Intercâmbio de experiências e o convívio entre os dirigentes dos Institutos do Ensino Superior através de uma visita de delegação composta pelo pessoal da direcção da instituição do ensino superior à China Continental	Fevereiro	Fevereiro
			Março	Março
			Abril	Abril
			Maio	Maio

Nume- ração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Estudar e visitar os Serviços de Migração da Província Fujian e o posto fronteiriço geral de Xiamen	Junho	Junho
		Visita de estudo, a título de conclusão do curso, dos alunos do 3.º Curso de Comando e Direcção	Junho	Junho
		Visita de estudo dos finalistas do 11.º Curso de Formação de Oficiais à China Continental	Julho	Julho
		Visita dos melhores alunos do 12.º Curso de Formação de Oficiais e de Oficiais do Corpo de Bombeiros à Escola Superior de Ciência Policial e Segurança Interna de Portugal	Julho	Julho
		Ir à Universidade de Segurança Pública de Beijing para receber formação e visitar os Serviços de Migração de Xiamen	Setembro	Setembro
Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau				
71.	Acrescentamento de base de rádio	Acrescentamento de mais uma base de rádio para reforçar a estabilidade de comunicação no bairro Mong Há	Fevereiro	Dezembro
72.	Instalar equipamento de posicionamento GPS nos carros de patrulha	Instalar equipamento de posicionamento GPS nos carros de patrulha do CPSP, para facilitar a organização de veículos	Fevereiro	Dezembro
73.	Preparar a instalação do sistema auto-passagem no Novo Terminal Marítimo da Taipa	Aumentar o número de sistema de auto-passagem, e preparando a relocação do sistema de auto-passagem Terminal Marítimo da Taipa temporário	Junho	Dezembro

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
74.	Estabelecer o banco de dados com a rede móvel	Para uma consulta rápida sobre a situação suspeitosa, como a verificação da validade do cartão de identidade de trabalhadores não residentes, e de excesso de prazo de permanência dos viajantes.	Janeiro	Setembro
75.	Melhorar a divulgação da informação nos Postos Fronteiriços	Irá adicionar o número de ecrã electrónico, e organizar a distribuição da divulgação de informações	Janeiro	Setembro
76.	O projecto de reparação do edifício da DSFSM	Realizar as obras anti-gotejamento. Reordenar e embelezar o jardim e o museu abertos ao público	Março	Setembro
77.	Obras de melhoria das instalações do campo de tiro das FSM	Devido à não decoração e manutenção das instalações por vários anos, a maior parte destas instalações envelheceu, é necessário proceder periodicamente à reparação/manutenção	Junho	Agosto
78.	Obras de melhoria da instalações do edifício do Departamento de Trânsito do CPSP	A maior parte destas instalações envelheceu, é necessário decorar totalmente. Por outro lado, para o fim de decoração, a Banda de Música do CPSP vai mudar-se do local onde fica, para articular-se com o Departamento de Trânsito do CPSP	Agosto	Outubro
79.	Obras de decoração do antigo complexo do Serviço de Migração	O antigo complexo do Serviço de Migração já foi afectado, através de autorização, a servir de sala de aula provisória da ESFSM, para articular-se com o novo destino do complexo, é necessário proceder à remodelação/decoração	Abril	Julho

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
80.	Reforçar o conhecimento através de sondagem por questionário, para melhorar a educação de saúde mental dos militarizados	Será feito inquérito às necessidades do serviço de aconselhamento psicológico e a stress dos militarizados por forma de questionário, através de "inquérito às necessidades do serviço de aconselhamento psicológico" e "inquérito de stress dos militarizados", a fim de programar o objectivo e conteúdo, a fim de organizar com propósito seminários e cursos e melhorar a qualidade dos militarizados	(Inquérito às necessidades) Abril (Inquérito de stress) Setembro	Junho para inquérito às necessidades Novembro para inquérito de stress
81.	Regulamento de Uniformes das Forças e Serviços de Segurança de Macau	Acompanhar os trabalhos subsequentes e demais trabalhos da alteração do Regulamento de Uniformes das Forças e Serviços de Segurança de Macau	Ano inteiro	Ano inteiro
82.	Regime de admissão e frequência do Curso de Formação de Instruendos das Forças de Segurança de Macau	Acompanhar a alteração do Regulamento Administrativo n.º 13/2002 que regulamenta o regime de admissão e frequência do Curso de Formação de Instruendos das Forças de Segurança de Macau	Ano inteiro	Ano inteiro
Estabelecimento Prisional de Macau				
83.	Melhoria da gestão e optimização administrativa	Oferecer a série de palestras "de novo pensamento de gestão"	1.º semestre	4.º semestre
84.	Reforçar a segurança com recurso à tecnologia	Criar o grupo de resposta atempada	2.º semestre	3.º semestre
		Reorganizar o pessoal do posto de segurança do EPM	1.º semestre	2.º semestre
		Mandar os guardas prisionais para aceitar e treinamento tático de segurança no exterior	1.º semestre	4.º semestre
		Implementar, a título experimental, o controle do tabaco nas celas	1.º semestre	2.º semestre

Numeração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
		Implementar completamente o sistema de aquisição de objectos por reclusos	1.º semestre	3.º semestre
85.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Concurso para promoção à categoria de chefe	2.º semestre	1.º semestre do ano 2013
		Concurso para promoção à categoria de guarda principal	4.º semestre	3.º semestre do ano 2013
		Concurso para ingresso na carreira dos agentes policiais e concurso centralizado para ingresso na carreira de técnico superior e de técnico	1.º semestre	A confirmar
		Planear a organização de 30 cursos para o pessoal do EPM	1.º semestre	4.º semestre
86.	Infra-estruturas em larga escala e equipamentos	Acompanhar as obras da nova cadeia	Ano inteiro	Ano inteiro
87.	Melhoria da gestão prisional e prevalência da reinserção social	Organizar palestras, cursos e workshops para os reclusos, no total de 9	Ano inteiro	Ano inteiro
		Organizar para os reclusos cursos de formação profissional, no total de 8	Ano inteiro	Ano inteiro
		Organizar 13 actividades culturais e recreativas para os reclusos	Ano inteiro	Ano inteiro
		Organizar programas de familiarização com filhos no dia de criança	1.º semestre	2.º semestre
		Organizar a Exposição de Artesanato dos reclusos	1.º semestre	3.º semestre

Nume- ração	Plano e modalidade de trabalho	Conteúdo do trabalho	Data prevista para iniciar	Data prevista para concluir
88.	Estabelecer o laço de amizade	Organizar a actividade de desporto colectivo para apoiar os reclusos a reconstruir nova vida	1.º semestre	3.º semestre
		Realizar a "6.ª competição desportiva para agentes penitenciarários de Guangdong, Hong Kong e Macau"	1.º semestre	3.º semestre

Calendário das principais acções governativas da área da Assuntos Sociais e Cultura para o ano de 2012

1. No domínio da Saúde

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Área de saúde				
1	Preparação para a construção do Hospital de Urgência das Ilhas	Elaboração do projecto e execução da obra.	4.º trimestre de 2011	2.º semestre de 2014
2	Preparação para a construção do novo Centro de Saúde de São Lourenço	Já se iniciou a elaboração do projecto, executar-se-á a obra.	Já iniciada	2.º semestre de 2013
3	Preparação para a construção do Centro de Saúde no lote TN27 da Estrada Coronel Nicolau de Mesquita na Taipa	Já se iniciou a elaboração do projecto, executar-se-á a obra de remodelação.	Já iniciada	2.º semestre de 2012
4	Preparação para a criação do Centro de Recuperação de Doenças Infecciosas no Alto da Montanha de Coloane	Já se iniciou a elaboração do projecto, proceder-se-á à alteração do projecto de obra e à sua execução.	Já iniciada	2.º semestre de 2013
5	Construção do Edifício do Serviço de Urgência do Centro Hospitalar Conde de São Januário	Está em fase de execução da obra.	Já iniciada	1.º semestre de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
6	Construção do Edifício de Especialidades do Centro Hospitalar Conde de São Januário	Já se iniciou a elaboração do projecto, executar-se-á a obra.	Já iniciada	2.º semestre de 2014
7	Hospital de Reabilitação em Ká-Hó, Coloane	Já se iniciou a elaboração do projecto, executar-se-á a obra.	Já iniciada	2.º semestre de 2014
8	Desenvolvimento do serviço de reabilitação intra-hospitalar nas Ilhas pelo Centro Hospitalar Conde de São Januário	Iniciou-se oficialmente o serviço de reabilitação intra-hospitalar nas Ilhas.	Já iniciados os preparativos	1.º semestre de 2012
9	Pedido de acreditação internacional pelo Centro Hospitalar Conde de São Januário	Realizar-se-ão o Mock OWS e o OWS, prevendo-se a obtenção da acreditação no 2.º semestre de 2012.	Já iniciado	2.º semestre de 2012
10	Trabalho da primeira fase relativo à preparação da criação da base central de dados médicos	Planeamento da integração das informações clínicas do CHCSJ, do Hospital Kiang Wu e da Universidade de Ciência e Tecnologia.	Ano 2012	2.º semestre de 2013
11	Implementação experimental do serviço de rastreio de doenças crónicas de retina em idosos	Implementação do serviço a título experimental nos centros de saúde de acordo com a situação de recrutamento de optometristas.	Já iniciados os preparativos	2.º semestre de 2012
12	Conclusão da revisão do projecto relativo a "Boas práticas de distribuição de medicamentos (GDP)"	Depois de entrar em processo legislativo, proceder-se-á à definição do plano geral de promoção e do projecto de execução.	Já iniciada	1.º semestre de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
13	Conclusão da revisão do projecto relativo a "Boas práticas de fabrico de medicamentos (GMP)"	Depois de entrar em processo legislativo, proceder-se-á à definição do plano geral de promoção e do projecto de execução.	Já iniciada	1.º semestre de 2013
14	Conclusão da revisão do "Regime jurídico relativo às profissões e actividades farmacêuticas"	Revisão técnica do projecto, consulta ao sector, recolha de comentários, revisão e entrada em processo legislativo.	Já iniciada	2.º semestre de 2014
15	Conclusão da revisão do "Regime jurídico de licenciamento e funcionamento dos estabelecimentos que se dedicam à preparação e comércio de produtos de medicina tradicional chinesa"	Revisão técnica do projecto, consulta ao sector, recolha de comentários, revisão e entrada em processo legislativo.	Já iniciada	2.º semestre de 2014
16	Pedido de acreditação do sistema de gestão da qualidade de laboratório ISO 15189 pelo Centro de Transfusões de Sangue	Elaboração das orientações de trabalho, monitorização da qualidade e teste de capacidade, em prol de criação duma gestão de laboratório que cumpra os padrões internacionais.	Ano 2012	2.º semestre de 2013
17	Pedido de acreditação do sistema de gestão da qualidade de laboratório ISO 15189 pelo Laboratório de Saúde Pública	Convite a peritos para realização de inspecções in loco, formação de auditores internos e apresentação do pedido, prevendo-se a obtenção da acreditação no 2.º semestre do ano de 2014.	Ano 2012	2.º semestre de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
18	Criação e entrada em funcionamento do Conselho para os Assuntos Médicos	Esforço na aprovação do regulamento administrativo relativo ao Conselho para os Assuntos Médicos no fim do ano de 2011 e planeamento dos trabalhos de apreciação da qualificação dos profissionais de saúde no ano de 2012.	Já iniciadas	Ano 2012

2. No domínio da Educação

2.1 Ensino Superior

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Área de ensino superior				
1	Continuação da realização do Concurso do Programa de Empreendedorismo para os Estudantes de Ensino Superior (3. ^a Edição)	Reunir com as entidades colaboradoras para discutir os meios de realização e as acções detalhadas do respectivo concurso; publicidade, inscrição, avaliação; publicação dos resultados, entrega de prémios; acompanhamento da execução dos programas premiados e introdução da sua experiência ao público.	Fevereiro de 2012	Maio de 2013
2	Realização de seminários sobre a avaliação do ensino superior	Elaboração da agenda dos seminários; início do trabalho de preparação conforme os planos; realização dos seminários; publicação da coletânea de artigos.	Fevereiro de 2012	Março de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
3	Organização de uma delegação de responsáveis das instituições de ensino superior para viagem de estudo no exterior da RAEM	Planeamento da viagem segundo o seu objectivo; realização de trabalhos de preparação e de ligação; realização da viagem de estudo e de um balanço.	Abril de 2012	Novembro de 2012
4	Projecto do novo <i>campus</i> da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin	Efectuar, em tempo e com garantia de qualidade, a construção das obras do novo <i>campus</i> , em articulação com as exigências da RAEM.	Já iniciado	Dezembro de 2012
5	"Programa Piloto dos Colégios Residenciais" da Universidade de Macau	Ser a primeira universidade na Ásia com implementação plena do sistema de colégios residenciais.	Já iniciado	No ano lectivo de 2013/2014
6	Melhorar a estrutura e o funcionamento do Instituto Politécnico de Macau	Criar um grupo específico para acompanhar o estudo de questões referidas no relatório do CCAC e assegurar que a situação em causa seja melhorada, no sentido de aperfeiçoar a sua estrutura e gestão interna.	Já iniciado	Em funcionamento permanente
7	Revisão dos «Estatutos do Instituto Politécnico de Macau»	Elaborar o projecto de diploma legal, em versões chinesa e portuguesa, que será apresentado à tutela para apreciação e início de procedimento legislativo.	Já iniciados	4º trimestre de 2012
8	Revisão do «Estatuto do Pessoal do Instituto Politécnico de Macau» e do «Estatuto do Pessoal Docente do Instituto Politécnico de Macau»	Elaborar o projecto de diploma legal, em versões chinesa e portuguesa, que será apresentado à tutela para apreciação e início de procedimento legislativo.	Em 2012 ¹	4º trimestre de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
9	Acompanhamento da revisão do estatuto orgânico do Instituto de Formação Turística, bem como do "Estatuto do Pessoal Docente do IFT e do pessoal da Formação Profissional da hotelaria"	Elaboração da versão inicial dos projectos de diplomas legais. Elaboração dos documentos de consulta. Início do trabalho de consulta (serviços/sectores industriais/público). Análise e organização das opiniões recolhidas relativas à consulta. Elaboração do relatório sobre os resultados de consulta. Elaboração dos projectos de diplomas legais, em versões chinesa e portuguesa.	Já iniciado	3.º trimestre de 2012 ²
10	Requerimento do Instituto de Formação Turística para o prolongamento do Certificado de TedQual, concedido pela Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas	Início do trabalho preparatório de avaliação interna. Apresentação do pedido de prolongamento do certificado. Avaliação pelos especialistas da Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas. Acompanhamento do respectivo resultado alcançado.	1.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2012

Nota:

1. Será iniciado o respectivo trabalho, após a conclusão da revisão dos "Estatutos do Instituto Politécnico de Macau".
2. Para corresponder às disposições da proposta de lei do "Regime do Ensino Superior" e do projecto do regulamento administrativo do "Regime do Ensino Superior", a versão preliminar do projecto deste diploma legal só poderá ser definida após a aprovação destes dois projectos. Por este motivo, a data de conclusão é apenas uma data previsível. Estima-se que, com a maior brevidade possível, será concluído o trabalho faseado no prazo de 6 meses contados a partir da aprovação da proposta destes projectos. No caso de serem aprovados estes projectos depois de Novembro, todas as etapas da elaboração do projecto do referido diploma legal serão prolongadas de acordo com a realidade.

2.2 Ensino não Superior e Juventude

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Âmbito do ensino não superior e da juventude				
1	Implementação do "Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior"	Acompanhamento da implementação da Lei, estudo das políticas envolvidas e realização das respectivas medidas.	Já iniciado	4.º trimestre de 2014
2	Continuação da concretização e avaliação do "Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo"	Sólida execução do Programa. Realização da avaliação intercalar e entrega do relatório ao Exmo. SASC. Continuação da execução e concretização do Programa.	Já iniciado	4.º trimestre de 2013
3	Concessão do subsídio aos alunos que frequentam os ensinos secundário, primário e infantil na província de Guangdong	Realização dos trabalhos preparatórios. Aceitação das candidaturas. Apreciação dos dados de candidatura e início dos cursos de verão. Concessão do subsídio. Revisão dos diversos processos.	4.º trimestre de 2011	1.º trimestre de 2013
4	Estímulo aos alunos excelentes para frequentarem cursos do ensino superior em Educação	Definição do conteúdo do plano de financiamento e do seu processo de selecção. Aceitação das candidaturas e realização da selecção. Concessão do subsídio. Acompanhamento da situação dos estudos dos alunos beneficiários. Revisão dos diversos processos.	4.º trimestre de 2011	3.º trimestre de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
5	Elaboração do “Estatuto da Educação Contínua”	Elaboração das versões chinesa e portuguesa do anteprojecto do diploma legal e de documentos conexos. Submissão do anteprojecto à apreciação do Exmo. SASC. Entrega do texto definitivo a S. Ex. ^a o Chefe do Executivo para entrar em processo legislativo, até o diploma legal ser promulgado.	Já iniciado	2.º trimestre de 2012
6	Alteração ao diploma legal da “Escolaridade obrigatória”	Entrega das versões chinesa e portuguesa definitivas do diploma legal para entrar em processo legislativo.	Já iniciado	1.º trimestre de 2012
7	Alteração ao diploma legal do “Estatuto das escolas”	Elaboração do texto de concepção/documentos de consulta. Início de consulta. Elaboração do relatório do resultado da consulta e do anteprojecto do diploma legal. Elaboração das versões chinesa e portuguesa do anteprojecto do diploma legal e de documentos conexos. Submissão do anteprojecto à apreciação do Exmo. SASC. Entrega do texto definitivo a S. Ex. ^a o Chefe do Executivo para entrar em processo legislativo, até o diploma legal ser promulgado.	Já iniciado	1.º trimestre de 2013
8	Definição do diploma legal sobre o “Quadro da organização curricular da educação regular”	Definição das versões chinesa e portuguesa do diploma legal para entrar em processo legislativo.	Já iniciado	1.º trimestre de 2012

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
9	Realização do plano de promoção da saúde escolar	Estudo da possibilidade de medidas permanentes para criação do bar saudável. Concretização da promoção da ementa do almoço saudável junto das escolas. Estudo da possibilidade de integração do subsídio do pessoal de enfermagem nas despesas de funcionamento da escola.	Já iniciado	2.º trimestre de 2013
10	Participação no teste do PISA_2012 "Programa Internacional de Avaliação de Alunos"	Apoio ao Centro do PISA da Universidade de Macau na organização do PISA_2012. Acompanhamento dos resultados do relatório do PISA 2009 e definição dos respectivos planos/medidas. Análise e estudo do relatório de investigação da OCDE para servir como informação de referência de governação.	Já iniciado o trabalho preparatório	4.º trimestre de 2014
11	Preparação do plano de reorganização do desenvolvimento integral dos jovens de Macau	Aferição da situação de execução das "Estratégias do desenvolvimento integral dos jovens de Macau" (Estratégias) e do trabalho de estudo. Elaboração do texto da proposta do planeamento de reorganização das 15 áreas das Estratégias. Realização da consulta pública. Alteração e conclusão do texto da proposta do planeamento das Estratégias.	Já iniciado	2.º trimestre de 2013
12	Criação de um mecanismo de prestação de informações sistémáticas aos jovens	Execução do projecto preparatório. Publicação, propaganda e implementação. Aferição da eficiência.	Já iniciado	4.º trimestre de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
13	Promoção da participação dos jovens em trabalhos de voluntariado	Planeamento do projecto da proposta e promoção da participação dos jovens em trabalhos de voluntariado. Aplicação prática gradual das diversas medidas do respectivo plano. Aferição e avaliação da situação de implementação do respectivo plano.	Já iniciado	4.º trimestre de 2013
14	Organização do Festival Juvenil Internacional de Dança 2012	Início das inscrições. Seleção e convite dos grupos de dança de Macau e do resto do mundo. Realização do projecto preparatório (propaganda, acolhimento e espectáculo). Realização das actividades e avaliação da sua eficiência.	Já iniciado	3.º trimestre de 2012

3. No domínio de Acção Social

N.º de ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Domínio da acção social				
1	Planeamento e estudo sobre os equipamentos que prestam serviços de apoio às famílias e à comunidade	Desenvolvimento do trabalho de planeamento e estudo, planeamento dos equipamentos sociais que prestam serviços de apoio às famílias e à comunidade, segundo fundamentos científicos e com base nas necessidades racionais e reais.	1.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2012

N.º de ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
2	Preparação da criação de um novo complexo de serviços de apoio à família e à comunidade	Criação de um complexo social destinado a prestar vários serviços como aconselhamento familiar, educação sobre a vida familiar, educação cívica junto da comunidade, etc.	1.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2012
3	Criação de quatro creches	Aumentar a oferta dos serviços, de forma a responder às necessidades dos serviços sociais de acordo com o plano de criação de mais creches.	1.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2012
4	Dar continuidade ao estudo de "Jovens anónimos"	Desenvolvimento, segundo o relatório do estudo, das acções educativas e de divulgação para a prevenção do problema dos jovens anónimos e serviços de prevenção e tratamento.	1.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2012
5	Projecto de estudo sobre "Vício da Internet"	Dar continuidade e concluir o Projecto de estudo sobre "Vício da Internet nos Jovens", bem como elaborar propostas viáveis relativas a esta matéria.	1.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2012
6	Plano de desenvolvimento em educação cívica "Vamos participar na protecção dos idosos" e realização das respectivas actividades de divulgação	Através do apoio financeiro a conceder às instituições sociais, promover a educação comunitária sobre a protecção dos idosos, de forma a incentivar toda a população a participar nas acções de protecção dos idosos. Elaborar um pequeno filme referente a esta temática para divulgação a toda a população e as respectivas informações educativas, no sentido de, através dos diferentes órgãos de comunicação social, aumentar a consciência colectiva sobre o respeito pelos idosos.	1.º trimestre de 2012	1.º trimestre de 2013

N.º de ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
7	Reconstrução do lar de idosos de Nossa Senhora de "Ká-Hó". (aproveitando o terreno, serão planeados um lar para idosos, um hospital de reabilitação e um lar de desintoxicação)	Planeamento e discussão com os Serviços relacionados, sobre o projecto do respectivo equipamento social e seus serviços. Concluída as obras de reconstrução, proceder a: concurso de adjudicação das obras de remodelação, execução das obras de remodelação e aquisição de equipamentos, pedido de licença, elaboração do acordo de cooperação, modos de atribuição do subsídio e funcionamento do equipamento social.	1.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2014
8	Construção de um lar de cuidados especiais para idosos e do centro de dia de cuidados especiais no local do mercado provisorio de São Lourenço	Planeamento e discussão com os Serviços relacionados, sobre o projecto do respectivo equipamento social e seus serviços. Concluída as obras de construção, proceder a: concurso de adjudicação das obras de remodelação, execução das obras de remodelação e aquisição de equipamentos, pedido de licença, elaboração do acordo de cooperação, modos de atribuição do subsídio e funcionamento do equipamento social.	1.º trimestre de 2012	1.º trimestre de 2014
9	Divulgação da finalidade do cartão de registo de avaliação da deficiência	Recolha junto dos diferentes Serviços públicos de informações sobre as providências a tomar relativamente à atribuição de benefícios aos portadores do cartão, bem como lançamento de acções de divulgação junto das instituições privadas. Elaboração de uma lista dos benefícios para efeitos de consulta dos portadores do cartão e, através dos diferentes órgãos de comunicação social, proceder-se-á a acções de divulgação.	1.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2012

N.º de ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
10	Alargamento dos serviços de apoio a familiares das pessoas deficientes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Continuação da execução do projecto de subsídio específico destinado aos familiares/cuidadores dos doentes mentais reabilitados; 2. Concessão de apoio a três equipamentos sociais de reabilitação das pessoas com deficiência intelectual, com vista à optimização dos recursos e desenvolvimento dos serviços de apoio a familiares. 	1.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2012
11	Promoção do desenvolvimento do "Grupo de voluntários para o combate à droga"	<ol style="list-style-type: none"> 1. Confirmação da definição do organigrama do Grupo de voluntários; 2. Desenvolvimento do projecto de recrutamento de voluntários que trabalhem individualmente e em nome das instituições; 3. Mobilização dos voluntários para acções de formação e para o trabalho de combate à droga; 4. Cerimónia de juramento do "Grupo de voluntários para o combate à droga". 	1.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2012
12	Preparação da criação de uma base para promover a educação sobre o combate à droga	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento da envergadura do Centro de Vida Sadia, criando uma base de grande capacidade para promover a educação sobre o combate à droga; 2. Planeamento da formação destinada aos monitores e aos trabalhadores. 	1.º trimestre de 2012	2.º trimestre de 2013

4. No domínio da Segurança Social

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início prevista	Data de conclusão prevista
No domínio da Segurança Social				
1	Definição do regime não obrigatório de pagamento de contribuições para trabalhadores, empregadores e indivíduos do fundo de previdência central	Continuação do trabalho de acompanhamento da consulta relativa às regras de pagamento de contribuições e regulação de investimento do Fundo de Previdência Central não obrigatório, compilação e organização das respectivas opiniões bem como a elaboração do relatório. Dar início ao processo legislativo. Divulgação e Promoção.	1.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2014
2	Aumento do montante de contribuições	De acordo com o resultado do estudo actuarial, definir o projecto de aumento do montante de contribuições e elaborar o respectivo despacho. Ouvir o Conselho Permanente de Concertação Social. Submissão ao Chefe do Executivo para despacho e publicação. Divulgação e implementação.	1.º trimestre de 2012	2.º trimestre de 2012

5. No domínio do Turismo

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
No domínio do Turismo				
1	Plano turístico do "Centro Mundial de Turismo e Lazer"	Acompanhar os projectos e as pesquisas do Governo da RAEM sobre a criação de Macau como "Centro Mundial de Turismo e Lazer," estabelecer um plano de trabalho abrangente e global para os Serviços de Turismo.	Todo o ano	Todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
2	Reestruturação organizacional da DST	Ajustes de trabalho e recursos humanos de acordo com a nova estrutura organizacional.	Todo o ano	Todo o ano
3	A) Gestão do sector – revisão legislativa (Diploma que regula a actividade das agências de viagens e a profissão de guia turístico)	Estando na fase do procedimento legislativo acompanhar-se os trabalhos conexos.	Já iniciado	1.º semestre de 2012
4	B) Gestão do sector – revisão legislativa (Diploma que regula os hotéis e estabelecimentos de restauração)	Formulação do projecto do texto normativo e solicitação de iniciação do procedimento legislativo.	Todo o ano	1.º semestre de 2013
5	Aumento de promoções turísticas e efeitos de comunicação	Promoção de uma nova imagem turística nos principais mercados geradores de turistas, e utilização de tecnologias inovadoras para realizar promoções turísticas e transmissão de mensagens, bem como lançamento de páginas electrónicas interactivas.	Todo o ano	Todo o ano
6	A) Produtos turísticos: “Projecto de Promoção para os Templos e Igrejas”	Desenvolvimento do programa dos trabalhos do projecto dos Templos e Igrejas e introdução, gradual, dos seus desenvolvimentos.	Todo o ano	Todo o ano
7	B) Produtos turísticos: Plano de optimização para o CATC	Acompanhar os projectos concluídos em 2011: Casa de Chá Chinês, Típico Café Português, Loja “M in M (Made in Macau)”, espaço com equipamentos interactivos, dois balcões de atendimento turístico, balcão da DST e o Pavilhão de Criatividade de Macau do ICM.	Todo o ano	Todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
8	24.º Concurso Internacional de Fogo de Artífício de Macau	Trabalhos de preparação e sua realização, de acordo com o respectivo plano, e acompanhamento após o evento.	Todo o ano	Novembro de 2012
9	Fornecer mais versões linguísticas do "Guia electrónico portátil"	No âmbito do "Guia electrónico portátil", em 2011, já foram lançadas as versões em Mandarim, Cantonense e Inglês. Preve-se que o lançamento das versões Portuguesa, Japonesa e Coreana ocorra até ao final de 2012.	Todo o ano	Todo o ano

Nota:

- I De acordo com a data prevista na rubrica "O Gabinete da tutela envia o projecto definitivo ao GSAJ para a sua remessa ao Conselho Executivo" no "Mapa do Processo Legislativo dos Actos Normativos e a respectiva Calendarização na Área para os Assuntos Sociais e Cultura – DST".
- II Acções de cooperação interdepartamentais: Direcção dos Serviços de Turismo (DST), Instituto Cultural.

6. No domínio da Cultura

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Departamento de Acção Cultural				
1	XXIII Festival de Artes de Macau	Evento cultural anual de Macau. O XXIII FAM está previsto para o período de 1 de Maio a 3 de Junho, contando com cerca de 26 programas diferentes de Inglaterra, França, Portugal, Espanha, Argentina, Dinamarca, Israel, Interior da China, Hong Kong e Macau. Os programas locais perfazem metade do número total.	1.º trimestre de 2011	2.º trimestre de 2012

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
2	30.º Concurso para Jovens Músicos de Macau	O CJMM é um instrumento importante do Instituto Cultural na promoção da educação artística e musical. Tem como objectivo o desenvolvimento musical da Região e o melhoramento da formação e da técnica de interpretação dos jovens músicos locais.	1.º trimestre de 2012	3.º trimestre de 2012
3	XXVI Festival Internacional de Música de Macau	O XXVI FIMM será realizado entre 5 de Outubro e 4 de Novembro do corrente ano. Como nas edições anteriores, este FIMM continuará a ser a marca cultural de Macau.	3.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2012
4	Parada Sino-Latina no Centro Histórico de Macau em comemoração do 13.º Aniversário da Transferência da Administração de Macau para a China	No dia 20 de Dezembro do próximo ano, será realizada uma Parada Sino-Latina no Centro Histórico de Macau. Planeia-se convidar grupos profissionais internacionais e locais de espectáculos de rua para animar o aniversário da Transferência de Macau para a China.	2.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2012
5	Exposição de cartazes entre Shenzhen e Macau	Em 2011, foi pela primeira vez coorganizada com o Centro de Cultura Criativa de Shenzhen a Exposição dos Cartazes Vencedores do Concurso "CÓDIGO". Para reforçar o intercâmbio dos dois territórios, planeia-se dar continuidade à referida exposição no próximo ano.	4.º trimestre de 2011	3.º trimestre de 2012

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
6	Estudar a optimização da atribuição do apoio financeiro às associações	Para uma maior eficácia na atribuição de apoio financeiro às associações e apoiar o desenvolvimento de mais actividades, o Departamento de Acção Cultural está a estudar a optimização do mecanismo actual, com vista a um processo mais transparente, justo e eficaz.	3.º trimestre de 2011	3.º trimestre de 2012
7	"Programa de Formação de Recursos Humanos em Gestão Cultural e das Artes"	Em harmonia com a atribuição anual de apoio financeiro às associações e em conjugação com a criação da Base de Dados dos Recursos Humanos em Gestão das Artes, elevar o nível de funcionamento das associações privadas de Macau.	3.º trimestre de 2011	3.º trimestre de 2012
Departamento do Património Cultural				
8	Promoção da Lei de Salvaguarda do Património Cultural	Para acompanhar a promulgação da Lei de Salvaguarda do Património Cultural, serão realizadas actividades promocionais e sessões de esclarecimento junto do público, dos diversos sectores sociais e das associações locais.	Abril de 2012	Setembro de 2012
9	Elaboração do Plano de Gestão do "Centro Histórico de Macau"	Para acompanhar a promulgação da Lei de Salvaguarda do Património Cultural, será elaborado o Plano de Gestão do "Centro Histórico de Macau", que inclui a regulamentação das obras a realizar, o controlo da construção e a gestão turística.	Junho de 2011	Junho de 2012

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
10	Elaboração de normas relativas a obras a realizar nos imóveis classificados e na proximidade do património cultural	Para acompanhar a promulgação da Lei de Salvaguarda do Património Cultural, serão elaboradas normas relativas a obras a realizar nos imóveis classificados e na proximidade do património cultural.	Junho de 2011	Junho de 2012
11	Levantamento geral do Património Cultural de Macau	Através da recolha de opiniões do público, será realizado um levantamento geral do património cultural de Macau, com vista a reunir a sabedoria colectiva na descoberta de mais recursos desse património.	Julho de 2012	Agosto de 2013
12	Obras de reconstrução do edifício de entrada da sede da Associação Hó-Sông-I-T'óng	Parte do projecto de restauro da sede da Associação Hó-Sông-I-T'óng, com o objectivo de destacar a construção principal com a reconstrução do edifício de entrada.	Abril de 2012	Dezembro de 2012
13	Obras de restauro e reaproveitamento do Pátio da Eterna Felicidade	As construções do Pátio de Eterna Felicidade têm características culturais, mas encontram-se em mau estado de conservação. Pretende-se, com o restauro e a introdução de actividades culturais e criativas, transformar este Pátio num local de interesse turístico e cultural.	Abril de 2012	Dezembro de 2012
14	Obras de construção do Teatro Caixa Negra na Rua dos Fatiões	Proporcionar um espaço para a realização de espectáculos, criar um local de interesse cultural e promover a revivificação da zona antiga da Cidade.	Abril de 2012	Março de 2013
15	Obras de construção da Casa Memorial Zheng Guangying	As obras de construção iniciaram-se em Julho de 2011. A Casa Memorial destina-se sobretudo a mostrar a vida de Zheng Guangying e a documentação com ele relacionada.	Janeiro de 2012	Março de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
16	Obras na antiga residência de Ye Teng	Servir de base educativa para a divulgação do amor pela Pátria. Através de objectos expostos, painéis de exposição e multimédia, far-se-á uma apresentação sobre a vida de Ye Teng.	Abril de 2012	Agosto de 2012
17	Obras para o Museu sobre os Costumes de Casamento de Macau na Travessa da Paixão	Macau é uma cidade de fusão cultural entre o Oriente e o Ocidente, sendo os costumes de casamento uma manifestação desta fusão cultural. Planeia-se aproveitar os edifícios da Travessa da Paixão n.ºs 9 a 11 para a instalação de um museu subordinado a este tema. Juntamente com o Cinema de Arte, na Travessa da Paixão n.º 13 e a sede da Associação Hó-Sông-I-T'óng, pretende-se estabelecer uma faixa cultural.	Janeiro de 2012	Junho de 2012
18	Obras do Museu dos Homens das Horas	Transformar o original posto dos homens das horas na zona do Patane num museu, para mostrar esta tradição já desaparecida de anunciar as horas durante a noite.	Abril de 2012	Outubro de 2012
19	Obras do Museu relacionado com a Farmácia Chong Sai	A Farmácia Chong Sai terá sido o local onde o Dr. Sun Yat Sen praticou a medicina em Macau e possui por isso um grande interesse histórico. Planeia-se transformar o edifício num Museu dedicado aos feitos do Dr. Sun Yat Sen em Macau, bem como à história daquele bairro, com vista a criar um local de interesse cultural e turístico, promovendo a revivificação desta zona antiga da Cidade.	Maior de 2012	Setembro de 2012

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
20	Obras do Museu do Colégio de São Paulo	O Colégio de São Paulo já não existe mas teve um papel importante na história de Macau. Planeia-se criar um Museu na Rua de D. Belchior Carneiro sobre a sua história, de modo a permitir aos turistas conhecer melhor a cultura de Macau, para além de se ampliar um local de interesse turístico.	Janeiro de 2012	Outubro de 2013
21	Criação da Base de Dados do Património Cultural	Com base no trabalho realizado em 2011, dar-se-á continuidade à criação da Base de Dados do Património Cultural.	Janeiro de 2012	Junho de 2013
Divisão de Estudos, Investigação e Publicações				
22	Preparar a instalação do Centro de Literatura de Macau	Em 2012, dar-se-á início ao recrutamento de pessoal para proceder ao estudo da história das literaturas chinesa e portuguesa de Macau, à aquisição de material destinado à exposição, ao projecto do interior e decoração do Centro, cuja abertura ao público está prevista para o primeiro semestre de 2013.	Janeiro de 2012	1.º semestre de 2013
Biblioteca Central				
23	Construção da Nova Biblioteca Central	Dar-se-á início ao projecto de execução (na sequência do anterior projecto de arquitectura), à adjudicação e execução das obras, à aquisição e instalação de mobiliário e equipamentos, à aquisição, classificação e catalogação de livros, ao recrutamento e formação de pessoal.	Janeiro de 2012	Dezembro de 2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
24	Criação da Biblioteca do Patane	Proceder-se-á à execução das obras (da fase final), à aquisição e instalação de mobiliário e equipamentos, à aquisição, classificação e catalogação de livros, ao recrutamento e formação de pessoal.	Janeiro de 2012	Setembro de 2012
25	Criação da Biblioteca da Taipa	Proceder-se-á à execução das obras (da fase final), à aquisição e instalação de mobiliário e equipamentos, à aquisição, classificação e catalogação de livros, ao recrutamento e formação de pessoal.	Janeiro de 2012	Setembro de 2012
26	Criação da Biblioteca de Seac Pai Van	Proceder-se-á à execução das obras (trata-se de um projecto dirigido pelo Instituto de Habitação e pelo Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas), à aquisição e instalação de mobiliário e equipamentos, à aquisição, classificação e catalogação de livros, ao recrutamento e formação de pessoal.	Janeiro de 2012	Setembro de 2013
Conservatório				
27	Escola de Música - Projecto de entrada em funcionamento das novas instalações no Edifício Broadway	A fim de melhorar a aprendizagem e os equipamentos do "Curso de Técnicas de Música em regime completo", a Escola de Música transferirá as aulas realizadas nas suas instalações na Avenida de Horta e Costa e no Bairro de São Lázaro para estas novas instalações do Edifício Broadway. Desde a beneficiação do edifício à entrada em funcionamento das novas instalações, passando pelos processos de concepção, decoração, vistoria, aquisição de equipamentos, entre outros, a sede, situada na Avenida de Horta e Costa, será planeada de novo. O Conservatório apesar de sobrecarregado de trabalho empenhar-se-á no seu cumprimento.	Junho de 2011	Julho de 2012

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
28	Escola de Dança – participação no espectáculo de dança do XXIII FAM, no Fórum sobre a Educação da Dança do FAM e na digressão pela Região do Delta do Rio das Pérolas	De forma a proporcionar oportunidades de apresentação em palco, alargar os horizontes artísticos dos alunos e demonstrar os resultados pedagógicos à comunidade, a Escola de Dança irá projectar e ensaiar uma peça original para participar no XXIII Festival de Artes de Macau. Simultaneamente, para promover o intercâmbio na área de educação artística entre Macau e o exterior, a Escola de Dança organizará o Fórum sobre a Educação da Dança, do FAM, convidando peritos nesta área a abordar temas como as características e o desenvolvimento da educação da dança em Macau. Para um melhor aproveitamento dos recursos e alargamento da sua influência, a Escola de Dança planeia realizar uma digressão para mostrar ao público da Região do Delta do Rio das Pérolas os resultados da educação artística de Macau.	Julho de 2011	Junho de 2012
29	Programa de extensão do ensino-teatral às escolas secundárias	Para divulgar a arte teatral, a Escola de Teatro tem insistido em sair do Conservatório para apresentar e promover o teatro nas escolas secundárias de Macau, implementando tarefas extensivas aos alunos com vista a despertar o interesse dos jovens por esta arte e mostrar a sua criatividade no palco.	Janeiro de 2012	Junho de 2012
30	Escola de Teatro –Actuação dos Alunos do Curso Básico de Representação Teatral	Todos os anos, no fim do curso, a Escola de Teatro proporciona oportunidade de actuação aos alunos do Curso de Representação Teatral. Esta actuação, além de constituir uma forma de avaliar os resultados pedagógicos, pretende também atrair a participação pública na apreciação e avaliação das actuações dos alunos.	Fevereiro de 2012	Junho de 2012

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
31	Escola de Dança - Espectáculo de Encerramento do Ano Lectivo "A Dança acompanha o meu crescimento 2012"	Ao resumir os resultados pedagógicos de todo o ano lectivo, serão concebidas peças interessantes subordinadas a diferentes temas, tomando em consideração a idade, a especialidade e o nível dos alunos, de modo a permitir a cada um deles a oportunidade de experimentar o encanto do palco.	Maio de 2012	Novembro de 2012
32	Escola de Música - Espectáculo de Encerramento do Ano Lectivo "Melodias dos Verdes Anos 2012"	Serão seleccionados os melhores alunos do curso de instrumentos musicais e do curso de canto para a interpretação de obras cuidadosamente escolhidas. Com as condições profissionais de apresentação no palco e um treino rigoroso, é proporcionada aos alunos uma oportunidade valiosa de pôr em prática o que aprenderam. Simultaneamente, o público pode também partilhar resultados pedagógicos de alta qualidade.	Janeiro de 2012	Abril de 2012
33	Escola de Teatro - Actuação trimestral de grande dimensão da Companhia Juvenil de Teatro de Macau (programa de intercâmbio entre Hong Kong e Macau em colaboração com o <i>Hong Kong Repertory Theatre</i>).	A Companhia Juvenil de Teatro de Macau, fundada há 3 anos, tem como objectivo proporcionar mais oportunidades de actuação aos actores com um treino básico, para enriquecer a sua experiência de palco e amadurecer as suas técnicas de interpretação. Em 2012, a Companhia irá colaborar pela primeira vez com uma companhia profissional (<i>Hong Kong Repertory Theatre</i>) produzindo em conjunto um espectáculo. Através da troca de experiências entre os actores, pretende-se desenvolver o nível profissional dos actores de Macau.	Junho de 2012	Dezembro de 2012

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Departamento de Promoção das Indústrias Culturais e Criativas				
34	Fundo das Indústrias Culturais e Criativas	O Instituto Cultural está a recolher informações e a acompanhar a respectiva análise. Irá ouvir os grupos especializados do Conselho para as Indústrias Culturais sobre a criação deste fundo específico. Prevê-se o resultado do estudo preliminar no início de 2012. Se for exequível será implementado em 2012.	Janeiro de 2012	Dezembro de 2012
35	Cinema Arte	A preparação de obras e decoração está em curso. Entrará em funcionamento no final do próximo ano.	Janeiro de 2012	Dezembro de 2012
36	O Corredor da Moda de Macau	A preparação de obras e decoração está em curso. Entrará em funcionamento em meados do próximo ano.	Setembro de 2011	Março de 2012
37	Teatro Caixa Negra	Na opinião geral do sector da arte e do espectáculo de Macau, uma das principais razões que obstam à evolução desta área consiste em falta de palcos de pequena e média dimensão e de espaços para ensaiar. Para corresponder a essas necessidades, o Instituto Cultural planeia, em colaboração com as associações cívicas, construir o Teatro Caixa Negra, de pequena dimensão, onde serão disponibilizadas instalações para ensaios. O trabalho preparatório deste projecto iniciou-se, oficialmente, em Agosto de 2011 e prevê-se a sua inauguração no primeiro semestre de 2013, após o período de concepção e de construção em 2012.	Setembro de 2011	Junho de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
38	Projecto de criação do sistema indicador e banco de dados estatísticos para as indústrias culturais e criativas de Macau	Está em curso o estudo sobre o sistema indicador das indústrias culturais e criativas de Macau, tendo por objectivo analisar as estatísticas actualmente existentes que tratam desta área e a parte ainda não analisada, de forma a criar um quadro local para comparar com o exterior, nos termos dessas estatísticas. Em 2012, será aproveitado o resultado do estudo deste quadro, integrando, em colaboração conjunta do IC e da DSEC, os dados actuais para análise e tentar-se-á o início de um inquérito de novos dados. A criação do banco de dados estatísticos, facilita a observação do desenvolvimento das indústrias culturais e criativas de Macau a longo prazo.	Abril de 2011	Dezembro de 2012
Museu de Macau				
39	Exposição temática "Rota Marítima da Porcelana"	A Exposição "Rota Marítima da Porcelana – Relíquias Culturais da Região do Delta do Rio das Pérolas", co-organizada com o Museu da Província de Guangdong e o Museu de Arte de Hong Kong, tem como tema principal a porcelana de exportação e a origem histórica da sua rota marítima e influência no mundo. Esta exposição itinerante estará patente ao público de Macau de Maio a Outubro de 2012, ao público de Cantão de Novembro de 2012 a Junho de 2013 e ao público de Hong Kong de Julho a Dezembro de 2013.	Setembro de 2011	Dezembro de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
40	Dia Internacional dos Museus – Feira dos Museus e outras actividades	Convidar Hong Kong, Cantão e Taiwan, para participar nas actividades promocionais organizadas conjuntamente pelos museus de Macau, para promover a cultura e as tradições de diferentes locais e reforçar o intercâmbio regional na área museológica. O Museu de Macau e o Espaço Patrimonial – Uma Casa de Penhores Tradicional, estarão gratuitamente abertos ao público com a organização de diversas actividades.	Março de 2012	Junho de 2012
No âmbito do património cultural				
41	Exposição temática “Festival do Dragão Embriagado”	O Museu planeia realizar em Fevereiro uma exposição temática sobre o Festival do Dragão Embriagado, uma manifestação do património cultural imaterial de Macau, já inscrita na Lista do Património Cultural da China, para continuar a promover o estudo, a divulgação e a salvaguarda deste património.	Setembro de 2011	Abril de 2012
42	Trabalhos preparatórios do levantamento geral do património cultural imaterial	De acordo com a Lei de Salvaguarda do Património Cultural, que entrará em vigor brevemente, serão organizados os trabalhos preparatórios do levantamento geral do património cultural imaterial, como o programa de formação de recursos humanos, pesquisa e investigação, etc.	Janeiro de 2012	Dezembro de 2013
43	Dia do Património Cultural da China	O Instituto Cultural colaborará com o Ministério da Cultura, a Academia Nacional de Artes da China e o Departamento de Cultura da Província de Sichuan, no desenvolvimento de diversas actividades sobre o tema do património cultural imaterial, incluindo espectáculos e exposições. Será também realizada uma série de actividades nos pontos de interesse do Centro Histórico de Macau.	Setembro de 2011	Junho de 2012

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Arquivo Histórico				
44	Elaboração da determinação sobre o "Prazo de conservação para os arquivos administrativos comuns" (não inclui a fase legislativa)	Determinar para os serviços públicos do Governo da RAEM (autónomos ou não) um prazo de conservação aplicável aos arquivos administrativos comuns.	2011 (já iniciado)	2015
45	Elaboração da "Norma de digitalização para os documentos em suporte de papel"	Determinar para os serviços públicos do Governo da RAEM uma norma para a digitalização dos documentos em suporte de papel.	2012	2014

7. No domínio do Desporto

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
No domínio do Desporto				
1	Prestação de apoio às associações desportivas para a implementação dos planos de desenvolvimento a médio e longo prazo	<p>1. Intensificação da cooperação e dos contactos com as associações representativas das modalidades desportivas, apoiando-as na implementação dos planos definidos de médio e longo prazo.</p> <p>2. Elaboração dos planos preparatórios e de formação dos atletas, em especial para os Jogos da Ásia Oriental de Tianjin e os Jogos Asiáticos de Incheon a terem lugar em 2013 e 2014, respectivamente.</p>	Implementação contínua	Implementação contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
2	Promoção da formação juvenil	<p>1. Continuação da formação de novos atletas, promovendo o estabelecimento de um quadro de jovens atletas.</p> <p>2. Organização de mais escolas de formação desportiva de diferentes modalidades para jovens, cativando novos talentos do desporto.</p> <p>3. Com base no já celebrado "Acordo de cooperação e do intercâmbio desportivos entre Guangdong, Hong Kong e Macau", proceder-se-á ao desenvolvimento do intercâmbio desportivo juvenil e da formação de talentos do desporto de reserva das três partes.</p> <p>4. Com base na "Carta de intenções de cooperação e de intercâmbio desportivo entre Sichuan e Macau", proceder-se-á à coordenação com o Departamento do Desporto da Província de Sichuan na organização de intercâmbios desportivos para jovens.</p>	Implementação contínua	Implementação contínua
3	Implementação do plano de apoio financeiro para a formação dos talentos do desporto e do plano de apoio à educação dos talentos do desporto	Implementação do plano de apoio financeiro para a formação dos talentos do desporto e do plano de apoio à educação destes talentos, planos inseridos numa série de regimes visando o aperfeiçoamento da promoção do desenvolvimento do desporto de rendimento.	1.º semestre de 2012	Implementação contínua
4	Plano de formação de talentos do desporto do Centro Polivalente de Estágio	Em simultâneo com o planeamento e a construção do Centro Polivalente de Estágio, elaboração do plano de formação de talentos do desporto neste Centro.	Implementação contínua	1.º semestre de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
5	Estabelecimento de cooperação com as associações tradicionais para o desenvolvimento do desporto para todos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Execução e funcionamento. 2. Avaliação da cooperação. 3. Recolha de novas sugestões. 	<p>Janeiro de 2012</p> <p>Janeiro de 2012</p> <p>Outubro de 2012</p>	<p>Funcionamento contínuo</p> <p>Março de 2012</p> <p>Dezembro de 2012</p>
6	Melhoramento das classes de recreação e manutenção do desporto para todos	Melhoramento do conteúdo e do número das classes de recreação e manutenção do desporto para todos.	Funcionamento contínuo	Funcionamento contínuo
7	Expansão contínua da rede das instalações desportivas públicas	Elaboração do acordo-quadro de cooperação com base nas intenções relativamente à adesão à "Rede das instalações desportivas públicas" manifestadas pelas escolas (privadas e públicas) e outros organismos convidados, por escrito; consideração contínua do estabelecimento de cooperação com outros serviços públicos, colectividades e organismos detentores das respectivas condições, a fim de encontrar mais espaços desportivos e atenuar a carência verificada nas instalações desportivas, numa melhor rentabilização dos recursos existentes.	1.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2012
8	Reconstrução do Pavilhão de Mong-Há (Em articulação com o GDI)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Continuação da elaboração dos projectos e da empreitada da cave, desenvolvida em 2011. 2. Concluídas a elaboração dos projectos e a empreitada da cave, prevê-se o início da empreitada da construção. 	<p>2011</p> <p>Setembro de 2012</p>	<p>2012</p> <p>2014</p>

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
9	Projecto de construção do Centro Polivalente de Estágio	Continuação da elaboração dos projectos desenvolvidos em 2011.	Setembro de 2011	2012
10	Promoção da avaliação da condição física	<ol style="list-style-type: none"> 1. Organização da apresentação pública da "Avaliação da Condição Física da População de Macau 2010" e da "3.ª Apresentação da Dissertação sobre a Avaliação da Condição Física dos Nacionais e Conferência Nacional sobre a Condição Física". 2. Continuação do desenvolvimento do plano de avaliação da condição física dos participantes das classes de recreação e manutenção do desporto para todos. 3. Continuação da implementação do <i>website</i> de informação da saúde desportiva. 4. Actualização contínua do <i>website</i> com informações nutricionais e promocionais da saúde alimentar. 5. Estabelecimento do <i>website</i> "Condição física e saúde dos cidadãos de Macau". 	<p>Janeiro de 2012</p> <p>Setembro de 2012</p> <p>Todo o ano</p> <p>Janeiro de 2012</p> <p>Janeiro de 2012</p>	<p>Junho de 2012</p> <p>Novembro de 2012</p> <p>Todo o ano</p> <p>Dezembro de 2012</p> <p>Dezembro de 2012</p>
11	Prestação de apoio sistemático ao desporto de rendimento e desenvolvimento da promoção e do ensino de conhecimentos da ciência desportiva	<ol style="list-style-type: none"> 1. Nos primeiro e segundo trimestres, proceder-se-á aos exames médicos, a saber, exame da condição física e análise do sangue, dos atletas das equipas estagiárias, à emissão do relatório de saúde e do cartão clínico do atleta. 2. Em simultâneo, proceder-se-á à avaliação de aptidão física e aos exames bioquímicos, fisiológicos, psicológicos e nutricionais dos atletas, proporcionando-lhes apoios e sugestões médicas, psicológicas e nutricionais, de acordo com a sua situação. 	<p>Janeiro de 2012</p> <p>Janeiro de 2012</p>	<p>Junho de 2012</p> <p>Dezembro de 2012</p>

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		<p>3. Prestação de serviços de consulta externa de rotina nos âmbitos da medicina, da psicologia, da nutrição e da fisioterapia.</p> <p>4. Prestação de assistência médica e de dopagem no decorrer de várias competições/actividades.</p> <p>5. Edição de folhetos, organização periódica de classes de reabilitação e de seminários, divulgação de <i>e-poster</i> na <i>internet</i>, entre outros.</p>	<p>Janeiro de 2012</p> <p>Janeiro de 2012</p> <p>Janeiro de 2012</p>	<p>Dezembro de 2012</p> <p>Dezembro de 2012</p> <p>Dezembro de 2012</p>

Calendário das principais acções governativas da área dos Transportes e Obras Públicas para o ano de 2012

No.	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Gestão de terrenos e planeamento urbano				
1	Projecto dos novos aterros urbanos	Entrada na 3.ª fase do projecto, e através de diferentes meios, apresentá-lo ao público e recolher as suas opiniões.	1.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2012
2	Elaboração da Lei de bases do Planeamento Urbanístico e dos seus diplomas complementares	Realizar consulta pública e recolha de opinião, de modo a desencadear o respectivo procedimento legislativo em 2012.	4.º trimestre de 2011	2012
3	Revisão da Lei de Terras e análise e revisão dos seus diplomas complementares.	Concluir o texto final da revisão da Lei de Terras e desencadear o respectivo procedimento legislativo.	Iniciado	2012
Habitação				
4	Habitação Pública	-Proceder sucessivamente o trabalho de alojamento dos agregados familiares da lista de espera de habitação social; -Proceder sucessivamente o trabalho da distribuição e venda das fracções de habitação económica.	Iniciado	Tarefa contínua
5	Estratégia do Desenvolvimento da Habitação Pública	Concluir a elaboração do texto da "Estratégia do Desenvolvimento da Habitação Pública (2011-2020)".	Iniciado	2012
Infra-estruturas de grande envergadura e Urbanização				
6	Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha (Hengqin)	Executar de forma altamente eficaz e prática as obras de construção do novo <i>campus</i> e do túnel subfluvial.	Iniciado	2012

Área de Transportes e Obras Públicas

No.	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
7	Execução de aterro da ilha artificial para a construção do posto fronteiriço de Macau da ponte Hong Kong- Zhuhai- Macau	Os aterros serão sobretudo concentrados junto da orla costeira, incluindo a execução de aterro reforçado e fundação.	Iniciado	2012
8	Concurso público da Obra do Centro de Socorro e Emergência e posto operacional dos Bombeiros de Coloane	Para fazer face ao rápido desenvolvimento de COTAI e à necessidade das Ilhas em termos de instalações para grandes operações de salvamento, aproveitando a oportunidade para acelerar a construção das referidas instalações.	2012	2012
9	Concurso Público da 2ª Fase da Obra do Novo Estabelecimento Prisional em Coloane	Em 2011 entrou-se na 2.ª fase que consiste no aprofundamento do projecto, estando previsto o lançamento do concurso no 4.º trimestre de 2011, sendo o prazo de execução é de aproximadamente de 2 anos.	2012	2012
10	1.ª Fase da Obra de Ampliação do Centro Hospitalar Conde de S. Januário	Para fazer face a pretensão do Governo de reforçar as instalações de assistência médica pública, acelerar a execução das obras referentes à ampliação dos equipamentos de apoio e dos serviços de urgência.	Iniciado	2013
11	Concurso Público da Obra de Construção do Centro de Recuperação de Doenças Infecciosas no Alto da Montanha de Coloane	Em harmonia com a reforma da assistência médica e reforçar a capacidade de prevenção de doenças infecciosas em Macau, será construído junto da Estrada do Alto de Coloane o Centro de Recuperação de Doenças Infecciosas.	2012	2012
12	Concepção e planeamento do Complexo Social de S. Lourenço	No terreno onde se encontrava o mercado provisório de S. Lourenço será construído um complexo social destinado a assistência médica, desporto e enfermagem, no sentido de proporcionar serviços de saúde diversificado às imediações da Rua da Praia do Manduco, beneficiando assim os equipamentos sociais, de saúde e desportivos desta zona.	3.º trimestre de 2011	2012

No.	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
13	Obra de Ampliação do Novo Terminal Marítimo da Taipá	Para fazer face às necessidades do futuro desenvolvimento do transporte marítimo de passageiros e do turismo, vai-se continuar a obra de construção do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipá, transformando-o num maior posto marítimo de Macau.	Iniciado	2013
14	Obra de Construção da Via de Circulação Desnivelada na Rotunda do Istmo Taipá-Coloane	Construir uma via de circulação desnivelada na Rotunda do Istmo Taipá-Coloane, que através da sua função desvia tridimensionalmente os automóveis que passam por ali, aliviando a carga de tráfego ao nível do pavimento da rotunda.	Iniciado	2013
15	Obras de drenagem da Estrada do Altinho de Ká Hó, em Coloane – 2.ª Fase	Realizar obras da rede de drenagem de modo a elevar a capacidade de dreno em Coloane.	Iniciado	3.º trimestre de 2012
Trânsito				
16	“Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020)” — Estudo da política de controlo de veículos	Com a publicação da “Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020)”, proceder ao estudo do regime de quotas para importação de veículos assim como ao estudo de viabilidade para elevar os impostos na compra e utilização de veículos.	Iniciado	2.º trimestre de 2013
17	Emissão de licenças de táxis e aperfeiçoamento da gestão dos táxis	Seleccionar operadores de serviço de táxis por concurso público e alterar o Regulamento do Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer ou Táxis, otimizando a legislação relativa à gestão dos táxis.	3.º trimestre de 2011	2.º trimestre de 2013

No.	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
18	Entrada em funcionamento do Centro de Controlo e Informação de Tráfego	Criar o Centro de Controlo e Informação de Tráfego como plataforma para coordenar a informação e o controlo do tráfego.	1.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2012
Sistema do Metro Ligeiro				
19	Concepção e fabrico das carruagens e sistema do Metro Ligeiro	Realizar o projecto detalhado das carruagens e iniciar o fabrico das mesmas.	Iniciado	2014
20	Obras de construção civil do Metro Ligeiro	Iniciar gradualmente as obras de construção civil da parte principal de Macau e da Taipa-Coloane do Metro.	4.º trimestre de 2011	2014
21	Construção do centro intermodal de transportes	Em harmonização com a implementação da 1.ª fase do Metro Ligeiro, iniciar a construção do centro intermodal de transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira e da Barra.	2012	2015
22	Concurso de Operação e Manutenção da 1.ª Fase do Metro Ligeiro	Em harmonização com a implementação da 1.ª fase do Metro Ligeiro, proceder à escolha do operador, de modo a preparar para o funcionamento e a manutenção do sistema.	3.º trimestre de 2012	1.º trimestre de 2013
Assuntos Portuários e Aéreos				
23	Plano de reordenamento do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior	Acompanhamento do funcionamento global do Terminal Marítimo do Porto Exterior na sequência da passagem da sua gestão; implementação do plano de reordenamento dos espaços globais do Terminal.	4.º trimestre de 2011	2.º semestre de 2013
24	Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau	Iniciar o planeamento conceptual da 1.ª fase da ampliação das instalações e coordenar com a CAM - Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, para concretização do plano.	4.º trimestre de 2011	2012

No.	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Protecção do Ambiente e Energia				
25	Divulgação da utilização de veículo ecológico	Elaborar políticas sobre a introdução e divulgação dos veículos ecológicos, lançar plano piloto de veículo ecológico.	3.º trimestre de 2012	Tarefa contínua
26	Planeamento do ambiente de Macau	Concretizar o Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020), de modo a iniciar gradualmente os planos e tarefas fulcrais concebidas.	Iniciado	Tarefa contínua
27	Regime de avaliação do impacto ambiental	Segundo as opiniões sociais abordadas sobre o "Texto exploratório para a criação de um regime de avaliação de impacto ambiental", elaborar sucessivamente orientações e directivas complementares.	Iniciado	2.º semestre de 2012
28	Urbanização no Seac Pai Van e a rede de água reciclada nas habitações públicas	Para poupança de água e aproveitamento de água reciclada, na prossecução da urbanização no Seac Pai Van, foi introduzida na concepção sistema de água reciclada. Esta é a primeira unidade urbana em Macau com implementação de sistema de retrete e de rega com água reciclada.	Iniciado	2012
29	Obra de construção da Estação de Reciclagem de Água de Colóane	Concluir o estudo sobre a escolha do local, o trabalho de planeamento e de concepção.	2012	2012
30	Elaboração do "Plano geral de desenvolvimento de água reciclada em Macau"	Elaborar o plano de desenvolvimento de água reciclada em Macau e construir instalações de água reciclada nas zonas que reúnam as condições adequadas, de modo a generalizar o aproveitamento de água reciclada.	4.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2012

No.	Plano e projecto de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
31	Tratamento do Canal dos Patos	Actualizar os equipamentos de prevenção de poluição das bocas de descarga na margem (lado Macau) do canal para impedir a descarga de efluentes poluidores. Em simultâneo, para promover os referidos trabalhos, continuar a troca de opinião com as autoridades de Zhuhai sobre o tratamento.	Iniciado	4.º trimestre de 2012
32	Interligações de transmissão de electricidade	As duas interligações de 220 kV, que ligam Zhuhai e Macau, poderão expandir mais o nível e a dimensão de importação de electricidade, podendo satisfazer a procura de electricidade até 2015.	Iniciado	2013
Telecomunicações				
33	Acompanhamento do licenciamento de novas redes públicas de telecomunicações fixas	Liberalização plena do mercado das telecomunicações e concluir a definição do regulamento do concurso das redes públicas de telecomunicações fixas e o respectivo licenciamento.	Iniciado	1.º semestre de ano 2012

Apêndice 3:

Informações sobre o Conteúdo do Centro Mundial de Turismo e Lazer

Informações sobre o Conteúdo do Centro Mundial de Turismo e Lazer

Em termos gerais, Centro mundial de turismo e lazer significa um destino de renome internacional, que desenvolve de acordo com as normas do mundo moderno, e oferece ótimas condições de saúde pública, segurança, sistema de protecção ambiental para que as pessoas tenham uma vida saudável, feliz e de lazer. O centro deve proporcionar também um ótimo ambiente para negócios e outras actividades.

Centro mundial de turismo e lazer deve ser uma cidade desenvolvida ao redor do turismo, e dentro da qual, tem como principal actividade o desenvolvimento da indústria do lazer. A indústria do lazer engloba os serviços, as instalações e os produtos relacionados com a vida recreativa, as necessidades recreativas e respectivas actividades correlacionadas, incluindo pontos turísticos, parques temáticos, centros culturais, museus, centros cinematográficos, transporte de turismo e instalações para restauração, exercício, entretenimento, arte, entre outros. Alguns estudos indicam que a cidade de lazer, é uma cidade de turismo com um padrão de alto nível. Em termos de desenvolvimento urbano do ponto de vista do turismo, a cidade de lazer corresponde a uma cidade de turismo de alta categoria.

O centro mundial de turismo e de lazer deve ser uma cidade propícia para habitação, isto é, os elementos de lazer devem ser integrados no planeamento e desenvolvimento urbano. Uma cidade propícia para habitação deve atender a certos elementos fundamentais, tais como o ambiente (limpeza, jardinagem, protecção ambiental), saúde (segurança alimentar, água potável, serviços de cuidados médicos profissionais), segurança (o Estado de Direito, baixa taxa de criminalidade), conveniência (fácil acesso a transportes, sem engarrafamento) e acesso (com opções diversas e fácil acesso por via marítima, terrestre e aérea). Um dos mais altos objectivos do desenvolvimento urbano da cidade propícia para habitação é o de satisfazer as necessidades de mais alto nível dos cidadãos, tais como o conforto dentro do ambiente natural e humano, oportunidades de desenvolvimento pessoal, etc.

O conteúdo principal do Centro mundial de turismo e lazer:

- Contém três factores principais: cidade de turismo, cidade de lazer, cidade mundial;
- Apresenta quatro características principais: adopta como forma o turismo, tem como essência o lazer, segue a direcção em tornar-se num centro e oferece qualidade a nível mundial;
- Reflecte cinco aspectos principais: propícia para movimentar, propícia para viajar, propícia para recreação, propícia para trabalhar e propícia para viver .

Três níveis principais para se posicionar como centro mundial de turismo e lazer:

- A estrutura do mercado turístico deve ser internacional e diversificada;
- O conteúdo e a qualidade do serviço são de nível mundial;
- Deve haver aceitação das várias culturas mundiais.

A construção de um centro mundial de turismo e de lazer, é equivalente à construção de uma cidade de nível mundial, e requer recursos de turismo e de lazer com originalidade, excelência e encanto. Na situação de Macau, o seu rico património cultural pode ser aproveitado para diversificar a sua oferta de produtos de lazer não relacionados com o jogo, nomeadamente o turismo cultural, a gastronomia e compras, o turismo desportivo, o turismo de saúde, etc. O serviço de alta qualidade só pode ser proporcionado e supervisionado por recursos humanos de elevada qualidade.

O processo de se tornar Macau num centro mundial de turismo e lazer requer muito trabalho e necessita da forte cooperação de toda a comunidade, sendo, no entanto, inevitável o aparecimento de muitos desafios ao longo do caminho. Para estabelecer a confiança, as características e a sua marca, é necessário aproveitarmos a força da cooperação regional, sermos pragmáticos e agressivos, e continuarmos a trabalhar na direcção do desenvolvimento pré-estabelecido.

Apêndice 4:

Súmula do Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde

Súmula do Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde

O acréscimo contínuo e o envelhecimento da população de Macau, o aumento dos conhecimentos dos cidadãos sobre a importância da saúde, as mudanças no estilo de vida, as alterações rápidas no desenvolvimento económico e no ambiente social, bem como as ameaças das diversas doenças transmissíveis e doenças crónicas não transmissíveis, têm exercido grandes influências sobre Macau em termos de espectro das doenças, relação médico-paciente e hábitos de procurar de assistência médica, entre outras áreas. Concomitantemente, com a conclusão da construção e a inauguração de uma série de grandes empreendimentos turísticos e infra-estruturas desportivas, a frequência de realização de conferências e de eventos desportivos internacionais de grande escala, o aumento contínuo de turistas nos anos recentes, bem como a Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau que está na fase de construção, prevê-se que a população flutuante de Macau sofrerá um aumento mais acentuado e a procura dos cuidados de saúde continuará a aumentar, não conseguindo as instalações de saúde existentes acompanhar as necessidades.

Por outro lado, em virtude do rápido desenvolvimento das Ilhas nos últimos anos e da conclusão de vários projectos de habitações públicas, prevê-se que no futuro a população residente mudará gradualmente para as Ilhas ou para as zonas mais recentemente desenvolvidas, razão pela qual se torna necessário planear de novo o sistema de prestação dos cuidados de saúde, com vista a balancear a distribuição geográfica dos centros hospitalares em Macau.

De acordo com o estudo efectuado pelos especialistas, para além de ampliar o Edifício do Serviço de Urgência do Centro Hospitalar Conde de São Januário, deve também ser efectuado um estudo para a planificação das infra-estruturas de saúde nas Ilhas da Taipa e Coloane, reforçando em especial os trabalhos que visam aumentar a capacidade das Ilhas no âmbito da assistência de emergência.

Dado que o número de camas hospitalares em Macau tem ficado a um nível relativamente baixo e manifesta uma diferença bastante grande em relação às regiões vizinhas ou ao nível internacional e, devido a outros factores, tais como a ameaça de uma variedade de novas doenças transmissíveis graves e a implementação do "Regulamento de Saúde Internacional (2005)" em Macau, torna-se necessário o esforço para o melhoramento das infra-estruturas destinadas à prestação de cuidados de saúde.

Para este efeito, o Governo da RAEM elaborou o Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde, na expectativa de que, mediante o desenvolvimento dos trabalhos em três sentidos, concretamente, os planos de expansão e reconstrução das instalações, a reorganização da rede de cuidados de saúde primários e a construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, o sistema de prestação de cuidados de saúde do Governo da RAEM seja ainda mais aperfeiçoado, fornecendo aos cidadãos melhores protecção e serviço de cuidados de saúde, e aumentando a qualidade geral de saúde de Macau.

1. Projectos de ampliação e reconstrução

O Governo da RAEM criou o Gabinete Organizador para a Construção de Novas Instalações dos Serviços de Saúde que deu já início aos trabalhos preliminares. Após suficientes análises e avaliações, as respectivas obras serão desenvolvidas em duas fases, incluindo-se na primeira fase, relativamente às “obras de ampliação”, o Edifício de Especialidades, o Edifício Administrativo, o Edifício Residencial do Pessoal de Saúde da Primeira Linha e as instalações auxiliares do Centro Hospitalar Conde de São Januário, bem como os serviços de urgência e o parque de estacionamento, sendo prioridade a construção do Edifício do Serviço de Urgência. Na segunda fase, relativamente às “obras de reconstrução”, serão abrangidos o Laboratório de Saúde Pública, o Edifício das Consultas Externas do CHCSJ e a replanificação do interior do CHCSJ.

Além disso, em resposta ao número insuficiente de camas de padrão de isolamento, o Governo da RAEM está a remodelar o Centro de Recuperação de Doenças Infecciosas no Alto da Montanha de Coloane. Por outro lado, para atender as necessidades dos idosos em relação aos cuidados de saúde, os Serviços de Saúde para além de cooperarem com as instituições médicas privadas na prestação do serviço de recuperação em forma de internamento, estão a preparar a construção do Hospital de Reabilitação em Cá-Hó, Coloane, que, após a inauguração, disporá de 100 camas de reabilitação.

2. Rede de cuidados de saúde primários

Consultando os critérios adoptados pelo Interior da China e pelas regiões ou países vizinhos, os centros de saúde em Macau são estabelecidos em observância do princípio de “um centro servir uma área com cobertura populacional de 50 a 70 mil pessoas, instalado a uma distância de 15 a 20 minutos de trajecto a pé”.

Existem, neste momento, seis centros de saúde e dois postos de saúde localizados em várias zonas da cidade de Macau e das Ilhas. O Governo da RAEM tem já planeado estabelecer centros de saúde nas zonas onde irão ser construídas as habitações sociais, nomeadamente, no lote TN27 na Estrada Coronel Nicolau de Mesquita da Taipa, no lote de Seac Pai Van de Coloane, no Bairro da Ilha Verde e na zona de reconstrução do Bairro de Norte, tendo em consideração o crescimento populacional, o movimento demográfico entre as comunidades e a situação de funcionamento dos centros de saúde existentes.

O Governo da RAEM planeia dotar Macau de uma rede de cuidados de saúde primários composta por 11 centros de saúde e 2 postos de saúde no ano de 2020, tendo estabelecido os objectivos de desenvolvimento a curto, médio e longo prazos ou, mais concretamente, a construção de mais 5 centros de saúde e a reconstrução de 3 centros de saúde dentro de 10 anos. Por este motivo, nos terrenos destinados à construção de habitações sociais em grande escala, já foram reservados espaços para a criação de centros de saúde.

Quanto à área e à concepção dos centros de saúde, definiu-se que cada centro de saúde com uma cobertura populacional inferior a 50 mil pessoas deve ter uma área útil total de 6.000 m² e cada centro de saúde com uma cobertura populacional de 50 mil a 80 mil pessoas deve ter uma área útil total de 7.500 m².

3. Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas

O local para a construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas situa-se na Estrada do Istmo, no lote entre o Reservatório Seac Pai Van e a Nave Desportiva dos Jogos da Ásia Oriental de Macau, e tem a área global de 77.500 m². O Governo da RAEM auscultou a opinião emitida pelo organismo profissional de que o sítio escolhido é adequado para a construção de um hospital.

No plano de construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, definiu-se como prioridade, na primeira fase, a construção do Hospital de Urgência das Ilhas com 100 camas e a preparação para a construção do Centro de PET-CT, Centro de Radioterapia, Edifício de Serviços Auxiliares, Heliporto e Comando Operacional de Emergência, entre outras instalações.

Na segunda fase, está incluída a construção do Hospital Geral das Ilhas com 400 camas, Edifício Administrativo e Multi-Serviços, Centro de Formação, Centro de Investigação Médica, Auditório e novo edifício do Instituto de Enfermagem Kiang Wu.

Na terceira fase, planeou-se que nos terrenos ao lado do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas serão construídas as subunidades médicas ou subunidades de apoio administrativo dos Serviços de Saúde, incluindo uma série de instalações destinadas à prestação de cuidados de saúde, tais como o Hospital de Reabilitação das Ilhas com 100 camas, o Laboratório de Saúde Pública, o Centro de Transfusões de Sangue, o Centro de Controlo de Medicamentos, o Centro de Exame Médico para Funcionários Públicos, o Centro de Segurança e Saúde Ocupacional para trabalhadores, bem como os serviços de apoio administrativo, designadamente, o Centro de Prevenção e Controlo de Doenças, o Departamento de Assuntos Farmacêuticos e a Unidade Técnica de Licenciamento das Actividades Privadas e Profissionais Privadas de Prestação de Cuidados de Saúde.

Antes da implementação do plano de construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, o Governo da RAEM tem planeado a criação do Posto de Urgência das Ilhas e a prestação do serviço hospitalar de reabilitação do Centro Hospitalar Conde de São Januário nas instalações da Universidade de Ciência e Tecnologia da Macau. E o Posto de Urgência das Ilhas já entrou em funcionamento.

Mapa 1: Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde

Ampliação e reconstrução	<ul style="list-style-type: none"> – Edifício do Serviço de Urgência do CHCSJ (100 camas) – Posto de Urgência e serviço hospitalar de reabilitação do CHCSJ nas Ilhas (Universidade de Ciência e Tecnologia) – Centro de Recuperação de Doenças Infecciosas no Alto da Montanha de Coloane (60 camas) – Edifício Residencial do Pessoal de Saúde da Primeira Linha – Edifício de Especialidades do CHCSJ (100 camas) – Edifício Multi-Serviços – Hospital de Reabilitação em Ká-Hó, Coloane (100 camas)
--------------------------	--

Súmula do Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde

Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas	Obras da 1a. fase	<ul style="list-style-type: none"> - Hospital de Urgência das Ilhas (100 camas), Centro de PET-CT, Centro de Radioterapia - Edifício de Serviços Auxiliares (logística, armazéns, lavandarias e dormitórios) - Parque de estacionamento subterrâneo (público, interno) - Heliporto - Comando Operacional de Emergência
	Obras da 2a. fase	<ul style="list-style-type: none"> - Hospital Geral das Ilhas (400 camas e as Consultas-Externas ficam no pódio) - Centro de Investigação Médica, Centro de Formação, Auditório - Edifício Administrativo e Multi-Serviços - Parque de estacionamento subterrâneo (público, interno) - Novo edifício do Instituto de Enfermagem Kiang Wu
	Obras da 3a. fase	<ul style="list-style-type: none"> - Laboratório de Saúde Pública, Centro de Transfusões de Sangue, Centro de Controlo de Medicamentos e Departamento dos Assuntos Farmacêuticos - Centro de Prevenção e Controlo de Doenças, Unidade Técnica de Licenciamento das Actividades e Profissões Privadas de Prestação de Cuidados de Saúde, Centro de Exame Médico para Funcionários Públicos, Centro de Segurança e Saúde Ocupacional para Trabalhadores - Hospital de Reabilitação das Ilhas (100 camas)
Projectos de construção de centros de saúde	Curto prazo	<ul style="list-style-type: none"> - Novo Centro de Saúde de São Lourenço (no local do antigo Mercado de S. Lourenço Provisório) - Reconstrução do Posto de Saúde de Coloane
	Médio prazo	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de centro de saúde na zona da Ilha Verde - Construção de centro de saúde no lote TN27 da Estrada Coronel Nicolau de Mesquita na Taipa - Construção de centro de saúde no lote de Seac Pai Van de Coloane
	Longo prazo	<ul style="list-style-type: none"> - Conclusão da construção dos centros de saúde do NAPE e da Zona Norte de acordo com os projectos - Conclusão da reconstrução dos centros de saúde do Porto Interior, de Tap Seac e do Fai Chi Kei de acordo com os projectos.

4. Grau de realização dos projectos

A fim de uma coordenação, acompanhamento e avaliação, a nível global, dos investimentos públicos a efectuar no contexto do Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde, o Governo da RAEM criou, no ano corrente, a Comissão de Acompanhamento da Rede de

Infra-estruturas do Sistema de Saúde que já realizou a primeira reunião de trabalho. A Comissão irá fixar as linhas de orientação, medidas operacionais e as actividades a executar a curto, médio e longo prazos, garantir a articulação interdepartamental no desenvolvimento e implementação do Projecto, bem como supervisionar de forma global o estado de execução do Projecto e dos respectivos orçamentos de investimento, etc.

Actualmente, as referidas obras estão a ser desenvolvidas ordenadamente. A obra de construção do Edifício do Serviço de Urgência do CHCSJ iniciou-se em Novembro de 2010; os projectos do Centro de Recuperação de Doenças Infecciosas no Alto da Montanha de Coloane, do Edifício Multi-Serviços, do Edifício de Especialidades do CHCSJ, do Edifício Residencial do Pessoal de Saúde da Primeira Linha, do novo Centro de Saúde de São Lourenço, do Centro de Saúde no lote TN27 da Estrada Coronel Nicolau de Mesquita na Taipa e do Hospital de Reabilitação em Ká-Hó, Coloane, encontram-se na fase de elaboração do plano; quanto ao Hospital de Urgência das Ilhas, está previsto que os trabalhos de concurso para a elaboração do plano se iniciem antes do fim do ano corrente.

Para além disso, a conclusão das obras de construção do Edifício do Serviço de Urgência e do Hospital de Urgência das Ilhas está prevista para o primeiro trimestre do ano de 2013 e o segundo semestre do ano de 2014 respectivamente. Quanto ao Edifício de Especialidades, serão concluídos os trabalhos de elaboração do plano e iniciar-se-á a fase de realização da obra no segundo trimestre do ano de 2012.

Mapa 2 : Calendarização do Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Projectos a desenvolver na Rede de Cuidados de Saúde Primários	Reconstrução do Centro de Saúde de São Lourenço										
	Reconstrução do Posto de Saúde de Coloane										
	Construção do Centro de Saúde do Bairro de Ilha Verde										
	Construção do Centro de Saúde do lote TN27 de Taipa										
	Construção do Centro de Saúde de Seac Pai Van de Coloane										
	Conclusão da construção dos centros de saúde do NAPE e da Zona Norte de acordo com os projectos										
	Conclusão da reconstrução dos centros de saúde do Porto Interior, de Tap Seac e do Fai Chi Kei de acordo com os projectos.										

Súmula do Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Projectos a desenvolver no âmbito de cuidados de saúde diferenciados	Edifício do Serviço de Urgência do CHCSJ									
	Centro de Recuperação de Doenças Infecciosas no Alto da Montanha de Coloane									
	Edifício de Especialidades do CHCSJ									
	Hospital de Urgência das Ilhas									
	Hospital Geral das Ilhas									
	Hospital de Reabilitação das Ilhas									

Mapa 3 : Grau de realização dos projectos até Outubro de 2011

Projecto	Data de início do projecto	Grau de realização actual	Data de conclusão prevista
Ampliação das instalações auxiliares e do Serviço de Urgência	Início da obra em 22 de Novembro de 2010 (prazo de obra : cerca de 720 dias). O empreiteiro da construção apresentou à Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes um pedido de extensão do prazo de obra por mais 90 dias, por motivo de chuvas e dos problemas encontrados durante a realização da obra.	Encontra-se na fase de escavação da fundação	Conclusão da obra no 1o. trimestre de 2013
Projecto de remodelação e ampliação do Centro de Recuperação de Doenças Infecciosas no Alto da Montanha de Coloane	Início da elaboração do plano em Setembro de 2009	Foi entregue o plano à Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes para apreciação em 6 de Outubro de 2011	Início da obra no 1o. trimestre de 2012 e prevê-se a sua conclusão no fim de 2013
Edifício Multi-Serviços	Início da elaboração do plano em Novembro de 2009	Encontra-se na fase de apreciação do estudo prévio	Conclusão dos trabalhos de elaboração do plano no 2º. trimestre de 2012

Súmula do Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde

Projecto	Data de início do projecto	Grau de realização actual	Data de conclusão prevista
Edifício de Especialidades	Início da elaboração do plano em Novembro de 2009	Encontra-se na fase de apreciação do estudo prévio	Conclusão dos trabalhos de elaboração do plano no 2º. trimestre de 2012
Edifício Residencial do Pessoal de Saúde da Primeira Linha	Início da elaboração do plano em Novembro de 2009	Encontra-se na fase de elaboração do plano	Início da obra no 1o. trimestre de 2012 e prevê-se a sua conclusão no fim de 2013
Novo Centro de Saúde de São Lourenço (Complexo de Serviço Social na Rua de Praia de Manduco)	Início da elaboração do plano em Fevereiro de 2011	Encontra-se na fase de elaboração do plano	Conclusão dos trabalhos de elaboração do plano no 2º. trimestre de 2012
Centro de Saúde do lote TN27 da Estrada Coronel Nicolau de Mesquita da Taipa	Prevê-se o início da elaboração do plano no 3º trimestre de 2011	Encontra-se na fase de concepção de interiores	Conclusão da construção no 2o. semestre de 2012
Construção do Centro de Saúde do Bairro da Ilha Verde	Prevê-se o início da elaboração do plano no 1º trimestre de 2013	Encontra-se na fase preparatória das informações para o concurso de concepção de interiores	Conclusão da construção no 4o. trimestre de 2014
Centro de Saúde de Seac Pai Van de Coloane	Prevê-se o início da elaboração do plano no 1º trimestre de 2013	Encontra-se na fase preparatória de desenvolvimento da planificação preliminar com o Gabinete Organizador para a Construção de Novas Instalações	Não se dispõe de informação
Hospital de Reabilitação em Ká-Hó, Coloane	Início da elaboração do plano em Maio de 2011	Encontra-se na fase de revisão do estudo prévio	Conclusão dos trabalhos de elaboração do plano no 3º. trimestre de 2012
Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas	Prevê-se o início dos trabalhos de concurso para a elaboração do plano antes do fim de 2011.	Encontra-se na fase preparatória de planificação geral e concurso para elaboração do plano do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas	Conclusão dos trabalhos de elaboração do plano no 1º. trimestre de 2013; prevê-se a conclusão da obra de construção do Hospital de Urgência das Ilhas no 2º. semestre de 2014

Apêndice 5:

Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do
Ensino Não Superior (2011 a 2020)

Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011 a 2020)

A Educação é a pedra fundamental do progresso social e o principal elo para a formação de recursos humanos qualificados. Os recursos naturais de Macau são muito limitados, daí que o seu futuro desenvolvimento, a longo prazo, deva ser baseado na formação de recursos humanos. Para aumentar a qualidade e competitividade da população, é importante desenvolver uma educação de alta qualidade visando a formação de quadros qualificados.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau, empenhado na promoção do desenvolvimento educativo desde o seu estabelecimento, tem aumentado, eficazmente, os investimentos nos recursos para o ensino não superior. Tem lançado várias medidas para garantir a melhoria notável no ambiente do ensino e na eficácia pedagógica, designadamente a implementação dos quinze anos da escolaridade gratuita, a revisão profunda e a melhoria do sistema educativo não superior, o apoio às escolas na melhoria das suas condições, o aperfeiçoamento do ambiente de trabalho e da qualidade profissional dos professores, e o lançamento de medidas que atendem, integralmente, às necessidades e saúde dos alunos. Macau está actualmente num período crucial de desenvolvimento e vai esforçar-se para, no futuro, tornar-se num Centro Mundial de Turismo e Lazer. Assim, para promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, ao mesmo tempo que se assegura o desenvolvimento moderado, ordenado e normalizado da indústria do jogo, desenvolver-se-ão, empenhadamente, novas indústrias de prestação de serviços designadamente intervenientes no turismo, convenções e exposições, serviços financeiros, área cultural e criativa, bem como projectos de desenvolvimento social designadamente na área tecnológica e cultural. No entanto, tudo isso vai depender do desenvolvimento empenhado da Educação e da formação de quadros de alta qualidade, para promover o desenvolvimento a longo prazo de Macau.

O ensino não superior local está, neste momento, numa fase decisiva em que tem que aumentar a sua qualidade, rumo a uma Educação melhor. Por isso o Governo da RAEM propôs a política de “promover a prosperidade de Macau através de educação”. No futuro, os investimentos educativos do Governo serão aproveitados para impulsionar a instituição de regimes e sistemas; as condições de trabalho e a capacidade profissional dos professores têm de ser constantemente melhoradas; a capacidade global dos alunos, especialmente a capacidade linguística, a literacia artística, a visão internacional e as capacidades de reflexão e de exploração têm de ser reforçadas. Os currículos e o ensino têm que ser otimizados, dando importância ao desenvolvimento dos alunos a longo prazo; a vida escolar deve dar aos alunos experiências amplas de aprendizagem; assim como é preciso aumentar a fluidez nos canais da aprendizagem contínua.

Para aumentar a eficácia, a visão prospectiva e a coordenação das políticas do ensino não superior, o Governo, de acordo com as necessidades do desenvolvimento de Macau a longo prazo, e tendo em conta o estado actual do ensino não superior, elaborou o Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011 a 2020) (doravante designado por “Planeamento decenal”), para determinar a direcção e os objectivos do desenvolvimento para o futuro,

e planificar as correspondentes políticas de garantia, para mobilizar todas as forças da sociedade para promover o crescimento do ensino não superior.

1. Perspectivas e políticas fundamentais

1.1 Perspectivas

As perspectivas do desenvolvimento do ensino não superior local para os próximos dez anos são as seguintes: atendendo às necessidades a longo prazo do futuro desenvolvimento de Macau, desenvolver-se-ão ao máximo as componentes razoáveis e os mecanismos eficazes existentes no ensino de Macau. Em cumprimento das políticas prioritárias de desenvolvimento, considerando a necessidade da melhoria de qualidade do ensino, tendo por base a Educação, e atendendo ao princípio de promoção da equidade, será promovido, para além da implementação dos 15 anos de escolaridade gratuita, o desenvolvimento do ensino especial e do ensino técnico-profissional. Será acelerado o ritmo da implementação das turmas reduzidas no ensino secundário. Criar-se-á uma equipa docente com altas qualidades morais e competências profissionais, e formar-se-ão currículos e sistema pedagógico que além de satisfazer as necessidades do desenvolvimento dos tempos modernos, sejam também benéficos ao desenvolvimento dos alunos. Desenvolver-se-ão os papéis importantes da educação contínua e da aprendizagem ao longo da vida para o reforço das habilidades de trabalho e da qualidade de vida da população e fornecer-se-á, através da formação de quadros qualificados, garantia eficaz para o desenvolvimento sustentável de Macau.

1.2 Políticas fundamentais

1.2.1 Prioridade do desenvolvimento educativo

Tornar a prioridade do desenvolvimento da Educação numa política fundamental de longo prazo. Dentro da planificação económica, social e urbana, priorizar o desenvolvimento educativo, bem como a garantia dos investimentos nessa área no orçamento do Governo; ao mesmo tempo, mobilizar em pleno toda a sociedade para dar atenção e apoio a esse desenvolvimento, para em conjunto assumir a responsabilidade na formação da geração vindoura e na construção duma sociedade de aprendizagem.

1.2.2 Aumento da qualidade como missão nuclear

Considerar o aumento da qualidade como missão nuclear do desenvolvimento futuro do ensino não superior, particularmente no estabelecimento de um conceito qualitativo da Educação que corresponda com as necessidades da evolução dos tempos, centrando-se nos trabalhos educativos que visem a promoção do desenvolvimento dos alunos, para que estes se desenvolvam de forma saudável, feliz e integral.

1.2.3 Concretização do desenvolvimento coordenado das componentes do ensino não superior

Garantir o desenvolvimento coordenado dos diferentes níveis e tipos de educação a partir da instituição de sistemas e da realização dos investimentos educativos, especialmente no que toca à necessidade de garantir a implementação eficaz da escolaridade obrigatória e gratuita, ao aumento da taxa do acesso escolar dos alunos do ensino secundário complementar, ao desenvolvimento do ensino técnico-profissional e da formação profissional em conformidade com as necessidades

da diversificação adequada das indústrias de Macau, sendo assim construído um sistema flexível e aberto para a educação contínua.

1.2.4 Promoção da equidade da Educação

Considerar a promoção da equidade educativa como política básica do desenvolvimento do ensino não superior. Garantir, eficazmente, o direito à educação dos residentes segundo a lei, principalmente as condições e oportunidades para concluírem a escolaridade obrigatória, assim como reforçar os apoios aos alunos das famílias com dificuldades económicas e aos que têm necessidades educativas especiais.

1.2.5 Desenvolvimento de um sistema escolar diversificado

Através de financiamentos e outros meios, incentivar as escolas a estabelecer-se como instituição pautada por uma filosofia pedagógica distinta, por currículos com ênfase em aspectos específicos, e por um modelo pedagógico particular, para que se ofereça mais opções aos alunos, no sentido da formação de quadros qualificados para diversos sectores, em prol do desenvolvimento social.

2. Objectivos de desenvolvimento

2.1 Desenvolvimento dos diferentes níveis e tipos de educação

2.1.1 Ensino infantil

– Fomentar a inovação do currículo e dos métodos pedagógicos do ensino infantil, nomeadamente a promoção das actividades de aprendizagem a realizar, principalmente, de forma lúdica, evitando a sua tendência em se transformarem idênticos aos do ensino primário;

– Desenvolver os critérios de avaliação para a garantia da qualidade do ensino infantil e ajudar as instituições deste ensino a atingirem um melhor desempenho qualitativo.

2.1.2 Ensinos primário e secundário geral

– Garantir que todas as crianças em idade escolar tenham condições para concluírem a escolaridade obrigatória;

– Promover o sucesso da aprendizagem dos alunos e diminuir a sua taxa de repetência;

– Reforçar a ligação do ensino primário com o secundário geral no que diz respeito aos currículos, à pedagogia e ao desenvolvimento dos alunos, para que estes tenham experiências completas e coerentes de aprendizagem;

– Incentivar a diversificação das formas de avaliação, reforçando o aconselhamento na aprendizagem e aumentando, assim, a sua eficiência.

2.1.3 Ensino secundário complementar

– Aumentar a taxa de acesso escolar dos alunos deste ensino;

– Promover a implementação das turmas reduzidas neste nível de ensino;

- Fomentar o desenvolvimento de sistemas e modelos diversificados do ensino secundário complementar, incluindo a diversificação das instituições educativas, dos currículos e dos modelos de aprendizagem, bem como fornecer possibilidades de escolha aos alunos de acordo com os seus interesses e capacidades.

2.1.4 Ensino técnico-profissional

- Desenvolver um ensino técnico-profissional que corresponda com as necessidades da diversificação adequada das indústrias;

- Optimizar os cursos do ensino técnico-profissional e aumentar os alunos deste ensino;
- Mobilizar o dinamismo das empresas na participação do ensino técnico-profissional.

2.1.5 Ensino especial

- Avançar efectivamente com a educação sobredotada;
- Aperfeiçoar o diagnóstico, a educação individual e os respectivos serviços dos alunos com necessidades educativas especiais;
- Apoiar com maior suficiência e força os encarregados de educação e professores;
- Aumentar o investimento de recursos e optimizar os recursos humanos e todas as instalações e equipamentos do ensino especial.

2.1.6 Educação contínua

- Criar o sistema de avaliação padronizada do ensino recorrente e implementar esse ensino de forma flexível e diversificada;
- Optimizar as diferentes condições da população para a educação contínua;
- Desenvolver a educação comunitária e a educação dos pais e criar um sistema de ensino contínuo, flexível e aberto, para criar, em maior grau, uma sociedade de aprendizagem.

2.2 Desenvolvimento dos alunos

Para implementar o conceito de “desenvolvimento integral” e fazer face às necessidades do desenvolvimento a longo prazo de Macau, e considerando a realidade da actualidade do ensino não superior, o desenvolvimento dos alunos será alvo de atenção especial, designadamente nas áreas seguintes:

2.2.1 Capacidade linguística:

Aumentar eficazmente o interesse dos alunos pela leitura, elevar a capacidade de expressão e técnica escrita e a qualidade literária dos alunos. Os alunos que terminem o ensino secundário precisam de ter a capacidade da utilização proficiente de, pelo menos, uma língua estrangeira; enquanto os que tenham a língua chinesa como língua veicular de ensino, conseguem falar de forma relativamente fluente mandarim.

2.2.2 Qualidade psicofísica:

Fomentar o desenvolvimento saudável dos alunos, incluindo a sua saúde física e psicológica, assim como a boa capacidade de adaptação social, para formar-lhes um estilo de vida saudável.

2.2.3 Formação moral e cívica:

Reforçar a educação moral e cívica dos alunos, ajudando-os a terem valores positivos, a reforçarem o seu conhecimento e o sentimento de identificação com a Pátria e Macau, a adquirirem uma boa consciência moral e cívica e amor pela Pátria e por Macau, bem como a participarem, ativamente, na sociedade e a terem maior capacidade de resistir às tentações e frustrações.

2.2.4 Pensamento inovador:

Cultivar nos alunos as atitudes de iniciativa na aprendizagem e de pensamento positivo, bem como o espírito inovador, para lhes desenvolver a capacidade de pensamento independente e crítico.

2.2.5 Visão internacional:

Formar nos alunos o sentimento de identificação com a história e cultura local e uma atitude cultural aberta e tolerante, assim como estimular-lhes o alargamento da sua visão internacional e o aumento da confiança nesse aspecto.

2.2.6 Qualidades artísticas:

Aumentar as qualidades artísticas dos alunos, incluindo dar-lhes conhecimentos artísticos, cultivar o seu interesse pelas artes e bom gosto estético, bem como os sentimentos, a apreciação e a criação sobre artes; através da educação artística, desenvolver as potencialidades dos alunos e aumentar as capacidades de observação, imaginação e criação.

3. Medidas fundamentais

3.1 Garantia nos investimentos

3.1.1 Governo e sociedade:

– No orçamento anual do Governo, assente no princípio da garantia do desenvolvimento económico e da estabilidade financeira do Governo, garantir, como uma das medidas prioritárias, um certo acréscimo dos investimentos do ensino não superior;

– Aumentar, até atingir um nível desejável, a percentagem da despesa com o ensino não superior no total da despesa pública do Governo;

– Através de dotação faseada, aumentar, gradualmente, a envergadura do Fundo de Desenvolvimento Educativo, desenvolver ao máximo as funções de reserva e ajustamento do financiamento educativo, reforçar o papel que este desempenha na orientação política e no apoio financeiro ao desenvolvimento da escola;

– Tomar iniciativa de aumentar, de forma adequada, os subsídios de propinas, de escolaridade gratuita e do ensino recorrente, para oferecer iguais oportunidades de acesso escolar aos alunos;

- Desenvolver ao máximo o papel do Fundo de Acção Social Escolar, aperfeiçoar os mecanismos de apoio financeiro às famílias com dificuldades económicas, evitando a perda de oportunidade educativa, por essas razões;

- Reforçar a gestão e supervisão da utilização dos encargos financeiros educativos da escola.

3.1.2 Escola:

- As despesas anuais com as remunerações e o regime de previdência do pessoal docente das escolas particulares, sem fins lucrativos, do regime escolar local, deverão constituir, pelo menos, 70% dos rendimentos certos e permanentes da escola;

- Aumentar, gradualmente, a diferença salarial entre as diferentes categorias de professores;

- Estabelecer um regime de previdência para todos os professores.

3.1.3 Pais:

- Dispor garantia financeira para a frequência escolar dos seus educandos.

3.2 Melhorar as escolaridades gratuita e obrigatória

3.2.1 Governo e sociedade:

- Concluir, em 2012, a revisão do diploma legal que regula a escolaridade obrigatória;

- Estender o subsídio de escolaridade gratuita, por turmas de 25 a 35 alunos, a todo o ensino secundário geral, até ao ano lectivo de 2014/2015, e a todo o ensino secundário complementar até ao ano lectivo de 2017/2018;

- O rácio de turma/professor nos ensinos infantil, primário e secundário, será, respectivamente, em 2015, de 1:1.6, 1:1.9 e 1:2.4 e em 2020, de 1:1.7, 1:2.0 e 1:2.5;

- Reforçar o mecanismo preventivo do abandono escolar e saída dos alunos;

- Melhorar os mecanismos de acompanhamento de casos dos alunos da escolaridade obrigatória.

3.2.2 Escola e professores:

- Desenvolver ao máximo as funções do regime de ensino em turmas reduzidas, otimizar o ambiente de ensino, aumentar em pleno a qualidade educativa, permitindo que os alunos com diferentes necessidades sejam apoiados em todos os aspectos;

- Rever e melhorar os sistemas de avaliação, de transição e de retenção das escolas, promovendo o sucesso escolar de todos os alunos, reduzindo a taxa de retenção;

- Seguindo o espírito de “educar a todos sem discriminação”, em princípio não deve expulsar os alunos da escolaridade obrigatória;

- Reforçar a cooperação entre a família e a escola, e fomentar o crescimento saudável dos alunos.

3.2.3 Pais:

- Estar atentos ao crescimento saudável e aos problemas de aprendizagem dos filhos, promovendo o sucesso escolar;
- Assegurar que os filhos concluam a escolaridade obrigatória;
- Criar condições e incentivar os filhos a prosseguirem os estudos;
- Comunicar, plenamente, com a escola e participar nos planos organizados pelo Governo e pela escola, no sentido de promover, em conjunto, o crescimento dos alunos.

3.3 Reforço da equipa docente

3.3.1 Governo:

- Promover uma atitude de respeito para com os professores, tornando a docência uma profissão mais respeitada;
- Tomar a iniciativa de implementar o “Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino Não Superior” e os diplomas legais envolvidos, nomeadamente a concretização do regime de categoria e de mudança de nível, a atribuição do subsídio para o desenvolvimento profissional, a redução das horas lectivas semanais dos docentes, no sentido de aumentar eficazmente a sua garantia profissional e promover o seu desenvolvimento profissional;
- Melhorar o nível profissional dos docentes para que, em 2020, a percentagem de professores dos ensinos infantil, primário e secundário, com “formação pedagógica” atinja, respectivamente, os 97%, 95% e 90%;
- Reforçar a coordenação da formação em serviço do pessoal docente, alargar as áreas disciplinares da “formação dos professores principais”, continuar a desenvolver os planos de “suspensão provisória das actividades lectivas para formação” e “licença sabática para reciclagem”, otimizar o Plano de Prémios para o Projecto Pedagógico e criar, de forma gradual, um bom sistema de desenvolvimento profissional do pessoal docente;
- A partir de 2013, os novos directores das escolas e o pessoal de gestão com cargos de nível superior e médio, deverão concluir a formação reconhecida pelos serviços competentes.;
- Colaborar com as instituições educativas do ensino superior, para disponibilizar vagas para acções de formação pedagógica para os professores com necessidades;
- Incentivar os finalistas excelentes, do ensino secundário complementar, para que frequentem os cursos do ensino superior em Educação, para preparar quadros qualificados para o corpo docente;
- Concluir, em 2014, a definição do padrão de mandarim dos docentes da disciplina de Língua Chinesa (incluindo os docentes de mandarim), bem como preparar e iniciar, de forma ordenada, o respectivo trabalho de teste;
- Reforçar, em cooperação com as instituições envolvidas, a formação para docentes de língua estrangeira, aumentando o nível de ensino das línguas estrangeiras.

3.3.2 Escola:

- Criar um regime de previdência para os professores das escolas particulares;
- Concretizar o regime das carreiras e de progressão do pessoal docente;
- Realizar formação adequada para própria escola, criando um mecanismo eficiente de investigação pedagógica.

3.3.3 Pessoal docente:

- Reforçar a missão educativa, respeitar as normas e deontologia profissionais, amando cada aluno, ao mesmo tempo que “transmite conhecimentos” e “educa o aluno”;
- Planear, de forma dinâmica, o seu desenvolvimento profissional, participando nas acções de formação em serviço e pesquisas pedagógicas, reflectindo e aperfeiçoando-se, de forma constante, no sentido de aumentar a sua própria imagem profissional e o nível da educação e do ensino.

3.4 Optimização do sistema escolar

3.4.1 Governo:

- Reservar terrenos para a expansão da rede escolar, no planeamento urbano, particularmente nos Novos Aterros;
- Incentivar o desenvolvimento do sistema escolar da escolaridade gratuita;
- Concluir, em 2015, a revisão do Estatuto das Escolas ;
- Concluir, em 2014, a revisão do diploma legal do ensino especial ;
- Concluir, em 2015, a revisão do diploma legal do ensino técnico-profissional ;
- Melhorar o regime do pessoal especializado da escola, desenvolver ao máximo as funções do pessoal especializado, promovendo o desenvolvimento da escola;
- Optimizar o sistema das escolas oficiais, através da introdução de novas ideias e conceitos de gestão;
- Continuar a apoiar as escolas na implementação dos planos de optimização ambiental e de instalações;
- Apoiar as escolas na colaboração com empresas e outras organizações sociais, para que desenvolvam um ensino técnico-profissional diversificado, que satisfaça as necessidades do crescimento económico e social;
- Subsidiar as escolas para a optimização das diversas instalações.

3.4.2 Escola:

- Planear o desenvolvimento da escola, de acordo com os princípios “aumentar as próprias características” e “satisfazer as necessidades sociais”;

– Planear, eficazmente, a dimensão do desenvolvimento e o modelo educativo da escola, otimizando o seu espaço e equipamentos.

3.5 Aperfeiçoamento da liderança em educação e da gestão interna da escola

3.5.1 Governo:

– Assegurar a autonomia pedagógica de todas as escolas e as autonomias administrativa e financeira das escolas particulares. Ao mesmo tempo, regular, de acordo com a lei, o funcionamento das escolas, estabelecendo um sistema coordenado e regulamentado que esclarece os direitos e responsabilidades entre o Governo e as instituições educativas, com vista a aumentar a vitalidade destas;

– Concluir, em 2015, a revisão do regime de contabilidade das escolas particulares;

– Rever os respectivos diplomas legais e proceder a uma definição clara, entre escolas particulares, “com fins lucrativos” e “sem fins lucrativos”.

3.5.2 Escola:

– Criar o Conselho de Administração, de acordo com a lei;

– Melhorar a estrutura da gestão interna, introduzir uma supervisão democrática, bem como a participação social e promover a modernização da administração escolar;

– Incentivar os alunos a gerirem os seus próprios assuntos e incrementar o sentimento de pertença dos alunos às escolas;

– Desenvolver as funções dos pais e das associações de pais no desenvolvimento da escola e no processo educativo.

3.5.3 Pais:

– Participar, de forma activa, nas actividades das associações de pais e prestar atenção à gestão e ao desenvolvimento da escola.

3.6 Reforço das medidas de garantia da qualidade educativa

3.6.1 Governo:

– Concluir, em 2015, a definição do regime de avaliação dos alunos e a revisão do regime de inspecção escolar;

– Continuar a realizar as avaliações global e específica, estabelecer um sistema de avaliação integrado de auto-avaliação e avaliação externa da escola. Ajudar e orientar a escola para que implemente reformas de acordo com os seus próprios problemas, aperfeiçoar a gestão e ensino da escola, aumentando a qualidade da educação;

– Desenvolver as funções do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA);

– Estabelecer um organismo de liderança e coordenação relacionado com a avaliação dos alunos.

3.6.2 Escola:

- Implementar uma avaliação diversificada, reforçar a avaliação formativa, incentivar os professores a desenvolverem uma educação inovadora e novos métodos educativos, ajudando os alunos a aprenderem a aprender;

- Estabelecer sistemas de gestão e mecanismos de trabalho, vocacionados para a melhoria da qualidade educativa; dar importância ao reforço do processo pedagógico, relativamente à alocação de recursos educativos e organização de trabalhos prioritários da escola, no sentido da elevação geral da qualidade educativa.

3.7 Reforma do currículo e do ensino

3.7.1 Governo:

- Concluir, em 2012, a definição do quadro de organização curricular da educação regular. Manter-se firme na optimização da estrutura curricular, tendo por base o aluno e em função dos princípios do aumento da qualidade educativa e da promoção do “desenvolvimento integral”;

- Concluir, em 2015, os trabalhos de estudo e elaboração das exigências das competências académicas básicas e das instruções curriculares para cada nível de ensino e cada disciplina da educação regular, que serão implementadas de forma plena e faseada;

- Apoiar as escolas na implementação de reformas curricular e pedagógica, através do Fundo de Desenvolvimento Educativo;

- Ajudar as escolas na implementação do ensino criativo e do ensino em turmas reduzidas, melhorando os métodos pedagógicos;

- Desenvolver o mecanismo de partilha dos recursos pedagógicos, em conjugação com a aplicação da tecnologia de informação;

- Incentivar os docentes a partilharem as suas experiências pedagógicas com os colegas, e promover medidas de mútua aprendizagem e troca de experiência, no sentido da elevação do nível pedagógico dos docentes;

- Desenvolver as funções do Fundo de Desenvolvimento Educativo, dando apoio, em termos de docentes, currículo, pedagogia e ambiente de aprendizagem, às escolas para aumento da capacidade linguística dos alunos, incluindo a de utilização do mandarim e, pelo menos, de uma língua estrangeira para intercâmbio.

3.7.2 Escola:

- Desenvolver currículos escolares próprios, que reflectam as características e os objectivos da escola;

- Aumentar a capacidade de liderança e desenvolvimento curricular da escola, bem como a literacia pedagógica dos professores;

- Estabelecer um regime de investigação pedagógica colectiva, reforçar o intercâmbio e a cooperação pedagógica entre professores, aumentando a eficácia do ensino.

3.8 Promoção do desenvolvimento da educação moral

3.8.1 Governo:

– Elaborar e implementar uma política sistemática para a educação moral. Estabelecer mecanismos da educação moral, com coordenação e suporte mútuo entre Governo, escola, família e sociedade;

– Desenvolver as funções do Centro de Educação Moral, do Centro de Apoio Psico-Pedagógico e Ensino Especial, dos Centros de Juventude e dos Centros de Actividades Educativas, para ajudar as escolas a desenvolverem a educação moral;

– Melhorar as funções do “Grupo de Apoio aos Acidentes e Crises Escolares”.

3.8.2 Escola:

– Aumentar as funções do “Grupo de Trabalho da Educação Moral”, em termos de planeamento, liderança, organização, coordenação e avaliação;

– Estabelecer, gradualmente, mecanismos de participação dos alunos na gestão da turma e desenvolvimento da escola;

– Aumentar o profissionalismo dos professores da educação moral e cívica (incluindo o desenvolvimento curricular).

3.8.3 Pais:

– Servir de exemplo a seguir, desenvolvendo as funções morais da educação familiar;

– Inteirar-se das eventuais dificuldades que os filhos podem enfrentar em cada nível de ensino; apoiar, estimular e orientar os filhos para que criem uma correcta filosofia de valores e de vida.

3.9 Reforço do desenvolvimento psicofísico dos alunos

3.9.1 Governo:

– Orientar e apoiar as escolas na implementação dos planos que visam o reforço da saúde dos alunos, encorajando-os a aproveitarem bem os tempos livres para aumentarem as suas capacidades físicas, a organizar, de forma científica, o seu horário de trabalho e descanso, e a criar bons hábitos de vida;

– Aumentar o número dos agentes de aconselhamento nas escolas, para as apoiarem na realização de mais actividades que elevem a qualidade psicológica dos alunos.

3.9.2 Escola:

– Através da realização de aulas e actividades extracurriculares, dar aos alunos conhecimentos sobre a vida saudável e alimentação equilibrada, no sentido de reforçar as capacidades físicas dos alunos;

– Prestar, de forma mais sistemática, serviços de aconselhamento aos alunos, para reforçar a sua qualidade psicológica, especialmente as suas capacidades de resistência às tentações e frustrações.

3.9.3 Pais:

- Cultivar nos filhos boas qualidades psicológicas, apoiá-los na criação de bons hábitos de vida e partilhar o prazer da vida saudável com eles.

3.10 Promoção dinâmica da Educação Contínua

3.10.1 Governo:

- Concluir, em 2012, a definição do Estatuto da Educação Contínua;
- Concluir, em 2013, a definição do regime do subsídio ao ensino recorrente;
- Criar, em 2013, o mecanismo de “avaliação padronizada do ensino recorrente”, no sentido de elevar a qualidade deste ensino;
- Rever, em 2013, a situação da implementação do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo para o planeamento das políticas de longo prazo;
- Aumentar o investimento na continuidade do impulsionamento da formação contínua e da aprendizagem permanente;
- Proporcionar aos cidadãos, que trabalham por turnos, oportunidades para frequentarem cursos do ensino recorrente, de forma mais flexível;
- Reorganizar os recursos de aprendizagem da sociedade e proporcionar informações de aprendizagem aos cidadãos;
- Fomentar o desenvolvimento da educação comunitária e da educação familiar, criando, gradualmente, comunidades de aprendizagem.

3.10.2 Instituições relacionadas:

- Realizar vários tipos de cursos de formação contínua, para dar aos trabalhadores e aos idosos oportunidades diversificadas de aprendizagem;
- Tornar os recursos educativos abertos aos cidadãos.

3.11 Alargamento da abertura da Educação ao exterior e da cooperação regional

3.11.1 Implementar, de forma ordenada, as medidas de ensino, constantes do Acordo Quadro de Cooperação Guangdong-Macau;

3.11.2 Aprofundar a cooperação educativa, com a província de Guangdong e outras regiões do Interior da China, bem como com a RAEHK e Taiwan, e impulsionar a cooperação dos serviços e das escolas, no âmbito de vários aspectos, designadamente o desenvolvimento da escola, o intercâmbio entre professores e alunos, e a melhoria do currículo;

3.11.3 Continuar a participar no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), organizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE);

3.11.4 Desenvolver, em maior grau, a ligação estreita com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura (UNESCO);

3.11.5 Reforçar o intercâmbio com os países e regiões de língua portuguesa, e promover, com uma visão mais aberta, o desenvolvimento do ensino não superior de Macau.

4. Avaliação intercalar e actualização

4.1 Criação do mecanismo de avaliação intercalar

Realizar, em 2015, uma avaliação intercalar sobre a situação de concretização dos objectivos das políticas e a eficácia da implementação das respectivas medidas, definidas pelo presente Planeamento.

4.2 Elaboração de projecto de actualização

Elaborar e implementar, em 2015, de acordo com os resultados da avaliação intercalar, um projecto de actualização, no sentido da elevação da eficácia global do presente Planeamento.

**Linhas de Acção Governativa
para o ano financeiro de 2012
do Governo da Região
Administrativa Especial de Macau
— Síntese —**

Área da Administração e Justiça

Balanço das acções governativas no ano de 2011

As acções foram prosseguidas sob a égide do princípio “ter por base a população”, orientando-se para a fundamentação das decisões políticas em estudos científicos e a formação de um sistema administrativo transparente, o que permitiu a concretização de uma série de trabalhos, entre eles o aprofundamento da reforma administrativa, o fortalecimento da coordenação centralizada da reforma jurídica e o aperfeiçoamento dos assuntos cívicos e municipais.

I. No domínio da Administração Pública

1. Intensificação das funções da consulta comunitária e implementação das normas para consultas

Os Conselhos Consultivos de Serviços Comunitários têm desenvolvido de forma plena o seu papel de ponte de ligação entre a Administração e os cidadãos. Em articulação com os Centros de Prestação de Serviços ao Público, os conselhos consultivos existentes nas diversas zonas criaram 13 grupos de trabalho temático, cujos membros se deslocaram directamente às diferentes zonas comunitárias para a auscultação de opiniões e sugestões dos cidadãos, participaram de forma activa no diálogo e cooperação inter-serviços e transmitiram de forma atempada as opiniões sobre as acções relativas à vida da população, promovendo deste modo o aperfeiçoamento contínuo dos respectivos organismos públicos.

Desde a sua criação no início de 2009, os Conselhos Consultivos de Serviços Comunitários procederam à participação de 832 casos, tendo sido tratado ou resolvido um total de 616 casos, dos quais 143 foram a nível inter-serviços. O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais organizou 34 colóquios comunitários que permitiram a recolha de um total de 1 083 opiniões e sugestões dos cidadãos, registando-se deste modo o tratamento ou a resolução de mais de 90% dos referidos casos.

A função dos colóquios comunitários como plataforma de participação nos assuntos comunitários tem vindo a aprofundar-se com a realização de intercâmbios e da interacção directa com os representantes das associações dos diversos sectores e os moradores das várias zonas comunitárias, no intuito de tentar ir ao encontro da comunidade em geral, aumentar a transparência nas acções desenvolvidas pelo Governo e auscultar de forma ampla as opiniões da população.

As “Normas para a Consulta de Políticas Públicas” foram implementadas de forma plena nos organismos públicos, no sentido de auscultar com maior eficácia as opiniões da sociedade civil e aumentar a qualidade das consultas. Tais normas definem a regulamentação da consulta das políticas públicas, nomeadamente no que se refere à organização geral, à divulgação junto do público e à avaliação final. E definem também os sete princípios que

devem ser respeitados nas consultas públicas, a saber: 1) Organizar e coordenar eficazmente os projectos de consulta de políticas públicas; 2) Promover a igualdade de participação do público; 3) Apresentar informações sobre as políticas de forma atempada e plena; 4) Facilidades na obtenção das informações sobre a consulta e na apresentação de opiniões; 5) Intensificar o diálogo e a colaboração entre organismos consultivos, associações cívicas e serviços; 6) Aumentar a transparência da consulta e a capacidade de resposta; 7) Revisão, avaliação e aperfeiçoamento contínuo.

2. Aperfeiçoamento da gestão de pessoal e início do recrutamento centralizado

Com a publicação e entrada em vigor do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos e do Regulamento Administrativo sobre o Recrutamento, Selecção, e Formação para Efeitos de Acesso dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, tornou-se possível a implementação de normas mais eficazes no recrutamento centralizado, formação para efeitos de acesso e gestão. Procedemos, em primeiro lugar, ao recrutamento de pessoal para as carreiras de técnico superior e de adjunto-técnico. Os organismos públicos efectuarão a definição dos planos de recrutamento de pessoal, quer do quadro quer fora do quadro, dando prioridade ao recrutamento de pessoal sob a forma de vinculação ao quadro.

Efectuámos um estudo sobre o mecanismo de queixas apresentadas pelos trabalhadores da Administração Pública. Definimos ainda o documento para consulta sobre a conciliação centralizada; e estamos a produzir actualmente o documento para consulta sobre o regime de contratos, com vista a impulsionar as acções de revisão desse regime. No âmbito do sistema de gestão integrada dos recursos humanos e de decisão política, concluiu-se basicamente a integração do sistema de gestão das acções de formação e da base de dados dos recursos humanos. Elaborámos também o plano de desenvolvimento do sistema de gestão centralizada de pessoal.

3. Aperfeiçoamento ordenado dos planos de formação e criação do Centro de Formação para os Trabalhadores dos Serviços Públicos

O Centro de Formação para os Trabalhadores dos Serviços Públicos entrou oficialmente em funcionamento. Lançou-se o Plano de Formação de Formadores, com o objectivo de proporcionar àquele Centro os apoios necessários no âmbito dos docentes. Reforçámos a avaliação da eficácia das acções de formação, para que fosse possível o seu aperfeiçoamento contínuo.

Definimos os Planos de Formação a Curto, Médio e Longo Prazo, com o intuito de promover, de forma prioritária, a aplicação correcta e eficaz da Lei Básica na implementação da acção governativa pelo pessoal de direcção e chefia; aprofundar os conhecimentos sobre o estado da Nação junto dos funcionários nos vários níveis; elevar a capacidade de tomada de decisões políticas e de gestão do pessoal e reforçar os conhecimentos teóricos; e adaptar-se ao desenvolvimento do papel de Macau como plataforma de ligação entre a China e os Países de Língua Portuguesa e formar mais talentos da área de tradução chinês-português.

4. Optimização das estruturas orgânicas e aumento das funções de coordenação

Prosseguimos com a ordenação das estruturas e funções do Governo, optimizámos o funcionamento e serviços prestados pelo Governo e efectuámos a análise da criação ou reestruturação dos organismos públicos responsáveis pela protecção de informações, economia, desenvolvimento desportivo, assuntos portuários, entre outros, para além de se ter procedido à emissão de pareceres.

Desde 2009 até à presente data, efectuámos a reestruturação de 18 organismos públicos, sendo que quatro foram extintos e seis recém-criados. Após a reorganização das funções do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, criámos a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego e a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental, o que permitiu centralizar a gestão dos assuntos relativos ao trânsito rodoviário e à protecção ambiental, em articulação com as necessidades da aceleração do desenvolvimento social.

Concluimos a reestruturação da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, de forma a articulá-la com o desenvolvimento sustentável da reforma administrativa, concretizar o recrutamento centralizado e da formação para efeitos de acesso e fortalecer as funções de coordenação centralizada de pessoal, com o objectivo de alcançar o impulso da tomada de decisões científicas e da abertura dos assuntos governamentais, otimizar o funcionamento do Governo e os serviços prestados, aperfeiçoar a gestão dos trabalhadores da Administração Pública e elevar as suas aptidões em geral.

5. Aperfeiçoamento do regime de responsabilização dos titulares de cargos públicos e intensificação da promoção da integridade e da gestão dos recursos

Com vista à consolidação dos elevados padrões de conduta política e profissional da equipa de governação, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau disponibilizou uma série de diplomas legais relativos ao regime de responsabilização, o que permitiu reforçar a formação de um Governo responsável e promover a integridade.

Com a implementação do Estatuto dos Titulares dos Principais Cargos da Região Administrativa Especial de Macau, das Normas de Conduta dos Titulares dos Principais Cargos da Região Administrativa Especial de Macau e dos Padrões de Conduta do Pessoal de Direcção e Chefia – Deveres e Responsabilidades em caso de Violação dos Mesmos, criou-se, na dependência do Chefe do Executivo, a Comissão de Apreciação de Pedidos relativos ao Exercício de Actividade Privada por parte dos Ex-titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos Principais Cargos, a qual procedeu, em conjunto com a Comissão de Ética para a Administração Pública já existente, ao estabelecimento dos princípios e critérios determinantes da não autorização para o exercício de actividades privadas após a cessação de funções por parte dos ex-titulares do cargo de Chefe do Executivo, dos titulares dos principais cargos e de direcção. Para além disso, concluiu-se a versão preliminar do projecto do diploma legal relativo ao Regime de Desligação do Cargo dos Titulares do Cargo de Chefe do Executivo e dos Principais Cargos, estando a decorrer a sua análise e aperfeiçoamento.

No que respeita ao relatório de auditoria de resultados “Deslocações ao exterior em missão oficial de serviço dos trabalhadores da Administração Pública”, elaborado pelo Comissariado da Auditoria, criámos um grupo de trabalho especializado, definimos orientações e procedemos à revisão completa do actual regime de deslocações ao exterior em missão oficial de serviço, bem como à revisão do regime jurídico concernente.

Todos os organismos públicos executaram o Acordo de Cooperação – Plano para uma Gestão Íntegra, assinado com o Comissariado contra a Corrupção e procederam à promoção do Plano para uma Gestão Íntegra (2.ª Fase). Sobre as recomendações do Comissariado contra a Corrupção, bem como o Relatório de Actividades do Comissariado contra a Corrupção de 2010, os organismos competentes definiram as medidas de aperfeiçoamento que foram implementadas progressivamente. Prosseguimos com a implementação da educação sobre a integridade junto dos funcionários públicos, incrementando a sua consciência de aplicação correcta dos recursos públicos.

6. Aperfeiçoamento da rede de serviços públicos e criação do Prémio de Serviço de Alta Qualidade

Desde a entrada em funcionamento do Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau em finais de 2009, o número de serviços prestados pelos 14 organismos públicos aí instalados aumentou de 86 para 101 actualmente, ou seja, registaram-se mais 15 serviços prestados, o que representa um acréscimo de 17%. Após a conclusão da segunda fase de instalação no final do corrente ano, o número desses organismos públicos será aumentado para 23.

O Centro de Informações ao Público irá lançar, no mês de Dezembro do corrente ano, a versão experimental do “serviço de consulta *online* sobre o andamento dos processos em resolução”. Por outro lado, desenvolvemos a nova versão do Sistema Electrónico de Tratamento de Queixas Inter-Serviços e reforçámos a Base de Dados das Informações Governamentais.

A Comissão de Avaliação dos Serviços Públicos procedeu à avaliação de 42 organismos públicos no âmbito da certificação de qualidade dos seus serviços. Assim, verificou-se que o número de serviços com certificação de qualidade aumentou de 429 em 2009 para 460 em meados de Outubro do corrente ano, ou seja, mais 31 serviços, o que representa um aumento de cerca de 7%.

7. Intensificação da gestão da segurança da informação e aprofundamento das aplicações dos serviços electrónicos

O Centro de Dados do Governo lançou o serviço de fiscalização da segurança da rede a funcionar 24 horas. Em simultâneo, concluímos a edificação da plataforma de recuperação de desastres.

Em articulação com o desenvolvimento do *ePass*, optimizámos a função de gestão dos serviços personalizados. Promovemos a utilização das aplicações de impressos electrónicos

cos para a prestação de serviços, aprofundando cada vez mais a opção pela entrega dos impressos e tratamento dos assuntos directamente *online*. Neste momento, existe um total de 655 impressos electrónicos fornecidos por 37 organismos públicos, o que facilita a vida da população e contribui para o impulso das medidas de protecção ambiental, reduzindo o uso de papel.

8. Ampliação da Certificação Internacional de Gestão da Qualidade e exigências rigorosas na qualidade dos serviços

Os Serviços de Construções e Equipamentos Urbanos e a Divisão de Oficinas e Armazéns do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais concluíram a obtenção da certificação para o Sistema de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional (OHSAS 18001:2007), tornando aquele Instituto o primeiro organismo público dotado da referida certificação no Governo da Região Administrativa Especial de Macau. A Direcção dos Serviços de Identificação conseguiu estender este ano a certificação concernente (ISO27001) a todos os seus serviços e, em simultâneo, implementou o plano de acções específicas sobre os serviços de qualidade e melhoramento dos serviços. O Centro de Dados do Governo conseguiu obter a certificação internacional ISO27001 para a Segurança da Informação.

9. Aperfeiçoamento dos benefícios e apoios na função pública e reforço do diálogo e participação

Actualizámos os montantes do prémio de antiguidade e dos subsídios de residência e de família, simplificámos as formalidades e os procedimentos administrativos desse regime e actualizámos os vencimentos e pensões dos trabalhadores da Administração Pública.

Em conformidade com a legislação sobre o apoio judiciário em virtude do exercício de funções públicas, criámos, na dependência do Chefe do Executivo, a Comissão de Patrocínio Judiciário para o Exercício de Funções Públicas, à qual compete analisar os pedidos de concessão de apoio judiciário nos processos judiciais em que sejam demandados por acto ou factos ocorridos em virtude do exercício de funções públicas os trabalhadores dos serviços públicos, assim como se emitiu parecer sobre a regulamentação dos respectivos procedimentos e do modelo de impresso a utilizar nos referidos processos.

II. No domínio da Justiça

1. Reforço da coordenação central da reforma jurídica e aperfeiçoamento do ordenamento jurídico

No decurso da edificação do sistema jurídico, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem impulsionado de forma gradual a coordenação das acções de produção e revisão das leis e regulamentos, para além de ter promovido as respectivas medidas e mecanismos de acordo com as diferentes fases de desenvolvimento e lançado progressivamente as acções concernentes.

No Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2011, o Chefe do Executivo apresentou, pela primeira vez, as “Propostas de lei do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2011” à Assembleia Legislativa, as quais incluíam 15 projectos de diplomas legais do plano anual de produção legislativa, de modo a que fossem impulsionados, de acordo com o grau de premência, aqueles projectos de diplomas relacionados com os assuntos cívicos e municipais e com a qualidade de vida dos cidadãos. A implementação de tal medida marcou a passagem do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para um novo patamar no âmbito do planeamento da edificação do sistema jurídico.

Em articulação com o plano anual de produção legislativa no âmbito da coordenação, promoção e concretização, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau criou, com base nos organismos funcionais anteriormente existentes e através de fusão, a Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional que se tornou num organismo público especializado na coordenação jurídica, ao qual caberá o acompanhamento do plano anual de produção legislativa definido pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau.

O impulso do mecanismo de coordenação central da reforma jurídica consiste num processo evolutivo que exige, de forma permanente, a realização de pesquisa, revisão, sumarização e aperfeiçoamento, assim como será necessário alcançar o equilíbrio e proceder à coordenação articulando-a com o desenvolvimento social e os recursos jurídicos do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, nomeadamente os recursos humanos. Em todas as circunstâncias, o Governo tem envidado esforços para efectuar bem as acções de coordenação relativas aos diplomas legais, reforçando o diálogo com a Assembleia Legislativa, com vista a permitir, por um lado, a conciliação das acções de edificação do sistema jurídico com as necessidades do desenvolvimento social, e por outro lado, aperfeiçoar o enquadramento jurídico da Região Administrativa Especial de Macau.

O actual mecanismo de coordenação central da reforma jurídica entrou em funcionamento no corrente ano, motivo pelo qual será necessário aplicá-lo na prática por um período de tempo e tirar, de forma atempada, as possíveis conclusões das experiências colhidas. Em relação às acções a desenvolver no futuro, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau vai reforçar, imprescindivelmente, o diálogo com a Assembleia Legislativa para que seja impulsionado o aperfeiçoamento contínuo do mecanismo de coordenação da produção legislativa.

Até 20 de Outubro do corrente ano, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau apresentou um total de 20 propostas de lei à Assembleia Legislativa, das quais sete estavam incluídas no Plano de Produção Legislativa e as restantes 13 não constavam desse plano. Deste modo, 10 propostas de lei foram já aprovadas na especialidade, nove foram aprovadas na generalidade e estão na fase de apreciação na especialidade, e uma está a aguardar a sua discussão e votação na generalidade pelo plenário. Além disso, o Chefe do Executivo promulgou 32 regulamentos administrativos. As leis e os regulamentos admi-

nistrativos promulgados no corrente ano envolviam diversas áreas importantes das acções desenvolvidas pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau, o que permitiu articular, de forma atempada e eficaz, a acção governativa com o desenvolvimento social, resolver diversas matérias relacionadas com os assuntos cívicos e municipais e com a vida da população, alcançar o objectivo da acção governativa no melhoramento da qualidade de vida, e bem assim, impulsionar o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico da Região Administrativa Especial de Macau.

2. Recensão e adaptação legislativa

Foram concluídos, na sua essência, os projectos seguintes:

1) Recensão relativa à situação de vigência das leis e dos decretos-lei promulgados entre 1976 e 19 de Dezembro de 1999 (num total de 2 123 diplomas), a qual consiste na análise e definição clara dos motivos e fundamentos da determinação de não vigência de cada diploma legal, remetendo os resultados da análise aos organismos competentes para efeitos de confirmação, concluindo as acções de confirmação da situação de vigência desses diplomas previamente vigentes com a colaboração activa dos diversos organismos funcionais;

2) Conclusão da elaboração de regras e critérios sobre a adaptação de diplomas legais previamente vigentes, bem como o início das acções de adaptação das leis e dos decretos-lei actualmente em vigor, estando a decorrer o estudo sobre a viabilidade da proposta de legislação da adaptação legislativa, que implicará a intensificação da cooperação com a Assembleia Legislativa;

3) Conclusão da listagem das leis e dos decretos-lei mais importantes no quadro dos cinco grandes Códigos, definição dos critérios para a sua verificação e início das acções de verificação das traduções em língua chinesa dos diplomas legais constantes dessa lista.

3. Promoção e divulgação jurídica

1) Aprofundamento da divulgação da Lei Básica

Efectuámos o estudo sobre a criação do Pavilhão de Exposições sobre a Lei Básica, o qual será instalado no Fórum de Macau de acordo com os planos preliminares traçados, pelo que estamos a acelerar o amplo processo de recolha e tratamento sistemático das informações concernentes.

Através da diversificação das actividades de divulgação jurídica, continuámos a promover amplamente a divulgação da Lei Básica junto da sociedade civil. Os organismos especializados iniciaram, de forma planeada, a inclusão do principal conteúdo de cada capítulo ou secção dessa lei nas diferentes actividades de divulgação jurídica sobre temas específicos. Estas actividades tiveram uma forte adesão da população, visto ter-se registado um total de 32 000 participantes, verificando-se assim um acréscimo em comparação com o número de 26 000 pessoas no ano passado.

2) Intensificação das acções de generalização do Direito junto da camada juvenil

Os jovens são os principais destinatários das acções de divulgação e generalização do Direito realizadas pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau, motivo pelo qual desenvolvemos este ano cinco séries de actividades nos estabelecimentos de ensino. Mais de 8 000 alunos, professores, encarregados de educação e assistentes sociais participaram nessas actividades, o que desenvolveu efeitos positivos no reforço dos conhecimentos dos jovens no âmbito do Direito e da prevenção da criminalidade.

Aprofundámos a formação de jovens voluntários das “Forças de Divulgação Jurídica”, com vista a formar prioritariamente um grupo de jovens conhecedores das leis de Macau e conferir-lhes, por um lado, influência de pares nos seus comportamentos, e por outro lado, cultivar uma nova geração com capacidade para impulsionar a divulgação do Direito em Macau. Paralelamente, organizámos uma série de actividades de generalização do Direito, no sentido de lhes inculcar a consciência de cumprimento da lei e os conhecimentos jurídicos e normativos, recorrendo a jogos de aprendizagem, realização de actividades em equipa e intercâmbios, entre outros.

3) Desenvolvimento dinâmico de diversas actividades de divulgação jurídica sobre temas específicos

Em conformidade com as características das diversas comunidades, iniciámos activamente várias actividades de divulgação jurídica sobre temas específicos, as quais visavam promover os diplomas legais recém-promulgados e estreitamente ligados à vida da população. No corrente ano, foram remetidos mais de 235 artigos de imprensa sobre diversos temas específicos da área do Direito para fins de publicação nos jornais e órgãos de comunicação social, assim como foram realizados cerca de 130 programas de rádio e televisão para a divulgação jurídica junto da população. Optimizámos as formas de generalização do Direito através da *internet* e atendemos às consultas jurídicas efectuadas por cerca de 1 900 pessoas através do “*hotline* de generalização do Direito para consulta jurídica telefónica”, tendo-se assim registado um aumento em relação ao número de 1 490 pessoas no ano anterior e demonstrado eficácia no domínio da divulgação jurídica.

Neste momento, existem 109 variedades de panfletos e folhetos com informações jurídicas que colocamos, gratuitamente, à disposição dos cidadãos, prevendo-se assim a distribuição de cerca de 167 400 exemplares no corrente ano. Além disso, iniciámos este ano o plano de compilação de colectâneas da legislação de Macau, bem como a edificação de uma rede informática mais aperfeiçoada para a generalização do Direito.

4. Formação jurídica

Concluíram-se, em 28 de Junho do corrente ano, as acções desenvolvidas para o Terceiro Curso de Formação de Magistrados. Os nove recém-formados já integraram a equipa de magistrados, dos quais quatro foram nomeados para o cargo de juiz e cinco para o cargo de delegado do Procurador. Também se concluíram as acções relativas ao concurso de admissão ao Quarto Curso de Formação de Magistrados, para o qual foram admitidos 12

estagiários. Para além disso, continuámos a providenciar actividades de formação contínua e de reciclagem para magistrados, com a colaboração do Instituto Nacional de Formação de Magistrados Judiciais e do Instituto Nacional de Formação de Magistrados do Ministério Público.

Concluímos as acções referentes à prova de conhecimentos e ao exame psicotécnico destinados aos 4 903 candidatos ao curso de habilitação para ingresso nas carreiras de oficial de justiça. O número de formandos a admitir neste curso será de 120, com vista ao preenchimento de 110 vagas de oficiais de justiça nos órgãos judiciais e ao recrutamento de pessoal de reserva. Concluiu-se, em Fevereiro, a realização do curso de formação para acesso à categoria de escrivão do Ministério Público adjunto, assim como se iniciou, em Junho, o curso de formação para acesso à categoria de escrivão judicial adjunto, visando favorecer os órgãos judiciais quer na elevação da qualidade dos oficiais de justiça, quer da eficiência da administração judicial.

Concluíram-se os cursos de formação para acesso à categoria de segundo-ajudante e de primeiro-ajudante dos serviços dos registos e do notariado, os quais foram frequentados por 32 e 42 funcionários, respectivamente.

Criou-se, no corrente ano, o Curso de Aprofundamento de Direito e Prática Jurídica na Administração Pública, no sentido de intensificar de forma planeada e sistemática a formação integrada do pessoal da área do Direito, visando deste modo proporcionar aos formandos conhecimentos sólidos necessários ao cumprimento das tarefas jurídicas na Administração Pública, incrementar a sua capacidade prática e reforçar a sua capacidade de ensino nas vertentes de planeamento, liderança e exercício de funções na formação. Continuámos a realizar, de forma prioritária, actividades de formação vocacionadas para a elevação do nível de conhecimentos jurídicos e da aptidão profissional do pessoal que executa a lei, entre as quais o Curso Temático sobre a Lei Básica, os cursos de formação sobre arbitragem, mediação e conciliação e os cursos relacionados com acções de reforma jurídica, tendo-se registado um total de 505 formandos. Por outro lado, providenciámos de forma regular 31 acções de formação para o ingresso na função pública, de formação contínua e de formação específica, tendo-se contado com a participação de um total de 1 184 formandos.

Realizaram-se dois colóquios temáticos sobre “Questões mais abordadas do desenvolvimento diplomático da China”, visando intensificar os conhecimentos sobre matérias do domínio internacional junto do pessoal de direcção e chefia dos diversos organismos públicos, para que estes conhecessem melhor as políticas diplomáticas nacionais, bem como os princípios e a posição a tomar nas acções diplomáticas. Além disso, foram organizados *workshops* sobre a composição de relatórios de execução dos acordos internacionais, destinados ao pessoal que desempenha funções relacionadas com o Direito Internacional, com vista a elevar a sua aptidão nas operações práticas.

Providenciámos três modalidades de acções de formação para advogados estagiários, nomeadamente no âmbito do Processo Penal, Processo Civil e Direito Administrativo, a pedido da Associação dos Advogados de Macau.

A nova fase do Programa de Cooperação na Área Jurídica entre a União Europeia e o Governo da Região Administrativa Especial de Macau incluiu essencialmente a organização de sete seminários e um *workshop*.

5. Estudos jurídicos, tradução e publicação

Proseguimos com a publicação dos resultados alcançados nos estudos sobre algumas áreas do Direito, assim como procedemos à tradução e edição dos materiais didácticos concernentes, lançando, deste modo, as bases para a formação de pessoal da área do Direito. Por conseguinte, foram editadas quatro publicações de estudos específicos e concluída a tradução de três publicações de língua portuguesa para a língua chinesa.

6. Assuntos do Direito Internacional

Até 15 de Outubro do corrente ano, foram publicadas nove resoluções adoptadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, visando tornar público o seu conteúdo relativo à situação internacional; cinco tratados multilaterais que envolvem essencialmente a citação e notificação de actos judiciais e a obtenção de provas em matérias civil e comercial; 46 acordos bilaterais relativos à extensão da área de jurisdição consular dos consulados de diversos países à Região Administrativa Especial de Macau; e demais acordos para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau participou como membro da delegação chinesa, na 6.^a sessão da Comissão Especial para a Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças, organizada na cidade de Haia da Holanda. Também participámos na 14.^a edição da Conferência Anual de Combate ao Branqueamento de Capitais na Região da Ásia-Pacífico, que teve lugar na Índia.

III. No domínio dos Assuntos Cívicos e Municipais

1. Aceleração da preparação da criação do Centro de Segurança Alimentar

Em conformidade com a situação social em concreto e as necessidades, os organismos especializados estão a acelerar a realização do estudo e a elaboração do projecto da Lei da Segurança Alimentar, no sentido de atribuir ao Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais as funções específicas de desenvolvimento das acções relacionadas com a segurança alimentar. No âmbito das acções de preparação da criação do Centro de Segurança Alimentar, prevemos a conclusão do processo legislativo da Lei da Segurança Alimentar para o próximo ano e, posteriormente, a entrada em funcionamento desse centro.

Por outro lado, está já disponível a página electrónica específica de Informação sobre Segurança Alimentar, que permite fortalecer a emissão e interacção referentes às informações de segurança dos alimentos, proporcionar aos cidadãos as informações mais actualizadas e assegurar a segurança dos alimentos. Através da cooperação regional e da prestação de apoio especializado, intensificámos as acções de formação do pessoal, os intercâmbios

técnicos e as acções de cooperação, assim como elevámos a capacidade técnica da equipa de trabalhadores que realiza acções de segurança alimentar, adequando-os ao desenvolvimento das mesmas.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem estado muito atento às influências trazidas pela inflação na vida da população em geral, daí ter apoiado este sector de actividade na diversificação e introdução de fontes de abastecimento mais directas, aumentando o fornecimento de diferentes géneros alimentares para alargar as opções de consumo dos cidadãos, para que sejam criadas condições favoráveis à manutenção dos preços através dos mecanismos de mercado, nomeadamente a concorrência leal. Também apoiou tal sector na organização de visitas à cidade de Hefei da província de Anhui, à Tailândia, a Taiwan, entre outros, para além da deslocação de grupos de comerciantes de produtos alimentícios frescos e vivos até à zona de Nansha da cidade de Guangzhou, para que fossem efectuadas as conversações comerciais necessárias. Por outro lado, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e demais organismos públicos criaram em conjunto uma página electrónica que disponibiliza os preços dos produtos alimentares, com vista a facilitar a vida dos cidadãos na consulta das informações sobre os preços na *internet*, o que contribuirá para a tomada de boas decisões de consumo pelos cidadãos.

2. Resolução do problema das inundações

Procedemos à conclusão dos trabalhos de substituição das válvulas de maré em diversas ruas e zonas da cidade, assim como efectuámos a limpeza dos poços de filtração de águas fluviais, das fossas abertas, das bocas de escoamento e dos esgotos de drenagem, o que resultou na remoção de cerca de 9 000 baldes de lama, para que fosse assegurada a capacidade de escoamento do sistema de esgotos subterrâneos.

Concluimos as obras de drenagem por meio do ramal de esgotos na zona da Avenida de Almeida Ribeiro, com vista a acelerar o escoamento das águas e aliviar o *stress* devido às inundações nos períodos de chuva forte. Lançámos as obras de melhoramento do sistema de drenagem na zona da Rua da Ribeira do Patane, renovando cerca de 800 metros de esgotos subterrâneos, o que aumentou de forma eficiente a capacidade de tratamento das águas nessa zona. Iniciaram-se as obras de substituição dos esgotos de maiores dimensões para a drenagem das águas pluviais, para que fosse melhorada a situação das inundações verificadas nos bairros antigos da Taipa durante os períodos de chuva forte e das marés-cheias, para além de que fosse diminuída a ocorrência de entrada de água do mar no período de tufão e das altas marés.

3. Parque temático de pandas

Desde a sua inauguração até à presente data, o Pavilhão dos Pandas tem funcionado de forma favorável, assim como se verificou uma receptividade razoável, tendo-se registado, até meados de Outubro, um total de 218 000 visitantes.

Com vista ao melhoramento das instalações complementares, criou-se um Centro de Informação sobre os Pandas-Gigantes no Parque de Seac Pai Van de Coloane, assim como se

instalou uma Loja de Lembranças nesse parque. Também se realizou, no corrente ano, uma série de acções de optimização no parque para responder às necessidades dos cidadãos, nomeadamente a instalação de uma cobertura para protecção contra o sol e a chuva no local onde se faz fila à entrada do pavilhão, o aumento de equipamentos de diversão para crianças, entre outros

4. Edificação e gestão municipal

Actualmente, as zonas verdes de Macau atingiram uma área de superfície superior a 12 milhões metros quadrados, ocupando assim 41,6% da área total do território de Macau. No corrente ano, tirámos o melhor proveito do espaço limitado para o alargamento das áreas verdes e lançámos as acções de enverdecimento tridimensional, como, por exemplo, a criação de um espaço verde no terraço do edifício do Mercado Vermelho e do Mercado da Taipa que permite reduzir a temperatura interior em 2,5 °C. Concluímos até ao final do corrente ano em 22 localidades diferentes a acção de enverdecimento tridimensional dos depósitos de lixo e das instalações sanitárias públicas iniciada no ano passado.

Continuámos a envidar esforços para reduzir o número de contentores de lixo nas vias públicas com vista ao melhoramento ambiental e da salubridade. Procedemos, no corrente ano, à substituição de mais de 110 desses contentores, através da construção de sete depósitos fechados para recolha de lixo e da instalação de oito depósitos com capacidade de compressão do lixo, os quais já começaram a ser utilizados. Aumentámos o número de locais públicos de recolha selectiva do lixo de 221 no ano passado para 245 actualmente, tendo-se registado 310 edifícios participantes no projecto de recolha selectiva do lixo doméstico nos edifícios habitacionais, para além de cinco edifícios comerciais e de cerca de 155 entidades, entre as quais organismos públicos, escolas e instituições, que também participaram nesse projecto. Também incrementámos o projecto de recolha de vidros no plano de recolha de resíduos recicláveis.

Efectuámos as obras de remodelação referentes a vários jardins municipais, concluímos as obras de instalação da cobertura de rede nos campos livres existentes em Macau, iniciaram-se as obras relativas ao Mercado Provisório da Ribeira do Patane, concluíram-se as obras de construção do Edifício para os Vendilhões do Mercado de Iao Hon e iniciou-se o estudo sobre o a optimização do apetrechamento do Mercado de São Domingos.

5. Enriquecimento da vida pelo seu conteúdo

Proseguimos com o lançamento de actividades culturais, recreativas e desportivas diversificadas, entre as quais as "Actividades Recreativas e Desportivas da Festividade do Ano Novo Lunar do Coelho" realizadas na altura do ano novo chinês. Estas actividades incluíam 10 programas de grande envergadura que foram bem acolhidas pela população.

Realizámos um total de 148 sessões de 52 actividades integradas na 30.ª Semana Verde, sob o tema "Cidade Verde, Lar de Sonho", que visavam divulgar a importância da criação de espaços verdes e da conservação natural e incentivar os cidadãos a participar nas acções de edificação de zonas verdes.

Continuámos a organizar os cursos de animação cultural e recreativa, o Festival Recreativo e o Plano de Leitura para Jovens e Crianças de Guangzhou, Hong Kong e Macau, assim como realizámos os espectáculos de ópera chinesa, a Feira de Arte, o Concerto ao Anoitecer, a Festa da Lusofonia, o Festival “Fringe” da Cidade de Macau, que contribuíram para o desenvolvimento físico e mental dos cidadãos e desportivos e aumentaram a sua qualidade de vida. Até meados de Outubro, foram organizadas mais de 50 actividades diversificadas que contaram com a participação de um número superior a 400 000 pessoas.

Através do desenvolvimento das funções dos museus e dos locais de exposição, conseguimos organizar diferentes exposições e actividades complementares, o que permitiu demonstrar o papel de Macau como ponte de encontro cultural entre a China e o Ocidente aos residentes locais e aos turistas, promover o intercâmbio, elevar a imagem cultural de Macau. De salientar, o Museu de Arte de Macau organizou 22 exposições de grande escala em 2011; o Museu das Ofertas sobre a Transferência de Soberania de Macau realizou sete actividades de exposição temática; e o Centro Cultural de Macau também apresentou 24 programas internacionais de grande envergadura em 2011. Além disso, muitas obras de criação artística local colheram comentários positivos do público em geral.

6. Educação cívica

As acções de educação cívica continuaram a desenvolver-se no eixo da série de actividades “Macau, Cidade com Cortesia”, recorrendo a formas diversificadas e tirando proveito dos diferentes canais de divulgação para integrar a consciência da conduta cívica, da entreadjuada entre vizinhos, da saúde e higiene, protecção ambiental, conservação dos pandas, entre outros, tendo-se registado a participação de 18 000 cidadãos.

O Quiosque de Educação Cívica instalado na Praça de Ponte e Horta entrou em funcionamento no corrente ano, o que permitiu providenciar uma base para o desenvolvimento da educação cívica e favoreceu o aprofundamento das acções concernentes na Zona Sul. Paralelamente, procedemos, por um lado, à distribuição e colocação de materiais publicitários em línguas estrangeiras, nomeadamente em inglês, indonésio e vietnamita, nos bares com acesso à *internet* e estabelecimentos comerciais mais frequentados por residentes estrangeiros, e por outro lado, deslocámo-nos regularmente a diversos pontos turísticos e zonas de lazer para a realização de acções de educação cívica junto dos turistas e trabalhadores estrangeiros, tendo-se, deste modo, transmitido as informações sobre a educação cívica às diferentes comunidades e promovido a edificação de um ambiente comunitário com harmonia e entendimento mútuo.

IV. Outros domínios

1. Assuntos eleitorais

Temos procedido à auscultação das opiniões de diversos sectores relativamente ao desenvolvimento do sistema político. Desde a constituição do terceiro Governo da Região Administrativa Especial de Macau até meados de Outubro do corrente ano, foram recolhidas, através dos meios de comunicação social, seminários realizados, página electrónica do Governo, cartas apresentadas pelas associações e interpelações dos Deputados, 162 opiniões

dadas por especialistas, académicos, políticos e dirigentes das associações, tendo existido assim canais de comunicação que favorecem o diálogo livre.

Da análise das opiniões recolhidas, verifica-se que, de um modo geral, os diversos sectores da sociedade entendem que a manutenção da estabilidade do sistema político da Região Administrativa Especial de Macau constitui condições relevantes para assegurar a prosperidade, estabilidade e desenvolvimento a longo prazo de Macau. Em simultâneo, consideram que há necessidade de introduzir alterações adequadas às duas metodologias conexas, no sentido de melhor adaptar-se à evolução da sociedade. Por outro lado, há quem entenda que se deve concentrar todos os esforços no desenvolvimento económico de Macau, na melhoria da qualidade de vida da população, na articulação com o 12.º plano quinquenal do Estado e no desenvolvimento da Ilha de Hengqin, enquanto outros entendam que a questão de desenvolvimento do sistema político de Macau tem que ser ponderada com prudência e submetida a discussões racionais, precedendo da análise das opiniões apresentadas pelos diversos sectores.

2. Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente e documentos de viagem

Concluimos as duas primeiras fases do projecto de sublimação do Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente, isto é, do tipo contacto para o tipo sem contacto. Também promovemos as aplicações do Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente nos quiosques de serviço automático. Até meados de Outubro de 2011, um total de 93 países e regiões concordou em conceder o privilégio de isenção de visto ou visto à chegada aos titulares do Passaporte da Região Administrativa Especial de Macau, registando-se um aumento de 13 países face a período idêntico do ano passado. Além disso, um total de 9 países e regiões concedeu o privilégio de isenção de visto ou visto à chegada aos titulares do Título de Viagem da Região Administrativa Especial de Macau.

Linhas de acção governativa para 2012

I. Administração Pública

A reforma da Administração Pública terá como objectivos prioritários o aperfeiçoamento dos mecanismos de consulta e o reforço da gestão centralizada dos funcionários públicos e da sua formação, concretizando de forma ordeira e sistemática as diversas acções no âmbito das reformas, elevando as capacidades de governação e qualidade de serviços.

1. Padronização das acções de consulta das políticas públicas e reforço dos estudos sobre a administração pública

Iremos acompanhar a implementação das Normas para a Consulta de Políticas Públicas, recolher as opiniões dos serviços públicos e prestar-lhes a devida assistência. Oportunamente, iremos avaliar os resultados e aperfeiçoar continuamente os mecanismos.

Será reforçada a eficácia do mecanismo de coordenação central das reformas no âmbito da administração pública. O Conselho Consultivo para a Reforma da Administração Pública, a Comissão de Coordenação da Reforma da Administração Pública e a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública reestruturada irão realizar estudos, coordenar as acções de consulta e reforçar a avaliação das políticas.

Iremos reforçar as funções dos Conselhos Consultivos de Serviços Comunitários, colóquios comunitários e sessões públicas do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, bem como intensificar a colaboração estreita e a complementaridade entre o Governo e a população, de modo a que o diálogo assente na comunicação bidireccional passe gradualmente a ser uma interacção multidireccional, com vista a recolher as opiniões das diferentes camadas sociais, formando assim um mecanismo de consulta mais eficaz.

Na sequência da reestruturação da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, foi criada uma unidade vocacionada para o estudo de reformas no âmbito da administração pública. Cabe a esta unidade programar de forma sistemática e elaborar planos sobre o rumo das reformas da Administração Pública de Macau e dos regimes dos trabalhadores da função pública.

2. Concretização da gestão centralizada do pessoal e aperfeiçoamento dos regimes jurídicos da função pública

Recrutamento centralizado

A Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública irá discutir juntamente com os serviços públicos em causa sobre o recrutamento e as exigências funcionais, com vista à concretização das acções de recrutamento centralizado do pessoal e de formação para efeitos de acesso, revendo constantemente a situação da execução e procedendo ao respectivo melhoramento. Iremos potenciar os efeitos da Base de Textos de Provas e aperfeiçoar o sistema de gestão das operações de recrutamento, além de aumentar as equipas de apoio do recrutamento centralizado e continuar a organizar as acções de formação necessárias.

Tendo como pressuposto assegurar a racionalização das despesas no domínio das finanças públicas, a prestação de serviços de qualidade e o funcionamento normal da Administração, iremos aperfeiçoar ainda mais a gestão da dimensão do número de trabalhadores da Administração da Região Administrativa Especial de Macau. Iremos construir gradualmente um novo modelo do sistema centralizado de gestão de pessoal e proceder à análise sobre a racionalidade da dimensão do número de trabalhadores dos vários organismos e unidades.

Iremos otimizar os serviços electrónicos e de apoio aos contribuintes do Fundo de Previdência dos trabalhadores dos serviços públicos e promover acções para aumentar os conhecimentos dos contribuintes sobre os investimentos para efeitos de aposentação. Será concretizado um projecto que irá permitir aos titulares das pensões de aposentação e sobrevivência tratar por si da prova de vida anual através do recurso a máquinas de serviço automatizado.

Formação centralizada

Para efeitos da aplicação do Regulamento Administrativo sobre o “Recrutamento, Selecção, e Formação para Efeitos de Acesso dos Trabalhadores dos Serviços Públicos” e tendo em conta as linhas de acção governativa bem como as exigências funcionais e o desenvolvimento da vida profissional dos trabalhadores de diferentes categorias, iremos organizar cursos de formação para acesso, estando prevista para 2012 a organização de 10 turmas para trabalhadores dos níveis 3 a 6.

Para reforçar e consolidar as competências pedagógicas e técnico-profissionais do Centro de Formação para os Trabalhadores dos Serviços Públicos, iremos discutir com organismos vocacionados para a formação locais e do exterior a possibilidade de assinatura de protocolos de cooperação.

Iremos organizar cursos para elevar as competências e conhecimentos de funcionários de diferentes categorias de acordo com os resultados do Inquérito sobre as Necessidades de Formação dos Trabalhadores da Função Pública, bem como iremos, com base nos resultados positivos alcançados nos programas de curta duração, elevar o nível qualitativo das acções de formação, implementando de forma organizada os planos de formação a médio e longo prazo, com vista a consolidar as aptidões profissionais dos funcionários de todas as categorias. Iremos organizar acções de formação de conteúdo diferenciado para responder às necessidades dos funcionários ao longo da sua carreira e aperfeiçoar os regimes de formação, a fim de promover o desenvolvimento dos recursos humanos da Administração Pública.

Continuaremos a organizar o Curso de Altos Estudos da Lei Básica de Macau, o Curso de Mestrado em Administração Pública da Região Administrativa Especial de Macau e cursos temáticos que têm como destinatários os quadros superiores de Macau, bem como o Programa de Aprendizagem de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa em colaboração com a Direcção Geral de Interpretação da Comissão Europeia, ao qual podem candidatar-se todos os residentes permanentes titulares de licenciatura.

Aperfeiçoamento do regime jurídico da função pública

A actualização das remunerações dos trabalhadores da Administração Pública trata-se de um tema complexo e que envolve várias áreas. Com base na análise das remunerações, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá efectuar o estudo sobre a criação de uma comissão para apreciação das remunerações, bem como serão estabelecidas regras para a actualização das remunerações tendo em conta os diversos factores do desenvolvimento económico e social da Região Administrativa Especial de Macau, com vista a formar um mecanismo objectivo e científico para a apreciação das remunerações dos trabalhadores da Administração Pública.

Iremos elaborar um documento de enquadramento da consulta sobre a conciliação centralizada, bem como acompanhar os estudos e concretizar o mecanismo de tratamento de

queixas apresentadas pelos funcionários. Iremos proceder à elaboração do texto de consulta sobre a revisão do regime de contratos para a recolha de opiniões. Após a organização e análise das opiniões e sugestões recolhidas, será apresentada uma proposta de revisão.

3. Reforço da gestão humanizada e promoção do espírito de equipa

Iremos providenciar apoio psicológico e acções de solidariedade aos funcionários, com vista a prestar-lhes assistência necessária. Será organizado um conjunto de competições recreativas, culturais e desportivas e outras actividades de intercâmbio para que os trabalhadores estejam imbuídos de espírito de equipa. Será também promovida a participação dos membros familiares nessas actividades para apoiar os trabalhadores, estimulando-os e constituindo a sua força motriz para que possam obter maior satisfação no trabalho.

4. Regime da responsabilização dos titulares de cargos públicos

O regime de responsabilização dos titulares de cargos públicos está basicamente concluído. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá promover o reforço da consciência de responsabilização dos titulares de cargos públicos, garantir a aplicação correcta e cumprimento rigoroso da legislação e assegurar uma administração rigorosa de acordo com a lei a nível da execução. Ao mesmo tempo, serão organizados um conjunto de acções de formação específica sobre temas concretos e um colóquio sobre a ética administrativa, a responsabilidade administrativa na aplicação da lei e a gestão por resultados do governo, com vista a aprofundar os conhecimentos dos dirigentes sobre as normas que regulam o seu comportamento.

5. Promoção da integridade e aplicação racional dos recursos públicos

Iremos estudar os relatórios, directrizes, sugestões e recomendações do Comissariado contra a Corrupção e Comissariado da Auditoria. Após feita uma análise profunda e uma ponderação cuidada destes elementos, iremos otimizar os regimes e normas, desenvolver as aplicações do Programa de Governo Electrónico para promover a simplificação dos procedimentos administrativos e aumento da transparência e aperfeiçoar o regime da administração financeira pública.

Em conformidade com o Relatório de Actividades do Comissariado contra a Corrupção de 2010, vamos fortalecer as acções de formação sobre o Código do Procedimento Administrativo e respectiva legislação, no sentido de aumentar conhecimentos dos funcionários públicos sobre a noção e consciência de conhecer, cumprir e executar a lei, para além de clarificar o âmbito da competência própria das entidades tutelares e dos organismos públicos nos termos da lei, as responsabilidades e a relação entre si, com vista a assegurar a administração de acordo com a lei.

Na sequência do relatório de auditoria de resultados “Deslocação ao exterior em missão oficial de serviço dos trabalhadores da Administração Pública” elaborado pelo Comissariado da Auditoria, iniciámos os trabalhos de revisão deste regime, recolhemos opiniões e analisámos as sugestões, com vista a aperfeiçoar o respectivo regime.

6. Optimização da estrutura da Administração e reorganização das funções

Para dar resposta às necessidades do desenvolvimento social, procederemos a um ajustamento racional da estrutura organizacional do Governo. A criação da Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional, a reestruturação da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública e a integração do Fundo de Pensões na área da Administração e Justiça contribuem para o impulsionamento eficaz da reforma administrativa e da coordenação da reforma jurídica, em termos de gestão e resultados. Com base no supracitado, no próximo ano iremos dar prioridade aos seguintes trabalhos:

Iremos proceder a uma revisão global da estrutura da Administração e da distribuição de funções pelos vários organismos, reorganizando a distribuição de funções e reforçando a coordenação, de forma a responder às necessidades das linhas de acção governativa e do desenvolvimento sustentado da Região Administrativa Especial de Macau.

Com base na reorganização das funções do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, continuaremos, no próximo ano, a apresentar uma proposta clara sobre a definição das funções do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e de outros serviços tendo em conta os princípios de coordenação e planeamento e de articulação e desenvolvimento, procedendo à clarificação dos direitos e responsabilidades, integração dos recursos humanos e elevação dos resultados e eficiência dos trabalhos, para dar resposta às necessidades do rápido desenvolvimento da sociedade.

7. Aperfeiçoamento da rede de serviços públicos e avaliação da qualidade

As obras de construção do Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau (3.ª fase) vão estar concluídas. Iremos continuar a alargar o âmbito de serviços oferecidos, no sentido de produzir os melhores efeitos. Iremos promover o programa “Carta de Qualidade” inter-serviços, alargando o número de serviços a integrar este programa, nomeadamente os serviços relacionados com a qualidade de vida da população e os projectos inter-serviços. Os organismos públicos irão submeter-se à avaliação da Comissão de Avaliação dos Serviços Públicos, a fim de garantir que o desempenho destes organismos continue a responder às expectativas e elevar a qualidade dos serviços prestados. Iremos divulgar os resultados do primeiro concurso Prémio de Serviço Público de Alta Qualidade de 2011.

8. Reforço dos serviços de atendimento ao público e prestação de esclarecimentos, elevação da eficiência e aumento da transparência

Vamos elevar ainda a eficiência de funcionamento do Centro de Informações ao Público, otimizar o sistema electrónico de distribuição de senhas dos balcões de atendimento, com vista a encurtar os períodos de espera e elevar a eficiência. Optimizaremos a Base de Dados das Informações Governamentais, garantindo deste modo que os cidadãos recebam atempadamente as informações. Será ampliado o âmbito de consulta do serviço de Consulta Electrónica do Andamento dos Processos e alargado o tipo de processos incluídos.

9. Generalização da Certificação Internacional de Gestão da Qualidade e aperfeiçoamento do funcionamento e gestão

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais adoptou os parâmetros da ISO nas suas actividades de controlo de qualidade, segurança informática e segurança e saúde profissionais. Os Serviços de Zonas Verdes e Jardins do Instituto e as quatro divisões a eles subordinadas, a Divisão de Informática e a Divisão de Saneamento Básico irão candidatar-se à certificação ISO9001, ISO27001:2005 e OHSAS18001. A Direcção dos Serviços de Identificação irá concretizar a segunda fase do plano de acções específicas sobre os serviços de qualidade e melhoramento dos serviços, optimizando mais os serviços de retaguarda.

10. Aprofundamento do projecto “Governo Electrónico”

Iremos aprofundar o desenvolvimento global do projecto “Governo Electrónico” em quatro vertentes, a saber:

1) Definição de um planeamento global. Iremos apresentar orientações para o aperfeiçoamento do projecto “Governo Electrónico”, nomeadamente nos âmbitos da coordenação, parâmetros técnicos, regulação dos processos de trabalho e serviços electrónicos.

2) Aperfeiçoamento das infra-estruturas informáticas. Serão feitos estudos nas vertentes de gestão técnica de informações, desenvolvimento das aplicações, partilha de dados e infra-estruturas tecnológicas, bem como construção faseada de estruturas técnicas de informática de uso comum e parâmetros de gestão e técnicas certificadas internacionalmente.

3) Aplicação de meios electrónicos na gestão interna. Iremos promover medidas para a redução do recurso ao papel nos procedimentos administrativos e o uso de meios electrónicos, bem como construir uma plataforma para a entrega de impressos electrónicos *online*.

4) Aplicação de meios electrónicos na prestação de serviços públicos. Iremos alargar a gama de serviços prestados no âmbito do projecto *ePass*. Será realizado estudo da viabilidade de lançar um projecto integrado de identificação do cidadão que recorre aos serviços públicos via *online*. Iremos lançar uma versão móvel do Portal do Governo, uma versão sem obstáculos e uma aplicação de telemóvel do tipo inteligente. Será elaborado o plano de desenvolvimento dos quiosques informativos electrónicos, enquanto meios indispensáveis para a prestação de serviços electrónicos.

II. No domínio da Justiça

1. Implementação do plano de iniciativas legislativas e impulso do desenvolvimento do regime de certificação profissional

Em resposta às necessidades de desenvolvimento social, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau apresentou à Assembleia Legislativa o plano de iniciativas legislativas para 2012, as quais incluem a “Lei da Segurança Alimentar” da área da Administração e

Justiça. Para garantir a concretização do plano anual de iniciativas legislativas, iremos tomar as seguintes medidas:

1) Estreitar as relações de diálogo com a Assembleia Legislativa e apresentar os projectos legislativos de acordo com o plano de prioridades, proporcionar o *feedback* das consultas e os dados suficientes para análise e consulta, incrementar a interacção e cooperação entre os órgãos administrativo e legislativo e colaborar com a Assembleia Legislativa na apreciação dos diplomas.

2) Definir claramente as matérias cuja normação é feita através de lei de acordo com o Regime jurídico de enquadramento das fontes normativas internas e proceder à organização sistemática e à análise das sugestões recolhidas nas consultas de acordo com as exigências das Normas para a Consulta de Políticas Públicas, de forma a garantir que as propostas de lei venham ao encontro das necessidades reais.

3) Proceder à coordenação, por parte dos organismos da área jurídica, dos projectos de diplomas legislativos apresentados pelos organismos competentes em diferentes fases desde a sua criação, uniformizando as exigências técnicas jurídicas, bem como articular com as acções de formação de aprofundamento do Direito, elevando o nível do pessoal da área de Direito no âmbito da produção e análise jurídica, de forma a garantir a qualidade dos projectos de diplomas legislativos.

4) Lançar o Sistema de Coordenação Central da Reforma Jurídica, vocacionado para acompanhar o andamento dos projectos constantes no plano de iniciativas legislativas e obter informações oportunas sobre o estado da situação dos projectos em curso, resolvendo atempadamente os problemas que entretanto surgirem.

5) Aperfeiçoar continuamente os trabalhos tendentes a impulsionar o plano de iniciativas legislativas, nomeadamente nas vertentes de articulação inter-serviços, fiscalização das diferentes fases do processo legislativo, elaboração do plano de iniciativas legislativas e produção de relatórios sobre cada etapa do processo.

Em articulação com as realidades da situação social e do desenvolvimento económico, iremos definir a forma de avaliação, atribuição e habilitação ao exercício de cada profissão, com vista a elevar o nível profissional e a aceitação dos diversos profissionais, aperfeiçoando deste modo o sistema de certificação profissional em Macau.

2. Aprofundamento das acções de recensão e adaptação legislativa e apresentação de propostas sobre a produção legislativa

Iremos proceder, com base nos resultados alcançados, à adaptação das leis e decretos-lei anteriormente vigentes, findo o qual serão entregues aos serviços competentes para efeitos de confirmação. Iremos também apresentar sugestões sobre a viabilidade de lançar uma iniciativa legislativa no âmbito da adaptação e por outro lado iremos averiguar a correcção das versões traduzidas para chinês de importantes leis e decretos-lei vigentes, apresentando soluções para a sua rectificação.

Em resposta às necessidades de aprofundamento das medidas, iremos continuar a estreitar as relações de cooperação com a Assembleia Legislativa e manter uma troca de informações eficaz no âmbito dos trabalhos de adaptação legislativa, nomeadamente, a viabilidade de iniciativa legislativa neste domínio e a correcção das versões traduzidas. Iremos envidar esforços para assegurar uma interacção séria e construtiva tanto no aspecto das soluções legislativas como na vertente técnica, com vista ao aperfeiçoamento das medidas de construção do sistema jurídico da Região Administrativa Especial de Macau.

3. Reforço das acções de sensibilização jurídica e promoção da noção de Estado de Direito junto da sociedade

1) Fortalecimento das redes de cooperação e aprofundamento do conhecimento da Lei Básica

Iremos promover acções de sensibilização e divulgação da Lei Básica junto da sociedade, reforçar a cooperação entre os serviços públicos, aprofundar a cooperação com as associações, potenciar os elementos positivos da sociedade para compor uma rede de recursos do Governo e da sociedade civil, bem como promover acções de sensibilização de nível mais aprofundado, nomeadamente desenvolver um conjunto de cursos de aperfeiçoamento, seminários e actividades de generalização do Direito, com vista a aprofundar os conhecimentos da população sobre a Lei Básica.

Continuaremos a desenvolver e aprofundar, a nível interno do Governo, o ensino e a aprendizagem da Lei Básica, nomeadamente promover uma exposição aprofundada sobre informações e conteúdo principal dessa lei através de programas de estudos sobre temas específicos, colóquios e *workshops*, tendo em conta a natureza de trabalho e as necessidades específicas dos organismos funcionais.

Iremos proceder, gradualmente, à tradução para português de obras relativas ao estudo da Lei Básica, alargando o âmbito da divulgação e estudo dessa lei. Iremos impulsionar a construção de um museu dedicado à Lei Básica e aperfeiçoar e enriquecer o seu espólio.

Será produzida uma colectânea de textos pedagógicos de referência sobre a Lei Básica que tem como principais destinatários os jovens e as crianças, para apoiar as actividades de divulgação das escolas. O Centro de Generalização do Direito a criar no próximo ano irá contribuir para que as crianças ganhem progressivamente mais conhecimentos sobre a Lei Básica.

2) Aprofundamento activo das redes de divulgação jurídica escolares destinadas a jovens

As acções de generalização do Direito destinadas às camadas jovens continuarão a ser a tarefa fundamental da política de divulgação jurídica. Iremos construir mais redes escolares de divulgação jurídica, melhorar a comunicação com os estabelecimentos de ensino e organizar um conjunto de actividades e conferências de conteúdo e temáticas diferentes destinado aos estudantes, com vista a difundir junto deste universo de pessoas mais conhe-

cimentos da lei, contribuindo para que eles se tornem em cidadãos responsáveis e conhecedores da lei.

3) Desenvolvimento integrado de redes diversificadas de divulgação jurídica para actividades quotidianas

Continuaremos a reforçar as redes de divulgação jurídica através da utilização de meios de comunicação social, potenciando os seus efeitos de difusão em larga escala. Iremos recorrer a métodos diversificados para transmitir conhecimentos jurídicos, nomeadamente, artigos da Imprensa, publicidade, programas televisivos e radiofónicos e rede electrónica, tendo em consideração as características da legislação a promover e os destinatários, com vista à construção de uma rede de generalização do Direito eficaz. Iremos continuar a manter o serviço de consulta jurídica por via telefónica, palestras regulares sobre o Direito, sessões ao ar livre de generalização do Direito organizadas pelo Governo e pelas escolas utilizando “ecrans” gigantes, redes de distribuição de brochuras e panfletos de divulgação jurídica e publicação de colectâneas de obras jurídicas e legislação, medidas destinadas a aperfeiçoar a rede de generalização de conhecimentos jurídicos.

4. Aprofundamento da formação jurídica e garantia de administração segundo a lei

A acção fundamental destinada a aprofundar a formação dos quadros jurídicos consiste na organização do Curso de Aprofundamento de Direito e Prática Jurídica na Administração Pública. Os formandos terão oportunidade para ampliar os seus conhecimentos sobre a Lei Básica, o Direito Civil, o Direito Processual Civil, o Direito Penal, o Direito Processual Penal, o Direito Administrativo e o Contencioso Administrativo e familiarizar-se com estudos sobre o Direito e produção legislativa, as técnicas de redacção de leis e análise jurídica, com vista a elevar globalmente o desempenho profissional e as capacidades dos quadros jurídicos. A organização continuada do curso irá contribuir para a constituição de uma reserva de quadros jurídicos para a formação de novas gerações de juristas, consolidando as bases em recursos humanos necessários para o desenvolvimento do sistema jurídico da Região Administrativa Especial de Macau.

Iremos incrementar as acções de formação jurídica destinadas aos trabalhadores da Administração Pública, nomeadamente o desenvolvimento de acções de formação mais profundas sobre o Código do Procedimento Administrativo para consolidar a administração de acordo com a lei. Em simultâneo, continuaremos a organizar cursos que contribuam para elevar o desempenho profissional deste pessoal em matéria de aplicação de lei e acções de formação necessárias para a reforma jurídica, bem como iremos divulgar o conteúdo de leis novas, garantindo deste modo que os responsáveis pela aplicação da lei conheçam bem a legislação recém-publicada.

5. Articulação com os órgãos judiciais

12 formandos do 4.º Curso de Formação de Magistrados irão concluir a parte lectiva da formação em Julho de 2012 para entrarem logo na fase de estágio, com a duração de um

ano, terminando toda a formação em Julho de 2013. Iremos, em tempo oportuno, colaborar com entidades do Interior da China, Portugal e França para organizar actividades de formação contínua destinadas aos magistrados.

Iremos dar início ao concurso para o 3.º Curso de Habilitação para Ingresso na Carreira de Funcionários de Justiça, com vista a preencher 110 vagas de funcionários de justiça nos órgãos judiciais. O curso terá lugar em Abril de 2012, com a duração de um ano.

Iremos continuar a lançar, em tempo oportuno, acções de formação para ingresso nas carreiras de magistrados e de funcionários de justiça, bem como acções de formação para acesso na carreira de funcionários de justiça, em resposta às necessidades do desenvolvimento dos órgãos judiciais, oferecendo apoio e colaboração no plano administrativo e em matéria de recursos humanos.

Para efeitos de simplificação processual e elevação da eficiência judicial, foi dado início aos trabalhos de revisão das leis processuais. Após análise da experiência de outras regiões, a equipa de juristas constituída pelo Conselho Consultivo para a Reforma Jurídica vai concluir um relatório sobre questões relacionadas com mecanismos de resolução de litígios sem ser por via judicial na Região Administrativa Especial de Macau. Os serviços competentes irão analisar com profundidade este relatório para efeitos de promoção em Macau dos mecanismos de arbitragem e reconciliação, tendo sempre em atenção as realidades locais, no sentido de encontrar soluções para litígios, sem precisar do recurso a meios judiciais e reduzir o volume de casos acumulados nos tribunais, contribuindo deste modo para elevar a eficiência judicial.

6. Articulação com a Assembleia Legislativa

Iremos incrementar e ampliar as relações de diálogo com a Assembleia Legislativa, no sentido de garantir que os projectos que integrem o plano de iniciativas legislativas para 2012 e outros projectos fora do plano, ajustados em resposta às necessidades do desenvolvimento social, estejam em condições para serem apreciados e aprovados. Iremos prestar a nossa colaboração nos trabalhos relacionados com a apreciação dos diplomas, esclarecer à Assembleia a posição do Governo e as intenções por detrás da iniciativa legislativa. Iremos ouvir com atenção as opiniões dos senhores Deputados e efectuar uma análise séria das suas sugestões, tendo sempre presente o interesse global da população, com vista ao melhoramento do ordenamento jurídico da Região Administrativa Especial de Macau.

Iremos colaborar plenamente com a Assembleia Legislativa, no sentido de avaliar a viabilidade das iniciativas legislativas no âmbito dos trabalhos de recensão e adaptação legislativa, contribuindo deste modo para que a legislação de Macau esteja apta para responder aos desafios dos tempos modernos.

Procedemos a ajustamentos do mecanismo de resposta às interpelações escritas dos Deputados, no sentido de assegurar que as respostas cheguem atempadamente aos destinatários. Iremos, em tempo oportuno, avaliar a experiência de resposta às interpelações

escritas dos Deputados, no sentido de rever o mecanismo, para melhor colaborar com a Assembleia Legislativa no exercício da sua responsabilidade de fiscalização das políticas do Governo.

Iremos continuar a designar representantes para estarem presentes nas sessões da Assembleia Legislativa, em cumprimento das normas da Lei Básica e sujeitar-se às interpelações orais dos Deputados. Iremos providenciar as informações solicitadas pela Assembleia Legislativa e acompanhar as petições apresentadas pelos cidadãos.

7. Desenvolvimento das acções no âmbito do Direito Internacional e promoção de relações de cooperação com o exterior

No exercício dos poderes delegados pelo Governo Central e contando com o seu apoio, o Governo irá continuar a promover e desenvolver a cooperação jurídica e judiciária e os assuntos no âmbito do Direito Internacional e Regional, nos termos da Lei Básica, com vista a consolidar e ampliar o intercâmbio e a cooperação de Macau com outros países e regiões.

III. No domínio dos Assuntos Cívicos e Municipais

1. Elaboração da Lei da Segurança Alimentar e instalação do Centro de Segurança Alimentar

Para incrementar as acções de fiscalização, coordenação e articulação no âmbito da segurança alimentar, bem como garantir a segurança dos géneros alimentícios, iremos submeter a Lei da Segurança Alimentar à Assembleia Legislativa e proceder à instalação do Centro de Segurança Alimentar nos termos dessa lei após a sua aprovação, como também iremos proceder à fiscalização dos géneros alimentícios e reforçar as acções de divulgação de noções de segurança alimentar aos sectores envolvidos e à população e generalizar informações de segurança alimentar. Com a participação conjunta do Governo, dos sectores envolvidos e dos cidadãos, serão elevados os padrões de segurança alimentar de Macau.

O pessoal técnico do Centro através do aperfeiçoamento dos meios técnicos irá reforçar as capacidades de inspecção sanitária e de análise laboratorial, melhorar as medidas de combate de epidemias e desenvolver acções de avaliação de risco. Estes trabalhos incluem a recolha de dados, a difusão de situações de risco, a recolha de amostras nos mercados, a coordenação de esforços em caso de ocorrência de incidentes de emergência, a despistagem de casos, a sinalização de alerta e a divulgação de informações.

Continuaremos a aprofundar a cooperação entre Macau e a Província de Guangdong e, em articulação com o ajustamento e aperfeiçoamento das funções do posto fronteiriço do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau, iremos elaborar e concretizar os procedimentos de inspecção sanitária dos produtos importados. Reforçaremos a colaboração e o intercâmbio entre as partes no âmbito dos parâmetros das técnicas de inspecção e dos métodos de examinação, alargando os projectos de certificação da examinação dos produtos alimentares. Iremos manter relações de comunicação regular e diálogo permanente com os

serviços competentes do Interior da China, e bem assim, desenvolver projectos de cooperação técnica e de investigação científica em matéria alimentar e acções de formação, com vista a reforçar o controlo de espécimes vivos exportados a Macau e elevar as condições de salubridade, qualidade e segurança destes produtos.

2. Optimização do modelo de funcionamento do Mercado Abastecedor e aperfeiçoamento das medidas destinadas a melhorar a qualidade de vida da população

Em articulação com o estabelecido no Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, no que respeita às políticas dos postos fronteiriços e ao ajustamento das funções do posto fronteiriço do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau que, em substituição do Posto Fronteiriço de Gongbei, passará a ser o único posto responsável pelo processamento das viaturas que transportam produtos frescos para Macau, iremos instalar um novo Mercado Abastecedor no Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau.

Para otimizar os trabalhos de controlo da higiene alimentar, planeamos transferir o Centro de Segurança Alimentar, Laboratório e Serviços de Inspeção e Sanidade do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, organismos competentes nas áreas da segurança alimentar e da inspeção sanitária, para o novo Mercado Abastecedor, de modo a permitir a execução dos trabalhos de controlo sanitário, inspeção e análise de forma mais directa e acelerada, garantindo deste modo a segurança alimentar mediante o melhoramento das técnicas.

Iremos aproveitar as oportunidades resultantes da transferência do Mercado Abastecedor para estudar sobre o aperfeiçoamento global das condições de funcionamento do novo Mercado Abastecedor, bem como otimizar o seu modelo de funcionamento e alargar as suas dimensões, aumentando os espaços físicos para as suas operações, instalando mais lugares para as bancas, através da actualização dos *hardware* e *software*, colaborar com outros organismos públicos competentes na descoberta de mais canais de abastecimento de produtos alimentares, com vista à procura de fontes de abastecimento de produtos alimentares adequadas a Macau. Iremos continuar a apoiar os sectores na introdução de produtos de diferentes zonas para aumentar as fontes de abastecimento de produtos alimentares, a fim de satisfazer as necessidades do mercado e proporcionar um maior equilíbrio na manutenção dos preços.

3. Reforço da gestão e edificação municipal e elevação da qualidade de vida

Tendo em atenção o fenómeno de evolução dos hábitos de compra dos cidadãos e em articulação com as necessidades de equipamentos sociais, iremos instalar centros para compras segundo um modelo inovador junto das habitações públicas do Bairro da Ilha Verde, das habitações económicas do projecto TN27 e no novo bairro comunitário de Seak Pai Van, com vista a facilitar os residentes. Além disso, no planeamento urbanístico dos novos aterros também está prevista a construção de mercados, a fim de satisfazer as necessidades de desenvolvimento.

Serão optimizadas as condições de funcionamento dos mercados municipais existentes através da implementação de um conjunto de medidas, designadamente, a alteração da organização interna dos espaços, o melhoramento das estruturas físicas, o aumento de instalações e equipamentos e a elevação das suas capacidades funcionais.

Analisada a situação das facilidades de depósito de cinzas nos cemitérios privados, templos e pagodes e a legislação reguladora destes recintos de regiões vizinhas, produziremos, em 2012, normas que regulamentem o funcionamento de depósitos privados de cinzas, tendo em atenção aspectos como a segurança contra incêndios, a ordem pública, as necessidades em termos de circulação viária, as regras de construção civil, a sanidade básica e o meio envolvente.

Iremos continuar com o reordenamento das vias públicas da zona dos aterros da NAPE e Areia Preta e realizar obras de embelezamento nos bairros antigos e ruas que dão acesso aos locais que integram o Património Mundial da UNESCO. Inauguraremos o Centro de Actividades de Fai Chi Kei, apto para proporcionar um espaço para actividades de lazer aos moradores do bairro. Iremos iniciar obras de beneficiação em várias bibliotecas, com vista a oferecer espaços de leitura em melhores condições à população.

Iremos concretizar o projecto de transformação da antiga estação de electricidade de Coloane num museu e dar início às obras. Este museu irá exhibir artigos dos sectores de actividade do passado de Coloane, para que os visitantes possam conhecer de forma sistemática a evolução dos ramos de actividade tradicionais de Coloane, a sua componente cultural e a sua história, com benefícios para o desenvolvimento da indústria turística.

O planeamento do Governo da Região Administrativa Especial de Macau aponta para o aproveitamento do piso subterrâneo da Praça do Lago Sai Van para uma experiência piloto de criação de um espaço dedicado à gastronomia com características locais. A concepção deste projecto comporta várias vertentes, incluindo um espaço de restauração com características singulares, uma rua para compras de lembranças e um auditório ao ar livre, compondo um complexo turístico junto do mar. A consulta pública relativa a este projecto terá início em 2011. Iremos recolher amplamente as opiniões e sugestões da sociedade e no próximo ano iremos optimizar o projecto com base nos resultados da consulta e realizar o respectivo concurso público.

4. Resolução compreensiva do problema das inundações

Para efeitos de redução e melhoramento da situação nas zonas mais facilmente afectadas pela inundação, iremos continuar a realizar as obras necessárias, designadamente:

- (1) Substitui o da comporta de escoamento de águas pluviais já antiga da zona da Barra, reforçando deste modo a capacidade para impedir o refluxo das águas do mar;
- (2) Na zona do Porto Interior, obstru o das bocas de escoamento das águas pluviais para o mar, evitando deste modo o refluxo do mar; iremos construir um sistema de

canais para recolher as águas pluviais do bairro e desviá-las para uma estação de bombas a construir a Norte do Porto Interior, para efeitos de escoamento; iremos construir uma casa de bombas de águas pluviais, com a função de acelerar o escoamento de águas e aliviar a situação das inundações. O início das respectivas obras está previsto para 2012 e a conclusão das mesmas para 2014;

- (3) Para redução dos efeitos das inundações na zona da Rua da Barca, iremos continuar com as obras de construção da casa de bombas de águas pluviais com canais de drenagem do Bairro de Fai Chi Kei, prevendo que a mesma esteja pronta para ser utilizada em 2013; e iremos lançar as obras de renovação das canalizações antigas das ruas da zona da Rua da Barca;
- (4) Concretização das obras de construção da nova estação de bombas de águas pluviais no lote de Tamagnini Barbosa – Ilha Verde (EP10), estando a sua conclusão prevista para 2014;
- (5) O sistema de escoamento de águas pluviais na Taipa tem melhorado bastante após a realização de várias obras em 2011; iremos essencialmente elevar as capacidades de escoamento das canalizações na baixa em 2012.

5. Continuação das acções de educação cívica e construção em conjunto de uma sociedade harmoniosa

Para efeitos de construção de um sistema completo de educação cívica em Macau, estamos a planear a criação de uma plataforma de diálogo, articular as acções dos serviços públicos com competências na promoção da educação cívica e reunir os esforços dos estabelecimentos de ensino, associações dos encarregados de educação, associações de serviço social e meios de comunicação social. Através de contactos regulares e coordenação abrangente, iremos trocar experiências de promoção de educação cívica com todos os agentes e auscultar as opiniões sobre o trabalho desenvolvido pelo Governo nesta área, incrementando deste modo a interacção entre o Governo e a sociedade civil, reunindo o contributo de todos para a definição de políticas e linhas de orientação no âmbito da educação cívica.

Todas as actividades de divulgação no âmbito da educação cívica serão desenvolvidas debaixo do lema “Construiremos em conjunto uma sociedade harmoniosa”. Iremos incentivar as pessoas a terem presente este ideal nas acções do seu comportamento quotidiano e procurar assumir sempre as responsabilidades de um bom cidadão, no sentido de elevar a consciência cívica da população, dos trabalhadores não-residentes e dos turistas, para efeitos de construção de uma cidade harmoniosa, saudável, limpa e bela.

O novo Centro de Recursos da Formação Cívica na zona Norte será inaugurado em 2012 para servir a população. Estas facilidades constituem importantes plataformas para o desenvolvimento de acções de educação cívica nos bairros comunitários, potenciando os efeitos nestas zonas.

6. Introdução de animais ornamentais e implementação de medidas de conservação

O Fundo dos Pandas irá criar um plano de apoio financeiro para prestar auxílio aos projectos educativos e de investigação científica, a fim de realizar as metas de conservação.

Iremos aperfeiçoar e ampliar as instalações existentes do mini-jardim zoológico no Parque de Seak Pai Van para atrair mais o interesse do público, medidas que incluem a introdução de aves atraentes, melhorar as condições de habitação dos animais e aumentar as espécies de animais. Iremos melhorar o funcionamento do sistema veterinário do jardim zoológico e criar um arquivo com as informações e dados dos animais, reforçando a sua gestão.

7. Ocupação dos tempos livres e enriquecimento da vida cultural com múltiplas actividades

Para criar um ambiente cultural animado em Macau e manter a qualidade das suas intervenções artísticas, iremos continuar a promover a organização de actividades culturais, recreativas e desportivas diversificadas de alta qualidade e de vários níveis. Iremos incentivar a criação artística local e procurar alargar os horizontes culturais das pessoas, potenciando o papel de plataforma de intercâmbio cultural entre a China e o Ocidente de Macau.

Continuaremos a organizar actividades típicas de quadras festivas, no sentido de proporcionar à população e aos turistas uma vasta gama de celebrações com conteúdo cultural. Iremos aproveitar as características de recintos temáticos para a organização de exposições. O Centro Cultural de Macau irá continuar a proporcionar uma oferta cultural de alta qualidade ao público, organizar acções pedagógicas em artes e incentivar a criação artística de origem local.

Iremos continuar a organizar cursos, colóquios, *workshops* e actividades recreativas e desportivas e acções de difusão de leitura ao longo do ano através das bibliotecas dos bairros comunitários, com vista a enriquecer a vida cultural dos cidadãos.

IV. Outros domínios

1. Assuntos eleitorais

A fim de promover os trabalhos relacionados com o desenvolvimento do sistema político de Macau, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem procedido à auscultação, recolha e análise das opiniões e sugestões de diversos sectores, através de todos os canais de comunicação, tendo sempre em conta a realidade de Macau.

Em articulação com as linhas de acção governativa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, vamos realizar consulta pública de forma ampla, através de todas as formas e meios, nomeadamente a realização de sessões de consulta e colóquios, promovendo a participação activa da população e a auscultação de todos os sectores da sociedade.

de, e com base nos trabalhos feitos, vamos proceder à análise sistemática e estudos profundos das opiniões recolhidas, no sentido de procurar e alcançar, com prudência, o consenso da sociedade. Em simultâneo, prepararemos-nos para a alteração legislativa devida.

Iremos prosseguir, de forma ordenada, os respectivos trabalhos no estrito cumprimento da Lei Básica de Macau e de acordo com os regimes eleitorais locais, assegurando uma cultura eleitoral justa, imparcial e honesta.

As estações móveis de recenseamento eleitoral que funcionam em viaturas serão postas a circular pelas ruas de Macau. No átrio da entrada do Edifício da Administração Pública iremos instalar um sistema de recenseamento automático a 24 horas que irá permitir aos cidadãos concluir por si os procedimentos de recenseamento eleitoral ou a actualização dos dados nos postos electrónicos de informação criados pelo Governo.

2. Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente e documento de viagem

Iremos concluir a terceira fase de *upgrading* do sistema no próximo ano e prevemos a emissão dos primeiros Bilhetes de Identidade de Residente com *chip* sem contacto em 2013. Iremos continuar a ampliar o âmbito das aplicações do Bilhete de Identidade de Residente nas máquinas de serviços automáticos.

Continuaremos a manter uma estreita comunicação com o Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros sediado em Macau, com vista à divulgação da protecção consular e dos serviços consulares junto dos cidadãos. Contando com o forte apoio do Governo Central e a colaboração activa do Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros sediado em Macau, iremos continuar as consultas com países estrangeiros sobre a questão de isenção de visto a portadores de documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau.

3. Acções de reinserção social e do Instituto de Menores

1) Serviços de reabilitação

Para o próximo ano, iremos colaborar com entidades da sociedade civil, para reforçar as acções de divulgação do serviço de reabilitação nos bairros comunitários, apelando aos diferentes sectores sociais para dar o apoio às pessoas reabilitadas, oferecendo-lhes uma oportunidade para recomeçar a vida, alterar o modelo de serviço no sentido de incentivar uma postura pró-activa, procurando identificar pessoas que necessitam de auxílio nos bairros comunitários, com vista à prevenção do crime e aperfeiçoar um conjunto de medidas complementares, incluindo o reforço das funções da equipa de apoio aos reclusos libertados e a ampliação dos albergues temporários, no sentido de prestar uma assistência mais adequada aos reabilitados.

Iremos reforçar as acções de combate ao consumo de droga dos condenados de crimes de droga através de medidas que passam pela educação, incentivo e supervisão rigorosa,

procurando reduzir os casos de reincidência. Em relação aos reclusos toxicodependentes, iremos prestar-lhes auxílio o mais cedo possível para ajudar-lhes a abandonar o vício e a reintegrar na sociedade.

2) Acções de reeducação social de jovens infractores

Iremos lançar um conjunto de projectos educativos, nomeadamente cursos sobre o Direito Penal e visitas a órgãos judiciais e estabelecimentos prisionais, com vista a aumentar os seus conhecimentos jurídicos, procurando, deste modo, produzir um efeito preventivo de reincidência. Iremos também implementar um novo modelo de orientação e assistência, que inclui a criação de equipas específicas e grupos que integram pais e crianças, esperando que esta nova abordagem sirva para ajudar a corrigir desvios comportamentais dos jovens e melhorar as suas relações familiares.

3) Acções de reabilitação de menores

Iremos lançar o projecto “Ensino interactivo para despertar o interesse intelectual”, com vista a estimular o desenvolvimento de qualidades específicas e aptidões dos menores internados. Esta reforma pedagógica tem em vista despertar o interesse dos menores internados na aprendizagem contínua e o desenvolvimento das suas potencialidades, criando condições favoráveis para a sua reintegração na sociedade e fortalecer a sua auto-confiança e auto-estima.

Área da Economia e Finanças

Ponto de situação sobre a execução das linhas de acção governativa do ano de 2011

Em 2011, a economia de Macau, praticamente livre dos efeitos da crise financeira internacional, tem vindo a retomar a sua dinâmica de crescimento estável e relativamente acelerado, perspectivando-se um crescimento de dois dígitos para todo o ano em questão. No decurso deste ano, foram desenvolvidas acções com atenção focada essencialmente no seguinte:

Manutenção da tendência de recuperação económica. Deu-se continuidade à execução dos diversos trabalhos tendentes à captação de investimentos, promovendo a realização de projectos privados de acordo com a calendarização previamente definida. Envidaram-se esforços para acompanhar e assegurar a estabilidade e o desenvolvimento dos sectores predominantes e das empresas respectivas, mantendo ainda um volume apropriado de investimento público, por forma a assegurar a estabilidade da tendência do crescimento económico de Macau. Assim, no primeiro semestre do corrente ano, o Produto Interno Bruto local registou um crescimento real de 22,9%, tendo subido o número de novas sociedades constituídas, atingindo 2.223 unidades entre Janeiro e Agosto, ou seja, mais 235 em relação ao período idêntico do ano transacto, enquanto que as dissolvidas somaram 348 unidades, pelo que, deduzido o número de unidades dissolvidas, o aumento efectivo de sociedades no referido período foi de 1.875 unidades.

Promoção do desenvolvimento do sector de convenções e exposições. As acções realizadas incluem: Prestação de apoio à Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições e aos seus grupos de trabalho subordinados, nomeadamente o Grupo para a Política e Investigação do Desenvolvimento de Convenções e Exposições e o Grupo para o Desenvolvimento da Cooperação Externa; criação de uma unidade especializada para o sector de convenções e exposições, pelo que o Departamento de Desenvolvimento das Actividades Económicas da Direcção dos Serviços de Economia (DSE) passou a designar-se por Departamento de Desenvolvimento de Convenções e Exposições e das Actividades Económicas; concretização das medidas, no âmbito do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau (CEPA), de facilitação do processamento de documentos e de vistos para efeitos de entrada e saída de Macau, de participantes do Interior da China em exposições e feiras realizadas em Macau; lançamento de trabalhos preparatórios para a reafecção dos trabalhos do Plano de Estímulo ao Turismo de Negócios à DSE; desencadeamento dos trabalhos preliminares para a concretização da vinda e da realização de eventos de convenções e exposições de renome do Interior da China em Macau, passando o território a ser o palco de realização da “Terceira Feira de Restauração da China” e a “Cimeira Internacional de Investimento e Construção de Infraestruturas” no próximo ano; reforço da cooperação com o exterior na área de convenções e exposições, proporcionando apoio a empresários locais do sector para realizarem visitas de estudo a países e cidades estrangeiras de renome nas ditas actividades e estabelecerem/fo-

mentarem relações de cooperação e intercâmbio com os operadores do sector locais; apoio à realização da semana promocional “Macau Dinâmico” que, no corrente ano, tem passado sucessivamente pelas cidades de Nanjing, Fuzhou e Naning; empenhamento na incubação e criação de marcas de qualidade no sector de convenções e exposições de Macau, dando-se continuidade à realização, de melhor forma, da “Feira Internacional de Macau (MIF)”, do “Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental” (MIECF), da “Feira de Produtos de Marca de Guangdong e Macau” e da “Exposição de Franquia de Macau” (MFE), entre outras, encorajando os operadores do território a organizarem outras feiras desta natureza; prestação de apoio aos operadores de Macau na realização de diversos cursos de formação e de visitas de estudo e acções de intercâmbio no exterior, proporcionando ainda assistência a diversas regiões do Interior da China na realização em Macau de eventos de exposição e venda dos seus produtos de marca, como, por exemplo, a “Feira de Produtos de Marca de Guangdong e Macau”, organizada conjuntamente com os Serviços do Comércio e Cooperação Económica com o Exterior da Província de Guangdong.

Reforço da monitorização do sector do jogo. Controlo e ajustamento da dimensão e do ritmo de desenvolvimento do sector do jogo, promovendo o seu adequado crescimento. Reforçou-se a monitorização das máquinas de jogo nos casinos, aperfeiçoando e promovendo o processo da monitorização electrónica. Foi intensificada a inspecção financeira das operadoras de jogo através da contagem dos seus bens imobilizados realizado de acordo com as regras definidas, efectuando-se ainda auditoria à situação de aplicação da regra sobre a fixação do limite máximo de comissões pagos aos promotores de jogo, estando a conclusão da segunda ronda de auditoria desta natureza prevista para finais do corrente ano. Foram, por outro lado, reforçada a fiscalização dos promotores de jogo e dado início aos trabalhos de criação de uma base de dados sobre os promotores de jogo e seus colaboradores conforme o plano previamente definido. Prosseguiu-se a auditoria prevista nos Requisitos Mínimos de Controlo Interno das concessionárias, tendo-se também empenhado na intensificação da fiscalização das actividades de lotarias desportivas e na promoção do jogo responsável.

Apoio às pequenas e médias empresas (PMEs). Os planos de apoio e de garantia de créditos a favor das PMEs, e as medidas de bonificação de juros de créditos para financiamento empresarial têm vindo a ser implementados. Para efeitos de atenuação das dificuldades sentidas pelas PMEs, em matéria de falta de mão-de-obra, procedeu-se à aceleração do processo de apreciação dos seus pedidos para a contratação de trabalhadores não residentes (TNRs). Criou-se o “Centro de Exposição de Produtos de Macau” (Macao Ideas), com vista a apoiar as PMEs na promoção e desenvolvimento das suas marcas próprias, incentivando-as ainda para o desenvolvimento de actividades de franquias, lojas em cadeia e agenciamento de marcas. Prestaram-se apoios às PMEs na exploração de mercados através do reforço dos serviços do comércio electrónico proporcionados, tendo sido organizadas também delegações empresariais de Macau para efectuarem visitas de estudo e intercâmbio e participarem em feiras e conferências no exterior, para efeitos de alargamento do horizonte de negócios das empresas envolvidas. Desenvolveram-se acções de sensibilização para

reforço dos conhecimentos das empresas em matéria de propriedade intelectual, apoiando-as na obtenção de certificação de sistemas internacionais de gestão, e lançando os serviços de envio de produtos locais para inspecção e teste no exterior. No âmbito de prestação de serviços de facilitação a favor dos operadores de importação e exportação locais, foi criado um mecanismo de registo sobre “Directório de Exportadores de Vinhos”, em cumprimento do “Acordo de cooperação sobre a facilitação do processo tributário aduaneiro de vinhos exportados de Macau para a China Continental”, celebrado no primeiro semestre deste ano, entre a Direcção-Geral da Alfândega da RPC e os Serviços de Alfândega de Macau. Empenhou-se no desenvolvimento pleno das funções do Centro de Apoio Empresarial (MBSC) e do Núcleo de Serviço às PME (SMEC) e no aperfeiçoamento dos respectivos serviços prestados. Foram ainda disponibilizados às PME serviços de formação relacionados.

Promoção do emprego dos residentes. As acções realizadas com este fim abrangem: continuação da optimização do serviço de colocação profissional; reforço da atenção e apoio prestados na integração e reintegração laboral dos indivíduos de meia-idade e com baixa escolaridade; intensificação do serviço de aconselhamento profissional de jovens; prosseguimento dos trabalhos destinados a incentivar os empregadores locais na contratação de indivíduos com deficiência e reforçar os serviços de aconselhamento e de colocação profissional de indivíduos com deficiência; desenvolvimento dos serviços de aconselhamento e de colocação profissional para novos imigrantes; implementação de cursos destinados à atenuação das dificuldades dos trabalhadores de diversos sectores e à elevação do seu nível técnico profissional; continuação da implementação do “Plano de estágio no Interior da China para os graduados em instituições de ensino superior”; empenhamento na concretização da “Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais”, no que diz respeito à contratação prioritária de trabalhadores residentes por empregadores locais. No decurso deste ano, a taxa de desemprego tem mantido a um nível relativamente baixo, com valor situado em 2,6% entre Julho e Setembro p.p.

Intensificação da formação profissional. Foram organizados, de forma previdente, cursos de formação profissional e cursos com certificação profissional direccionados de acordo com as necessidades de desenvolvimento dos diferentes sectores de actividade económica locais, proporcionando-lhes uma maior quantidade de pessoal qualificado. Deu-se continuidade à implementação das “Acções de Formação da 2ª Aptidão Profissional”, tendo sido envidado esforços para promover a criação do regime de avaliação técnica e a realização de exames para a certificação profissional, além de impulsionar a cooperação entre Guangdong e Macau na área de avaliação de técnicas profissionais, para que mais tipos de trabalho possam ser abrangidos na avaliação segundo o modelo “1 teste 2 certificados”. No âmbito da formação para os indivíduos de meia-idade, continuou a realizar-se o “Plano de Formação de Apoio ao Emprego Destinado a Indivíduos de Meia-Idade”, tendo sido ainda desenvolvidos cursos ao abrigo do “Training Series for The Middle-Aged”. Foi lançado, em Abril p.p., um novo plano de incentivo de aperfeiçoamento, a fim de estimular o aperfeiçoamento contínuo e a aprendizagem permanente dos residentes. Realizaram-se cursos de formação em colaboração com as empresas locais, tendo-se efectuado ajustamentos aos

curso em regime de aprendizagem, de acordo com as necessidades e a evolução do mercado de emprego.

Melhoria do processo de apreciação dos pedidos de importação de trabalhadores não residentes (TNRs). Empenhou-se na redução do tempo de apreciação dos pedidos de contratação de TNRs, a fim de suprir atempadamente as insuficiências verificadas no mercado de recursos humanos, na coordenação do estabelecimento de equilíbrio entre a oferta e a procura de recursos laborais dos diversos sectores económicos, e na elevação de transparência do processo de importação de TNRs. A partir de Maio p.p., o Gabinete para os Recursos Humanos começou a divulgar, de forma directa, dados mais pormenorizados sobre os TNRs registados desde 2011.

Promoção da cooperação regional. Foi consolidado o CEPA, tendo os projectos previstos para as diversas áreas sido realizados de forma ordenada. Em Setembro deste ano, teve lugar em Macau o “Seminário sobre a Promoção da Cidade-Modelo (Zona) no Âmbito do CEPA”, organizado conjuntamente pelo Ministério do Comércio do Estado Chinês e pelo Governo da RAEM. Relativamente à implementação do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau com vista à promoção da cooperação bilateral, foi assinado, em Abril p.p., um acordo de cooperação entre Cantão e Macau para promover a concretização do projecto-piloto do CEPA, no âmbito de construção de uma área de demonstração global em Nansha. De seguida, em Julho, teve lugar em Nansha a Reunião de Cooperação Cantão-Macau 2011 onde foram celebrados vários protocolos de cooperação específica. Para efeitos de promoção da participação nos projectos de cooperação Guangdong-Macau para o desenvolvimento da Ilha de Hengqin (Ilha da Montanha), foi criada a “Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A.”, estando em pleno andamento os trabalhos preparativos para a constituição de uma comissão de apreciação dos projectos de exploração da Ilha de Hengqin, para execução de trabalhos de apreciação, de forma pública, dos projectos de desenvolvimento apresentados por empresas interessadas. Em Agosto p.p., foi criado pelo IPIM, um grupo de trabalho especializado para prestar apoio e serviços ao sector empresarial de Macau para participar nos projectos de exploração daquela Ilha. Organizadas conjuntamente por Guangdong e Macau, as delegações das empresas de ambas as partes deslocaram-se a Angola, África do Sul e Moçambique para visitas de intercâmbio e de estudo e realização das acções de promoção comercial conjunta. Empenhou-se ainda na organização de delegações locais para a participação em actividades de promoção económica e comercial nas províncias e regiões do Grande-Delta do Rio das Pérolas, e na prestação de apoio a províncias e regiões da mesma região na realização das suas actividades de apresentação económica e comercial em Macau. Foi diligenciado para aprofundar a cooperação económica e comercial Fujian-Macau e Chongqin-Macau. No âmbito da consolidação e aprofundamento da construção da plataforma de serviços de cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, o Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum de Macau tem vindo a empenhar-se em valorizar as suas funções de apoio, em sintonia com o funcionamento do Secretariado Permanente, desempenhando efectivamente o seu papel de plataforma de serviços para fomentar a cooperação e o intercâmbio entre

a China e os países lusófonos nas áreas económica e comercial. Assim, foram organizadas pelo IPIM várias delegações empresariais de Macau e do Interior da China para efectuarem visitas aos Países de Língua Portuguesa, participando feiras e realizando actividades de intercâmbio.

Acompanhamento e melhoramento da qualidade da vida da população. Nesta matéria, foram dado acompanhamento aos efeitos da inflação sobre as condições de vida da população, organizadas delegações locais e prestados apoios ao sector na organização de delegações para visitas de estudo e de intercâmbio a diversas localidades com vista à procura de novas fontes de abastecimento de mercadorias. Além de elevar a transparência das informações sobre preços de produtos essenciais para a vida da população, facilitando a sua supervisão conjunta efectuada pela população e pelos serviços governamentais competentes, empenhou-se ainda na implementação efectiva das medidas provisórias de subsídio complementar aos trabalhadores a tempo inteiro mas com baixos rendimentos, com a elevação do limite máximo do rendimento mensal auferido de 4 000 patacas para 4 400 patacas; de subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais; do plano de comparticipação pecuniária, e de apoio pecuniário.

Aperfeiçoamento da administração das finanças públicas. Foi promulgada em Agosto p.p., o novo Regime Jurídico de Reserva Financeira que vai entrar em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2012. Concluiu-se a revisão das legislações sobre o regime de contribuição predial urbana, tendo ainda sido celebrados com vários países e regiões acordos para a troca de informações fiscais.

Consolidação da supervisão financeira. Neste sentido, realizaram-se acções para reforçar a supervisão da gestão do risco operacional das instituições financeiras, procedendo ao tratamento e acompanhamento dos problemas detectados na sequência das inspecções contínuas realizadas, tendo ainda sido desenvolvidas investigações especiais para combater as actividades financeiras ilegais. Foi elaborado o diploma legal sobre o regime de garantia de depósitos. No tocante ao reforço da supervisão do risco de capital, em Janeiro deste ano, o risco de capital passou efectivamente a ser um dos requisitos legais de supervisão, e foram também promulgadas as “Instruções sobre a gestão do risco de liquidez”. Em Abril p.p., foram implementadas medidas destinadas a aprofundar a regulamentação das actividades de concessão de empréstimos no âmbito da alienação de fracções autónomas em edifícios em construção. Efectuaram-se acções de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo de acordo com o enquadramento normativo em vigor.

Reforço das acções da defesa dos direitos e interesses dos consumidores. Foram tratados atempadamente as reclamações e consultas de consumo, tendo sido envidados esforços na execução do Regulamento Geral de Segurança de Produtos, com vista a assegurar a segurança dos produtos comercializados no mercado local. Reforçaram-se os trabalhos relativos à garantia da segurança dos produtos alimentares, através de inspecção ao conteúdo da rotulagem desses produtos pré-embalados comercializados no mercado, dando particular atenção aos casos de produtos fora do prazo de consumo. Após a ocor-

rência do incidente nuclear em Fukushima, Japão, e dos casos do aditivo “agente nublado”, foi diligenciado para que as respectivas informações pudessem ser divulgadas rapidamente para conhecimento dos cidadãos, com vista a prevenir a entrada dos produtos alimentares perigosos no mercado local. Empenhou-se também na estabilização do abastecimento de mercadorias, no combate à fraude sobre mercadorias e ao açambarcamento de produtos para especulação, bem como no aperfeiçoamento da base de dados sobre preços. Foram aumentada a frequência de realização da actividade intitulada “Dia sem sacos de plásticos” e reforçada a inspecção às “Lojas Certificadas”, garantindo a credibilidade das actividades exploradas.

Realização dos trabalhos dos Censos. Concluiu-se a operação da recolha de dados dos Censos, procedendo seguidamente à sua análise e compilação. Serão publicados, em Dezembro próximo, os resultados preliminares dos Censos, incluindo o número total da população, sua estrutura por sexo e idade, bem como a distribuição demográfica nas diferentes zonas geográficas do território.

Revisão e alteração de diplomas e regulamentos legais relacionados. A proposta de lei sobre o condicionamento do acesso e permanência nos casinos e da prática do jogo já foi aprovado na generalidade pela Assembleia Legislativa, tendo sido concluído o projecto do regulamento administrativo sobre o regime jurídico das máquinas de jogo. Foram ainda elaboradas as propostas de revisão da Lei do Comércio Externo, do Regulamento das Operações de Comércio Externo, e do Regulamento da Certificação de Origem, bem como o projecto da alteração das tabelas consideradas essenciais para a implementação das referidas legislações, nomeadamente a Tabela de mercadorias destinadas a uso ou consumo pessoal, a Tabela de exportação e de importação, e a Tabela de mercadorias sujeitas a controlo sanitário/fitossanitário. Terminaram-se os trabalhos da elaboração do texto legal sobre a revisão do Regime Jurídico do Licenciamento Industrial, bem como os relativos à alteração do Regulamento da Contribuição Predial, do Regulamento do Imposto do Selo e da Tabela Geral do Imposto do Selo.

Linhas de Acção Governativa para o ano de 2012

Em 2012, a economia de Macau, com base nos resultados da recuperação registados no corrente ano, deverá manter a sua tendência de desenvolvimento estável, prevendo assim a manutenção de um crescimento positivo.

Linhas gerais da acção governativa da área da economia e finanças. Pleno aproveitamento das oportunidades de expansão internas e externas e prestação de atenção redobrada às novas evoluções na conjuntura económica e financeira internacional, esforçando-se para prevenir riscos e manter o desenvolvimento da nossa economia, de forma estável e relativamente rápido; empenhamento na concretização efectiva do posicionamento do desenvolvimento económico e na promoção da diversificação adequada da economia;

reforço da cooperação económica regional; prestação de apoio eficaz às PME; prosseguimento dos trabalhos para o incremento das oportunidades de emprego dos residentes e o melhoramento da qualidade da sua vida; reforço da governação científica; aperfeiçoamento incessante das condições de exploração comercial; elevação da competitividade geral local; empenhamento na transformação gradual de Macau num centro internacional de turismo e de lazer e numa plataforma regional de serviços comerciais, com vista à concretização das metas definidas em termos da estabilidade do desenvolvimento económico e da melhoria progressiva da qualidade de vida dos cidadãos.

Concretização do posicionamento de desenvolvimento.

1. Promoção do desenvolvimento do sector de convenções e exposições. Empenhar-se-á na promoção de medidas efectivas que visam impulsionar, encaminhar e apoiar o desenvolvimento do referido sector, através do Departamento de Desenvolvimento de Convenções e Exposições e das Actividades Económicas da DSE; na implementação eficaz do “Plano de Estímulo ao Turismo de Negócios”, reforçando o apoio na organização de cursos de formação no âmbito de convenções e exposições, com vista à elevação da qualidade profissional dos operadores do sector; no impulsionamento da cooperação regional da indústria de convenções e exposições, dando apoio aos operadores locais para organização de visitas de estudo aos países e cidades estrangeiros de renome nessa área, incentivando o sector de Macau na organização de exposições em Guangdong, sob a forma de serviços transfronteiriços, ajudando-o a abrir, em Guangdong, contas bancárias em moedas estrangeiras; na concretização da realização de exposições de marcas do Interior da China em Macau, privilegiando a realização, em 2012, da “3.ª Feira de Restauração da China” e da “Cimeira Internacional de Investimento e Construção de Infra-estruturas”. Irá envidar maior esforço na intensificação da cooperação do sector de convenções e exposições no âmbito de facilitação do comércio e investimento do CEPA. Será dado prosseguimento aos trabalhos tendentes à introdução de feiras e exposições de marca do exterior, incentivando o registo de marcas comerciais das convenções e feiras de marcas estrangeiras realizadas em Macau e promovendo o estabelecimento do modelo de cooperação para a realização de convenções e feiras famosas do Interior da China em Macau, bem como a criação de feiras e exposições de marca de Macau, com destaque para a realização das MIF, MIECF, Feira de Produtos de Marca de Guangdong e Macau e MFE, entre outras.
2. Promoção da reconversão industrial. Nesta área, será proporcionado apoio à indústria do vestuário para a sua reconversão em direcção à produção de artigos de alto valor acrescentado e para o desenvolvimento de marcas próprias, promovendo ainda a reforma da sua gestão adoptada, com vista à elevação da competitividade dos seus produtos.
3. Coordenação na promoção do desenvolvimento do sector logístico moderno e das indústrias cultural e criativa e de medicina tradicional chinesa. Assim, empenhar-

se-á em incentivar os operadores do sector logístico locais no estreitamento das relações de cooperação com os seus congéneres das regiões vizinhas, por forma a alargar o seu espaço de desenvolvimento. Serão executados trabalhos coordenados para o fomento do desenvolvimento da indústria cultural e criativa, esforçando-se pela valorização do papel do “Centro de Exposição de Produtos de Macau” (Macau Ideas), apoiando os operadores do campo cultural e criativo locais na industrialização das suas actividades e na identificação de mercados, e facultando cursos de formação de *design* criativo mais diversificados com vista à formação de profissionais qualificados para essa área. Com o intuito de fomentar o desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa, irão ser acelerados os trabalhos preparativos para a constituição, com Zhuhai, de uma sociedade de *joint venture* vocacionada para promover a construção do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, no âmbito da cooperação entre Guangdong e Macau. Irá ainda, através do serviço “One-stop”, prestar apoio às empresas e investidores na aplicação dos seus investimentos no referido Parque.

4. Criação da plataforma de serviços de cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. O Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa irá prosseguir os seus esforços na realização efectiva de trabalhos de apoio, em coordenação com o funcionamento do Secretariado Permanente do Fórum de Macau. Será empenhado, através da valorização do papel de plataforma de serviços desempenhado, no fomento do intercâmbio e cooperação comercial e económica entre a China Continental e os países lusófonos, dando ainda acompanhamento aos projectos de investimento e de cooperação comercial e económica entre as duas partes.
5. Implementação das políticas e medidas de suporte à concretização do posicionamento de desenvolvimento. Serão estudado o reforço da função da promoção da diversificação adequada da economia atribuída ao Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, e lançados planos de apoio financeiro que visam fomentar o desenvolvimento da indústria de turismo e lazer e das actividades de serviços relacionados, tendo em vista a construção do centro mundial de turismo e de lazer. Irá aperfeiçoar os serviços de apoio prestados ao investidor, promovendo a diversificação adequada das indústrias, dando apoio contínuo à organização da “Semana Dinâmica de Macau” e suporte no desenvolvimento de produtos de Macau e Marcas de Macau, e empenhando-se na definição de políticas de recursos humanos vocacionadas para os sectores propícios à promoção do desenvolvimento da diversificação adequada das indústrias locais.

Estreitamento da cooperação regional

1. Concretização eficaz do CEPA. Fazer balanço e avaliação da implementação do CEPA, desencadeando consultas com as autoridades do Interior da China sobre o

conteúdo que será liberalizado e consolidado na próxima fase do CEPA, e procedendo ao melhoramento dos diversos mecanismos necessários para a aplicação deste acordo.

2. Implementação do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, promovendo a plena cooperação entre as duas partes. As acções a desenvolver consistem em: participação no desenvolvimento da Ilha de Hengqin (Ilha da Montanha) através da sociedade denominada “Macau Investimento e Desenvolvimento S.A.”, particularmente na construção do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa e da Zona dos Parques Industriais de Cooperação Guangdong-Macau; prestação de apoio às empresas interessadas em participar na exploração da Ilha através de um grupo de trabalho especializado constituído para o efeito; criação de uma comissão de apreciação de projectos para apoiar os projectos de investimento de Macau que satisfaçam as condições pré-definidas a concretizarem-se naquela Ilha como forma de participação no seu desenvolvimento, pretendendo-se que, mediante o modelo de “grandes investimentos promovem pequenas investimentos”, seja impulsionada a participação das PME's locais; fortalecimento da cooperação Guangdong-Macau no sector de convenções e exposições, procurando desenvolver, em conjunto, marcas da qualidade, através da realização de eventos segundo o modelo “realização simultânea em duas localidades de uma mesma exposição de marca”; promoção do aprofundamento da cooperação económica e comercial Cantão-Macau, com ênfase no impulsionamento do intercâmbio e cooperação nas áreas económica e comercial, de convenções e exposições, do turismo, da educação e da cultura entre as duas regiões; fomento do intercâmbio e cooperação entre Guangdong e Macau nos trabalhos relacionados com critérios. Além disso, irá participar activamente na cooperação económica com a Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, dando continuidade aos trabalhos tendentes ao reforço da cooperação com as províncias e municípios do Interior da China, incluindo, entre outros, a província de Fujian, e promovendo a cooperação com Taiwan, ASEAN, etc.

Prestação de apoio às pequenas e médias empresas. Neste sentido, irão ser realizadas as seguintes actividades: implementação eficaz dos planos de apoio a pequenas e médias empresas, planos de garantia de créditos e políticas de incentivos financeiros e monetários; aceleração do processo de apreciação e autorização dos pedidos das empresas para a contratação de TNRs; lançamento de medidas direccionadas para atenuar as dificuldades das empresas, em conformidade com as suas necessidades reais; fortalecimento do conhecimento das empresas sobre a propriedade intelectual através da prestação de serviços de consultadoria estratégica e direccionados relacionados com a mesma matéria; apoio às PME's na exploração de novos mercados, promovendo a implementação das medidas de incentivo ao desenvolvimento das PME's previstas no Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, encorajando e apoiando, de forma empenhada, as empresas na participação dos projectos de desenvolvimento da Ilha de Hengqin; apoio às PME's no desenvolvimento de marcas próprias, reforçando as funções de “Macao Ideas” como centro de exposição

de artigos, continuando a realizar a MFE em colaboração com as associações comerciais e industriais de Macau e do exterior, proporcionando apoio às empresas para a criação dos seus sistemas de contabilidade, aperfeiçoando a respectiva gestão financeira, com vista à promoção da modernização da gestão empresarial. Serão reforçados e aperfeiçoados os serviços prestados pelo MBSC e pelo SMEC, disponibilizando um pacote de serviços mais abrangentes aos investidores e empresas, procedendo ainda ao reforço e melhoramento dos serviços de bolsas de contacto para fomentar a cooperação empresarial.

Concertação entre a oferta e a procura de recursos humanos

1. Promoção do emprego, procurando manter uma baixa taxa de desemprego: continuar a otimizar o serviço de colocação profissional; reforçar a comunicação e cooperação entre as partes laboral e patronal, promovendo activamente a concertação entre oferta e procura de recursos humanos; exortar as empresas para a contratação e a promoção prioritárias dos trabalhadores locais; reforçar, de forma contínua, o acompanhamento e apoio aos indivíduos de meia-idade com baixa escolaridade na sua integração e reintegração no mercado laboral, intensificando o serviço de aconselhamento profissional dirigido aos jovens que pretendem integrar no mercado de trabalho e organizando atempadamente cursos destinados à atenuação de dificuldades; encorajar os empregadores na contratação de indivíduos com deficiência, e proteger, nos termos legais, os direitos e interesses de emprego dos cidadãos; proceder à fiscalização do cumprimento, por parte das entidades empregadoras, das regras sobre o número de trabalhadores locais que eles devem ter mantido ao seu serviço, conforme o estipulado nas respectivas autorizações para a contratação de TNRs.
2. Concertação de conflitos laborais, mantendo harmoniosas as relações entre as partes patronal e laboral. Nestes termos, serão resolvidos os conflitos laborais de acordo com o princípio de equidade, justiça e legalidade, de modo a garantir legitimamente os direitos e interesses das duas partes, reforçando a comunicação e cooperação bilateral, diligenciando para promover a concertação da procura e oferta de recursos humanos. Irá empenhar-se em promover consenso entre as partes patronal e laboral quanto ao estabelecimento do salário mínimo, podendo começar-se por efectuar um estudo e consulta vastos e profundos na profissão dos trabalhadores de serviços de limpeza e administradores do sector de administração de propriedades.
3. Reforço do estudo do mercado de emprego de Macau, apreciando, rigorosamente e nos termos legais, os pedidos de TNRs, fazendo ajustamento ao número de TNRs consoante a evolução da procura e oferta.
4. Reforço da formação profissional e elevação das qualificações dos recursos humanos. Para o efeito, dar-se-á continuidade à organização de cursos de formação profissional diversificados e das "Acções de Formação da 2.ª Aptidão Profissional", reforçando a formação para os indivíduos de meia-idade. Irá realizar cursos de

aperfeiçoamento especializado, encorajando os residentes para a obtenção do certificado nacional de qualificação profissional e aumentando as acções de formação profissional destinadas às classes mais carenciadas. Serão organizados, em colaboração com as empresas, cursos de formação para técnicos estagiários, dando prosseguimento aos trabalhos de promoção do planeamento de carreiras profissionais, elevando a capacidade de resposta dos trabalhadores ao serviço.

Reforço da governação científica

1. Reforço da fiscalização das actividades do jogo. As tarefas a realizar incluem: controlo rigoroso do aumento dos números de casinos e de bancas, dando cumprimento à política anunciada em 2010, pelo Governo, em manter o total de bancas em 5.500 nos três anos imediatamente seguintes; execução eficaz das normas legais sobre as comissões pagas aos promotores de jogo não superiores a 1.25% em relação ao montante total de apostas efectuadas; reforço contínuo da supervisão dos casinos através de sistema de vigilância visual, planeando a execução dos trabalhos de monitorização dos registos de reforço e de reciclagem de fichas em todos os casinos de grande envergadura, passar a ser feita, a partir de finais de 2012, pelo pessoal responsável pela fiscalização através da visualização de imagens captadas *in loco* e projectadas no ecrã do sistema de vigilância visual; reforço da fiscalização das máquinas de jogo nos casinos, planeando o envio à DICJ, dos dados de apostas nas máquinas de jogos instaladas em 90% dos casinos locais, seja efectuado através de interconexão de sistemas informáticos envolvidos; reforço da fiscalização sobre o cumprimento contratual pelas operadoras de jogo, nomeadamente no que diz respeito aos pagamentos previstos nos respectivos contratos; reforço da fiscalização exercida sobre os promotores de jogo, dando continuidade aos trabalhos que visam criar e aperfeiçoar a base de dados sobre os promotores de jogo e seus colaboradores; conclusão, em finais de 2012, da auditoria sobre as operações de tesouraria das seis concessionárias de jogo, diligenciando para que seja criado, por parte dessas concessionárias, de um sistema de controlo interno perfeito e adequado às suas próprias necessidades, procedendo ao estudo de revisão atempada dos critérios consagrados nos Requisitos Mínimos de Controlo Interno e intensificando a auditoria sobre a situação financeira das concessionárias; aprofundamento contínuo do estudo sobre a liberalização do regime de exploração exclusiva das lotarias desportivas, pretendendo-se criar, em 2012, um grupo de trabalho vocacionado para a elaboração da(s) respectiva(s) proposta(s) de solução; empenhamento em participar, de forma activa e contínua, nos trabalhos de promoção do jogo responsável.
2. Aperfeiçoamento da administração financeira pública. Será reforçada a administração e a fiscalização das finanças públicas, com aperfeiçoamento das respectivas regulamentações relativamente a serviços públicos e a organismos autónomos, tendo por objectivo criar um regime orçamental adequado à realidade da RAEM. Irá otimizar o processo de tratamento do Plano de Investimentos e Despesas de De-

envolvimento da Administração (PIDDA), procedendo à revisão geral do respectivo regime. Será diligenciado para uniformizar o número de contribuinte e proceder à integração das respectivas informações, a par de aperfeiçoar os diplomas legais e instruções de fiscalização dos sectores de contabilidade e de auditoria de contas para se articularem aos critérios internacionais.

3. Aperfeiçoamento da supervisão financeira para assegurar a estabilidade do sistema financeiro. Continuará a efectuar a supervisão contínua às instituições autorizadas, mediante inspecções “on-site”, “off-site” e demais métodos de supervisão, implementando, por etapas, o “Novo Acordo de Capital” determinado pelo Comité de Basileia para a Supervisão Bancária, gerindo os investimentos da reserva financeira nos termos legais, criando uma carteira de investimento que não seja apenas viável na realidade, mas também apropriada ao regime de reserva financeira da RAEM e procedendo ao combate às actividades de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo, nos termos legais.
4. Melhoria do processo da apreciação de pedidos de importação de TNRs. Continuar-se-á a rever e melhorar os procedimentos administrativos respeitantes ao pedido de contratação de TNRs, procedendo a uma maior simplificação das respectivas formalidades e reduzindo o tempo de apreciação. Será melhorado, de forma constante, o conteúdo de informações de TNRs divulgadas, permitindo aos cidadãos conhecer dados cada vez mais alargados dos trabalhadores importados.
5. Revisão e aperfeiçoamento de diplomas e regulamentos legais relacionados
 - Diplomas e regulamentos legais sobre o sector do jogo: Elaborar os diplomas legais sobre “a localização, as características, as regras de permanência e o funcionamento das zonas de jogos” e “as fichas dos jogos de fortuna ou azar ou outros jogos em casino”;
 - Diplomas e regulamentos legais sobre o comércio externo: Concluir os trabalhos de revisão das legislações, nomeadamente a “Lei do Comércio Externo”, o “Regulamento das Operações de Comércio Externo” e o “Regulamento de Certificação de Origem”;
 - Diplomas e regulamentos legais sobre a propriedade intelectual: Coadjuvar a discussão na Assembleia Legislativa da proposta de lei sobre a alteração do “Regime Jurídico dos Direitos de Autor e Direitos Conexos”, desenvolvendo, ao mesmo tempo, trabalhos de revisão do “Regime Jurídico da Propriedade Industrial” para efeitos de produção legislativa em matéria de propriedade intelectual, com visão estratégia, operacionalidade e especificidade única;
 - Diplomas e regulamentos legais sobre o sector financeiro: Continuar a avaliar o Regime Jurídico do Sistema Financeiro e respectivos diplomas;

- Diploma e regulamentos legais sobre o trabalho: Proceder aos trabalhos de elaboração da lei sobre a garantia de créditos emergentes das relações laborais e do regulamento administrativo do fundo de garantia salarial, dando prosseguimento ao estudo da legislação relativa ao trabalho a tempo parcial.

Acompanhamento e garantia da qualidade de vida da população. No âmbito de exploração de canais de abastecimento de produtos alimentares, irá estreitar a comunicação e a ligação com o Ministério do Comércio do Estado Chinês, procurando explorar mais canais de abastecimento desses produtos através de identificação de novas origens adequadas para esse efeito, dando ainda apoio ao sector na realização de visitas e intercâmbio nas principais zonas de abastecimentos de produtos alimentares para introduzir em Macau produtos de diferentes regiões. Relativamente à intensificação da monitorização da segurança de produtos, envidar-se-ão esforços para intensificar as acções de rotina e por amostragem no âmbito da inspecção da segurança de produtos introduzidos no mercado, para garantir a sua segurança, particularmente a segurança alimentar, protegendo assim a saúde da população. Quanto ao reforço na monitorização de comportamentos económicos, empenhar-se-á na optimização do sistema de base de dados sobre abastecimento e distribuição dos produtos alimentares, no estabelecimento do mecanismo de divulgação de informações sobre incidentes muito graves ou casos de emergência, no desenvolvimento de acções para prevenir o açambarcamento de produtos para especulação, inspecionando e acompanhando a evolução dos preços de produtos combustíveis e alimentares, para que sejam tomadas atempadamente medidas de contingência, assegurando, assim, a estabilidade da procura e oferta de produtos no mercado. Em termos do acompanhamento dos efeitos da inflação sobre as condições de vida da população, irá estudar e implementar atempadamente e com eficácia medidas que visam aliviar as pressões sobre a vida da população local, dando continuidade às políticas de subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais, bem como às medidas do subsídio complementar aos trabalhadores a tempo inteiro mas com baixos rendimentos, minimizando os supracitados efeitos, procurando, desta forma, garantir a estabilidade das condições de vida da população em geral.

Defesa dos direitos e interesses dos consumidores. Empenhar-se-á no aperfeiçoamento do regime de lojas certificadas; no impulsionamento do sector de serviços de venda a retalho para prestação de serviços profissionais com alta qualidade e segurança; no desenvolvimento, em colaboração com os diversos serviços competentes, acções de sensibilização sobre o consumo verde, promovendo acto de consumo que poderá contribuir para a protecção ambiental e incentivando a prática de uma vida de baixo carbono; no aperfeiçoamento da base de dados do Conselho de Consumidores sobre os preços de produtos para facilitar o seu acesso por parte dos consumidores; no reforço da inspecção aleatória dos produtos alimentares e de outros produtos de consumo, salvaguardando a segurança e a saúde dos consumidores e garantindo o seu direito à informação.

Aperfeiçoamento do Sistema de Indicadores Estatísticos. Serão divulgados os resultados dos Censos 2011; lançados o Sistema de Informação Geográfica dos Censos 2011 e a edição das Projecções da População entre 2011-2036; publicada a Conta Satélite do Turis-

mo de Macau, e realizada a operação da recolha de informação no âmbito do Inquérito aos Orçamentos Familiares 2012/2013, durante o período de um ano. Irá aperfeiçoar as estatísticas do Sector de Convenções e Exposições do território, iniciar os trabalhos de produção das estatísticas da indústria cultural, concluir os trabalhos de recolha de dados sobre preços no âmbito do Programa de Comparação Internacional 2011, intensificar a promoção das Estatísticas Oficiais e sua utilização e prestar, de forma constante, informações e serviços estatísticas especializadas e de alta qualidade.

Área da Segurança

O Balanço de execução das linhas de Acção Governativa para 2011 na área de Segurança Interna

Ao longo de um ano, as linhas de acção governativa na área de segurança tem um bom progresso, envidámos o nosso esforço na consolidação da segurança interna, protecção de vidas e bens e prestação de serviços de segurança, a fim de garantir a segurança de Macau enquanto cidade turística e de lazer mundial. Os trabalhos principais incluem o seguinte:

1. Cooperação activa policial

Vamos desenvolver as atribuições dos Serviços de Polícia Unitários no comando e coordenação e ajudar a orientar os dois órgãos policiais para proceder às operações. Foram realizadas activamente as cooperações policiais de três lugares de Guangdong, Hong Kong e Macau. Para combater os jogos ilícitos, as polícias de três lugares de Guangdong, Hong Kong e Macau realizaram, em Hong Kong, uma reunião do trabalho do grupo contra o jogo ilegal, segundo consenso comum alcançado, contra todas as apostas ilícitas. Por exemplo, a Polícia Judiciária resolveu neste ano um caso de apostas ilegais de grande envergadura, no qual foram detidos vários suspeitos e apreendendo grandes quantidades de dinheiro e “apostas ilícitas na corrida de cavalo e no jogo de futebol”.

A operação conjunta de grande envergadura anual realizada pelas polícias obteve resultados notáveis e eficazes, consolidando a segurança pública e removendo os riscos de ocorrência de crime. Na véspera da “Os Jogos Universitários Mundiais,” em Shenzhen, as polícias da Província Guangdong, Hong Kong e Macau realizaram uma operação conjunta “Thunder 11”, com duração de um mês, para combater a criminalidade contra actividades de tríade, armas ilegais e explosivos, jogo ilegal e outras actividades ilegais e criminosas, realizando inspecções em larga escala nos sítios para reprimir crimes organizados dentro e fora da tríade ou outros problemas de segurança, para criar um bom ambiente de segurança para “Os Jogos Universitários Mundiais”.

2. Promover o desenvolvimento alfandegário

O Governo de Guangdong e o Governo de Macau assinaram o “Acordo Quadro de Cooperação de Guangdong-Macau” em Março de 2011. A facilitação de passagem alfandegária é um trabalho-chave, portanto o modo de funcionamento dos Serviços de Alfândega de Macau também detem uma nova consciência para a realização deste objectivo. Os SA já seguiram as linhas de acção governativa para 2010 e seu plano de trabalho próprio, para realizar e concluir, passo a passo, os programas e projectos relevantes. Os SA e a Direcção-Geral da Alfândega da RPC celebraram, em 20 de Maio deste ano, um acordo que tem como objectivo facilitar a tributação do imposto de importação de vinhos por via de Macau para o Interior do País, continuando, na operação real, a apoiar os sectores de importação e exportação e de transporte para promover o desenvolvimento diversificado adequadamente

da economia de Macau. Desde a introdução, em 2006, dos serviços desalfandegários sem papel por via terrestre baseados nos sistemas de troca electrónica de dados (EDI), aumentou a eficiência de declaração alfandegária ou desalfandegária dos cargos no posto fronteiriço do Cotai.

A protecção da propriedade intelectual é importante, os SA têm vindo a desempenhar estas atribuições, especialmente com a total cooperação dos titulares de direitos autorais, não têm poupado esforços em lutar contra a contrafacção e a pirataria. Os SA estão a comprar respectivos computadores e equipamentos electrónicos para pedir a Hong Kong proporcionar mais formação profissional, através da cooperação regional, a fim de acelerar a elevação a capacidade do combate aos casos de violação de direito na Internet.

3. Elevar a eficiência dos serviços prestados

Para fornecer serviços de imigração de qualidade, lançámos uma série de tarefas no ano corrente. O novo edifício do Serviço de Imigração sito no novo aterro de Pac-On da Taipa entrou em funcionamento em Fevereiro, o novo edifício forneceu um ambiente mais confortável e espaçoso para o público e visitantes. No centro de detenção sito no 4.º andar, estão equipadas as diversas instalações necessárias. No tratamento de imigrantes ilegais e assuntos sobre o excesso de permanência, a Polícia atribuiu uma grande importância, tomando medidas activas para responder à evolução das circunstâncias, prestando atenção à recolha de informações e a sua análise, continuou a combater e conter os imigrantes ilegais e as pessoas fora de prazo de permanência legalmente permitida. Nós estamos constantemente actualizando a função do sistema de auto-passagem, expandindo o âmbito dos serviços.

Para melhorar a gestão do tráfego, trabalhamos com a cooperação multilateral, a partir de Março deste ano, na Avenida de Almeida Ribeiro foram tomadas medidas provisórias de condicionamento do trânsito tomadas com a implementação do corredor exclusivo para transportes públicos, no sentido de aliviar a pressão do trânsito naquela zona. A partir de 1 de Abril, implementou formalmente o sistema automático de monitoramento de veículos estacionados ilegalmente. Além de processar o estacionamento ilegal, monitoriza também autocarros e as situações de carga e descarga pelos veículos para evitar que o processo de estacionamento impede os outros utentes.

4. Prevenção e investigação de crimes

Para aumentar a consciência de emergência e a capacidade de resposta aos crimes, melhorar a eficiência da qualidade do serviço de atendimento de queixa. A PJ estabeleceu em Janeiro deste ano um centro de operações de emergência de 24 horas. Nos últimos anos tem aumentado o furto, roubo, drogas em edifícios residenciais, a Polícia Judiciária, em meados de Janeiro de 2010 estabeleceu a “Equipa de Prevenção de Crime Residencial” Ao longo de mais de um ano, o grupo desempenhou um papel activo. Para reforçar a capacidade

de investigação criminal da cena do crime, a PJ em Abril deste ano adquiriu um veículo de exame presencial equipado com o sistema remoto sem fio de correspondência digital, o de reconstrução tridimensional da cena do crime e o de medição que entrou formalmente em uso, indo nos ajudar a produzir as provas no local de ocorrência de alta complexidade para melhorar a qualidade ea eficiência de detecção.

A PJ tem continuado a melhorar a estrutura organizacional, continuando a reforçar a qualidade do pessoal. Envidámos os esforços para melhorar a organização interna, até agora têm sido reestruturados os departamentos de informações, de investigação criminal, de técnica criminalística e de informática para otimizar as regras de funcionamento, ao mesmo tempo, a disposição do pessoal e, gradualmente, continuando a recrutar o pessoal e fornecer a formação pré-trabalho e em exercício de funções a fim de alcançar uma divisão razoável de trabalho e melhorar padrões profissionais do pessoal, maximizando as funções de vários departamentos para responder às tendências do novo crime.

5. Segurança contra incêndios e salvar vidas

Em resposta ao acidente nuclear do Japão, o Corpo de Bombeiros fizeram ajustes em tempo e tomando medidas de prevenção. Foram destacados os bombeiros a deslocar-se ao Aeroporto Internacional de Macau para ajudar na detecção de radiação dos passageiros provenientes do Japão. O Gabinete Coordenador de Segurança desenvolveu o trabalho de alteração do “o plano de contingência de emergência para acidente nuclear”.

O CB empenhou-se em fornecer serviços de ambulância de alta qualidade, continuando a otimizar os respectivos ao longo do ano. Estivemos também empenhados na implementação do treinamento de cuidados de emergência. Para melhorar a qualidade do serviço de ambulância de emergência, acompanhámos o uso de veículos de emergência. E tendo em conta o ambiente real de Macau, substituímos gradualmente as ambulâncias existentes. O CB criou o Grupo de Monitoramento no sentido de tomar medidas de reacção consoante a situação rodoviária para assegurar os serviços de emergência durante as obras realizadas nas vias públicas.

Melhorar equipamentos de socorro a larga escala é um dos trabalhos importantes neste ano, o CB tem vindo a fazer avaliação e pesquisa, adquirindo ferramentas de resgate destinadas às cidades, para preparar o trabalho de resgate nos desastres em larga escala. O trabalho de prevenção de incêndio é o foco do CB. Através de vários canais, foi reforçada a consciência pública de prevenção do fogo, também através de conferência de imprensa, as inspecções de segurança contra incêndio, lembramos o público de segurança contra incêndio.

6. Organizar as acções formativas para formar o talento

Para atender às necessidades de desenvolvimento, e garantir os recursos humanos das forças de segurança, a Escola Superior das Forças de Segurança de Macau tomaram medidas, tais como a construção de quartéis e outras instalações, um aumento de quatro novas

salas de aula, e ajustar o período de treinamento, a fim de aumentar a capacidade de formação máxima.

O 9.º Curso de formação de oficiais já foi concluído com êxito em Fevereiro deste ano. 14 alunos foram incorporados na carreira superior do CPSP. Actualmente foram mais de 300 participantes matriculados em cursos de formação de oficiais e de instruídos.

7. Coordenar a infra-estrutura das FSM

Cabe à Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau fornecer apoio técnico e administrativo, e fornecer planos, coordenar e apoiar a padronização de procedimentos, realizou um trabalho importante neste ano, incluem: em articulação com a necessidade da polícia, foi instalado o sistema de posicionamento para certos veículos do CPSP. Aperfeiçoou o sistema de auto passagem, além de actualização de funções, para que mais pessoas com diferentes documentos pode usar o sistema, no Aeroporto Internacional de Macau foram instalados oito canais de sistema de auto passagem.

Para o uso efectivo da tecnologia no fornecimento de informações, no sistema de protecção civil, foi introduzido mapa electrónicos que exhibe o local do acidente e dados estatísticos em tempo real, foi executado com êxito nos exercícios de protecção civil de Abril deste ano.

8. Ajudar a reinserção social

Para melhorar a eficiência do trabalho, e garantir que o trabalho do Estabelecimento Prisional de Macau desenvolve conforme o ritmo geral do plano de desenvolvimento, lançou este ano, "gestão do andamento do projecto." O EPM lançou o plano de serviço "cuidar da sociedade" que é um novo trabalho para incentivar os reclusos activamente a prestar serviço à comunidade, esta actividade contribui para a aceitação pública dos reclusos. Quando os reclusos concluírem o curso de formação e passarem a selecção, serão organizados a prestar serviços voluntários nas agências de serviço social. E quando serviço for concluído, será atribuído um certificado como um incentivo pelas instituições relevantes. O desempenho activo dos reclusos nos serviços voluntários foi apreciado pelas agências a que prestam serviço.

Para continuar a sensibilizar a reintegração dos reclusos, o EPM e do Centro de Produtividade de Transferência de Tecnologia de Macau organizaram em conjunto "Competição de T-Shirt Design para apoiar a reintegração dos reclusos" no sentido de despertar a preocupação pública em reclusos. Também organizou a anual "Exposição de artesanato dos reclusos do EPM", espera que a comunidade pode sentir a determinação dos reclusos reentrem na sociedade, a partir de cada peça cuidadosamente acabada, e apoiando a realização de vontade de reintegração social.

9. Coordenar acções da protecção civil

O Gabinete Coordenador de Segurança empenhou-se na coordenação da do trabalho de melhoria do Centro de Protecção Civil, aumentando os equipamentos informáticos, opti-

mizando a operação da estrutura de protecção civil; elaborando o “plano de protecção civil” para substituir o original “programa de protecção civil de tufão”, e realizando o exercício do acidente nuclear (exercício no posto de comando). O Gabinete Coordenador de Segurança desempenha activamente um papel de coordenação, actualizando o plano de acção de resposta a incidentes em larga escala, realizando a produção “planos da contingência do acidente nuclear vizinha da Região Administrativa Especial de Macau” para substituir o original “plano de contingência do acidente nuclear”.

Por outro lado, respeitamos e articulamo-nos com o papel de fiscalização a Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau. Quanto à garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, a CFD apresentou-nos a grande número de sugestões construtivas e positivas.

A Comissão de Acompanhamento das Medidas de Dissuasão do Tráfico de Pessoas desenvolve activamente os seus trabalhos, coordenando os serviços competentes para combater o crime de tráfico de pessoas. O CPSP organizou o curso de formação respectivamente com os Serviços de Saúde e o Instituto de Acção Social, a fim de melhorar a técnica do pessoal da linha frente no tratamento de casos de tráfico de pessoas e da vítima de tráfico de pessoas. O Instituto de Acção Social celebrou o acordo de cooperação com a Organização de Migração Internacional para apoiar o regresso da vítima ao seu lugar de origem e acompanhar a situação após o seu regresso. A Comissão organizou palestra nas escolas secundárias em Macau, através da qual apresentando o conteúdo da lei de combate ao crime de tráfico de pessoas e os assuntos a observar.

Linhas de Acção Governativa para 2012

No ano que vem, vamos concentrar-nos os seguintes níveis: a construção padronizada das forças policiais, a construção de informatização policial, e a criação de um relacionamento harmonioso com a comunidade, contribuimos para elevar o nível de vida quotidiana. Em relação às linhas de acção governativa na área de segurança para o ano 2012, vamos programar os trabalhos em 13 sectores classificados em razão de natureza de trabalho e atribuições dos órgãos.

(1) Optimizar o modelo de gestão para promover a construção padronizada das forças policiais

Aderir a justa, rigorosa e civilizada aplicação da lei, é a força vital do trabalho policial, mas também é das funções e valor básicos da polícia. Portanto, as forças de segurança e departamentos têm de se adaptar activamente ao desenvolvimento social, serviço ao público, reforçando a construção padronizada em termos de sistema, disciplina e formas de aplicação de lei.

Em primeiro lugar, na administração e gestão, melhorar a eficiência do trabalho é questões centrais da administração pública. Para se articular com a optimização da política da

administração do Governo. Em 2012, através do equipamento de informação electrónica, otimizar o programa administrativo, e articular-se com a ética do trabalho “Governo transparente” e “integridade”, de modo que a administração interna é mais eficiente e suave para prestar serviços de qualidade ao público em geral. Vamos prestar mais atenção à orientação psicológica, cuidando comunhão, amor e seu pessoal em todos os níveis da vida, cuidando das necessidades de pessoal e desenvolvimento, especialmente, fortalecendo a comunicação entre os níveis superior e inferior, de modo que os funcionários têm objectivos claros e direcção, ao mesmo tempo, preocupando com o stress emocional do pessoal, de forma o pessoal tem o ambiente de trabalho saudável.

Em termos de construção da equipa, aperfeiçoar constantemente o sistema de gestão eficaz e justo para promover activamente a equipa, e melhorar o moral geral e espírito de equipa. Implementar e estudar a elaboração de directrizes completas de trabalho a que o pessoal em todos os níveis sujeita e concedendo a necessária formação ao pessoal. Criar uma boa cultura de trabalho, reforçar o conhecimento do pessoal no cumprimento de lei, reforçar a supervisão disciplinar, tratar das violações disciplinares firmemente e punir o mau e premiar o bom. Para regular as instruções de operações do agente da linha de frente na aplicação da lei, é necessário distinguir entre diferentes ambientes de aplicação da lei, unificando a linguagem e gesto de aplicação da lei para a aplicação de lei ser civilizada e correcta. Para reforçar a supervisão da aplicação da lei, assegurar o exercício de direitos e cumprimento de atribuições segundo as competências e processos legais. Ao mesmo tempo, elevar a transparência da aplicação da lei, envidamos os esforços para fazer com que o público possa testemunhar e tomar conhecimento das operações justas de aplicação de lei. Em resposta à reestruturação orgânica dos serviços, colocar razoavelmente os recursos humanos.

(2) Insistir a polícia científica e promover informatização policial

Perante a nova situação de segurança, as autoridades de segurança continuarão a implementar o conceito de polícia científica através de uma variedade de medidas. O trabalho de investigação deve, com base na experiência de investigação criminal tradicional, articular-se com o tempo, através da introdução de equipamentos de alta tecnologia e aplicação da nova tecnologia de investigação, de tal modo que reforça a produção de provas e melhora a eficiência de investigação. Por um lado, através da introdução de equipamentos automáticos, tais como a introdução de sistema de auto passagem, para atingir o objectivo de redução de pessoal, aliviar a pressão de mão de obra policial, e implantar mais policiais para lidar com o trabalho da polícia da linha de frente, por outro lado, através da introdução de equipamentos de alta tecnologia de investigação, tecnologia, compra de uma variedade de produtos electrónicos de alta tecnologia para apoiar a investigação, equipamentos de polícia e melhoria da função de hardware de computador e software, tais como a actualização equipamentos de informática, a criação de bancos de dados criminais, a introdução de equipamentos avançados de forense de crime, aumentando as capacidades de produção de provas e de investigação criminal a fim de conduzir criminosos à justiça.

O sistema de informação criminal coordenado pelos SPU, irá coordenar o departamento de investigação criminal para alcançar o compartilhamento de recursos, melhorar os arqui-

vos de cada vez maior criminal e policial, para acelerar o gerenciamento de computadores, a investigação ficar mais eficiente. Para reforçar a formação técnica, em particular para alguns novos equipamentos e instalações, familiarizando a operação desses equipamentos e dominando as habilidades, para aproveitar ao máximo o poder da tecnologia. Aumentar o equipamento electrónicos do pessoal da linha de frente, a fim de que ele pode responder prontamente às necessidades de cena.

A PJ vai continuar a introduzir equipamentos de alta tecnologia forense e aplicação de tecnologias avançadas, e através da realização de as actividades de formação relevantes, melhorar o nível profissional da aplicação da lei, e fortalecer a resposta ao crime de alta tecnologia e aos casos criminais complexos, para fornecer o apoio mais rápido e melhor à investigação do crime e trabalho forense.

(3) Dinamizar o policiamento comunitário e promover uma relação harmoniosa com o público

Construir uma relação harmoniosa com o público é uma garantia fundamental de manter a ordem e estabilidade social sob a nova situação. Temos de explorar activamente o policiamento comunitário no novo ambiente social, respondendo às necessidades de segurança pública, polícia, estabelecendo uma ponte de ligação entre a polícia, a imprensa e o público, para criar uma interacção da polícia com o cidadão que é propício para o trabalho policial, um bom ambiente de harmonia e estabilidade social. O policiamento comunitário deve alargar a sensibilização, sendo necessárias as medidas de activação, por meio de actividades flexíveis e diversificadas e a real eficácia da polícia na resolução do problema de segurança da comunidade, para deixar os cidadãos compreender, apoiar, cooperar, ajudar a polícia no trabalho de execução, e progressivamente realizando a relação harmoniosa entre a polícia e o cidadão ideal para combater em conjunto o crime.

Continuar na comunidade, associações cívicas e escola, através da comunicação e de contacto, discussão e intercâmbio, publicações, propaganda dos média e outros métodos, a sensibilizar, a activar o policiamento comunitário, para atingir o objectivo prevenção da criminalidade, discutindo várias questões que afectam a vida da população bem como a sua estratégia de segurança, ou estudando as medidas preventivas adequadas para proteger a parceria mútua, aumentando a confiança mútua, a fim de alcançar optimização do trabalho comunitário policiamento. Continuar a organizar "construção do novo ambiente comunitário" nova", "Carnaval de segurança rodoviária", "Plano de exibição da banda nas escolas" e "Seminário de prevenção de delinquência juvenil", bem como nas actividades de aniversário.

Continuaremos a reforçar a comunicação e os intercâmbios com os média. No âmbito de comunicações, relações públicas e cooperação, iremos rever e melhorar a política e técnicas da comunicação e divulgação de informação. Promoveremos, através do mecanismo da porta-voz do Governo, a manutenção de uma relação positiva e amigável cooperativa, e a compreensão mútua e sabedoria colectiva, de modo a reforçar a cooperação mútua. Através de cooperação dos média, divulgamos atempadamente as mensagens relativas aos traba-

lhos de área de segurança, transmitindo as informações sobre a garantia de segurança dos cidadãos e de prevenção criminal, desenvolvendo a sensibilização sobre o cumprimento de lei, etc..

(4) Manter a segurança pública, assegurar a tranquilidade de vida e paz

No ano que vem, vamos continuar a planear e preparar as matérias relacionadas com a segurança interna, no sentido de deixar o público, viver e trabalhar normalmente num ambiente seguro e estável. Para garantir a segurança pública e consolidar o sistema de segurança interna, os trabalhos a desenvolver no seguinte ano são:

Exercer as suas funções policiais para realizar rotina de trabalho para combater e prevenir o crime. Tendo em conta o desenvolvimento de cada distrito de Macau, planeamos estrategicamente o trabalho e modos de patrulha no próximo ano, analisando e apresentando recomendações sobre a situação do crime para desenvolver estratégias de resposta rápida. Enviar o pessoal para monitorar no local de ocorrência frequente do crime, combatendo os crimes de furtos, roubo, de fogo posto e outros crimes para assegurar a segurança pública. Em grandes feriados públicos, irá aumentar o pessoal envolvido em patrulhas diurnas e nocturnas. Ao mesmo tempo, para prevenir e combater as actividades ilegais, portanto, todos os dias serão organizadas diversas intercepções.

De acordo com procedimentos policiais e programa de cooperação, realizar, no momento adequado, operações policiais especiais conjuntas transfronteiriças em larga escala, para erradicar elementos criminosos e eliminar os riscos de segurança. Usar também iniciativas de precaução no Inverno para implementar o policiamento comunitário e melhorar a consciência pública sobre prevenção da criminalidade. Nos sítios com aglomerações das pessoas, local de obras de construção, instalações de entretenimento, locais históricos, efectuar inspecções regulares ou improvisadas e operações anti-crime. Além do centro urbano, vão patrulhar, à alta noite, os locais em torno do Aeroporto, o Terminal Marítimo, montanhas, para prevenir e combater a imigração ilegal, furto, roubo. E realizar na vizinhança do parque e trilho de vez em quando a patrulha anti-crime e a pesquisa.

A fim de manter a ordem dentro de casino, irá enviar mais pessoal para monitorar e patrulhar os casinos, mantendo o estreito contacto com o interior do pessoal de segurança dos casinos, tratando atempadamente de todos os tipos de crime inesperados. A fim de efectivamente reduzir o fluxo de drogas para Macau, vai reforçar o controlo de pessoas suspeitas em cada posto fronteiriço, fortalecer a colecta de informações, reprimir os criminosos que têm tentativa de usar Macau como ponto de trânsito para as drogas. Também irá melhorar o trabalho anti-drogas em Macau, com especial atenção à situação de proliferação de drogas no mercado nocturno, a fim de combater oportunamente.

(5) As informações orientarem a investigação criminal, reprimir os crimes graves

Para implementar a filosofia moderna de investigação criminal a “inteligência conduzir a investigação criminal”, reforçaremos, nos departamentos relevantes, a recolha de inteli-

gência, para tomar a iniciativa de aplicação da lei. Através de elaboração e implementação de regras de funcionamento do sistema de informação, de reforço contínuo de capacidade integrada de inteligência e de aplicação de lei, do melhoramento do hardware e software do sistema de rede de informação, implementar um funcionamento harmonioso em termos de recolha, análise, execução, avaliação, no sentido de satisfazer, de forma flexível e rápida, as necessidades de moderna investigação criminal, prevenindo e combatendo efectivamente diversas actividades criminosas graves e de alta tecnologia.

Continuará a trabalhar com as regiões circundantes e os departamentos executores de lei a nível nacional para fortalecer a troca de informações e feedback de informação, especialmente para recolher e reunir informações sobre uma variedade de crime transfronteiriço, novo modus operandi de prática de crime e actividades terroristas, para facilitar a pré-interceptação e investigação eficaz dos crimes por parte do departamento de investigação criminal, integrando internamente as informações e dados obtidos relacionados com uma variedade de crimes, aprofundando a análise, de forma integrada, de informações no sentido de estar empenhado em melhorar a precisão das informações e apoiar a utilidade da investigação criminal.

Em processo de prevenção e investigação de todos os tipos de crime, vamos ajustar a estratégia de policiamento, a luta contra o crime de drogas é uma tarefa importante. Vamos coordenar a divisão do trabalho de departamento executor de lei, para formar um mecanismo de combate envolvido em diversa força policial, a fim de reforçar a capacidade de controlo e de detecção de droga por parte de posto fronteiriço marítimo, terrestre. Reforçar o controlo de actividades ilícitas on-line, prevenindo e combatendo com eficácia a criminalidade on-line. Irá melhorar a qualidade profissional e nível de aplicação da lei, dominando, com a precisão, a inteligência no sentido de fortalecer a investigação e combate os crimes informáticos e criar para Macau um ambiente seguro e ordenado de informações da rede.

(6) Facilitar o comércio e passagem alfandegária, combater o contrabando e proteger a propriedade intelectual

Após o estabelecimento dos SA, empenha-se activamente no reforço da cooperação com o sector empresarial e comunicação da indústria de transportes. A indústria de exposições e convenção da Macau desenvolvem-se rapidamente, e exibindo a diversificação dos produtos, o modelo e a eficiência do processo desalfandegário precisam de ser tratados adequadamente, a propriedade intelectual dos produtos também devem ser sujeitos a uma protecção rigorosa. O desenvolvimento e inovação da economia trazem desafios para os trabalhos dos SA. Nos últimos anos, os desenvolvimentos recentes a nível alfandegário no mundo estão se movendo para facilitar a passagem aduaneira, para ajudar o respectivo sector, mas também precisa de reprimir estritamente o contrabando e a evasão fiscal e outras actividades ilegais, indo evoluir com o tempo para atender o desenvolvimento diversificado e adequado da economia de Macau.

A outra atribuição importante dos SA é manter a segurança da navegação nas águas da Macau e da estabilidade da ordem pública. Com o aumento do número de visitantes, as

embarcações de alta velocidade e aumentando voos, enquanto a construção da Ponte entre Hong Kong, Zhuhai e Macau e do túnel do mar entre Hengqin e a Universidade de Macau estão em pleno andamento, o canal tem tornado-se cada vez mais frequente, aumenta cada vez mais o risco da segurança. Os SA vão reforçar a patrulha e actualizando os barcos e equipamentos electrónicos, a fim de melhorar a eficiência de patrulha e busca e salvamento.

Tendo em conta as tácticas dos traficantes de drogas, os SA irá continuar a trabalhar com os departamentos policiais e alfandegários locais e das regiões vizinhas para manter a troca de informações e cooperação aduaneira na investigação, nas operações conjuntas e programas especiais de treinamento e outras actividades. o avanço da tecnologia leva novas infracções on-line. Para isso, os SA também melhoram a capacidade de execução de lei, reforçar a cooperação internacional, através da compra de produtos e equipamentos avançados de alta tecnologia para aumentar a nossa capacidade. Serão comprados os equipamentos de detecção de anti-pirataria on line, enviando o pessoal para receber a formação sobre a investigação na Internet e técnicas de colecta de provas em Hong Kong.

(7) Combater o incêndio e prevenir o desastre, resposta atempada para garantir a segurança dos cidadãos

Para articular-se com o bom andamento da infra-estrutura importante, no plano de trabalho de 2012, irá reforçar a formação do pessoal estudando para elevar as técnicas de salvamento, fortalecer equipamentos de resgate, reforçar a prevenção de incêndio, otimizar os procedimentos administrativos, e implementar o princípio “servir melhor o cidadão”, esforçamo-nos para oferecer um melhor serviço.

o CB vai continuar a acompanhar a alteração do regulamento de segurança contra incêndios, a promover a educação de segurança contra incêndio, a proceder a inspecções de segurança, especialmente a vistoria transfronteiriça de complexo de construção de grande envergadura de Hengqin, para salvaguardar a segurança contra incêndios. A tecnologia de serviço de bombeiros avança rapidamente. Com o aumento da eficiência do trabalho de resgate e melhoramento do modo de salvamento, todos os dias aparecem novas ferramentas de fogo e veículos, a fim de apanhar com o desenvolvimento da prevenção de incêndios em todo o mundo, e de aumentar a capacidade de salvamento de Macau, o CB cria um grupo especializado para pesquisar novos equipamentos de resgate e informações do veículo, mantendo a comunicação com o pessoal da linha de frente para compreender e analisar os prós e contras das ferramentas existentes e veículos para trabalhar com o desenvolvimento da acção. Planear o serviço de bombeiros nas infra-estruturas, tendo em conta diversos temas de combate ao incêndio, tais como o colapso, resgate no arranha-céus, a investigação de caso de incêndio, facultamos o treinamento especial para funcionários da linha de frente para melhorar a eficiência de processamento do desastre.

O Gabinete Coordenador de Segurança irá coordenar os serviços competentes e os serviços da estrutura de protecção civil no acompanhamento e revisão da suspensão de fornecimento de electricidade de Macau. Em relação ao vazamento nuclear do Japão, será revisto

o plano de contingência nuclear de Macau. Cada serviço de estrutura de protecção civil reforça activamente a cooperação e exercícios no trabalho de protecção civil com as regiões vizinhas, incluindo o reforço da comunicação, cooperação e troca de informação inter-regional em termos de emergências públicas.

(8) Reservar o pessoal qualificado, reforçar a formação para desenvolvimento futuro

Embora haja a escassez de alívio de mão de obra, para lidar com a expansão das áreas urbanas com o aumento da população e de turistas, aparecimento do crime novo, a existência de novos casinos e novas tarefas, muitos organismos policiais ainda estão perante a falta de pessoal. Para atender às necessidades de desenvolvimento das FSM, a ESFSM vai tomar várias medidas, tais como, construção de barracões, salas de aula e outras instalações, e ajuste do período de treinamento, a fim de aumentar a máxima capacidade de formação.

Para implementar o conceito de servir o cidadão do Governo, a ESFSM além de formação regular, realiza todos os tipos de cursos de curta duração, a fim de melhorar os elementos das FSM a nível profissional e psicológica, para melhor servir o público. A ESFSM continuará a reforçar as fileiras de formação de recursos humanos, de acordo com as necessidades de ordem social para definir cursos de alta qualidade. Os graduados não só dominam habilidades de trabalho, mas também têm uma qualidade mental saudável.

Os serviços de todos os níveis das FSSM têm formulado as actividades de formação e intercâmbio relacionados com suas respectivas áreas de trabalho, incluindo a Escola de Polícia do CPSP e a Escola de Polícia da PJ e demais instituições de formação interna. Para elevar os conhecimentos profissionais, técnica profissional, capacidade linguística, qualidade psicológica, foram ministrados cursos de formação prática.

(9) Utilização dos recursos e garantir uma sólida infra-estrutura e equipamentos

No próximo ano, vai coordenar grandes projectos de infra-estrutura, acompanhando o progresso de construção para assegurar que as FSM e organismos usam oportunamente as novas infra-estruturas, para fornecer serviços de trabalho de qualidade em bom ambiente. Quanto ao equipamento, a DSFSM no o próximo ano continuará a reforçar o contacto ea coordenação com os vários departamentos, a fim de assegurar que os equipamentos e bens ficam mais completos, para atender melhor as necessidades. No controle de materiais, continuará a reforçar a conscientização do departamento sobre a importância da execução de materiais, acompanhando o processo de registo de levantamento de materiais e contando periodicamente para assegurar que os materiais das FSM são bem controlados.

Os respectivos trabalhos dizem respeito a vários projectos das corporações e serviços das FSM, por exemplo, com a instalação de arranha-céus em Macau, a fim de manter uma boa cobertura do sistema de comunicação das FSM, em 2012 planeia o aumento da uma estação base de rádio para melhorar a cobertura e estabilidade do sistema. Instalar equipa-

mento de posicionamento GPS nos carros de patrulha do CPSP, para facilitar a organização de veículos. Preparar o funcionamento do novo Terminal Marítimo da Taipa. Acompanhar as obras de decorações do novo edifício da Polícia Judiciária no sentido de entrar em funcionamento quanto mais rápido possível, etc..

(10) A gestão inovadora da cadeia, ajudar a reinserção social

Em primeiro lugar, para melhorar a eficiência de gestão e administrativas, O EPM tomará a atitude mais aberta em relação à aprendizagem e oportunidades de partilha de experiências, aplicando os conceitos de gestão apropriados e ferramentas utilizadas ao trabalho prático. Dos anos anteriores de experiência, tem sentido profundamente que o desenvolvimento sustentável da prisão tem por base a boa gestão e os laços estreitos entre as funções e os serviços. Portanto, a prisão continuará a melhorar constantemente o conhecimento de gestão e capacidade de implementação e através da aprendizagem, de modo que todos os funcionários compreendem o significado profundo do trabalho em equipa.

Quanto à vigilância e segurança, vai elevar a capacidade de reacção, alargando o uso do sistema electrónico e equipamentos de monitoramento de segurança. Como as mudanças social e económica de Macau, a estrutura da população prisional nos últimos anos também teve uma mudança significativa, além de fortalecer a capacidade de resposta, planeia a reestruturação dos postos funcionais dos guardas prisionais. Enquanto isso, implementa, a título experimental, o controle do tabaco nas celas. No que diz respeito às instalações de hardware, vai reforçar a coordenação de construção de novas prisões, a fim de ser concluída no prazo previsto, para entrar em funcionamento quanto mais rápido possível.

Para apoiar a reinserção social dos reclusos, organiza uma série de aconselhamento, educação e programas de treinamento para reclusos, no futuro realiza grandes eventos públicos, no sentido de ajudar os reclusos a obter mais apoio social.

(11) Facilitar o cidadão com serviço eficiente, promover os serviços de migração electrónicos

O Serviço de Imigração é uma janela de Macau para o exterior, sendo um serviço público da linha de frente que está intimamente relacionado com os cidadãos. Como satisfazer as necessidades dos residentes e visitantes, para se adaptar às novas circunstâncias, continuar a introduzir as medidas de conveniência, eficiente e de alta qualidade, é uma questão importante para o Serviço de Migração. Nos últimos anos, tem-se revelado que servir o público, a conveniência de gestão da qualidade é promover o desenvolvimento e o progresso do Serviço de Imigração.

Vamos exercer as funções legais em articulação com o tempo, de acordo com os princípios de igualdade de tratamento e da cortesia, fornece um serviço de qualidade, esforçando-se para melhorar a diversidade e facilitação dos serviços, instalando razoavelmente canais de migração, incrementando o sistema de auto-passagem, implementando o serviços de conveniência para o público, e tomando o serviço de reserva on-line e tratamento de do-

cumentos on-line, alargando o tempo e o espaço de serviço. Reforçando para melhorar os serviços de tecnologia da informação e de socialização, através da integração de recursos de informação e ampliar as funções do governo electrónico para melhorar ainda mais a eficiência e eficácia. Elevar a função do sistema de auto-passagem, considerar expandir o âmbito de utentes do sistema de auto-passagem, melhorar a eficiência costumes apuramento. Actualmente, além de os residentes de Macau, os residentes permanentes de Hong Kong, os trabalhadores não residentes, os estudantes estrangeiros, o portador do salvo-conduto por missão oficial e aqueles que têm a autorização especial para permanência.

(12) Regulação conjunta para garantir a ordem rodoviária por via de educação e sanção

No próximo ano, o Departamento de Trânsito do CPSP continua a tomar medidas de precaução, incluindo acções de promoção, e em conjunto com outros funcionários do governo executam a lei em alguns pontos negros do tráfego. Combinadas com as informações existentes e sistemas de inteligência, procede a intercepção de rotina com uma cobertura mais abrangente e eficiente, aproveitando os existentes e novos “sistemas de exame de velocidade fixos” e “sistema de velocidade móvel” para conter excesso de velocidade, outras infracções que desrespeitam a segurança doutros utentes da estrada, e reduzir os acidentes. Na luta contra a condução alcoólica e excesso de velocidade, aumenta a operação “stop”, cabendo ao grupo de inquérito de acidente investigar acidentes graves.

No processamento de infracções, além de reforçar a aplicação da lei, vai otimizar o mecanismo de processamento de auto, desenvolvendo os sistemas de informação para gerenciar auto e multa. No contexto da segurança rodoviária: iremos em cooperação com os departamentos relacionados com o sistema de segurança rodoviária, fortalece a conscientização pública da segurança rodoviária, reduzindo acidentes de trânsito e infracções de trânsito, coordenando e desenvolvendo programas de tratamento abrangente, estudando para melhorar a infra-estrutura rodoviária, especialmente o sistema de sinal de trânsito para reduzir o ponto negro do tráfego; realizando o gerenciamento de tráfego em conjunto em articulação com o projecto de metro ligeiro.

(13) Ampliar a cooperação policial para combater em conjunto o crime transfronteiriço

A partir do desenvolvimento de situação da segurança internacional, situação actual e futura da sociedade, perante a tendência de crime trans-regional e transnacional, aumentar, consolidar e aperfeiçoar a cooperação policial multi-nível e regional, melhorar o desempenho da polícia, e promover a polícia internacional, é imperativo.

Sob a nova situação, vamos aprofundar a cooperação policial regional e internacional, na base de colaboração normal, compartilhamento de recursos, troca de informações, interação regional, benefício mútuo, enriquece o conteúdo da cooperação, medidas e formas de cooperação inovadoras, métodos, alargando o âmbito de cooperação, as áreas. Insistir na defesa dos interesses de segurança pública em primeiro lugar, lutando resolutamente contra

o crime transnacional e transfronteiriço, para salvaguardar a segurança pública, protegendo a vida e a propriedade e fazer uma maior contribuição.

Continuará a desempenhar a função do mecanismo de cooperação com as autoridades da China Continental, implementando a cooperação multi-nível, multi-canal, através de reuniões regulares e contactos, homólogos hotline, consultando os projectos de cooperação, desenvolvendo programas coordenados para coletar e manter-se mutuamente informados sobre as últimas atividades criminosas, para combater o crime de drogas, o controle da prostituição e auxílio dos imigrantes ilegais e falsificação de documentos, e outros crimes transfronteiriços organizados, a fim de garantir em conjunto a segurança e a estabilidade regionais.

As referidas linhas de acção governativa na área de segurança definem claramente a direcção de trabalho sendo implementadas por todos os serviços de segurança e corporações das FSM, a fim de estabelecer uma equipa eficiente, íntegra e profissional para proteger a vida das pessoas e bens dos cidadãos de Macau, e viver e trabalhar em paz e manter a prosperidade e desenvolvimento da RAEM. Olhamos para o futuro, sob o activo progresso e apoio multifacetado, de modo que Macau continua a ser cidade mais segura do mundo.

Área dos Assuntos Sociais e Cultura

Em 2011, todas as áreas dos assuntos sociais e cultura, na linha do princípio orientador “desenvolvimento concertado e progresso harmonioso” e com o eixo da acção governativa centrado na “preocupação com a melhoria da vida da população e promoção do seu desenvolvimento”, estabeleceram-se diferentes políticas e medidas adequadas e oportunas, no sentido de prestar atenção e resolver os problemas relacionados com a vida da população, em cumprimento de um espírito científico e racional e de uma atitude activa e pragmática, ouvidas amplamente as suas aspirações e tendo os seus interesses fundamentais e as suas necessidades reais como ponto de partida; em simultâneo, com entusiasmo, foi impulsionada a consolidação de valores humanistas, no sentido de criar condições para a promoção do desenvolvimento integral e permanente das pessoas. Através do espírito de solidariedade, dedicação, unidade e equipa e em colaboração com a população, as equipas de trabalho de todas as áreas empenharam-se plenamente na implementação dos objectivos da governação, procurando transformar Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer e elevar, de forma contínua, a qualidade global da vida da população.

No domínio da Saúde

No ano de 2011, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), continuando a aplicar como política os “Princípios da prevenção prioritária e do tratamento adequado”, aumentou o investimento em recursos na saúde, reforçou a construção das infra-estruturas, adquiriu equipamentos e aparelhos, ampliou os serviços de assistência médica, intensificou a prevenção de doenças e cuidados de reabilitação, promoveu estilos de vida saudáveis, desenvolveu os recursos comunitários de saúde e colaboração externa, melhorou a legislação conexa, simplificou processos administrativos, continuou a apresentação de requisitos para obtenção do reconhecimento da Carta de Qualidade e esforçou-se pela elevação permanente do nível global dos serviços de cuidados de saúde. Face às mudanças de ordem social e económica, o Governo da RAEM intensificou o sistema de garantia de assistência médica, tornando-o mais robusto, abrangente e conveniente, através de uma política de serviços completos na saúde, ou seja, da aplicação de um modelo de desenvolvimento mútuo composto de três partes: o Governo, que assume a posição de liderança, os organismos de assistência médica sem fins lucrativos e as instituições privadas de saúde. Em resposta à tendência de envelhecimento da nossa população, o Centro Hospitalar Conde de São Januário criou um grupo de trabalho interdepartamental para desenvolver os serviços da especialidade de medicina geriátrica, designadamente, implementando, como prioridade e na primeira fase, uma consulta de memória dos idosos e uma enfermaria geriátrica; criou-se o Centro de Recursos para doentes oncológicos, melhorando o diagnóstico, o tratamento e os serviços de apoio aos utentes que sofrem de doenças deste foro; participou-se no projecto de acreditação internacional, com vista a elevar o nível da prestação dos serviços hospitalares e concretizar o objectivo de melhoria contínua de qualidade, através da verificação de gestão e funcionamento hospitalar por um terceiro organismo. Aprofundou-se continuamente a aplicação clínica de tecnologias informáticas, em favor do melhoramento do nível dos cuidados de saúde especializados;

prolongou-se o horário de funcionamento nos três Centros de Saúde que ainda não o praticavam, no espírito de melhor servir a população.

A aprovação do “Regime de prevenção e controlo do tabagismo” constituiu um marco no controlo do tabagismo; as subunidades dos serviços de saúde reforçaram a formação de inspectores destinada ao controlo do tabagismo e promoveram a nova legislação. Para efeitos de minimização do risco de incidência de doenças, deu-se continuidade aos projectos de edifício saudável e de escola saudável, juntamente com o desenvolvimento das actividades da Comissão de Prevenção e Controlo das Doenças Crónicas e da promoção de estilos de vida saudável. O Governo da RAEM implementou eficazmente a vacinação contra a gripe sazonal e tomou as demais medidas de prevenção e, entretanto, procedeu ao reforço de intervenção nos casos individuais de doenças infecciosas mais graves, bem como em resposta à crise nuclear provocada pelo sismo ocorrido no Japão através da colaboração com outras entidades públicas, a fim de manter a normalidade da vida local e do funcionamento das actividades económicas. Relativamente ao combate à pressão inflacionária, lançaram-se, com antecipação, os vales de saúde; por outro lado, para um aumento da cobertura de rastreio do cancro do colo do útero, continuou-se a ampliar a colaboração com os organismos de saúde sem fins lucrativos, subsidiando o exame de “papanicolau”.

A par disso, o Governo da RAEM esforçou-se pela aprovação do Regulamento Administrativo do Conselho para os Assuntos Médicos e do Regime dos Internatos Médicos no fim de 2011. Tendo por objectivo a harmonização com a conclusão da construção das instalações médicas, elaborou-se um plano preliminar e integral sobre a procura dos profissionais médicos. Para além disso, desenvolveu-se também um programa de cooperação de quatro anos, na medicina tradicional chinesa, com a Organização Mundial de Saúde, a fim de melhorar a capacidade dos gestores e das técnicas de investigação clínica desta medicina e promover o desenvolvimento da sua indústria em Macau, bem como criar as condições a favor de um plano ambicioso de uma adequada diversificação económica.

No ano de 2012, o Governo da RAEM continuará a assegurar o princípio orientador de “servir a população” nas suas acções. Com base no trabalho realizado neste âmbito, prosseguirá com o aumento da aposta nos recursos de saúde. Acelerar-se-á a construção de várias infra-estruturas, aperfeiçoar-se-ão os diferentes serviços médicos, reforçar-se-á o trabalho de prevenção e controlo no âmbito de saúde pública bem como estabelecer-se-á o sistema da assistência médica e criar-se-á a equipa de saúde, no sentido de proporcionar aos cidadãos um serviço de cuidados de saúde eficaz e seguro.

Na sequência do aumento da população idosa no território, o Governo da RAEM manterá a prestação e o reforço dos cuidados geriátricos, reforçará a integração e o investimento nos recursos para a cadeia de cuidados profilácticos, terapêuticos e de reabilitação, implementará novas medidas a favor dos idosos, tais como gestão de saúde pós-hospitalização, gestão de medicamentos, aconselhamento de saúde e programa de prioridade no atendimento médico, por forma que os idosos obtenham cuidados de saúde adequados e imediatos, assim apoiando e materializando a política de “manutenção dos idosos no seu meio sócio-familiar”.

Face à ameaça das principais doenças mortais, concretizar-se-ão os trabalhos de prevenção e tratamento precoce de determinados cancros graves, acelerar-se-ão as medidas de intervenção destinadas à prevenção e controlo de diferentes doenças crónicas, aprofundar-se-á a construção de uma cidade saudável e proteger-se-á a saúde dos residentes. Em cumprimento dos planos a médio e a longo prazo, criar-se-á gradualmente uma base de dados médicos central no sentido de se concretizar a partilha de recursos. Devido à entrada em vigor do “Regime de prevenção e controlo do tabagismo” em 2012, o Governo da RAEM está a intensificar a divulgação e a promoção da nova lei que, quando entrar em vigor, será executada rigorosamente, sendo, em simultâneo, reforçado o serviço de desabitação tabágica.

No que respeita à prevenção e controlo no âmbito de saúde pública, vai prosseguir a defesa contra eventuais surtos de febre de dengue e de gripes sazonais, concretizando e desenvolvendo acções profilácticas em prol da saúde nos pontos de entrada previstos no “Regulamento de Saúde Internacional (2005)”, bem como completando o mecanismo e o sistema de controlo sanitário e anti-epidémico dos postos fronteiriços. Reforçar-se-ão a vigilância do sarampo e a vacinação de populações específicas e promover-se-ão activamente a prevenção e a educação contra a SIDA.

Além disso, reforçar-se-ão todos os trabalhos de regulamentação e legalização no âmbito da saúde e otimizar-se-ão as infra-estruturas do sistema de saúde. Após a criação do Conselho para os Assuntos Médicos o Governo da RAEM, com base na avaliação das habilitações profissionais e no regime do seguro de responsabilidade civil, procederá de novo à elaboração da Lei do Erro Médico, através do estudo e discussão com os profissionais provenientes dos sectores de saúde, de seguros e jurídico, prevendo-se entrar no processo legislativo no quarto trimestre de 2012; executar-se-á e concretizar-se-á o plano de formação de médicos, consolidar-se-á e ampliar-se-á a cooperação com os organismos de assistência médica sem fins lucrativos e as instituições privadas de saúde, bem como manter-se-á a ligação estreita com a Organização Mundial de Saúde e com os países e regiões vizinhos e continuar-se-á a desenvolver o plano de cooperação no âmbito da medicina tradicional. Em observância do espírito das Linhas Gerais do “12.º Plano Quinquenal para a Economia Nacional e o Desenvolvimento Social (doravante designada por Linhas Gerais do “12.º Plano Quinquenal”) do país e das “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e o Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas”, o Governo da RAEM levará a efeito a instalação de diversas infra-estruturas de saúde e a optimização da prestação de cuidados de saúde, a fim de estabelecer um sistema de saúde moderno e com bom funcionamento, por forma a alcançar a meta do Governo de transformar Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer.

No domínio da Educação

Em 2011, o ensino superior de Macau continuou desenvolver-se, de forma estável. As dez instituições de ensino superior, no seu conjunto, oferecem um total de 200 cursos de

diploma, bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento, havendo mais de 32.500 estudantes matriculados e um contingente de cerca de 2.000 docentes.

O Governo da RAEM acompanhou o trabalho legislativo da lei do “Regime do Ensino Superior”, fazendo as revisões e as alterações finais sobre as disposições da proposta de lei e apresentando-a para discussão ao Conselho Executivo. Em simultâneo, iniciou-se o trabalho de elaboração dos demais projectos de diplomas legais complementares. Para além disso, procedeu-se à optimização do mecanismo de atribuição de bolsas para estudos pós-graduados no sentido de melhor apoiar a aprendizagem. Melhoraram-se as bases de dados para o ensino superior e desenvolveram-se os preparativos relativos à execução do Regime de Avaliação do Ensino Superior e à criação de bases de dados sobre os recursos humanos qualificados. Criou-se um *Blog* para os estudantes de ensino superior, de forma a proporcionar-lhes, em tempo oportuno, as informações do ensino superior e a constituir o meio de comunicação entre o Governo e os estudantes. Por outro lado, realizaram-se actividades diversificadas para os estudantes, que incluíram visitas dos estudantes excelentes do ensino superior de Macau à Europa para alargar a sua visão internacional.

Quanto à cooperação regional na área do ensino superior, o Governo da RAEM continuou a apoiar as respectivas instituições na celebração de acordos de cooperação com entidades homólogas da RAEM e estrangeiras, no sentido de se desenvolverem acções de cooperação. No âmbito da cooperação entre instituições de ensino superior de Macau e do Interior da China, foram criados dois laboratórios-chave de nível nacional nas áreas da medicina tradicional chinesa e da tecnologia micro-electrónica. Para além disso, iniciaram-se, progressivamente, os projectos de construção do novo campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin. As instituições de ensino superior levaram a efeito a optimização e a reforma dos seus cursos, com vista a corresponder às necessidades sociais e à natureza do seu ensino. Com o intuito de promover o desenvolvimento global dos estudantes, algumas instituições de ensino superior desenvolvem nos seus planos de estudo, de uma forma completa, a cultura geral, estabelecendo o regime dos colégios residenciais.

Em 2012, o Governo da RAEM continuará a seguir as linhas orientadoras da “Construção da prosperidade de Macau através da Educação”. Investirá mais recursos na educação, concretizará gradualmente as disposições da lei do “Regime do Ensino Superior”, desenvolverá o trabalho legislativo relativo aos diplomas legais complementares, bem como promoverá ordenadamente o melhoramento constante do regime do ensino superior de Macau, através da reestruturação dos respectivos serviços administrativos e da criação de um mecanismo de coordenação e desenvolvimento. Para além disso, continuará os preparativos relativos à execução do Regime da Avaliação do Ensino Superior, apoiará as instituições de ensino superior a fazerem a sua avaliação enquanto instituição e da qualidade dos cursos; promoverá a cooperação regional e as actividades de intercâmbio, com o objectivo de elevar permanentemente os níveis pedagógico e de investigação científica; melhorará ainda mais o trabalho de recolha e de organização dos dados do ensino superior e procederá a um estudo para a criação de uma base de dados

sobre os recursos humanos qualificados, de forma a proporcionar ao Governo da RAEM fundamentos científicos para a definição de estratégias.

Por outro lado, proceder-se-á ao estudo sobre criação de um mecanismo de acesso unificado para as instituições de ensino superior públicas. Ir-se-á unificar, planear e coordenar a atribuição de bolsas de estudo na área do ensino superior; estudar-se-á a atribuição de mais apoio financeiro aos pós-graduados de Macau, a fim de reforçar o apoio ao prosseguimento dos seus estudos. Proporcionar-se-á formação contínua aos estudantes excelentes do ensino secundário; apoiar-se-ão os estudantes premiados no Concurso do Programa de Empreendedorismo para que possam concretizar o seu programa. Convidar-se-ão individualidades de reconhecido mérito e representantes dos vários sectores sociais para partilharem a sua experiência com os estudantes, através do acesso a uma plataforma da Internet, a fim de os apoiar na definição do seu rumo de desenvolvimento.

Continuar-se-á a otimizar o “Blog para os Estudantes de Ensino Superior de Macau”, desenvolvendo as suas funções como plataforma de comunicação entre o Governo da RAEM e os estudantes ou entre os próprios estudantes; criar-se-á um mecanismo de comunicação, sobre eventuais crises, entre as instituições de ensino superior e os respectivos serviços governamentais; organizar-se-ão, periodicamente, actividades subordinadas ao tema “Amor pela Pátria e por Macau”; dar-se-á apoio financeiro aos estudantes na realização das suas próprias visitas de aprendizagem e de intercâmbio ao exterior, em prol do alargamento da sua visão internacional.

As instituições de ensino superior iniciarão gradualmente o trabalho de revisão e de alteração dos seus estatutos. Em simultâneo, continuarão a desenvolver as suas vantagens nas áreas pedagógicas e de investigação científica, a reforçar o desenvolvimento da cooperação e do intercâmbio com o exterior, a melhorar os planos de estudo e as modalidades pedagógicas dos seus cursos. As obras do novo campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin estarão concluídas até 2012 e a Universidade iniciará várias tarefas preparatórias relativas a essa mudança.

Em 2011, o ensino não superior teve por missão nuclear o aumento da qualidade educativa, tendo-se elaborado o “Planeamento para os Próximos 10 Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011-2020)”. Foi aumentado, de forma contínua, o investimento nos subsídios de escolaridade gratuita e de propinas, entre outros recursos educativos, acelerado o desenvolvimento das turmas reduzidas, mais desenvolvidas as funções de apoio do Fundo de Desenvolvimento Educativo em relação às escolas e o seu papel orientador para as políticas educativas.

Foi promovido, de forma activa, o trabalho legislativo relativo ao regime do pessoal docente das escolas particulares e preparada a sua implementação. Foi promovida nas escolas a criação de uma cultura e de um mecanismo eficaz de investigação pedagógica, a fim de fortalecer a constituição do corpo docente. Foi implementado de forma eficaz o “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”, impulsionado o desenvolvimento contínuo do ensino recorrente e da educação comunitária, de modo

a dar apoio eficaz à aprendizagem contínua dos residentes de Macau. Promoveu-se a reforma curricular, definindo o “Quadro da organização curricular da educação regular” e impulsionando o estudo e a elaboração dos currículos do ensino recorrente e a implementação do plano piloto dos currículos para o ensino infantil.

Aperfeiçoou-se o sistema de serviço educativo. Uma nova escola oficial, criada com base em instalações existentes, iniciou o seu funcionamento. Foi criado um novo modelo combinando a autoavaliação com a avaliação externa das escolas. Concluiu-se o exame preparatório do “Programa Internacional de Avaliação de Alunos de 2012” (PISA 2012) e o respectivo trabalho, reforçando a garantia da qualidade educativa. Foi fortalecida a Educação Moral e Cívica e impulsionado o desenvolvimento do ensino técnico-profissional.

Foi revisto e divulgado o diploma legal da escolaridade obrigatória, promovendo-se mais a igualdade de oportunidades de educação, nomeadamente com a concessão de apoio financeiro aos alunos com dificuldades económicas familiares, criando os cursos extensivos do ensino secundário geral para turmas pequenas do ensino especial, bem como disponibilizando aos alunos com necessidades de aconselhamento ou possibilidades de abandono escolar, educação a curto prazo e serviço de aconselhamento.

Foi estudada a implementação do disposto sobre educação no «Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau», aprofundando a cooperação e o intercâmbio educacional com a província de Guangdong e outras regiões do Interior da China, no sentido de fomentar, num horizonte ainda mais alargado, o desenvolvimento do ensino não superior de Macau.

Em relação aos assuntos da juventude, tendo como linha orientadora “Juntar as forças de todos os sectores da sociedade, cuidar do crescimento dos jovens”, acompanhou-se o trabalho de revisão do diploma legal sobre a composição, estrutura e funcionamento do Conselho de Juventude; foi revisto e planeado, de forma global, o trabalho do desenvolvimento integral dos jovens de Macau e fortalecida a relação de parceria com as associações e instituições envolvidas. Foi impulsionado o trabalho de estudo sobre a juventude, adquirindo conhecimento, sistemática e oportunamente, da realidade e necessidades do desenvolvimento juvenil.

Através da cooperação interdepartamental do Governo da RAEM, dos apoios dos diversos sectores sociais e da participação dos jovens, desenvolveram-se, de forma específica, diversos planos e actividades relativos ao crescimento dos jovens. Tendo-se aproveitado a comemoração do centésimo aniversário da Revolução Xinhai e a oferta dos pandas-gigantes a Macau pelo país, organizaram-se actividades inerentes. Realizou-se o “Plano de financiamento de cuidar do crescimento dos jovens” e promoveu-se o plano piloto “Trata-se de um professor e trata-se também de um amigo”. Foi criado o Centro de Bem-Estar e aperfeiçoadas as instalações e o ambiente dos centros e das pousadas de juventude, criando melhores espaços de actividades para jovens. Foram realizados vários colóquios subordinados ao tema “Os Jovens reflectem sobre a Sociedade” e actividades

conexas, reforçando mais a comunicação entre o Governo da RAEM e os jovens, no sentido de recolher as suas opiniões e promover a sua participação na sociedade.

Em 2012, o governo da RAEM, de acordo com as necessidades a longo prazo do seu desenvolvimento e em conformidade com a linha orientadora de “Construção da prosperidade de Macau através da Educação”, continuará a desenvolver a concretização do “Planeamento para os Próximos 10 Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011-2020)”, a valorizar a formação de quadros qualificados e a empenhar-se na promoção de igualdade na educação e na melhoria da qualidade educativa.

Será aumentado o investimento nos recursos destinados ao ensino não superior e desenvolvidas, plenamente, as funções do Fundo de Desenvolvimento Educativo, considerando o aumento do montante do subsídio da escolaridade gratuita e subsídios para o pagamento de propinas e de aquisição de material escolar, ao mesmo tempo que se alarga o limite do rendimento médio mensal dos agregados familiares para a candidatura às bolsas de estudo para o ensino superior e considerado também o aumento do número e dos montantes das bolsas de mérito.

Será promovido com veemência o espírito de respeito pela Educação e pelos docentes. Concretizar-se-á, com entusiasmo, o disposto na lei do “Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares” e as medidas envolvidas. Reforçar-se-ão as diversas formações profissionais, elevando o estatuto profissional do pessoal docente e a sua qualidade profissional e adoptar-se-ão medidas para atrair quadros excelentes para frequentarem os cursos de ensino superior na área da educação. Fortalecer-se-á o apoio ao desenvolvimento das escolas, optimizando o ambiente e as condições educativas, melhorando o respectivo regime e fomentando nas escolas a realização dos vários planos com características de desenvolvimento.

Continuar-se-á a impulsionar a avaliação escolar e desenvolver-se-ão, gradualmente, as novas formas de avaliação, reforçando, nos termos legais, a orientação sobre a utilização racional dos recursos financeiros das escolas particulares, de modo a aumentar a eficiência da sua gestão financeira. Continuar-se-á a aprofundar a reforma curricular, promovendo a legislação relativa ao “Quadro da Organização Curricular da Educação Regular,” impulsionando o estudo e a fixação das exigências sobre as competências académicas básicas e das instruções dos currículos para cada nível de ensino. Fomentar-se-á o plano piloto dos currículos, criando, gradualmente, um sistema curricular com características locais e correspondentes às necessidades de desenvolvimento futuro. Desenvolver-se-á, em maior grau, o regime de turmas reduzidas, incentivando a inovação da avaliação dos alunos e da forma pedagógica, elevando a eficiência do ensino.

Será concretizado o diploma legal revisto que define o regime da escolaridade obrigatória, continuando-se a aumentar o apoio dado aos alunos com dificuldades económicas familiares. Reforçar-se-á o aconselhamento aos alunos, optimizando o ensino especial e os serviços envolvidos, fomentando a criação de uma equipa profissional de

ensino especial e impulsionando mais o desenvolvimento do ensino técnico-profissional, de acordo com as necessidades do desenvolvimento social de Macau.

Será tido em conta, globalmente, o crescimento saudável dos alunos, reforçando nos alunos a educação moral, a educação sobre o amor pela Pátria e por Macau, a educação para a vida e a educação sexual, cultivando uma correcta filosofia de valores e de vida, elevando a sua qualidade física, capacidade linguística, horizontes internacionais e a capacidade de resistência a informações e tentações perniciosas. Será mais desenvolvida a elaboração dos diplomas legais e regimes relativos à educação contínua, implementando, com entusiasmo, o “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo” e realizada a sua avaliação intercalar. Empenhar-nos-emos no desenvolvimento activo do ensino recorrente e na promoção da educação comunitária e da educação familiar, criando uma atmosfera social dinâmica e positiva.

Será fortalecida a cooperação regional e o intercâmbio com o exterior, pondo em prática o disposto no «Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau», concedendo subsídios para pagamento de propinas aos alunos de Macau que frequentam cursos em Guangdong, bem como fomentando a cooperação e intercâmbio educacional com as restantes regiões do Interior da China, Região Administrativa Especial de Hong Kong, Taiwan e os países de língua oficial portuguesa.

No âmbito dos assuntos da Juventude, o Governo da RAEM continuará a ter como linha orientadora “Juntar as forças de todos os sectores da sociedade, cuidar do crescimento dos jovens”, construindo um mecanismo de prestação de informações aos jovens e desenvolvendo uma plataforma de permuta de informações juvenis. Dar-se-á apoio à realização de estudos sobre os jovens e aperfeiçoar-se-á o trabalho sobre os indicadores da juventude, fornecendo referências para uma governação científica sobre os jovens.

A composição do Conselho de Juventude será alargada, assim como aperfeiçoado o seu funcionamento, para que as suas funções consultiva e de plataforma de intercâmbio sejam eficazmente desenvolvidas. Acompanhar-se-á o planeamento geral do desenvolvimento integral dos jovens, formando-os para serem cidadãos participantes activos e que contribuam para a sociedade. Reforçar-se-á a relação de parceria de cooperação com as associações juvenis e as instituições envolvidas, apoiar-se-á o desenvolvimento do trabalho sobre a juventude no âmbito das finanças, instalações e formação de pessoal, elevando a eficiência de funcionamento das associações e a qualidade dos seus serviços.

As instalações para os jovens serão expandidas e aperfeiçoadas, aumentando os espaços para actividades. Preocupar-nos-emos com as necessidades de desenvolvimento físico e mental dos jovens, através de várias estratégias e medidas, melhorar-se-á a condição física dos alunos, cultivando-lhes hábitos desportivos duradouros e um estilo de vida saudável. Uma série de jornadas educativas e serviços serão desenvolvidos de forma específica, ajudando os jovens a estabelecer valores correctos e formando os seus sentimentos de amor pela Pátria e por Macau, para que se tornem cidadãos responsáveis, empreendedores e com espírito cívico. Apoiar-se-ão e incentivar-se-ão os jovens a fazerem

o planeamento da sua vida, serão ajudados no sentido de melhorarem a sua capacidade de resistência, assim como as capacidades de distinção e de resistência a comportamentos desviantes. Através de diversas acções, os jovens serão apoiados para que sejam activos, dinâmicos e tenham boas qualidades físicas.

O trabalho que tem por base o princípio “Trata-se de um professor e trata-se também de um amigo” será promovido de forma ordenada, reforçando o apoio ao crescimento dos jovens. Fomentar-se-á a participação dos jovens na sociedade, expandindo os canais e os níveis de expressão das suas ideias e promovendo a comunicação e compreensão mútua entre si. Eleger e elogiar um acto ou uma história distinta e emocionante serve como um bom exemplo para o desenvolvimento dos jovens. Através de várias medidas e programas, promover-se-á a participação dos jovens no trabalho de voluntariado, desenvolvendo neles o espírito de ajuda aos outros, para que se ajudem a si próprios. Aos jovens serão disponibilizadas oportunidades de participação em actividades internacionais, desenvolvendo os seus talentos e ampliando os seus horizontes internacionais.

No domínio da Acção Social

Em 2011, como consequência do aumento constante da inflação, verificou-se uma substancial pressão nos grupos sociais vulneráveis. Assim, o Governo da RAEM adoptou uma série de medidas eficazes, destinadas a assegurar a qualidade de vida desses grupos, a saber: o aumento do valor do risco social e do valor do apoio especial aos três tipos de famílias em situação vulnerável; a revisão do “Projecto de Serviço sobre Vida Positiva” e do “Plano de Apoio Comunitário ao Emprego”, elevando o limite máximo determinado para a dedução dos rendimentos e prorrogando o prazo de isenção e atribuição de um subsídio aos aderentes ao plano de apoio comunitário ao emprego para encorajar mais beneficiários desse subsídio a reintegrarem-se no mercado laboral; o prosseguimento do Plano de Apoio Alimentar a Curto Prazo e a entrega do respectivo serviço às instituições particulares, de forma a alargar a sua área de cobertura e reforçar a sua eficácia.

No âmbito do serviço de apoio à família, o desenvolvimento da educação pré-nupcial e da educação de vida, bem como a promoção activa das acções para a prevenção e tratamento do jogo problemático; o aumento gradual do número de vagas nas creches, bem como a introdução de modos diversificados do serviço das creches para satisfazer as diferentes necessidades das famílias, no plano dos serviços de apoio a crianças e jovens. Quanto aos serviços de apoio a idosos, com a conclusão do texto para consulta e da respectiva consulta pública sobre a “Lei de Bases dos Direitos e Garantias dos Idosos”, será acompanhado, de forma contínua, o trabalho legislativo; o reforço do apoio ao serviço de cuidados permanentes para idosos e o aumento do número de vagas do serviço de apoio aos idosos que sofram de demência senil.

Em relação aos serviços de reabilitação, com a entrada em vigor do “Regime de avaliação do tipo e grau da deficiência, seu registo e emissão de cartão” e do “Regime do subsídio de invalidez e dos cuidados de saúde prestados em regime de gratuidade”, crê-

se poder, de modo progressivo, aperfeiçoar os diferentes regimes de benefícios para as pessoas portadoras de deficiência. Sobre a prevenção e tratamento da toxicodependência, os trabalhos estão a ser intensificados, sobretudo o reforço do serviço comunitário de desintoxicação.

Relativamente ao desenvolvimento dos equipamentos sociais, os projectos, em diversas áreas, que se encontram na sua fase de organização e coordenação activa, incluem a criação de um complexo de serviços à família e à comunidade, creches, centros de dia para idosos e lares para idosos, bem como centros para reabilitação. A entrada em funcionamento desses equipamentos dará resposta à procura actual dos diversos serviços e aumentará a sua qualidade. Além disso, está em curso o trabalho de reestruturação do IAS, de acordo com o plano previsto, no sentido de melhor corresponder às necessidades do desenvolvimento social.

Em 2012, no domínio da acção social, será reforçado, como prioridade, o apoio aos grupos sociais vulneráveis e aos idosos. Com base nos resultados do estudo sobre o risco social, o Governo da RAEM irá estudar o melhoramento das actuais componentes para o cálculo do risco social e o respectivo mecanismo de ajustamento, no sentido de considerar um reajustamento adequado do valor deste risco para apoiar activamente os grupos sociais carenciados.

No domínio da assistência social, serão reorganizadas as medidas de apoio geral e de apoio ao emprego, com vista a elevar a eficácia e a eficiência de todo o sistema de assistência social, no sentido de ajudar as famílias apoiadas no restabelecimento da coragem e da confiança na reinserção social. Com as alterações sociais cada vez mais complicadas, aumentam as situações de perturbação emocional a nível individual. Assim, será promovida educação cívica diversificada, com medidas de prevenção (e tratamento) de casos de suicídio, elevando-se o espírito positivo e o sentimento de felicidade dos cidadãos ao enfrentarem a pressão de vida.

Em relação aos serviços de apoio a crianças e jovens, manter-se-á uma resposta activa à procura do serviço das creches por parte da população, aumentando-se o número de vagas. Sobre a optimização do serviço de cuidados permanentes, iniciar-se-ão, de forma positiva, os projectos de serviços com vista a ajudar a criar-se um sentido de utilidade e um sentimento de capacidade de aprendizagem na população sénior. No âmbito dos serviços de reabilitação, será proporcionado apoio aos familiares dos doentes mentais reabilitados, dos deficientes mentais e das crianças com deficiência auditiva, no sentido de aliviar a sua pressão e ajudá-los na aprendizagem das respectivas técnicas de prestação de cuidados.

A propósito da prevenção e tratamento da toxicodependência, proceder-se-á, prioritariamente, ao trabalho preparatório para a criação de uma base geral de grande escala de educação anti-droga e de um grupo de voluntários de luta contra a droga, com vista a aumentar a eficácia do trabalho de prevenção e responder às necessidades sociais futuras. O desenvolvimento dos serviços sociais depende também da participação dos voluntários. Assim, serão lançados projectos premiadores para voluntários em diversas

áreas dos serviços sociais e nas respectivas actividades de sensibilização, no sentido de proporcionar à população a oportunidade de conhecer melhor o papel dos voluntários e, simultaneamente, divulgar o espírito de auxílio e amor mútuo. Aprofundar-se-á o estudo do regime de apoio financeiro às instituições particulares de serviços sociais, com vista a ajudá-las de modo activo na estabilização do pessoal das suas equipas de trabalho e na optimização plena da qualidade dos serviços por elas prestados.

No domínio da Segurança Social

Com a finalidade de implementar o “Regime da Segurança Social” aprovado pela Lei n.º 4/2010, em 2011 o Fundo de Segurança Social (FSS) permitiu aos cidadãos que procedessem ao pagamento de contribuições do regime facultativo e de contribuições retroactivas, e assim sendo, se os cidadãos preencherem os requisitos legais, pode-lhes ser atribuída a pensão para idosos. Devido ao desenvolvimento social e à inflação dos últimos anos, o Governo da RAEM aumentou, a partir de Abril, os montantes da pensão para idosos, da pensão de invalidez e da pensão social, a fim de apoiar os cidadãos no alívio das dificuldades sentidas.

Com vista a melhorar a atribuição de dotações do Regime de Poupança Central, foram apresentadas alterações ao Regulamento Administrativo n.º 31/2009 (Regras Gerais de Abertura e Gestão de Contas Individuais do Regime de Poupança Central). Por outro lado, em Julho de 2011, foi promulgado um despacho relativo à atribuição de juros do Regime de Poupança Central, bem como publicados os respectivos procedimentos.

Para constituir o regime não obrigatório do fundo de previdência central do segundo nível da segurança social, dar-se-á continuidade ao acompanhamento do trabalho legislativo do respectivo regime e, em 2012, serão elaborados diplomas sobre o regime não obrigatório de pagamento de contribuições para trabalhadores, empregadores e indivíduos e sobre a sua forma de gestão. Terão lugar também uma divulgação e educação em relação à gestão financeira.

A fim de melhorar a qualidade de serviços, o FSS irá aumentar os postos de atendimento, prolongar o horário de expediente, bem como melhorar as formas e os procedimentos administrativos, criando condições para o pagamento electrónico das contribuições. Em resposta ao desenvolvimento do regime da segurança social de dois níveis, é necessário proceder à revisão da actual estrutura orgânica e funções e preparar um regime de contabilidade para o regime de acréscimo. Com vista à harmonização da implementação do “Acordo-Quadro de Cooperação Guandong-Macau”, será estabelecido um mecanismo de intercâmbio e cooperação sobre a segurança social de Guandong e Macau, com vista a estudar a viabilidade de articulação da segurança social entre si.

No domínio do Turismo

Em 2011, o sector turístico de Macau continuou a manter um crescimento estável. Com a promulgação das Linhas Gerais do “12.º Plano Quinquenal” e a celebração do “Acordo-

Quadro para a Cooperação entre Guangdong e Macau”, foi clarificado o posicionamento de Macau como “Centro Mundial de Turismo e Lazer”.

Em relação à gestão da indústria, concluiu-se a revisão final do diploma que regula as actividades das agências de viagem e a profissão de guia turístico e a cujo processo legislativo já se deu início. Ao mesmo tempo, finalizaram-se os estudos preliminares e o esboço da revisão do diploma que regula os hotéis e os estabelecimentos de restauração, tendo tido lugar a respectiva consulta pública. Para apoiar o desenvolvimento dos estabelecimentos hoteleiros mais económicos, já existentes, manteve-se uma estreita comunicação com o sector turístico, para elevar, passo a passo, a sua competitividade. No âmbito da promoção das “Excursões de Qualidade a Macau”, foi anunciada, no dia 1 de Agosto de 2011, no Interior da China e em Macau, a aplicação do documento “Pontos fundamentais para os contratos entre as agências de turismo organizadoras e receptoras do grupo dos cidadãos do Interior da China com destino a Macau”, para regulamentar, da melhor forma, a disciplina do mercado turístico e assegurar a qualidade das visitas a Macau.

Esta Direcção concluiu a sua reestruturação organizacional, contando agora com o “Departamento de Formação e Controlo da Qualidade” e o “Departamento de Comunicação e Relações Externas”, para responder à mudança constante do ambiente turístico. Em simultâneo, cooperando, coordenadamente, com a implementação do governo electrónico, continuou-se a fornecer mais serviços on-line e pagamentos on-line para o sector turístico, bem como a promover um ambiente de trabalho sem papel e uma administração interna electrónica. Para promover o desenvolvimento dos produtos turísticos de lazer, implementaram-se uma série de trabalhos de optimização para o “Centro de Actividades Turísticas e Culturais” e o “Plano de Desenvolvimento de Novos Produtos em Macau”, para enfatizar a função cultural, enriquecendo e reexplorando os produtos turísticos típicos de Macau. Ao mesmo tempo, através da cooperação interdepartamental, foi elaborado um plano de reestruturação para o ambiente turístico e suas instalações, implementando a sua optimização a partir da perspectiva dos visitantes.

Tendo por base numa política científica, as instituições académicas foram encarregadas de iniciar inquéritos sobre o contexto e as características dos visitantes oriundos do Interior da China e Hong Kong. Convidaram-se os representantes de várias indústrias relacionadas para, em Junho, participarem na “Mesa redonda: Como construir um Centro Mundial de Turismo e Lazer”, para recolher opiniões que sirvam de referência na tomada de decisões importantes. Convidou-se, ainda, um grupo de profissionais da PATA para uma investigação científica sobre o posicionamento de Macau como “Centro Mundial de Turismo e Lazer”. Para apoiar e assistir os eventos turísticos do MICE, continuou-se a pôr em prática o “Plano de Estímulo ao Turismo de Negócios”, atraindo mais conferências e exposições internacionais, bem como actividades de visitas de incentivo a Macau.

Em relação à promoção e publicidade, foi lançado, em 2011, um novo vídeo publicitário sob o tema “Touching Moments – Experience Macau”. Concluiu-se, também, o concurso público sobre o referido programa, introduzindo elementos interactivos e implementando

inovações na página electrónica do Turismo. Além disso, em resposta às características do mercado de diferentes países e regiões, produziram-se várias medidas promocionais destinadas a grupos determinados e continuou-se a promoção dos diversos passeios temáticos em vários países, tais como o passeio do eco-turismo, o património dos estilos chinês e português, o passeio aos locais inseridos no Património Mundial bem como o passeio destinado às compras, etc. Realizaram-se actividades turísticas de promoção como a “Semana de Macau em Jiangsu e Macau Dinâmico” e a “Semana de Macau em Tianjin”, etc.

Quanto à cooperação turística regional, com a celebração do “Acordo-Quadro para a Cooperação entre Guangdong e Macau”, acompanharam-se as principais acções do referido acordo e participou-se na elaboração conjunta dos planos de cooperação turística entre Guangdong, Hong Kong e Macau. Em 2011, foram assinados protocolos de cooperação turística com a província de Jiangsu, a cidade de Tianjin, a província de Hubei, a cidade de Guangyuan, na província de Sichuan, a cidade de Guangzhou, a Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, a província de Shanxi e a província de Anhui para promover, em conjunto, a cooperação quanto à exploração de produtos turísticos, divulgação conjunta e a gestão da indústria entre o Continente e Macau.

Relativamente ao posicionamento estratégico de Macau como “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, em 2012, dar-se-á prioridade à criação de um plano abrangente do desenvolvimento turístico e empenhar-nos-emos em trabalhos no âmbito da cooperação regional, na qualidade de turismo, na conjuntura dos produtos turísticos e na inovação promocional, a fim de tornar Macau num destino turístico de qualidade. Além disso, realizar-se-ão constantemente estudos específicos sobre as questões relacionadas com o desenvolvimento do sector do turismo e temas que chamam mais a atenção da sociedade. Recolher-se-ão assim opiniões da indústria para se proceder a uma previsão e a um planeamento sobre o desenvolvimento do sector do turismo de Macau.

Como consequência da reestruturação da Direcção dos Serviços de Turismo, ajustar-se-ão os trabalhos relacionados e os recursos humanos correspondentes e continuar-se-á a desenvolver a optimização dos trabalhos administrativos. Através da revisão do fluxo do trabalho e de uma melhor utilização da tecnologia electrónica, será promovida a inovação em termos de medidas administrativas e de gestão.

Em relação à gestão da indústria, face à modificação acelerada da sociedade e da indústria turística e a sua tendência de desenvolvimento, tomar-se-ão medidas a todos os níveis para salvaguardar e aperfeiçoar as infra-estruturas turísticas e as instalações complementares. Prestar-se-á, de forma positiva, colaboração à discussão legislativa sobre o projecto do diploma que regula as actividades das agências de viagens e a profissão de guia turístico e o respectivo trabalho de acompanhamento; esta Direcção de Serviços esforçar-se-á por concluir, no primeiro semestre de 2012, a modificação e a revisão do projecto do diploma que regula os hotéis e os estabelecimentos de restauração. Simultaneamente, prestar-se-á mais atenção à formação e à qualidade dos serviços prestados pelo pessoal do Turismo, impulsionando um crescimento sustentado e saudável do sector.

Será revista a situação da implementação da Lei da «Proibição de prestação ilegal de alojamento», procedendo ao estudo profundo e ajustando as estratégias em consonância com a sua aplicação ininterrupta; juntamente com o grupo de trabalho interdepartamental, os Serviços de Turismo continuarão a exercer rigorosamente as suas funções, de acordo as competências conferidas por lei, no sentido de garantir a implementação constante e eficaz desta lei, para que sejam protegidos os interesses do público.

Continuar-se-ão no próximo ano, as promoções sob o tema e lema de “Touching Moments – Experience Macau” bem como se criará uma nova imagem turística correspondente ao actual desenvolvimento do Turismo. Ao mesmo tempo, investigar-se-ão, de forma dinâmica, formas de expandir os canais de promoção turística, através do uso das novas tecnologias, incluindo as aplicações de smartphone e redes sociais, etc.; será lançada em 2012 a nova página electrónica interactiva do Turismo. Para incentivar os turistas, por si, a visitarem o “Centro Histórico de Macau” e lançar-se-á, sucessivamente, em diferentes idiomas, o “Serviço do guia turístico portátil”.

Por outro lado, a DST continuará a analisar as tendências turísticas e os efeitos promocionais nos mercados potenciais e a apoiar o desenvolvimento de novas rotas aéreas, promovendo a diversificação dos mercados fonte. Com a finalidade de enriquecer a combinação dos produtos turísticos, através da cooperação interdepartamental e em colaboração com associações e entidades relacionadas, continuará a acompanhar e a aprofundar o “Centro de Actividades Turísticas e Culturais” e o “Plano de Desenvolvimento de Novos Produtos em Macau”. Simultaneamente, continuar-se-ão a realizar espectáculos culturais interactivos, durante os fins-de-semana, nos locais do Património Mundial bem como os grandes eventos internacionais e festivais tradicionais, fazendo com que sejam mostrados os recursos incorporados do turismo cultural de Macau.

Com o forte apoio resultante do planeamento das políticas nacionais, realizar-se-á uma transformação abrangente na cooperação regional, aprofundando-a nas áreas da qualidade do serviço, manutenção da disciplina do mercado, gestão da indústria e itinerários multidestinos. Já a nível internacional, continuar-se-ão a aproveitar as oportunidades obtidas através das organizações turísticas internacionais, recebendo as mais recentes informações sobre o desenvolvimento e a promoção turística bem como as experiências de gestão.

No domínio da Cultura

Em 2011, com base no trabalho regular levado a cabo de acordo com as Linhas de Acção Governativa, a administração, no domínio cultural, partiu da orientação desenvolver-se num “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, para se concentrar em vários projectos prioritários promovendo o desenvolvimento cultural em geral.

O Governo reiterou o princípio de “mais pessoas participarem” na salvaguarda do património cultural, cooperando, de forma ampla, com as entidades privadas e as

individualidades na descoberta, no planeamento e no restauro da zona nuclear das Ruínas de São Paulo. Três manifestações do património cultural imaterial de Macau, “Naamyam Cantonense” (Canções narrativas), “Música Ritual Taoista de Macau” e “Festival do Dragão Embriagado”, foram inscritas com sucesso na Lista do Património Cultural Imaterial da China.

Com a definição preliminar do plano concreto de desenvolvimento das indústrias culturais e criativas e o início do respectivo trabalho, estas indústrias estão na fase inicial da sua formação. Quanto ao Festival Internacional de Música de Macau e ao Festival de Artes de Macau, insistiu-se no seu papel de orientador artístico e no esforço de aproximação com a população, investindo na Arte para elevar a sua qualidade de vida.

Para acompanhar o Centenário da Revolução de 1911, o 12.º aniversário da Transferência da Administração de Macau para a China e a realização em Macau do Festival de Teatro Chinês entre China, Taiwan, Hong Kong e Macau, foram levadas a cabo diversas actividades culturais características de Macau e que surtiram grandes resultados com a participação de toda a sociedade.

A fim de promover o hábito de leitura junto da população, foram aperfeiçoados de forma constante os serviços prestados com o alargamento da rede de serviços e o acesso gratuito à leitura online, criando assim a vontade de leitura na população. Foi reforçada a cooperação regional com Cantão e Hong Kong nas áreas das artes do espectáculo, museologia, bibliotecas públicas, informações culturais, indústrias culturais e criativas e património cultural imaterial, registando-se uma boa evolução.

Em 2012, aproveitando o 30.º aniversário do Instituto Cultural, a administração no domínio cultural resumirá a sua experiência e avaliará o seu desempenho. De acordo com a situação actual, procederá à especificação das acções a levar a cabo no âmbito do desenvolvimento cultural com base na estratégia de desenvolver-se num “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, para que esta estratégia possa constituir-se num forte apoio para a diversificação adequada da economia de Macau e a cooperação regional na Região do Delta do Rio das Pérolas.

No âmbito da salvaguarda do património cultural, deverá acompanhar-se de forma estreita o processo legislativo, ao desenvolver na comunidade, e nas escolas, actividades promocionais e educacionais, com vista a implementar plenamente a “Lei da Salvaguarda do Património Cultural” e aprofundar o trabalho de salvaguarda desse património.

As indústrias culturais e criativas deverão aumentar o seu esforço no desenvolvimento de mais espaço criativo, na criação de plataformas de mostra e venda de produtos, na formação de quadros de gestão, no desenvolvimento de produtos culturais com características próprias de Macau ou com a fusão de elementos sino-ocidentais. Deverá procurar-se estabelecer uma base das indústrias culturais e criativas de Macau no Parque Industrial da Ilha da Montanha e estudar a possibilidade da criação de um “Fundo das Indústrias Culturais e Criativas”.

Ao insistir no seu papel de orientador artístico, os dois Festivais servirão também para promover a arte de Macau, apoiando e incentivando os grupos locais a desenvolver as suas melhores obras. A Orquestra de Macau e a Orquestra Chinesa de Macau deverão continuar a criar obras dedicadas a Macau e a elevar o seu nível de interpretação, com vista a apresentar Macau e a sua música ao mundo. O Conservatório de Macau deverá reforçar a preparação de quadros artísticos profissionais, a promoção da educação artística e apoiar o crescimento dos grupos artísticos locais. O Concurso para Jovens Músicos de Macau deverá condensar a experiência obtida na realização de provas e empenhar-se na sua transformação como marca cultural na preparação dos quadros artísticos locais.

O Governo coordenará e efectuará uma distribuição adequada dos recursos disponíveis para reforçar o apoio dado às associações culturais privadas. Para esse fim, será criado um mecanismo de comunicação que mantenha uma ligação constante com as associações culturais, com vista a auscultar opiniões, melhorar o trabalho desenvolvido e elevar o nível do serviço prestado; será aperfeiçoado o mecanismo de atribuição de apoios financeiros para aumentar e assegurar a transparência, a justiça e a imparcialidade deste processo. Para satisfazer as necessidades culturais crescentes da população, o Governo reforçará a construção cultural, desenvolvendo uma rede cultural multi-níveis com uma distribuição equilibrada na cidade de Macau.

Quanto à cooperação regional, além da área das artes do espectáculo, museológica, das bibliotecas públicas, das informações culturais, das indústrias culturais e criativas e do património cultural imaterial já consagradas na “Reunião de Cooperação Cultural entre Cantão, Hong Kong e Macau”, a estratégia será destacar os interesses prioritários e promover a nível geral a experiência adquirida nos casos bem sucedidos. Assim, após uma preparação de quase dois anos com Cantão e Hong Kong, será realizada a Exposição “Rota marítima da porcelana – relíquias culturais da Região do Delta do Rio das Pérolas” que mostrará a história da origem da rota marítima da porcelana e a sua influência no mundo; simultaneamente será acolhida em Macau parte do evento anual da Feira Internacional de Indústrias Culturais da China (Shenzhen), com vista a reforçar o contacto com o exterior e expandir o mercado no Interior da China e no estrangeiro.

No domínio do Desporto

Em 2011, o Governo da RAEM continuou empenhado na concretização dos diferentes trabalhos no domínio do desporto, promovendo o bom desenvolvimento do desporto local. No âmbito da generalização do desporto para todos, através da organização diversificada das actividades e das competições desportivas, conjugando-a com a divulgação dos conhecimentos da aplicação dos dados científicos à prática desportiva e a implementação da abertura contínua da “Rede das instalações desportivas públicas” e do Plano de Sócio “Sport Easy”, são proporcionadas aos cidadãos oportunidades de aquisição de informações e participação no desporto.

Para reforçar a generalização do desporto para todos foram celebrados acordos de cooperação com entidades da sociedade civil, a fim de promover em conjunto este tipo de desporto. Quanto ao desporto de rendimento, as acções de formação para atletas, a criação de mais uma escola de bowling juvenil, a prestação do apoio financeiro e da assistência às associações desportivas e o desenvolvimento gradual das obras de construção do Centro Polivalente de Estágio e dos preparativos das medidas de assistência aos talentos do desporto promoveram o desenvolvimento estável do desporto de rendimento.

O desporto para pessoas com deficiências também ultrapassou os seus limites através da celebração de acordos de cooperação com os organismos congéneres do Interior da China, que visam proporcionar uma assistência eficaz aos treinos dos respectivos atletas e da formação dos monitores, promovendo o desenvolvimento do desporto para pessoas com deficiências em Macau. Por outro lado, foram desenvolvidos ainda os trabalhos de alteração da legislação desportiva, a fim de corresponder ao desenvolvimento do desporto local.

Para melhorar continuamente a gestão das instalações desportivas, desenvolveram-se trabalhos propícios à expansão e ao melhoramento da “Rede das instalações desportivas públicas”, tais como, construção de instalações desportivas temporárias na zona B dos novos aterros, sensibilização para a integração das instalações desportivas da sociedade civil na Rede, desenvolvimento ordenado dos trabalhos de construção e de reconstrução das instalações desportivas, manutenção e reparação dos equipamentos e organização de formação pessoal das instalações, entre outros. Por outro lado, organizaram-se vários eventos desportivos internacionais, participou-se em competições realizadas no exterior, prestou-se apoio à deslocação a Macau de várias equipas estrangeiras para a realização de estágios, demonstrando o resultado da boa cooperação entre os desportos local e estrangeiro, para além de poder alcançar o efeito da promoção a nível internacional da imagem de cidade saudável de Macau.

Em 2012, no domínio do desporto, será dada continuidade à política de desenvolvimento paralelo do desporto para todos e do desporto de rendimento. No desporto para todos continuar-se-á a adoptar a forma regular e as medidas de carácter participativo e apreciativo. Através da organização das actividades e competições desportivas, da disponibilização das instalações desportivas e da prestação de serviços de informação da saúde desportiva, o Governo empenhar-se-á na promoção e na concretização do desporto para todos regular e adaptado à vida, proporcionando à população meios regulares para a participação desportiva, incentivando-a a desenvolver, de forma permanente, hábitos de prática desportiva.

Através da definição explícita do objectivo de desenvolvimento do desporto de rendimento, prestar-se-á apoio às associações desportivas na elaboração dos planos de desenvolvimento a médio e longo prazo, dos planos de formação e de preparação dos atletas para a participação nos grandes eventos desportivos dos próximos anos, da combinação das competições com os treinos, do melhoramento do plano de talentos

do desporto, da formação do pessoal, do apoio prestado pela medicina desportiva, entre outros, promovendo o desenvolvimento deste ramo do desporto. Através do reforço do intercâmbio com os organismos desportivos do Interior da China, será dada continuidade à implementação dos acordos de cooperação celebrados, para além de se organizarem competições e intercâmbio desportivos com Guangdong e Sichuan e se promover a cooperação com o Interior da China no desporto para pessoas com deficiência. Haverá empenho no estabelecimento de cooperação com mais províncias e cidades chinesas, proporcionando ao desporto local maiores espaços de intercâmbio e de aprendizagem.

Com o apoio da promoção e do ensino da aplicação dos dados científicos à prática desportiva e da investigação sobre o estabelecimento da plataforma de informações da condição física e de cuidados de saúde dos cidadãos, serão alargados os meios para a obtenção das informações sobre a aplicação dos dados científicos à prática desportiva, organizar-se-á a Conferência Nacional sobre Condição Física, promovendo a generalização e o desenvolvimento da aplicação de dados científicos à prática desportiva em Macau. Serão desenvolvidas ordenadamente as obras de construção e de reconstrução das instalações desportivas, da renovação dos sistemas electromecânicos e da manutenção e reparação dos equipamentos e da formação do pessoal, e estabelecidos continuamente espaços desportivos de qualidade, proporcionando aos cidadãos e atletas melhores condições desportivas e de treinos.

Para divulgar o desenvolvimento do desporto local e consolidar e expandir as relações de cooperação desportiva no futuro, continuar-se-á a participar em competições, intercâmbios, acções de formação e reuniões que decorram no exterior, assim como a organizar grandes eventos desportivos de nível internacional, proporcionando a mais variada escolha aos cidadãos e aos turistas no âmbito do entretenimento e do lazer.

Apoio à reconstrução de Sichuan

Quanto ao apoio de Macau à reconstrução de Sichuan, o Governo da RAEM efectuou as transferências de fundos previstas para o último ano, num valor total de 4.224 milhões de renmimbi, equivalente a 4.970 milhões de patacas. Este valor representa 100% do montante acordado. A implementação das obras teve um andamento ideal. Com o desenvolvimento completo de 102 projectos previstos neste apoio, espera-se que 90% possam estar prontos em 2011, atingindo-se o objectivo do país em relação à finalização básica de todo o apoio; os restantes projectos serão acabados em 2012.

Os projectos financiados pela RAEM para apoiar a reconstrução de Sichuan estão, assim, basicamente concluídos em 2011. Em 2012, para além da continuação das obras que ficam por finalizar, o esforço centrar-se-á na apreciação e avaliação final dos relatórios de auditoria, tendo por objectivo assegurar que os projectos tenham sido desenvolvidos de acordo com o espírito e as exigências do Governo da RAEM na concessão do apoio e cumpram as normas e critérios nacionais de qualidade e de segurança.

Área de Transportes e Obras Públicas

Balanço da Execução da Acção Governativa no ano 2011

No corrente ano, a tutela dos Transportes e Obras Públicas, envidou esforços para o desenvolvimento da área de cooperação regional, assim como promoveu de forma dinâmica os trabalhos respeitantes às construções urbanas locais.

1. Cooperação Regional

Elaboramos de forma contínua o “Plano Específico para a Criação Conjunta da Esfera de Vida de Alta Qualidade” e o “Plano de Acção para a Zona da Baía do Estuário do Rio das Pérolas”.

No que concerne ao segundo Plano, foi efectuada nas três regiões, em simultâneo, a 2.ª Fase da Consulta Pública, e as três regiões irão convocar uma conferência de imprensa conjunta, no final de Novembro.

As obras da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau têm progredido de modo satisfatório. Os serviços competentes das três regiões acordaram concluir a elaboração do plano de controlo de veículos em circulação na ponte até ao final de 2013. Quanto à entrada em funcionamento da Ponte, estão a realizar-se previsões e proceder-se a negociações sobre a gestão dos serviços respeitantes aos veículos oficiais transfronteiriços, veículos de transporte de passageiros e mercadorias e autocarros vai vem para a passagem dos postos fronteiriços.

Paralelamente, realizaram-se os estudos do planeamento da rede viária que liga a ponte às zonas vizinhas, assim como aos estudos da instalação de equipamentos.

Quanto à construção de aterro da Ilha Artificial destinado ao posto fronteiriço Zhuhai-Macau da Ponte, as obras têm progredido de modo satisfatório, sendo já visível uma parte do dique da zona portuária do lado de Macau. A conclusão das obras está prevista para o final de 2012 e o projecto preliminar das infra-estruturas encontra-se em fase de aprofundamento.

As obras da construção do Novo Campus da Universidade de Macau e do túnel pedonal subaquático de ligação têm decorrido de acordo com o planeado. A obra de ensecadeira foi concluída no terceiro trimestre de 2011.

No que concerne à obra da estrutura principal do túnel, as obras do segmento do túnel no lado de Macau foram iniciadas integralmente em Junho, sendo que as do segmento da Ilha da Montanha (Hengqin) e do troço subaquático tiveram início no terceiro trimestre.

No âmbito de transportes transfronteiriços, deu-se início ao estudo de viabilidade sobre a circulação dos transportes públicos entre Macau e a Ilha da Montanha, promovendo a inter-comunicabilidade na utilização dos passes nos transportes públicos de Macau, Guang-

dong e Hong Kong, estando a ser feito um estudo sobre a viabilidade da sua integração no âmbito dos transportes públicos do Delta do Rio das Pérolas.

Por outro lado, reactivou-se o mecanismo de reciprocidade da troca de cartas de condução da categoria de automóvel ligeiro entre Guangdong e Macau e elaborou-se o “Plano de Reciprocidade da Troca de Carta de Condução da Categoria de Automóvel Ligeiro entre Guangdong e Macau”, para ser estudado por Guangdong. Também, foram iniciados estudos para a elaboração dos regulamentos sobre a gestão de veículos motorizados de Macau que entram e saem da Ilha da Montanha.

No que respeita à articulação e ligação entre os sistemas de transporte por carril, foi concluído o estudo de viabilidade a fim de estender o itinerário do metro ligeiro até ao posto fronteiriço de Macau na Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau no terceiro trimestre deste ano.

No que diz respeito ao avanço das obras de abastecimento de água à RAEM, o projecto de sistema de captação de água – reservatório de Zhuyin – foi concluído em Abril deste ano concretizando-se a garantia de segurança no abastecimento de água a Zhuhai e Macau nos próximos dez anos.

O projecto da construção do empreendimento hídrico de Datengxia foi aprovado no início do ano pela Comissão Estatal de Desenvolvimento e Reforma, vamos continuar a acompanhar de forma activa o andamento do projecto, bem como a execução da obra.

No âmbito das acções de protecção ambiental, os projectos “Técnicas e demonstração de controlo geral de emissão de poluentes por veículos motorizados em Macau” e “Técnicas e demonstração de gestão e controlo da poluição por resíduos electrónicos em Macau” desenvolvidos em conjunto com o departamento técnico do Estado, estarão concluídos no corrente ano, aperfeiçoando-se o sistema de gestão de resíduos electrónicos.

Paralelamente, as duas Partes, Zhuhai e Macau, criaram oficialmente o grupo de trabalho de cooperação no âmbito da protecção ambiental, tendo como primeira missão, promover o reordenamento do Canal dos Patos.

Relativamente aos trabalhos de protecção ambiental, foi concluído o estudo especializado, no qual uma instituição científica apresentou as seguintes soluções para o melhoramento do ambiente junto ao Canal: “bloqueamento da passagem de peixes mortos; controlo de poluição e desassoreamento”.

2. Planeamento Urbanístico

Em 2010, foi realizada a primeira fase de auscultação pública do Plano Director das Novas Zonas Urbanas, sendo que será lançada no 4.º trimestre do corrente ano a segunda e terceira fase de auscultação pública para uma recolha mais ampla de opiniões por parte da população. Foi também executada a Concepção Urbanística dos Novos Bairros da Zona E1

e da Orla Costeira do Norte da Taipa, tendo sido iniciada a segunda fase dos trabalhos de revisão da mesma.

Foi concluído o relatório final da Concepção Urbanística Marginal da Zona Administrativa e Jurídica do Novo Bairro Urbano de Macau e da Avenida Dr. Sun Yat Sen.

Entretanto, deu-se início aos diversos estudos e respectivos trabalhos sobre o melhoramento de pequenas zonas, incluindo o Plano Conceptual de Planeamento Urbanístico do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, Plano de Ordenamento Urbanístico da Zona da Ilha Verde e Planos das algumas zonas situadas nas Ilhas.

Realizámos, também, neste ano estudos sobre o ordenamento da zona do Porto Interior, com vista a evitar cheias, o reordenamento dos bairros antigos, a concepção urbanística geral da Zona da Barra, o planeamento geral da zona nuclear do Património Mundial (Ruínas de S. Paulo).

Deu-se também início aos trabalhos de produção legislativa respeitantes à elaboração da Lei do Planeamento Urbanístico e dos seus diplomas complementares, procedendo-se à respectiva auscultação pública que terá lugar no 4.º trimestre. É de salientar que o “Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos” está a ser apreciado, na especialidade pela Assembleia Legislativa.

3. Habitação

Em 2011, acelerámos o ritmo da construção dos empreendimentos de habitação pública, para que as todas as obras de implementação das 19 000 fracções de habitação pública possam evoluir, de forma expectável. Encontram-se já construídas 3 843 fracções, estando em fase de construção mais 15 417 fracções, totalizando 19 260 fracções.

No que respeita aos terrenos reservados, das 6 300 fracções de habitação pública, 3 850 fracções encontram-se na fase de planeamento, pretendendo-se que o concurso público seja concluído no próximo ano, para que as construções se iniciem de uma forma contínua. Acresce referir que vamos também reservar terrenos destinados à construção de habitação pública na zona dos novos aterros por forma a assegurar o fornecimento contínuo de habitações públicas.

Desde a sua criação que o “Conselho para os Assuntos de Habitação Pública”, tem vindo a desempenhar funções nas áreas da recolha de opiniões junto dos diversos sectores sociais e na criação de uma plataforma de interacção com vista a promover a discussão de várias matérias.

Simultaneamente, procedemos, de forma activa à elaboração do esboço da “Estratégia do Desenvolvimento da Habitação Pública (2011 – 2020)”, prevendo-se dar o mesmo como concluído no corrente ano, e ser lançado em consulta multidireccional, a fim de ser criada a longo prazo uma base sólida para a elaboração do referido projecto.

A Lei da Habitação Económica foi aprovada em Agosto do corrente ano pela Assembleia Legislativa, dando-se início à distribuição e venda das fracções de habitação económica do

Edifício Veng Neng e à distribuição das fracções de habitação económica no lote TN27, na Taipa.

No que respeita à Habitação Social, foram isentos do pagamento da renda, mais de 6 000 arrendatários de habitação social, durante o período do 1.º semestre de 2011. Ademais, no corrente ano, manteve-se a atribuição do abono provisório de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social, aumentando-se o montante do abono.

No âmbito da administração de condomínios, foi criado o “Centro de Arbitragem de Administração Predial”, que começou a funcionar em Junho, e que tem por objecto a prestação de serviços de arbitragem dos conflitos de administração de condomínios, gratuita e de iniciativa voluntária.

O “Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios” e o “Fundo de Reparação Predial” continuam a dar apoio aos residentes na resolução de problemas de infiltrações nos edifícios, bem como de conservação dos edifícios.

O “Grupo de Trabalho para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Mercado Imobiliário”, após fixação das seis principais orientações e das dez medidas para as estratégias do desenvolvimento do mercado imobiliário em 2010, publicou, novas medidas no corrente ano, tais como, a lei sobre o “Imposto do selo especial sobre a transmissão de bens imóveis destinados a habitação”, a limitação da percentagem do crédito para a aquisição de habitação em construção, a indicação obrigatória da percentagem da área útil das diversas finalidades em todos os projectos de construção de edifícios a submeter a aprovação e a criação de um portal electrónico destinado à divulgação ao público de informações sobre a evolução das obras em construção e venda das suas fracções.

Com o objectivo de construir mais fracções habitacionais de áreas reduzidas, foi lançado o Projecto de Requalificação de Edifícios Industriais em que foi criada “uma via rápida” que tem como índole a apreciação de projectos.

No concernente à “Lei da Actividade de Mediação Imobiliária” encontra-se ainda em discussão na especialidade pela Assembleia Legislativa.

4. Gestão de solos

Em 2011, continuámos com o combate à ocupação ilegal de terrenos, repercutindo-se estas acções na restituição à Administração de vários terrenos públicos ilegalmente ocupados. Além disso, continuámos a atentar na revisão da Lei de Terras e dos respectivos diplomas complementares de modo à introdução dos mesmos no processo legislativo. No 4º trimestre do corrente ano, foi implementado o novo método de determinação do montante do prémio de concessão que acompanha de perto o preço do mercado.

Além do mais, iremos reforçar o acompanhamento dos casos de terrenos não aproveitados, otimizar o regime de audiência pública sobre concessões de terrenos através da publicação no portal electrónico oficial de opiniões e sugestões recolhidas na sociedade no

âmbito de casos submetidos a consulta pública. De outro lado, estimular as aplicações da “Rede de Informação Cadastral” adicionando as informações relativas às servidões e outros encargos descritos nos contratos de concessão.

5. Urbanização

Em 2011, continuámos a empenhar-nos no combate às obras ilegais.

Os casos de pedido de demolição por iniciativa dos residentes também aumentaram, verificando-se manifestos resultados nesse âmbito.

No intuito de solucionar, de forma mais eficiente, o problema das construções clandestinas que aparecem nos novos edifícios, a partir deste ano publicamos editais colectivos para demolição.

No intuito de otimizar a tramitação de apreciação das obras privadas, lançámos de forma contínua orientações e regulamentos, para aumentar a transparência das informações e aumentámos também o número dos tipos dos impressos de pedido dos diversos serviços/obras, e criámos um sistema de alerta digital.

Quanto ao âmbito de elaboração legislativa, a revisão das disposições administrativas do Regime Jurídico da Construção Urbana está concluída, encontrando-se na fase da tramitação legislativa, em relação às disposições técnicas, esta tem sido efectuada de forma programada. Em simultâneo, a revisão das disposições do Regulamento de Segurança contra Incêndios está na fase final. Neste momento o Regime Jurídico da Acreditação, Registo, Inscrição e Qualificação Profissional de técnicos no âmbito da edificação e do urbanismo, encontra-se na fase de aperfeiçoamento do texto do projecto.

Este ano, iniciámos várias obras comunitárias importantes. As obras de reordenamento da rede de drenagem na Avenida de Horta e Costa têm-se desenrolado com sucesso, com dois meses de avanço relativamente ao prazo inicial de 500 dias, objectivando-se a sua conclusão neste ano. Arrancámos com as obras de melhoramento do ambiente aquático do Canal dos Patos, procurando desviar a passagem das águas lodosas da SAAM, na Ilha Verde, para a estação de tratamento de águas residuais do Parque Industrial Transfronteiriço de Macau, para efeitos de tratamento e purificação.

Em paralelo, procedemos de forma contínua, ao desenvolvimento da rede viária como por exemplo as vias do troço da Avenida do Conselheiro Borja, da Avenida do General Castelo Branco, da Rua de Lei Pou Ch'ôn e do Canal dos Patos, facilitando a rede viária da zona do noroeste.

Em harmonia com a concretização de habitação pública do Lote TN27 da Taipa, procedemos à abertura de acesso viário provisório e à construção de equipamentos de travessia pedonal. Iniciámos também a construção de instalações de trânsito de modelo desnivelado nas zonas vizinhas, assim como o estudo sobre a construção de um túnel na Taipa Grande.

Além disso, melhorámos as condições do terminal subterrâneo de transportes públicos de passageiros na Praça das Portas do Cerco e as condições de espera nas respectivas paragens; nas passagens pedonais antigas adicionámos elevadores e construímos passagens pedonais aéreas na Avenida do Dr. Francisco Vieira Machado e na Estrada Almirante Magalhães Correia, junto da Rua da Baía, na Taipa, bem como iniciámos as obras da via de circulação desnivelada na rotunda do Istmo Taipa-Coloane.

6. Trânsito e Transportes

Foi iniciada a segunda fase de recolha de opiniões, análise e síntese, sobre a “Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010–2020)”. A 1 de Agosto deste ano, foi lançado o novo modelo de serviço de autocarros, em regime de prestação de serviços que opera no mercado, mas sob orientação do Governo. Através de investimento de recursos será optimizado a prestação de serviços de autocarros. A fim de satisfazer as exigências dos turistas e residentes, foi efectuada a avaliação, entendeu-se ser oportuno emitir mais licenças de táxis e tendo-se prorrogado o “Contrato das licenças especiais de táxis”, a título provisório.

Na sequência da assinatura do “Contrato de Fornecimento do Sistema e Material Circulante para a 1.ª Fase do Sistema de Metro Ligeiro de Macau”, em Março de 2011, foram concluídos os projectos do traçado e das estações do segmento do Centro da Taipa e dos segmentos do Cotai e dos postos fronteiriços. A obra de construção da Oficina na Taipa terá lugar nos finais do corrente ano.

A par disso, foram lançados os projectos de concepção detalhada dos quatro segmentos para execução das obras do Metro no lado de Macau. O planeamento geral de trânsito na zona da Estrada Governador Albano de Oliveira e da Barra encontra-se em diferentes fases de desenvolvimento do projecto de concepção detalhada, estando previsto para este ano, o lançamento do Concurso das Obras de Construção Civil para a 1.ª Fase do Centro Modal de Transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira.

No âmbito de transporte marítimo e aéreo, o “Contrato de Concessão da Exploração do Terminal Marítimo do Porto Exterior” expirará a 20 de Dezembro deste ano. Após expirado o prazo, o Governo passará a ser o responsável directo pela gestão do referido terminal. Concluído o “Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau” que irá projectar as infra-estruturas necessárias e prever as operações do aeroporto nos próximos 20 anos, até 2030.

7. Protecção do ambiente e energia

No quadro da “Protecção do ambiente e energia”, irá realiza-se a auscultação pública e conclusão da versão final do “Planeamento da Protecção Ambiental de Macau 2010–2020”, por forma a definir planos e fundamentos para a protecção do ambiente. Em simultâneo, ir-se-á dar andamento ao trabalho de elaboração do regulamento administrativo sobre a “Prevenção e controlo do ruído ambiental”.

Através do Fundo para a Protecção Ambiental e Conservação Energética, iremos atribuir subsídios para as empresas e associações comunitárias para a aquisição ou substituição de produtos e equipamentos ecológicos e de poupança de energia.

Quanto à questão da poluição atmosférica causada pela emissão de gases de escape dos veículos motorizados, foi efectuada uma análise relativa à emissão de gases libertados pelos veículos em circulação, estando a ser levado a cabo um estudo sobre a quantidade dos equipamentos complementares necessários para a implementação do uso e gestão dos eco-veículos.

Foi realizado um estudo sobre o controlo da poluição luminosa, com recurso a um sistema de informação geográfica tridimensional (3D GIS) que permite justificar as tomadas de decisão sobre a poluição luminosa e formas de transmissão da luz.

Com a entrada em vigor do novo contrato de concessão de electricidade, o Governo ganhou maior poder de supervisão.

Foi também elaborado um plano preliminar sobre o novo regime de tarifas de electricidade, que será colocado para consulta pública.

Está em elaboração a “Lei de Bases da Electricidade” e do “Regulamento do Funcionamento da Rede Eléctrica” para preparar a reforma do mercado de electricidade e da abertura do mercado no segmento a montante.

Sobre a utilização do gás natural, foi já determinado o projecto dos gasodutos de ligação entre a estação de Coloane e a estação de recepção da rede de distribuição, prevendo-se a sua conclusão ainda este ano.

Por sua vez e indo ao encontro do desenvolvimento global da região da Ilha Verde, foi instalado no corrente ano, um depósito provisório de distribuição de combustíveis na Ilha Verde.

8. Políticas de Telecomunicações, Correios e Tecnologia

Acompanhando a plena liberalização do mercado das telecomunicações, em 2012 deu-se início ao processo legislativo do projecto de regulamento administrativo sobre as redes públicas de telecomunicações fixas, prevendo-se a sua publicação e entrada em vigor neste ano, dando-se início aos procedimentos de concurso público e de licenciamento.

Com vista à resolução do conflito existente entre a TV Cabo Macau e as companhias de antena comum, foi concluído o estudo preliminar, estando o respectivo relatório a ser preparado e onde são propostas soluções, através da coordenação de várias vertentes, tais como, jurídicas, técnicas e práticas, que têm em conta a actual situação de Macau.

No âmbito dos assuntos postais, continuamos a prosseguir com a reestruturação do fluxo de transportes e a renovação de infra-estruturas do serviço de certificação electrónica, promovendo junto dos serviços públicos o uso do “Serviço Público de Carimbo Postal Elec-

trónico Certificado” e a desenvolvendo o sistema de consulta on-line para os serviços públicos.

No âmbito da cooperação científica e tecnológica, decorreram já as cerimónias de criação do “Laboratório de Referência do Estado para Investigação de Qualidade em Medicina Chinesa” e do “Laboratório de Referência do Estado em Circuitos Integrados em Muito Larga Escala Analógicos e Mistos”, os quais estão oficialmente em fase de construção.

Em Março do corrente ano foi publicado o “Regulamento dos Prémios para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia” tendo começado, acto contínuo, a inscrição para as respectivas candidaturas.

Foi, por outro lado, recomendado um projecto da Universidade de Macau para a inscrição no “prémio de promoção das ciências e da tecnologia da China 2011” e incentivou-se os peritos de Macau a integrarem o grupo de especialistas do planeamento das ciências e da tecnologia da China.

Linhas de Acção Governativa para 2012

O ano de 2012 é estratégico para a Área de Transportes e Obras Públicas. Nessa linha iremos prosseguir as tarefas de cooperação definidas no Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau e elevar a cooperação regional para uma nova fase. Em simultâneo, vamos reforçar o desenvolvimento urbano, definir planos a longo prazo, aperfeiçoar os regimes jurídicos e elevar a eficiência de execução dos trabalhos com vista à sua articulação com o ritmo do desenvolvimento social.

É sabido que o ano 2012 não será um ano fácil para a actuação governativa, mas a equipa desta área de governação irá ser firme e confiante, e executará de forma séria as missões que lhe são cometidas, por forma a transformar a nossa cidade num lugar propício para habitação, emprego e turismo.

1. Cooperação regional

Em 2012, iremos promover activamente a integração regional, impulsionando a diversificação adequada da economia de Macau, reforçando a ligação das infra-estruturas viárias transfronteiriças, facilitando as formalidades alfandegárias e o desenvolvimento coordenado no âmbito do planeamento urbanístico.

A par disso, vamos acompanhar, em conjunto com Guangdong, o “Planeamento de Desenvolvimento Coordenado Zhuhai-Macau”, o “Plano de Desenvolvimento para a Margem Ocidental do Estuário do Rio das Pérolas” e o “Plano de Cooperação entre Macau e Nansha, Cantão”, estudando a viabilidade das últimas.

À luz do “Plano Específico para a Criação Conjunta da Esfera de Vida de Alta Qualidade” e do “Plano de Acção para a Zona da Baía do Estuário do Rio das Pérolas” iremos acelerar a

articulação com Guangdong e Hong Kong, de modo a permitir a concretização dos resultados dos estudos realizados ao abrigo dos planos.

O ano 2012 é o ano-meta do projecto de construção do Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha.

Para atingir este objectivo, as obras acima mencionadas estão em plena construção, como exemplo, é de referir que a obra do túnel subaquático que liga ao Novo Campus está em execução acelerada. Por tudo isto, temos confiança que a conclusão das obras de construção ocorrerá dentro do prazo definido.

Em 2012, ir-se-á manter uma comunicação estreita com Guangdong e Zhuhai, no âmbito da ligação das infra-estruturas e transportes, visando preparar a entrada em funcionamento da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau em 2016 e do terminal de Gongbei de transporte por carril interurbano de Zhuhai.

Iremos acelerar o planeamento e estudo da ligação com Macau da auto-estrada Pequim-Hong Kong-Macau, da auto-estrada Taiyuan-Macau e auto-estrada costeira do Oeste, através da Ilha da Montanha, concluindo com a maior brevidade possível, o estudo e a construção do sistema rodoviário de ligação entre Macau e a Estrada da Ilha da Montanha, onde se inclui a construção da via de circulação desnivelada na rotunda do Istmo Taipa-Coloane, a construção do túnel Ka-Hó, o projecto do plano de ordenamento da Rotunda da Piscina Olímpica, a coordenação do planeamento entre o túnel do Morro da Taipa Grande com o metro ligeiro e a "zona E" dos novos aterros, assim como o estudo de viabilidade do túnel fluvial para peões entre o Terminal do Metro Ligeiro da Barra e a Lapa, em Zhuhai.

Paralelamente, iremos concretizar, com a maior brevidade possível, o planeamento do trânsito da rede viária da periferia da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e acelerar a feitura dos regulamentos e planos para controlo dos transportes em trânsito e transfronteiriços.

Prevê-se, ainda, que em 2012, fique concluída a elaboração do projecto da Ponte e que os vários concursos públicos para a execução da obra de construção sejam iniciados, bem como a obra de construção do túnel das ilhas artificiais entre na fase de execução.

Estão a ser envidados profundos esforços conducentes a um consenso rápido para implementação do processo de troca de cartas de condução da categoria de automóvel ligeiro, em regime de reciprocidade, entre Guangdong e Macau, estando em estudo por Parte de Guangdong.

Por outro lado, estamos a estudar, em conjunto com Guangdong pormenorizadamente o plano de entrada e saída da Ilha da Montanha dos veículos motorizados de Macau e um sistema uniformizado de controlo de veículos transfronteiriços.

Mantendo estreitos contactos com os serviços públicos hídricos do Interior da China, o Governo da RAEM manter-se-á a par do andamento das obras de construção no Datengxia, apoiadas financeiramente por Macau. Por outro lado, através do ordenamento do ambiente hídrico do Canal dos Patos, dar-se-á corpo a um novo capítulo da cooperação regional

conjunta, nas áreas da prevenção e do controlo da poluição. Ainda, em 2012, procurar-se-á realizar as obras de controlo da poluição.

O primeiro e segundo circuitos da segunda interligação de transmissão eléctrica de 220 kV, que liga Macau e a Ilha da Montanha (Hengqin), entrarão em funcionamento em 2012, para que a capacidade de importação de electricidade de Macau aumente 50 por cento. Ao mesmo tempo, será promovida a redução das tarifas do serviço de chamadas de longa distância e do serviço itinerante entre Guangdong e Macau.

2. Planeamento Urbanístico

Em 2012, com o início ordenado do Plano Director das Novas Zonas Urbanas, começará a elaboração da terceira fase do projecto e a sua respectiva auscultação pública, promovendo-se a planificação do futuro de Macau, em conjunto com a população.

Envidamos esforços em ordem a submissão da “Lei do planeamento urbanístico”, bem como a respectiva legislação complementar a fim de ser discutida na Assembleia Legislativa, dentro do 4.º trimestre de 2012.

O projecto de Lei do “Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos” foi, igualmente, remetido à Assembleia Legislativa entrando em fase de discussão, pelo que iremos continuar os trabalhos de sensibilização.

Serão concluídos no início do ano 2012 os trabalhos de vistoria aos cerca de 2 500 fogos, distribuído pelos 7 edifícios do Bairro de Iao Hon e dar-se-á início, ao procedimento do concurso de concepção do projecto de reconstrução. Além disso, continuaremos o estudo sobre o ordenamento da zona do Porto Interior com vista a evitar cheias, e o reordenamento dos bairros antigos.

Iniciaremos, também, o estudo do planeamento geral da zona nuclear do Património Mundial (Ruínas de S. Paulo) bem como o plano de pormenor dos estaleiros na zona de Lai Chi Vun.

Ao mesmo tempo, é nossa intenção transformar as Portas do Cerco numa nova “porta de entrada” para uma cidade moderna.

Nesse quadro, vamos iniciar o estudo do planeamento urbanístico geral do posto fronteiriço das Portas do Cerco e da zona adjacente, utilizando as Portas do Cerco como terminal de partida da 1.ª fase do Metro Ligeiro, e terminal de correspondência das 1.ª e 2.ª fases do Metro Ligeiro. Intentamos através da racionalização da utilização do terreno, valorizar a função urbana, de modo a melhor harmonizar com o arranjo paisagístico, os outros sistemas de transportes e as instalações comunitárias.

3. Habitação

Em 2012, iremos de acordo com o calendário definido, construir 19 000 fracções de habitação pública, e seguidamente proceder ao trabalho de distribuição e venda das fracções de habitação pública.

Para além disso, também está planeada a construção de mais 6 000 fracções de habitação pública como reserva, estando mais de 3 000 em fase de concepção e de concurso com vista a execução de obra.

Simultaneamente, o Conselho para os Assuntos de Habitação Pública continuará a assumir a função de plataforma de recolha das opiniões e sugestões dos representantes dos vários sectores relativas às políticas de habitação.

Multiplicamos todos os esforços para a elaboração do projecto das Estratégias de Desenvolvimento de Habitação Pública (2011-2020).

No âmbito da administração de condomínios, continuaremos com a elaboração da proposta de lei do “Regime Jurídico do Exercício da Actividade de Administração de Condomínios e da Profissão do Porteiro”, com vista a ficar concluído o respectivo procedimento legislativo dentro do próximo ano.

Proceder-se-á à realização do estudo sobre a viabilidade de implementação do regime de registo e inscrição das comissões administrativas dos condomínios e considerar-se se esta medida pode ser alargada às habitações económicas.

Prevê-se que no ano de 2012 sejam efectuadas as fases de consulta e o desencadeamento do processo legislativo dos respectivos diplomas acima mencionados.

Mais, iremos intensificar a divulgação sobre o Centro de Arbitragem de Administração Predial de modo a que os proprietários de habitações possam ter conhecimento das atribuições e modo de funcionamento deste Centro de Arbitragem. Iremos continuar a apoiar e incentivar os proprietários a concretizarem os trabalhos de reparação e conservação de edifícios, através dos planos de apoio financeiro concedidos pelo Fundo de Reparação Predial (FRP).

O “Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios” irá continuar a apoiar os proprietários na resolução dos problemas de infiltrações.

Em 2011, foram lançadas várias medidas e políticas para promover o funcionamento saudável do mercado imobiliário. No futuro, irá ser posta em prática a execução das medidas e políticas estabelecidas, e serão divulgadas informações aos residentes, de uma forma clara e continuada.

Após aprovação pela Assembleia Legislativa da “Lei da Actividade de Mediação Imobiliária”, serão iniciados em 2012 os processos de licenciamento dos mediadores e agentes imobiliários e execução da respectiva fiscalização.

4. Gestão de solos

A longo prazo e em articulação com o desenvolvimento de Macau, iremos continuar a realizar os trabalhos de fiscalização de terrenos, de uma forma sistemática, aproveitando as

novas tecnologias nas situações de mudança do aproveitamento dos terrenos, designadamente, ocupação ilegal de terrenos, e de assentamento de terrenos nos novos aterros.

Através da revisão da “Lei de Terras” e da elaboração da Lei do Planeamento Urbanístico, iremos proceder com prudência à gestão de solos na RAEM. Por outro lado, continuaremos a realizar os trabalhos de combate à ocupação ilegal de terrenos.

Procuraremos concluir a última versão da Lei de Terras em 2012, e iremos proceder aos respectivos procedimentos de produção legislativa e ainda à revisão dos regimes de “Composição e Funções da Comissão de Terras”, “Método de determinação do montante do prémio de concessão”, e de “Preço de domínio útil, o foro e as taxas sobre a ocupação temporária e a concessão de uso privativo”.

Procederemos, ainda à elaboração dos regulamentos administrativos sobre “concurso público de terrenos”, e sobre “procedimento electrónico”. Procuraremos no 2.º semestre de 2012, concluir a análise preliminar e a proposta de revisão dos referidos diplomas.

5. Urbanização

O combate às obras ilegais é um dos trabalhos fulcrais a desenvolver em 2012. Nesta esteira, iremos continuar com a revisão da legislação e aperfeiçoamento de directivas, para uma maior incidência no combate às obras ilegais. Nesta sequência, planeamos criar em 2012 um “Sistema de Gestão da Base de Dados sobre os Edifícios em Estado de Degradação”, procurando verificar e actualizar os casos, periodicamente, e de acordo com a sua classificação, com o objectivo de prevenção e acompanhamento dos mesmos.

Paralelamente, será também feita a revisão dos regimes jurídicos vigentes e mecanismos respeitantes ao tratamento de edifícios em estado de degradação.

Prevê-se que no ano de 2012, seja desencadeado o processo legislativo da parte administrativa do “Regime Jurídico da Construção Urbana e do Regulamento de Segurança Contra Incêndios”.

Iremos dar início à auscultação pública sobre a parte técnica do Regime Jurídico da Construção Urbana.

Preconiza-se o desenvolvimento em 2012 dos trabalhos do processo legislativo do “Regime Jurídico da Acreditação, Registo, Inscrição e Qualificação Profissional de técnicos no âmbito da edificação e do urbanismo”.

No intuito de otimizar a apreciação das obras particulares, iremos divulgar ainda mais directivas e regulamentar o procedimento de apreciação dos projectos. Planeamos também iniciar no próximo ano a “divulgação periódica de dados estatísticos sobre o resultado da apreciação de projectos de obras”, colmatando desta forma, as lacunas de dados no mercado imobiliário.

Nas construções urbanas, iremos direccionar todos os nossos esforços para a construção de infra-estruturas de trânsito e dum túnel subterrâneo na Rotunda do Istmo, preven-

do-se a conclusão do túnel no 1.º semestre de 2013. Tendo-se concluído os estudos sobre a construção de um túnel na Colina da Taipa Grande, em breve iniciar-se-ão os trabalhos de elaboração do referido projecto.

Além disso, estamos a realizar estudos sobre a construção de um túnel situado a leste do Reservatório de Ká Hó que fará a ligação entre a Estrada da Barragem de Ká Hó e a Estrada de Nossa Senhora de Ká Hó, a fim de colmatar a falta de ligação directa na zona leste de Coloane com o exterior.

Na sequência da conclusão da construção da Habitação Económica do Lote TN27 em 2012, estamos a planear em 2012 a construção de vias desniveladas na Rotunda do Ouvidor Arriaga, com vista a melhorar a situação futura do trânsito entre a Vila da Taipa e a Ponte de Amizade. Estamos a projectar o prolongamento da Avenida do Ouvidor Arriaga, compreendido entre a Avenida do Almirante Lacerda e a Avenida Marginal do Patane. Vão também ser instalados elevadores na passagem superior da Rua do Campo e em paralelo, iniciar-se-á a realização de estudos sobre a viabilidade de instalação de elevadores nos túneis pedonais da Praça do Lótus e da Praceta de Miramar e a execução das respectivas obras.

6. Trânsito e Transportes

Concluído o texto da “Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020)”, e baseado neste, iremos consagrar planos de acção, estabelecer novos mecanismos ou rever os existentes. Iremos prioritariamente elaborar um plano para o ordenamento da rede viária dos postos fronteiriços e da periferia dos principais terminais, aperfeiçoando gradualmente o espaço pedonal.

No ano 2012, serão iniciados sucessivamente os trabalhos do projecto detalhado e de fabrico dos comboios do Metro Ligeiro, prevendo-se que no 4.º trimestre, o projecto de fabrico do comboio esteja concluído, sendo dado início ao respectivo fabrico.

Para o 2.º trimestre de 2012, está prevista a conclusão do Projecto do Tabuleiro Inferior da Ponte de Sai Van para a Instalação do Sistema de Metro Ligeiro. Será dada continuidade às obras de construção das estações e do traçado do Metro Ligeiro, nos restantes dois troços da Taipa, e iniciar-se-á as principais obras de construção nos três troços de Macau.

Será lançado o concurso para os serviços da futura operação comercial e manutenção destinada à 1.ª Fase do Sistema de Metro Ligeiro e desenvolvida a construção faseada dos centros modais de transportes, junto da Estrada Governador Albano de Oliveira e na Barra.

Com a entrada em funcionamento, em Agosto do corrente ano, do novo modelo de serviços dos autocarros públicos, iremos proceder à revisão da execução das diversas secções da escritura pública referente à prestação do “Serviço Público de Transportes Colectivos Rodoviários de Passageiros” por três companhias, com vista a desenvolver a qualidade dos serviços.

Em 2012, iremos implementar um plano de reordenamento de carreiras, racionalizar os recursos, tornar os serviços extensivos às novas zonas urbanas e aos complexos de ha-

bitação pública e encurtar o tempo de espera e de viagem, através de carreiras circulares, para além de serem lançados mais programas de benefícios de tarifas mais vantajosas para os cidadãos e pensar a rede de serviços de transportes públicos para os idosos ou grupos sociais mais fragilizados. Além disso, iremos prosseguir com o estudo do plano da rede de carreiras de autocarros que se integre com o percurso da primeira fase do metro ligeiro, tendo em vista a futura exploração do metro ligeiro.

Iremos emitir um maior número de licenças de táxis em 2012 e seleccionar operadores de qualidade para o sector, através de concurso público, melhorando a qualidade dos serviços de táxi.

Por outro lado, procederemos à revisão do Regulamento do Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer ou Táxis, com o objectivo de consolidar a legislação, no âmbito dos transportes de passageiros em táxis.

Por outro lado, temos intenção de construir mais parques de estacionamento para utilização por diferentes categorias de veículos.

Entretanto, continuaremos a criar mais espaços para estacionamento, incluindo lugares de estacionamento tarifado e áreas de estacionamento nocturno, e instalar gradualmente sistemas de estacionamento tarifado para ciclomotores e motociclos. A par disso, iremos estudar a definição de diferentes tarifas para o estacionamento, em função das diferentes zonas de trânsito e apresentar uma proposta para discussão pública, estando prevista a elaboração de um plano básico para 2012. Neste contexto, e a fim de intensificar a gestão eficaz dos espaços de estacionamento particulares, iremos elaborar um projecto de regulamento administrativo, sobre parques de estacionamento privado com oferta ao público.

Relativamente ao transporte marítimo e aéreo, iremos aumentar a capacidade de recepção dos visitantes, aperfeiçoando as instalações do Aeroporto Internacional de Macau e os serviços de transportes marítimos, com vista a atingir o objectivo de aproveitar as vantagens da ligação do transporte marítimo e aéreo.

Na sequência da transferência da gestão do Terminal Marítimo do Porto Exterior (TMPE) para o Governo, nos finais deste ano, iremos continuar a acompanhar o funcionamento global do TMPE, implementando, faseadamente, o plano de reordenamento das suas áreas globais.

De acordo com o estudo científico “Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau”, o aeroporto sofrerá uma expansão gradual e faseada, atentando nas necessidades futuras e capacidade de recepção de passageiros. As novas infra-estruturas incluem ainda uma ligação à rede de Macau de transportes terrestres.

7. Protecção do ambiente e Política de energia

A protecção ambiental é uma matéria bastante discutida a nível global. O controlo da poluição atmosférica e a optimização do tratamento dos resíduos são duas tarefas fulcrais

para o ano 2012. Assim, iremos proceder à feitura de diplomas legais no âmbito da protecção ambiental e de critérios e normas ambientais adequadas. Também, vamos materializar os conteúdos do primeiro “Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)” e iniciar o “Estudo relativo à redução de emissões de carbono e ao desenvolvimento de baixo carbono em Macau”, com vista a elaborar e definir as estratégias para a transformação de Macau num lugar de baixo carbono.

O Fundo para a Protecção Ambiental e Conservação Energética foi oficialmente estabelecido. No futuro, iremos continuar a aperfeiçoar o funcionamento do mesmo, com vista a melhorar a qualidade do ambiente e promover o desenvolvimento da indústria verde.

No âmbito da introdução e promoção do uso de eco-veículos e de estudo de aceleração de eliminação dos veículos motorizados altamente poluidores, será definida a política relativa à introdução e promoção do uso de eco-veículos, a curto, médio e longo prazo e serão activados os respectivos projectos-piloto promocionais, nomeadamente, a substituição gradual, a título experimental, dos veículos de serviços públicos.

Além disso, será promovida, junto às sociedades privadas que prestam serviços de transporte de passageiros, a actualização gradual dos seus veículos para que os mesmos estejam conforme às normas europeias de emissões EURO IV.

Será implementada, por forma ordenada, a política relacionada com a eliminação, o melhoramento da recolha e deposição dos veículos motorizados altamente poluidores, nomeadamente, os motociclos com motor de combustão interna a dois tempos e os veículos velhos propulsionados a diesel.

No intuito de transformar Macau num centro de baixo carbono, iremos efectuar estudos para a elaboração de normas reguladoras da emissão de gases poluentes a que devem obedecer os veículos em circulação, bem como, estabelecer o regime e os métodos de inspecção daqueles.

De outro lado, vamos definir os critérios sobre a emissão de fumos oleosos e respectivas estratégias de supervisão e controlo, além de ser dada continuidade à pesquisa sobre as fontes poluidoras fixas da atmosfera e ao estudo para a elaboração de um inventário mais abrangente das fontes poluidoras e definição da respectiva política.

Em 2012, continuaremos a proporcionar recursos na elevação das funcionalidades destas infra-estruturas e por outro lado proceder à escolha do local e concepção preliminar para a estação de reciclagem de água, em Coloane.

A “Prestação de Serviços de Limpeza Urbana, Recolha e Transporte de Resíduos da Região Administrativa Especial de Macau” é fundamental para a limpeza da cidade e da recolha de resíduos, sendo que o respectivo concurso internacional está em prossecução.

Além disso, serão efectuadas pesquisas e análises científicas para recolher dados estatísticos sobre a produção e utilização de sacos de plástico e definidas propostas soluções e políticas em relação à restrição da produção e utilização de sacos de plástico, em Macau.

Com vista a garantir maior segurança no abastecimento de água, as partes de Guangdong e de Macau irão cooperar no âmbito de estudo sobre a viabilidade de construção de uma rede de abastecimento de água que entra directamente no Cotai (Macau) através da Ilha de Montanha, de forma a articular-se com as necessidades do desenvolvimento global das redes de abastecimento de água em Macau.

Entretanto, vamos trabalhar com empenho na constituição do regime de gestão de água reciclada e na divulgação do uso de água reciclada. Ao mesmo tempo, propomo-nos desenvolver acções de sensibilização junto da sociedade para que esta adquira conhecimentos e atitudes no âmbito de aplicação de água reciclada.

Respeitante ao fornecimento de energia eléctrica, iremos fortalecer a capacidade de interligação e transmissão das redes eléctricas interna e externa; concluir a auscultação pública sobre o novo sistema tarifário de electricidade e iniciar a revisão da respectiva legislação.

É de destacar que as obras de construção da rede de gás de cidade para o fornecimento de gás combustíveis iniciaram. Assim, em 2012, prevê-se o início do fornecimento de gás ao Campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha e aos clientes da zona da Taipa e Coloane, expandindo gradualmente o fornecimento deste gás.

Finalmente, irão terminar os trabalhos de definição do preço do gás de cidade e de planeamento das suas infra-estruturas.

8. Políticas de Telecomunicações, Correios e Tecnologia

Na sequência da plena liberalização do mercado das telecomunicações e em primeiro lugar, iremos proceder ao licenciamento das redes públicas de telecomunicações fixas para que se inicie a construção de redes por partes de novos operadores, durante o ano de 2012, e em segundo lugar, proceder à revisão da “Lei de Bases das Telecomunicações” em conformidade com a situação real de Macau.

Em simultâneo, criamos condições para o desenvolvimento dos serviços de convergência. Para além disso, está em plano a criação de uma plataforma pública para a utilização informática em nuvem, apoiando os serviços de tecnologias da informação necessários às pequenas e médias empresas.

Por outro lado, com a conclusão do estudo sobre a regulação dos serviços de antenas comuns, iremos implementar gradualmente uma solução consensual, por forma a dirimir a longo prazo, o conflito entre a TV Cabo e as companhias de antena comum.

No âmbito dos assuntos postais, iremos reforçar a equipa dos Correios, otimizar as suas infra-estruturas, elevar a qualidade e a eficiência da prestação dos serviços, lançar o serviço “One Stop” de “Balcão Automático”, continuar a promoção junto dos maior número possível de serviços públicos, por forma a que adoptem a plataforma de pagamento electrónico via cartão de crédito da Caixa Económica Postal (CEP), e proceder-se a uma maior divulgação sobre o Serviço Público de Carimbo Postal Electrónico Certificado, criando condições para o desenvolvimento do Comércio Electrónico e Governo Electrónico.

No âmbito do desenvolvimento das ciências e tecnologia, vai ser estudada uma estratégia e dar continuidade no que respeita ao apoio financeiro para a divulgação da ciência, realização de estudos científicos e aperfeiçoamento contínuo da fiscalização e dos procedimentos do apoio nesta área.

Através do “Conselho de Cooperação de Ciência e Tecnologia entre o Interior da China e Macau”, recomendamos cientistas de Macau para fazer parte dos grupos de especialistas do planeamento das ciências e da tecnologia e de especialistas para a avaliação dos prémios das mesmas áreas.

Abordamos também a cooperação relativa ao apoio financeiro do estudo científico e a criação do grupo especializado de avaliação de projectos, e o apoio à construção de laboratórios de referência do Estado em Macau.

Concomitantemente, ir-se-á iniciar os processos de recomendação de académicos locais para competirem nos concursos para atribuição dos prémios das ciências e da tecnologia tais como, o “prémio das ciências e da tecnologia da China” e o “prémio das ciências e da tecnologia da Fundação Ho Leung Ho Lee”.

Mantemos, também uma estreita relação de coordenação com a Associação das Ciências e da Tecnologia da China, por forma a estimular a divulgação das ciências e tecnologias em Macau.

Em 2012, o Governo da RAEM está convicto em promover a diversificação adequada das indústrias e melhorar a qualidade de vida da população. Para esse efeito, iremos proceder a trabalhos de acompanhamento na ligação das infra-estruturas regionais e nas edificações urbanas.

Sabemos que será um ano cheio de desafios para a actuação governativa, mas a equipa desta área de governação irá ser firme, confiante e pragmática e executará honestamente e de forma séria, global e eficiente, os trabalhos prometidos nas acções governativas, e com o apoio da população, avançará no caminho da construção de um Futuro melhor para Macau.

Comissariado contra a Corrupção

I – Introdução

Em 2011, o CCAC desenvolveu os respectivos trabalhos, direccionados para a “fiscalização da integridade”, a “fiscalização da execução das leis” e a “fiscalização da eficiência”; intensificou a sua função de fiscalização sobre os sectores público e privado; procurou combater a corrupção; e empenhou-se na construção de um sistema íntegro na RAEM.

Face à nova missão e ao novo desafio que a Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado colocou ao combate à corrupção, e a fim de dar resposta às expectativas do público em relação à construção de uma sociedade transparente, íntegra e harmoniosa, o CCAC tomou uma série de medidas concretas, nomeadamente, o aperfeiçoamento da sua gestão interna e do seu funcionamento, o reforço da formação profissional do respectivo pessoal, o recrutamento de pessoal qualificado, o aprofundamento das acções que visam sensibilizar os funcionários públicos, as entidades privadas, os sectores profissionais, os jovens e os cidadãos para o combate à corrupção, a revisão da actual lei orgânica do CCAC e do regime jurídico da Declaração de Rendimentos e Interesses Patrimoniais, e ainda a intensificação da colaboração na investigação de casos transfronteiriços e da cooperação judiciária internacional.

Em 2012, o CCAC envidará todos os esforços na promoção de um sistema íntegro junto da comunidade, para além de se empenhar no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela lei.

II – No âmbito do combate à corrupção

- (1) Dar resposta às exigências da nova lei orgânica do Comissariado, elevando a capacidade de investigação e o nível da eficiência na execução da lei

A fim de dar resposta às exigências da nova lei orgânica do CCAC, cuja revisão está prestes a terminar, proceder-se-á à revisão de todos os casos actualmente em tratamento no seio do CCAC e ainda à tomada de providências eficazes que permitam elevar a capacidade e qualidade de investigação do respectivo pessoal, no sentido de se poder cumprir o prazo processual que vier a ser estipulado na nova lei orgânica. Simultaneamente, serão promovidas acções de formação interna, nomeadamente em matéria penal, com vista a melhor sensibilizar o pessoal de investigação para o cumprimento do dever de sigilo relativamente aos casos e a aumentar a sua capacidade analítica e organizativa, de forma a elevar o nível da eficiência na execução da lei.

- (2) Dotar o pessoal de mais conhecimentos jurídicos e de melhores competências para recolher informação e para actuar, dando resposta às exigências da sociedade em relação ao combate à corrupção

Em articulação com a política relativa à construção de um governo íntegro e para dar resposta ao desenvolvimento social, o CCAC prevê a necessidade de melhorar a

sua capacidade investigatória no âmbito da corrupção no sector privado e no sector público. Nesta medida, o CCAC não poupará esforços para assegurar a devida formação profissional do seu pessoal. Para o efeito, serão promovidas mais acções de formação interna e actividades afins e convidados ainda alguns profissionais para orientar palestras com temas específicos, no intuito de capacitar os formandos com os conhecimentos jurídicos necessários e de aumentar a sua capacidade de recolha de informação e de actuação. Do mesmo modo, será elevada a capacidade de comando das respectivas chefias, por forma a que estas, dando continuidade ao desenvolvimento do espírito de equipa, motivem eficazmente os seus subalternos a desenvolver o seu sentido de iniciativa e vocação, com vista à distribuição razoável e à rentabilização máxima dos diversos recursos da Direcção dos Serviços contra a Corrupção.

- (3) Reforçar o apoio técnico ao pessoal da linha da frente e implementar um regime de gestão humanizada, com o intuito de elevar a qualidade do pessoal

Face à complexidade do crime de corrupção e às dificuldades encontradas pelo pessoal investigador, o Comissariado continuará a elevar o apoio técnico destinado ao respectivo pessoal e realizará uma reforma no regime de gestão de pessoal de forma a torná-lo humanizado.

- (4) Continuar a reforçar a cooperação transfronteiriça na investigação de casos e a cooperação judiciária internacional, para enfrentar os desafios da globalização

Tendo em conta a facilidade e rapidez dos movimentos de capitais e recursos humanos, a circulação de informações criminais, a fácil ocultação de crimes no seio da globalização, bem como a capacidade de adaptação dos criminosos às novas realidades e de se tornarem imunes aos meios tradicionais de investigação, o Comissariado continuará a reforçar legalmente os trabalhos de cooperação transfronteiriça na investigação de casos e de cooperação judiciária internacional, participando activamente na coordenação da política global da RAEM.

III – No âmbito da provedoria de justiça

- (1) Realizar, nos termos da lei, acções de investigação de queixas e participações apresentadas no âmbito da provedoria de justiça e esforçar-se pela correcção de quaisquer ilegalidades e irregularidades administrativas detectadas nos procedimentos e actos adoptados pelos serviços e entidades públicas.
- (2) Organizar acções de formação para o pessoal da Direcção dos Serviços da Provedoria de Justiça com vista a reforçar os respectivos conhecimentos sobre as diversas áreas de intervenção da provedoria de justiça.
- (3) Reforçar a comunicação e o intercâmbio com os vários serviços públicos para assegurar uma resolução rápida dos problemas suscitados pelos cidadãos.

- (4) Dar continuidade à elaboração de palestras no âmbito do sector público com vista a sensibilizar os trabalhadores da Administração Pública para uma conduta íntegra e a reforçar os respectivos conhecimentos sobre o procedimento de aquisição de bens e serviços.
- (5) Em relação ao sector privado, prosseguir com as palestras e intercâmbio a fim de aprofundar o conhecimento por parte dos sectores profissionais sobre a Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado e estabelecer relações de parceria com os respectivos sectores.

IV – No âmbito da sensibilização

- (1) Aperfeiçoar ainda mais a sensibilização para a integridade junto dos trabalhadores da Administração Pública, focalizando a mesma no grupo de pessoal de nível intermédio e superior, no intuito de elevar o nível de cumprimento da lei, de justiça e a conduta íntegra de toda a função pública.
- (2) Continuar a realizar acções promocionais da Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado junto de entidades privadas e diferentes sectores profissionais. Com base na cooperação e consenso com os vários sectores, promover a elaboração dos respectivos códigos internos de conduta íntegra, sensibilizando para uma cultura de gestão honesta num ambiente empresarial íntegro e concorrência leal.
- (3) Reforçar os trabalhos de promoção da integridade junto da juventude e dos cidadãos e desenvolver plenamente as funções das delegações do Comissariado, com o intuito de expandir a rede de relações comunitárias e colaborar com a população em geral na construção conjunta de uma sociedade íntegra.

Comissariado da Auditoria

Primeira Parte

Balanço da Execução das Linhas de Acção do Comissariado da Auditoria no Ano de 2011

De harmonia com a orientação “Governo Transparente, Medidas e Estratégias Científicas”, o Comissariado da Auditoria (CA) tem desenvolvido, no ano corrente, esforços acrescidos na supervisão da gestão e aplicação dos recursos públicos com vista a proporcionar uma acção governativa mais transparente, aumentar a eficácia da auditoria baseada no conhecimento científico e contribuir para o aprofundamento da reforma da administração e das finanças públicas.

Na execução do seu plano de actividades, o CA conjugou os seus princípios de orientação científica, objectiva e de legalidade com as condições específicas das auditorias realizadas ou em curso.

Com base na experiência acumulada ao longo dos anos, o CA implementou novos métodos e processos de auditoria tendo em vista atingir um patamar mais elevado de exigência qualitativa, segundo o qual as auditorias se processam de forma mais regular, com métodos científicos mais adequados e com um crescente recurso a meios informáticos.

Incrementar a auditoria baseada em tecnologias de informação e comunicação e promover as auditorias baseadas no risco

Em sintonia com a política de informatização dos procedimentos administrativos promovida pelo Governo e no cabal cumprimento das suas atribuições, o CA dispõe de um plano em curso de implementação e actualização progressiva dos sistemas informáticos, das bases de dados e de outros meios tecnológicos relevantes, com vista a reduzir o tratamento manual das demonstrações financeiras, dos livros de contas e de outros documentos em suporte de papel e, em alternativa, tratar toda esta informação de forma tanto quanto possível por via dos sistemas informáticos e de comunicação.

Tendo em atenção as condições efectivas sob as quais os trabalhos de auditoria são realizados, o CA concebeu programas informáticos que, depois de submetidos a testes preliminares, foram aplicados em seis trabalhos da auditoria à Conta Geral referente a 2010, seleccionados para dar corpo à primeira fase de implementação da auditoria apoiada em tecnologias informáticas e de comunicação (TIC), com o objectivo de elevar a eficiência e a qualidade dos trabalhos, bem como ensaio para alargar o âmbito de aplicação da auditoria apoiada em TIC no futuro.

Para aprofundar e, ao mesmo tempo, alargar o desenvolvimento da auditoria baseada nas TIC, o CA e o Centro de Tecnologia Informática do Gabinete de Auditoria Nacional assinaram um protocolo de cooperação com vista a adaptar o “Programa Informático de

Auditoria *in loco*” (que se tem provado ser eficaz no *Interior da China*) para ser aplicado pelo CA na auditoria de contas do Governo da RAEM. A fase dos trabalhos de adaptação já terminou, estando-se agora na fase de ensaios técnicos e de ajustamentos, e espera-se que o programa venha a marcar um salto técnico qualitativo na recolha de dados a efectuar no próximo ano.

Paralelamente, o CA tem-se empenhado no melhoramento do sistema informatizado de gestão financeira da RAEM. No âmbito do “Grupo de trabalho sobre o estudo da viabilidade do sistema de informatização da gestão financeira”, criado por despacho do Chefe do Executivo, o CA, que o coordena, com a colaboração dos serviços públicos participantes, estudou exaustivamente o quadro de desenvolvimento da informatização das operações financeiras públicas da RAEM. Em resultado, o CA e os demais membros do grupo de trabalho elaboraram o “Relatório sobre a viabilidade do sistema de informatização da gestão financeira da RAEM”, fixando assim o rumo de desenvolvimento a longo prazo da informatização da gestão financeira.

Na auditoria de contas, o CA examinou as receitas e as despesas financeiras com base na legalidade, veracidade e eficácia, tendo concluído o Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2010 dentro do prazo legal. Para a auditoria realizada, após estudos aprofundados e avaliações ponderadas, o CA ajustou adequadamente o nível de materialidade, tornando mais rigorosos os exames efectuados. Em simultâneo, a amostra dos trabalhos de auditoria *in loco* junto dos serviços públicos foi também ampliada, com o objectivo de elevar a exactidão e a capacidade de controlo.

O CA continuou a privilegiar a auditoria baseada no risco como um dos seus objectivos de actuação, no âmbito da qual tem vindo a incentivar os serviços públicos a implementarem medidas de controlo interno de gestão financeira e, deste modo, garantir um maior rigor no cumprimento da lei e as boas práticas de gestão. Concomitantemente, o CA tem também vindo a apresentar sugestões aos serviços públicos com vista a atingir uma maior eficácia na gestão financeira.

Aprofundar os estudos de planificação das auditorias concomitantes aos grandes empreendimentos públicos

Tendo em consideração que os grandes empreendimentos públicos implicam investimentos avultados, um período de execução plurianual e uma gestão de grande complexidade, as auditorias na fase final da execução destes empreendimentos/obras revelam-se pouco eficazes no tocante à reparação dos danos que eventualmente possam ter ocorrido nas fases de concepção do projecto, ou nas fases iniciais ou intermédias de execução. Face a esta constatação, o CA iniciou no ano passado estudos sobre a realização de auditorias concomitantes nas diversas fases de execução dos grandes empreendimentos projectados para Macau, de que constitui exemplo a divulgação, no segundo trimestre de 2011, do primeiro relatório sobre uma auditoria específica e de natureza concomitante à “1.ª Fase do Sistema de Metro Ligeiro”. A auditoria realizada representa um progresso qualitativo

nas técnicas de auditoria utilizadas e contribui para reforçar o papel do CA na supervisão dos grandes empreendimentos a executar ou em fase de execução sob a responsabilidade do Governo da RAEM.

Paralelamente ao especial empenho colocado na realização de auditorias concomitantes, o CA intensificou as acções de formação dos seus recursos humanos. De forma calendarizada, grupos de técnicos de auditoria participaram em acções de formação e de intercâmbio com formadores altamente qualificados do Gabinete de Auditoria Nacional (da R.P. China), do Instituto de Auditoria de Nanjing e do Serviço de Auditoria de Shenzhen. As acções de formação foram planeadas em função dos projectos de actuação do CA e tiveram em vista o reforço das competências dos assessores e técnicos de auditoria do CA, nomeadamente no planeamento de auditorias concomitantes, ainda numa fase inicial de desenvolvimento, e, subsequentemente, com a finalidade de elevar a qualidade profissional e a eficácia deste tipo de auditorias.

Analisar a eficácia da gestão de recursos públicos e reforçar o controlo de qualidade de auditoria

O CA supervisiona regularmente a gestão e a aplicação de recursos públicos por parte dos serviços e organismos públicos. Com a experiência adquirida com a realização de auditorias específicas e de resultados, o CA tem vindo a ajustar e a aperfeiçoar as metodologias de auditoria. Na sequência do desenvolvimento das auditorias de sistemas, o CA identifica problemas e insuficiências e elabora sugestões e recomendações aos serviços públicos para otimizar a eficiência, eficácia e economia na gestão dos recursos públicos.

Na execução das actividades de auditoria, o CA observa com rigor as normas e instruções da Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria (INTOSAI) e cumpre os princípios de independência, objectividade e legalidade. No ano em curso, foram concluídos e divulgados diversos relatórios de auditorias específicas e de resultados que se traduziram na prática por incentivar os serviços públicos a tomarem em consideração as opiniões e sugestões emitidas pelo CA e a prestarem mais atenção aos resultados da sua gestão.

Para elevar a qualidade da auditoria, o CA procedeu a um balanço das auditorias realizadas ao sector público à luz das instruções da INTOSAI e do Gabinete de Auditoria Nacional, após o qual actualizou e ajustou à realidade local o "Manual de Auditoria de Contas" e o "Manual de Auditoria de Resultados", ficando assim os referidos manuais em conformidade com as melhores práticas e exigências de qualidade quanto aos procedimentos de auditoria. No âmbito do mesmo objectivo, foi elaborada uma brochura sobre as "Medidas de Controlo de Qualidade", que permite uma verificação mais fácil e rigorosa dos procedimentos de auditoria e subsequentemente contribui para a melhor qualidade e rigor dos trabalhos de auditoria. Ao mesmo tempo, foi reforçada a aplicação das normas de auditoria interna e sublinhado o importante papel desta auditoria na supervisão dos procedimentos correctos de gestão e na elevação do nível dos resultados de auditoria.

Fomentar a divulgação de uma cultura de auditoria e promover a actualização de conhecimentos do pessoal de auditoria

Uma maior consciencialização da necessidade de uma boa gestão do erário público e o reforço da divulgação de uma cultura de auditoria são acções informativas e formativas importantes que têm vindo a ser desenvolvidas pelo CA. Com estas acções, que ocorreram nomeadamente através da realização de colóquios e *workshops*, o CA procurou, por um lado, sensibilizar os trabalhadores da Administração Pública, os alunos das escolas e os colaboradores das associações civis para a importância da cultura de auditoria e, por outro lado, divulgar junto dos mesmos destinatários os aspectos principais da auditoria ao sector público.

No ano em curso, as acções de divulgação de uma cultura de auditoria junto dos trabalhadores da Administração Pública contaram com a colaboração de um maior número de quadros do pessoal de auditoria do CA. Pretendeu-se também com a intensificação desta função informativa e formativa do CA estimular os serviços públicos a criarem (quando possível) os mecanismos de controlo de auditoria interna, reforçar a importância do princípio de *uso adequado do erário público*, auscultar as críticas dos funcionários públicos e cidadãos em geral às tarefas desenvolvidas pelo CA, promovendo assim um intercâmbio recíproco e de mútuo interesse comum. Por outro lado, o CA iniciou no presente ano uma série de sessões e visitas de trabalho aos serviços responsáveis pelos grandes empreendimentos públicos, ou às próprias obras já desenvolvidas, tendo em vista habilitar o pessoal de auditoria de um melhor conhecimento atempado dos projectos ou acções em curso.

Para elevar a qualidade global das equipas de auditoria, o CA tem proporcionado aos quadros técnicos e de assessoria oportunidades de actualização ou valorização profissional através da sua participação regular em cursos ou outras acções de formação. No presente ano de 2011, o CA continuou a contar com a colaboração técnica do Gabinete de Auditoria Nacional, nomeadamente através da realização em Macau de seminários ministrados por formadores daquele Gabinete, designadamente sobre os temas "*Auditoria aos Investimentos Públicos e Auditoria Concomitante*" e "*Auditoria de Resultados*". Para além disso, ao abrigo da cooperação estabelecida com o Gabinete de Auditoria Nacional, técnicos do CA participaram em diversas acções de formação organizadas por aquele Gabinete ou em co-organização com o Instituto de Auditoria de Nanjing, designadamente as relativas a "*Auditoria concomitante à reconstrução das zonas afectadas pelo sismo de Wenchuan*", cursos de auditoria informática, de auditoria a grandes empreendimentos e de auditoria a investimentos públicos.

Acresce ainda que os recursos humanos do CA continuaram a frequentar as acções de formação ministradas por formadores da Organização das Instituições Superiores de Auditoria da Ásia (ASOSAI), nomeadamente no âmbito da auditoria financeira, sobre a qual foram transmitidos conhecimentos aprofundados sobre as metodologias de auditoria reconhecidas internacionalmente e das adoptadas nas regiões vizinhas da Ásia. Adicionalmente, por forma a compensar a autovalorização do pessoal de auditoria e,

consequentemente, o nível da sua competência profissional, o CA fixou a atribuição de uma gratificação aos trabalhadores que adquirirem qualificações profissionais certificadas.

Diversificar o intercâmbio de conhecimentos e experiências técnicas e criar condições para melhorar as competências das equipas de auditoria

O CA desenvolve as suas actividades de intercâmbio com o exterior no sentido de o seu pessoal se manter actualizado com os desenvolvimentos técnicos mais recentes no domínio dos princípios, teorias e práticas de auditoria, procurando nomeadamente trocar experiências valiosas com as instituições congéneres das regiões vizinhas em projectos de auditoria semelhantes, com o fim último de tecnicamente progredir e aperfeiçoar a qualidade dos serviços de auditoria prestados.

Tendo presente esta linha de orientação formativa, o CA, no ano em curso, manteve estreitas relações com o Gabinete de Auditoria Nacional, a Sociedade de Auditoria da China, o Instituto de Auditoria de Nanjing, a INTOSAI, a ASOSAI, a Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP) e com outras organizações de auditoria. Neste contexto de relacionamento institucional, o CA foi convidado a participar, como observador, no *"VIII Congresso da Organização Europeia das Instituições Superiores de Controlo, EUROSAI"*, realizado em Lisboa, e no II seminário organizado pela OISC/CPLP e celebração do 15.º aniversário da fundação desta Organização, eventos que tiveram lugar em Dili, capital de Timor-Leste.

Noutra vertente de intercâmbio com o exterior, o pessoal do CA participou no *"Seminário sobre a Teoria e Prática de Auditoria nas duas Margens do Estreito e em Hong Kong e Macau"*, organizado pela Sociedade de Auditoria da China e realizado na cidade de Taipé, o qual se debruçou sobre as seguintes temáticas: "Auditoria informática – casos", "Elevar a competência técnica das instituições de auditoria e respectivo pessoal", "Auditoria a grandes empreendimentos" e "Auditoria à segurança social (previdência social)". Acresce, ainda, a participação no *"Seminário sobre a auditoria em Guangdong, Hong Kong e Macau"*, organizado pelo Departamento de Auditoria da província de Guangdong, realizado na cidade de Dongguan e dedicado à auditoria ambiental, e no qual o pessoal do CA apresentou comunicações sobre o tema e trocou pontos de vista relativos a técnicas de auditoria com profissionais das regiões participantes no seminário.

Reforçados os recursos humanos e ampliados e melhorados os espaços de trabalho, o CA passou a poder dedicar maior atenção para aperfeiçoar a gestão interna e aprofundar a reestruturação orgânica, com vista a criar uma equipa de auditoria de qualidade e de eficiência elevada, apta a assumir trabalhos de auditoria de maior envergadura e profundidade.

O CA empenhou-se também na melhoria dos procedimentos e na consolidação gradual da estratégia de formação de quadros altamente qualificados. Ao mesmo tempo, tendo por base os princípios de eficiência e de eficácia, procurou-se ajustar adequadamente a estrutura orgânica a fim de proporcionar maiores apoios administrativos ao pessoal de auditoria, de permitir uma melhor conjugação de recursos e de introduzir uma dinâmica maior, com o objectivo de promover um maior desenvolvimento dos trabalhos de auditoria.

Segunda Parte

Linhas de Acção do Comissariado da Auditoria para 2012

Desenvolver e expandir a auditoria apoiada em tecnologias de informação e comunicação

Na continuação das linhas de orientação anteriores, e com base na experiência adquirida, o CA vai continuar a desenvolver ou aprofundar estudos destinados a uma implementação mais alargada da auditoria suportada nas TIC e à definição dos respectivos procedimentos de execução. Pretende-se, deste modo, expandir a cobertura da auditoria apoiada em tecnologias de informação e comunicação, reduzir os recursos humanos envolvidos nas tarefas de auditoria e melhorar a eficácia dos resultados da auditoria de contas.

Os estudos a desenvolver ou a aprofundar nesta matéria estão focalizados nomeadamente nos seguintes domínios: (i) desenvolvimento de programas informáticos compatíveis com as características das operações financeiras públicas de Macau; (ii) desenvolvimento e ajustamento do “Programa informático de auditoria *in loco*” (edição de Macau); (iii) organização adequada e apropriada das tecnologias informáticas e das acções de formação do pessoal; e (iv) concepção do plano geral de passagem da auditoria financeira baseada em suportes de papel à auditoria financeira apoiada nas TIC.

Elevar a qualidade das auditorias

No âmbito de auditoria de contas, será elevado o nível de exactidão. Em face do aumento contínuo das receitas e dos activos do Governo da RAEM, reflectidos nos valores cada vez maiores nas demonstrações financeiras, após avaliação ponderada, vai continuar a ser elevado o nível de materialidade com vista a tornar mais rigorosos os exames efectuados na auditoria de contas. Em simultâneo, vai continuar a ser ampliada a amostra dos trabalhos de auditoria *in loco* junto dos serviços públicos.

O CA vai intensificar a realização regular de auditorias específicas e de resultados e adoptar novas metodologias e técnicas de auditoria, a fim de otimizar a eficácia, a eficiência do trabalho a desenvolver, bem como a qualidade dos relatórios.

Desenvolver a auditoria concomitante de forma progressiva e sustentada

O CA, tendo em atenção o lançamento de novos grandes empreendimentos, vai privilegiar o desenvolvimento das auditorias concomitantes, analisar as experiências colhidas, afectar mais recursos humanos a este tipo de auditorias e reforçar as acções de formação no domínio das metodologias e técnicas de auditoria concomitante. Ao mesmo tempo, vai ser estabelecido um plano anual de actividades de auditoria concomitante, em que ficam definidos os objectivos e as matérias a auditar, os meios a envolver e as metodologias e os procedimentos técnicos a adoptar, procurando assim aumentar a eficácia destas auditorias.

Dar continuidade à divulgação da cultura de auditoria

Será dada continuidade à realização de seminários sobre a cultura de auditoria junto dos trabalhadores dos serviços públicos, dos estudantes, dos docentes e outro pessoal das escolas e de membros das comunidades locais, a fim de divulgar a missão, os valores, a visão e os objectivos e natureza das diferentes auditorias, bem como divulgar os trabalhos de auditoria com valor referencial.

Por outro lado, serão incentivados mais serviços públicos a interiorizar a atitude de valorizar o erário público, bem como a conferirem maior importância aos resultados a atingir (eficácia) através do uso parcimonioso de recursos financeiros (economia) e de uma adequada gestão de meios para atingir os objectivos em vista (eficiência). Será ainda planeada a edição de folhetos sobre temas de gestão na perspectiva da auditoria, com a ajuda dos quais os serviços públicos podem proceder à avaliação da eficiência, eficácia e grau de economia dos seus próprios trabalhos.

Reforçar a formação especializada do pessoal de auditoria

O CA pretende fomentar uma política sistemática de formação especializada dos recursos humanos, com destaque para o pessoal de auditoria, consolidando, nomeadamente, a cooperação com o pólo de formação da ASOSAI no domínio da formação básica do pessoal de auditoria recém contratado.

Com a colaboração do Gabinete de Auditoria Nacional e do Instituto de Auditoria de Nanjing, o CA vai continuar, também, a realizar acções de formação de nível avançado com vista a elevar o nível de desempenho e actualização profissional de todos os auditores.

Fomentar a cooperação e intercâmbio formativo com instituições congéneres do exterior

O CA vai continuar a participar em eventos internacionais e actividades de intercâmbio formativo com instituições congéneres do exterior, com o objectivo de proporcionar aos seus quadros conhecimentos de nível internacional sobre diferentes tipos de auditorias, metodologias e técnicas de auditoria, e deste modo, enriquecer e diversificar a sua intervenção no domínio da melhoria e modernização da Administração Pública e do controlo da gestão dos recursos públicos.

Para tanto, o CA vai continuar a intensificar a cooperação com o Gabinete de Auditoria Nacional, a INTOSAI, a ASOSAI, a Sociedade de Auditoria da China, o Instituto de Auditoria de Nanjing, a OISC/CPLP e outras organizações de auditoria relevantes com vista à prossecução de um desempenho de excelência no CA.

**Projecto de Orçamento
das Receitas e Despesas da
Região Administrativa Especial
de Macau para o ano de 2012
— Síntese —**

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2012

- SÍNTESE -

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2012 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2012 Proposta
Receita Ordinária Integrada do Governo		Despesa Ordinária Integrada do Governo	
RECEITAS CORRENTES	102,958,837,100,00	01-01 Governo da RAEM	13,850,000,00
01 - Impostos directos	91,009,466,000,00	01-02 Gabinete do Chefe do Executivo	252,694,400,00
02 - Impostos indirectos	2,499,571,700,00	01-03 Conselho Executivo	26,482,000,00
03 - Taxas, multas e outras penalidades	1,279,780,200,00	01-06 Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça	36,755,100,00
04 - Rendimentos da propriedade	1,886,515,800,00	01-07 Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças	39,805,400,00
05 - Transferências	5,148,732,400,00	01-08 Gabinete do Secretário para a Segurança	25,373,500,00
06 - Venda de bens duradouros	1,750,200,00	01-09 Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura	181,667,700,00
07 - Venda de serviços e bens não duradouros	902,998,500,00	01-10 Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas	57,719,500,00
08 - Outras receitas correntes	2,30,022,300,00	01-12 Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa	16,440,000,00
RECEITAS DE CAPITAL	6,100,893,200,00	01-13 Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da União Europeia, em Bruxelas	6,210,000,00
09 - Venda de bens de investimento	1,24,292,700,00	01-15 Delegação da Região Administrativa Especial de Macau em Pequim	26,686,100,00
10 - Transferências	1,000,00	01-17 Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da Organização Mundial do Comércio	11,817,800,00
11 - Activos financeiros	243,753,000,00	01-19 Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais	28,582,900,00
13 - Outras receitas de capital	5,714,305,900,00	01-20 Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas	84,628,700,00
14 - Reposições não abitadas nos pagamentos	18,540,600,00	01-21 Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético	31,399,400,00
Receita Ordinária Integrada do Governo	109,059,730,300,00	01-22 Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa	96,841,500,00
Rendimentos dos Organismos Especiais		01-23 Gabinete de Informação Financeira	201,175,500,00
11-00 Receitas legais e transferências do OR	3,902,593,300,00	01-24 Gabinete para os Recursos Humanos	451,235,000,00
12-00 Réditos de vendas e de prestações de serviços	172,653,600,00	01-25 Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes	33,466,100,00
13-00 Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos	2,125,084,600,00	01-28 Gabinete de Estudo das Políticas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau	32,566,200,00
14-00 Outros rendimentos	60,239,100,00	01-29 Delegação Económica e Cultural de Macau	28,809,200,00
Agregado dos Rendimentos dos Organismos Especiais	6,260,570,600,00	03-00 Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública	37,518,500,00
Ajustamento	101,699,300,00	05-00 Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	3,200,698,800,00
Receita Global	115,218,601,600,00	07-00 Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	151,964,500,00
A transportar	115,218,601,600,00	08-00 Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações	81,807,700,00
		09-00 Direcção dos Serviços de Finanças	334,316,000,00
		11-00 Pensões e Reformas	28,398,900,00
		12-00 Despesas Comuns	13,691,170,100,00
		13-00 Gabinete de Apoio ao Ensino Superior	124,841,100,00
		16-00 Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego	1,096,388,400,00
		18-00 Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional	91,692,000,00
		19-00 Direcção dos Serviços de Identificação	196,680,700,00
		20-00 Direcção dos Serviços de Economia	159,295,200,00
		21-00 Estabelecimento Prisional de Macau	340,295,700,00
		22-00 Serviços de Alfândega da Região Administrativa Especial de Macau	461,153,000,00
		23-00 Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos	66,163,800,00
		24-00 Direcção dos Serviços de Turismo	205,009,600,00
		25-00 Gabinete de Comunicação Social	104,147,200,00
		26-00 Direcção dos Serviços de Polícn Unitários	35,663,500,00
		27-00 Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos	19,215,600,00
		28-00 Capitania dos Portos	468,465,700,00
		29-00 Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau	2,765,277,500,00
		30-00 Conselho dos Serviços para os Assuntos Laborais	375,883,600,00
		31-00 Direcção dos Magistrados Judiciais	620,000,00
		32-00 Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro	65,108,500,00
		33-00 Polícia Judiciária	743,568,500,00
		34-00 Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental	153,927,300,00
		35-00 Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça	210,886,200,00
		37-00 Direcção dos Serviços de Sotós, Obras Públicas e Transportes	287,206,000,00
		38-00 Instituto do Desporto	130,560,000,00
		39-00 Instituto Cultural	246,115,100,00
		40-00 Investimentos do Plano	19,842,769,700,00
		50-00 Contas de Ordem - Consignações, Participações e Transferências Orçamentais	64,555,300,00
		50-03 Fundo de Aceção Social Escolar	326,714,900,00
		A transportar	47,718,113,400,00

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2012
- SÍNTESE -

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2012 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2012 Proposta
Transporte.....	115,218,601,600.00	Transporte.....	47,718,113,400.00
		50-04 Fundo para Bonificações do Crédito à Habitação	42,795,300.00
		50-05 Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização	1,285,841,000.00
		50-06 Fundo de Turismo	832,500,000.00
		50-07 Instituto de Acção Social	1,830,252,800.00
		50-10 Obra Social da Polícia Judiciária	6,050,200.00
		50-11 Obra Social da Polícia de Segurança Pública	31,239,000.00
		50-16 Cofre dos Assuntos de Justiça	172,000,000.00
		50-17 Imprensa Oficial	65,885,000.00
		50-20 Fundo de Segurança Social	7,441,700.00
		50-21 Fundo do Estabelecimento Prisional de Macau	8,779,201,400.00
		50-23 Instituto de Habitação	278,353,000.00
		50-25 Autoridade de Aviação Civil	57,397,100.00
		50-26 Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau	397,655,000.00
		50-27 Comissariado contra a Corrupção	238,560,000.00
		50-28 Serviços de Saúde	4,088,710,000.00
		50-29 Universidade de Macau	1,149,397,900.00
		50-31 Instituto Politécnico de Macau	582,579,200.00
		50-32 Fundo de Desenvolvimento Desportivo	524,463,000.00
		50-33 Fundo de Cultura	420,000,000.00
		50-35 Conselho de Consumidores	49,485,000.00
		50-36 Instituto de Formação Turística	219,038,400.00
		50-37 Fundo Social da Administração Pública de Macau	24,120,000.00
		50-39 Obra Social do Corpo de Bombeiros	6,612,000.00
		50-41 Comissariado da Auditoria	96,990,000.00
		50-42 Gabinete do Procurador	298,060,000.00
		50-43 Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância	350,057,000.00
		50-44 Assembleia Legislativa	109,800,000.00
		50-46 Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	1,816,854,000.00
		50-47 Obra Social dos Serviços de Alfândega	3,735,500.00
		50-48 Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia	206,953,200.00
		50-49 Obra Social da Capitania dos Portos	2,632,700.00
		50-50 Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca	80,000,000.00
		50-51 Fundo de Reparação Predial	508,530,000.00
		50-52 Fundo de Desenvolvimento Educativo	532,839,200.00
		50-53 Fundo dos Páteis	6,960,000.00
		50-54 Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética	200,000,000.00
		Despesa Ordinária Integrada do Governo	73,041,105,000.00
		Gastos dos Organismos Especiais	
		50-15 Direcção dos Serviços de Correios	250,287,000.00
		50-15 Caixa Económica Postal	37,857,100.00
		50-18 Fundo de Pensões	839,941,400.00
		50-22 Autoridade Monetária de Macau	1,382,442,100.00
		50-34 Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	4,359,900.00
		50-45 Fundação Macau	1,901,931,100.00
		Agregado dos Gastos dos Organismos Especiais	4,416,818,600.00
		Ajustamento	101,699,300.00
		Despesa Global	77,356,224,300.00
		Saldo Orçamental e Resultado do Exercício	
		Saldo do Orçamento Central	36,018,625,300.00
		Resultado do Exercício dos Organismos Especiais	1,843,752,000.00
		Saldo Orçamental e Resultado do Exercício	37,862,377,300.00
		Receita Global	\$115,218,601,600.00
		Despesa Global e Saldo Orçamental e Resultado do Exercício	\$115,218,601,600.00